

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMARIO

Pseudo liberdade de pensamento.....	1
G. Gak — A sociedade socialista e a pessoa humana....	3
O que dizem nossos parlamentares.....	23
Geyter e Potier — A Internacional.....	37
Pereira da Silva — Fundação do Banco do Brasil e as causas de sua falência.....	41
Calvino — Estudemos o marxismo.....	47
Marx — Quando desaparecerão as religiões?.....	59
Efimov — As rebeliões dos sipaios.....	61
Marigheia — A separação entre a Igreja e o Estado. Casamento. Divórcio. Família.....	65
Marx-Engels — Introdução à economia política.....	77
O que dizem nossos jornais.....	87
Prestes — Advertência!.....	99
Perguntas e respostas.....	101
Sínteses.....	105
J. Mangabeira — O salário do industrial.....	107
Ignorância e reacionarismo.....	109
Marx poeta, criticado por ele mesmo.....	111
Ag. Monteiro — A lamentável situação econômico-finan- ceira do Brasil.....	113
O que está certo e o que está errado.....	123
Pequeno dicionário marxista.....	127
Segal — Contradição fundamental do capitalismo.....	145
Taine — Declaração dos direitos do homem.....	146
Plerránov — Saltos na natureza e na história.....	152

ANO I

1 AGOSTO 1946

N.º 3

Preço em todo o Brasil Cr\$ 5,00

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal
Sai aos dias 1 e 15 de cada mês
Direção de
Calvino Filho

e
S. O. Hersen

Redação e Administração
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro — Brasil

Número em circulação .. Cr\$ 5,00
Número atrasado Cr\$ 8,00

ASSINATURAS

Para o Brasil:
Semestral (12 números) Cr\$ 50,00
Anual (24 números)... Cr\$ 100,00
Para o Exterior:
Anual — 5 dólares americanos.

As assinaturas começam em qual-
quer data e cada número da revista
é remetido sob registro.

Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA
Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro

COLABORAÇÃO

Esperamos que os leitores colabo-
rem nesta revista sugerindo ou re-
metendo-nos material encontrado nos
clássicos do marxismo, ou mesmo em
outros autores, material que esteja
rigorosamente dentro do programa
desta publicação, que não se propõe,
senão secundariamente, a discutir
problemas táticos do momento, mas
apenas a divulgar o que já está con-
sagrado pela experiência marxista.

FOI PUBLICADO NO N.º 1
de *Divulgação Marxista*:

Calvino, Carta a um burguês "pro-
gressista"; Willard, O sofrimento e
a visão da morte não quebram a tem-
pera do lutador; *Marechal*, Manifesto
dos Iguais; *Molon*, A situação das

mulheres na sociedade cristã; *Marty*,
Carta ao Marechal Foch; *Pereira da
Silva*, Abertura dos portos brasilei-
ros; *Ilin*, Que acontece quando se
trabalha sem um plano; *Beer*, Revo-
lução dos escravos; *Redação*, Traba-
lho; força de trabalho; *Lénin*, Mar-
xismo e revisionismo; *Stalin*, O socia-
lismo e a paz; *Hook*, Fim em Hegel
e fins em Marx; *Prestes*, Os comun-
istas e a religião; e mais uma in-
finidade de trabalhos curtos do mais
palpitante interesse.

FOI PUBLICADO NO N.º 2:

A obra completa de Mark Rosen-
tal, *O Método Dialético Marxista*; o
discurso de Luís Carlos Prestes con-
tra o Projeto de Constituição, profe-
rido na Câmara em 16-6-46; e mais
outros trabalhos de grande interesse.
Este número foi dedicado à dialética.

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos
enviem nomes e endereços completos
de amigos ou simples conhecidos, que
se interessem ou sejam capazes de
se interessar pelo estudo do mar-
xismo.

LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRAÇA

Faça com que 10 pessoas das suas
relações, por seu intermédio, assinem
esta revista e conquiste, como premio,
uma assinatura gratuita.

DESCONTO DE 20 %

A quantos comprarem de uma só
vez e de um só número desta revis-
ta um mínimo de 5 exemplares, em
nossa redação, abonaremos o des-
conto de 20 %. Os leitores do interior
que desejarem gozar do desconto aci-
ma, bastarão fazer seus pedidos pelo
Serviço de Reembolso Postal, prá-
tico e eficiente.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano I

Diretores: Calvino Filho e S. O. Hersen

N.º 3

PSEUDO LIBERDADE DE PENSAMENTO

"Os capitalistas chamam de liberdade de imprensa à liberdade de se servir da imprensa para fabricar e falsificar o que se chama opinião pública", disse-o Lénin, acertadamente, como se comprova na prática todo dia.

Há menos de 2 anos, ao tempo da ditadura Vargas, nossa "imprensa sadia" nada publicava sem o "visto" do famigerado Dip, que, em compensação, lhes pagava "mesadas" polpudas.

Depois, com a derrota militar do fascismo, o Dip não mais censurou, mas tampouco continuou a pagar as "mesadas" generosas.

Unânime, a "imprensa sadia" festejou a liberdade que readquirira, embora não poucos preferissem a situação anterior, devido às pingues "mesadas" perdidas.

Sòmente então pudemos comprovar quão "sinceros" eram os da "imprensa democrática", ao festejarem a liberdade de se publicar o que se entendesse, a quanto equivale a liberdade de imprensa, pois a publicidade da Editorial Calvino, quase sempre vetada pelo Dip, passou, depois da liberdade de imprensa, a ser vetada também por muitos dos jornais da "imprensa livre", numa expressiva demonstração de que a liberdade de pensamento que tanto diziam valorizar, não era bem a liberdade de pensamento, no seu caráter universal, mas a liberdade de pensamento "dêles", visto que não admitem outros pensem diferentemente.

Divulgação Marxista, n.º 3 — Rio, 1-8-46

— 1

Fernando de Azevedo
15/2/11

Poucos são os jornais no Brasil que aceitam a publicidade da Editorial Calvino. A maioria recusa, sob o pretexto de que os livros são de propaganda do comunismo!

Até mesmo a publicidade desta revista foi e continua a ser recusada pelos jornais que se dizem campeões da democracia no Brasil! Essa a razão de ter sido tão discreto o seu lançamento.

Forçosa é, pois, a conclusão, de que Lênin tinha inteira razão quando caracterizava a "liberdade de imprensa" burguesa como sendo a liberdade que se arrogam os capitalistas de fabricar e falsificar a opinião pública.

CRÍTICAS E FELICITAÇÕES

Nestes poucos dias sobem a centenas as cartas, telegramas e felicitações recebidos por motivo do aparecimento desta revista. Temos o prazer, porém, de destacar aqui as palavras de encorajamento e solidariedade de Iguatemi Ramos, velho lutador da causa proletária e hoje um dos mais prestigiosos membros do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil:

"Em primeiro lugar quero apresentar felicitações pelo 1.º número da revista. É uma contribuição valiosíssima para a elevação do nosso nível político. Reputo mesmo uma das mais sólidas contribuições no setor de Divulgação e Cultura."

Ao Iguatemi e todos os que nos escreveram, telegrafaram ou telefonaram, nossos agradecimentos.

O PORQUÊ DA VITÓRIA DO MARXISMO — "Se formulardes a questão que consiste em saber por que razão a doutrina de Marx conseguiu empolgar milhões e dezenas de milhões de corações da classe mais revolucionária, receberéis uma única resposta: isso aconteceu porque Marx se baseava nos fundamentos sólidos do saber humano acumulado na época do capitalismo; porque, tendo estudado as leis do desenvolvimento social, Marx compreendeu a inelutabilidade do desenvolvimento do capitalismo, que conduz ao comunismo e, sobretudo, demonstrou-o na base do estudo mais exato, mais detalhado e profundo da própria sociedade capitalista, mediante a perfeita assimilação de tudo quanto até agora foi elaborado pela ciência. Tudo quanto foi criado pela sociedade humana, submeteu-o Marx à prova da crítica, sem que um só ponto escapasse à sua atenção." (Lênin, *Obras completas*, t. XXX, pag. 406, ed. russa.)

A Sociedade Socialista e a Pessoa Humana

por G. GAK

A Sociedade Socialista distingue-se radicalmente de todas as formas sociais que a precederam. As sociedades pre-socialistas, divididas em classes, definem-se essencialmente pela idéia de conflito interno. O conflito encontra-se na própria base dessas sociedades. Está implícito no seu sistema de produção. É o princípio fundamental e espiritual da sociedade. Tal regime social desune os homens, coloca uns em oposição aos outros, engendra a luta.

A sociedade socialista destroe todos os conflitos sociais, graças à criação de uma nova estrutura social. Sua base é um novo sistema de produção que se caracteriza pela ausência de conflitos nas relações de produção. Daí a ausência de conflitos na vida política e espiritual da sociedade. Nesse domínio consolida-se a unidade moral e política da sociedade, cria-se e desenvolve-se a amizade internacional. A União Soviética constitui exemplo vivo da existência solidária e unidade de milhões e milhões de homens que não estão separados por nenhuma barreira de classe ou de nacionalidade. As relações entre as classes na sociedade socialista, entre os operários e os camponeses, são relações de uma amizade cada vez mais estreita e que se tornou ainda mais sólida com a guerra patriótica de 1941 a 1945 contra o inimigo comum. A aliança entre essas classes e os intelectuais soviéticos, de hoje em diante parte integrante de todo o povo, foi igualmente fortalecida, e isso, como o afirma o camarada Molotov, elevou "a unidade moral e política da sociedade soviética a um nível superior".

Do mesmo modo, as relações entre os diferentes povos da União Soviética são assinaladas por uma aproximação sempre mais íntima entre eles. A sociedade socialista desenvolve-se na medida em que a associação harmoniosa dos membros que a compõem une a comunidade nas suas finalidades, na identidade de vontade e ação. Longe de dividir, o socialismo une a sociedade.

O sistema socialista de produção e as relações sociais que ele engendra constituem para o indivíduo um novo meio que transforma a sua existência e o seu pensamento. Sómente a sociedade socialista é capaz de garantir o desenvolvimento contínuo do bem estar material e cultural de seus membros. A União Soviética encarna concretamente essas possibilidades essenciais do socialismo. Em pouco tempo, ela transformou-se numa formidável potência industrial e kolroziã, realizando uma verdadeira revolução cultural. Seu progresso oferece a todos os membros da

sociedade as mais amplas perspectivas de desenvolvimento material e cultural, e isso porque o sistema de economia socialista cria possibilidades ilimitadas para semelhante desenvolvimento. A sociedade socialista cria para o ser humano um novo mundo de valores espirituais, abrindo horizontes intelectuais e morais completamente novos.

Essa grandiosa renovação da sociedade e do indivíduo desenvolve entre eles tais relações que representam um progresso decisivo na história da humanidade. O homem sempre foi um ser vivo na sociedade. Nunca viveu isoladamente, sem ligações com seus semelhantes, fora dum grupo social. Nas etapas iniciais de seu desenvolvimento, saído há pouco do reino animal, o homem não podia ainda ter consciência de seus vínculos com os outros homens. A consciência era substituída pelo instinto. Mas, à medida que se desenvolvia entre os homens o trabalho comum, esta base necessária ao desenvolvimento da consciência, eles começaram também a ter consciência de seus vínculos e de sua dependência recíprocos. Nas condições primitivas da vida comunitária, a propriedade comum dos meios de produção e o trabalho em comum tornaram manifesta para todo membro do clan a impossibilidade de uma existência independente e isolada. Nessa etapa do desenvolvimento social o indivíduo não possuía senão a consciência de sua comunidade com o grupo social. A consciência do seu *eu*, de sua individualidade ainda não se manifestara.

A existência do homem primitivo não se identificava senão com a do clan de que fazia parte. O motivo desse desaparecimento do indivíduo no seio da sociedade era o nível pouco elevado de seu desenvolvimento econômico e espiritual.

Qual foi a evolução ulterior das relações entre o indivíduo e a sociedade?

O aumento do rendimento do trabalho conduziu, em determinada época, ao aparecimento da divisão do trabalho social e das trocas, e daí a uma independência material dos produtores entre si. A partir dessa época, assistimos a mudanças fundamentais no destino da sociedade e do indivíduo.

A CONCORRENCIA

A independência material dos produtores, exprimindo-se no aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, não significava, de modo algum, que as economias privadas tivessem deixado de ser interdependentes. Tal como o demonstrou o camarada Stálin, "a produção é sempre, em todas as circunstâncias, produção *social*". Com o aparecimento da propriedade privada, essa interdependência manifestou-se por meio da troca de produtos. E, quanto mais se multiplicavam as relações de troca, tanto mais estreita se tornava a interdependência dos produtores. Contudo, essa interdependência apresenta um caráter desorganizado e anárquico, porque as empresas isoladas não são unidas por nenhuma vontade diretiva e organizadora. E' o mercado que determina os vínculos e relações entre os produtores. A *inconsciência* é uma outra particularidade dessa dependência recíproca. O produtor não tem consciência de

sua relação com a produção social nem com as suas exigências. Ele calcula, a começar pelos seus interesses pessoais, procurando lucro e utilidade para si próprio.

Sua atividade apresenta-se como que atômica, sem relações com as dos outros produtores. Ele não pôde representá-la de outra forma, pois a interdependência dos produtores se manifesta na troca de maneira que as relações entre os homens se encontram dissimuladas pelas relações entre as coisas.

Mas, se a consciência do produtor se limita às relações interindividuais, ela se amplia, ao contrário, ao espetáculo permanente da luta entre os homens. Porque todo produtor se opõe aos outros produtores, tanto quanto aos concorrentes. O lucro de um não pôde ser obtido senão com o prejuízo de outro. E já que o caráter social da produção é dissimulado pela luta entre os produtores, o indivíduo imagina a sociedade como um conjunto de indivíduos que se opõem uns aos outros, possuindo cada um deles interesses particulares que se chocam na luta pela existência. A força centrípeta influe sobre o indivíduo, independentemente de sua consciência e de sua vontade. Do próprio indivíduo não emana senão uma força centrífuga.

Vamos mais longe. A propriedade privada condicionou a divisão dos homens em classes, na base de suas relações quanto aos meios de produção: uns se tornaram proprietários dos meios de produção, outros se viram privados da posse desses meios. Desse modo, as relações de produção se tornaram relações de senhor e escravo. Os homens privados dos meios de produção caíram sob o domínio daqueles que tinham a propriedade desses meios. Tudo isso conduziu a este resultado que, segundo a terminologia de Marx, deixou de ser uma "coletividade real", tornando-se uma "pseudo coletividade". Mas, como a formação da propriedade impediu o destino do indivíduo?

A CISÃO EM CLASSES

A articulação da sociedade em classes significava, segundo Marx e Engels, a disposição dos indivíduos sob determinadas classes. Em semelhante sociedade todo indivíduo é um espécime de sua classe, trazendo, desde o nascimento, a marca de sua origem social. Ele ocupará na sociedade uma situação relativa, não às suas qualidades individuais, mas às suas relações com essa ou aquela classe social. O fato de um indivíduo pertencer a uma classe determina, de antemão, as condições de sua vida privada e os quadros gerais de seu destino particular.

Eis porque, numa sociedade cindida em classes, é um contrassenso colocar o problema do destino do indivíduo em termos comuns e idênticos para todos os membros dessa sociedade. O problema não pode ser considerado senão do ponto de vista de determinadas classes sociais. A liberdade não existe senão para o proprietário dos meios de produção. O homem privado de tais meios continua escravo e explorado. Isto determina o destino da pessoa considerada como *trabalhador*.

A cisão da sociedade em classes engendrou necessariamente o Estado. Exteriormente, o Estado se apresenta como funcionando em nome da

sociedade e exprimindo o interesse geral. É bem assim que o definem os apologistas das classes possuidoras. Descrevem o Estado como sendo uma realidade superior às classes, distribuindo a mesma justiça a cada indivíduo. Na realidade, porém, como demonstrou o marxismo, o Estado não faz senão atestar que é, de fato, impossível a conciliação entre as classes. Está destinado a atenuar, pelo emprego da violência, os choques que se registam no interior da sociedade, e a mante-la nos limites da "ordem". Sua função essencial, na ordem interna, é reprimir, *manu militari*, as resistências do povo explorado. Ele é o instrumento de sua submissão ao poder dos exploradores.

Marx e Engels afirmam na sua obra *A Ideologia Alemã*: No seio dos sucedâneos de coletividade que existiram até agora, (Estados, etc.) a liberdade individual não existia senão para os indivíduos pertencentes à classe dominante, e isso só na medida em que eram membros dessa classe. A pseudo-coletividade, que até aqui tem unido os indivíduos, sempre se opôs a esses indivíduos como uma realidade independente. E, uma vez que essa pseudo-coletividade representava, de fato, a união de uma classe com outra, não podia ser outra coisa, em relação à classe dominante, a não ser uma coletividade absolutamente ilusória, ou, melhor ainda, um novo meio de domínio". (Marx e Engels, *Obras*, edição russa, tomo IV, página 65).

A exploração econômica, suscitada pelo aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, juntou-se a opressão política exercida pelo Estado, desde a sua formação. O indivíduo era duplamente oprimido. Estava submetido, tanto ao proprietário dos meios de produção, quanto ao Estado. A sociedade antinômica engendrou ainda uma terceira forma de escravidão da pessoa: — a escravidão espiritual. Assim, pois, o desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção conduziu, de um lado, à cisão da sociedade em classes e, de outro lado, à submissão do indivíduo, como trabalhador e como cidadão.

O capitalismo, que representa a forma suprema da sociedade antinômica, leva ao mais alto grau de intensidade a luta entre os homens — a luta de todos contra todos. Do mesmo modo, dá as formas mais complexas à condição submissa do trabalhador. É esse desenrolar inexorável do desenvolvimento social, tão particular às sociedades pre-socialistas, que o socialismo arruina radicalmente, substituindo esse determinismo por um novo determinismo de desenvolvimento da sociedade e do indivíduo.

CONSEQUENCIAS DA COLETIVIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

A base mais profunda das novas relações entre o indivíduo e a sociedade no regime socialista é a propriedade coletiva dos meios de produção. A consequência imediata do estabelecimento dessa propriedade coletiva dos meios de produção é a criação da *colaboração* entre os homens no curso dos processos de produção.

Quando é abolida a propriedade privada dos meios de produção e não há mais empresas privadas em concorrência recíproca, então são relações

de colaboração que se estabelecem entre os diferentes ramos da atividade produtiva. Essa assistência mútua não resulta de uma divisão do trabalho social que surge espontaneamente. É organizada e dirigida pelo Estado socialista que atende aos interesses de todos os membros da sociedade. Em tais condições, os vínculos de trabalho de cada um com todos se tornam perfeitamente *conscientes*.

Na União Soviética, onde a propriedade coletiva e socialista dos meios de produção forma a base econômica do Estado, a atividade dos diferentes domínios da indústria e a de todas as empresas de um mesmo ramo industrial são reguladas por um único plano econômico.

No campo, não há mais empresas individuais dispersas, "atomizadas". Foram substituídas pelos koloses, que se baseiam no trabalho coletivo. Não há mais concorrência, nem entre as empresas e os operários que elas empregam, nem entre os produtores agrícolas. A concorrência foi substituída pelo trabalho coordenado, baseado num auxílio mútuo amigável.

A vitória da propriedade socialista que coloca todos os homens numa situação idêntica, em relação aos meios de produção, transforma por isso mesmo as relações de produção em relações de igualdade, solapando pela base a exploração econômica de uma classe por outras e excluindo a possibilidade de que uns se apropriem dos frutos do trabalho pelo qual outros não foram pagos.

Sob o regime capitalista, um homem que não possui nenhuma propriedade além de sua força de trabalho é obrigado a tornar-se escravo daqueles que possuem os meios de produção, pois ele não pode trabalhar senão com a sua autorização, e, por conseguinte, tem necessidade dessa autorização para viver. O socialismo destrói a barreira que separa o obreiro dos meios de produção, estabelecendo desse modo as condições necessárias a uma associação imediata entre a mão de obra e a produção. O socialismo arruina, assim, os fundamentos de toda dissociação entre homens, destruindo tudo aquilo que possa contrapor uns aos outros no domínio da concorrência.

Tudo isso significa que a guerra de todos contra todos, essencial à sociedade capitalista, é substituída, na sociedade socialista, por meio de relações de solidariedade e camaradagem entre os seus membros, de sorte que o interesse privado de cada trabalhador socialista se acha indissoluvelmente ligado ao interesse comum.

Os ideólogos e agentes de propaganda a serviço da burguesia empregam todos os seus esforços para caluniar os ideais socialistas da classe obreira, insinuando, particularmente, que o socialismo transforma o interesse coletivo numa espécie de "fetiche", negligencia os interesses particulares ou chega a negá-los completamente. Os apologistas do regime burguês têm gasto montanhas de papel para dissertar sobre o que se chama a "liberdade do indivíduo". É verdade que uma das divisas da burguesia, na época em que surgia na História, era precisamente a liberdade individual. Mas, qual a origem desse princípio? Qual a sua significação?

A LIBERDADE INDIVIDUAL

Ao surgir na História, a burguesia tinha necessidade de afastar as barreiras que, sob a forma de privilégios feudais das castas e do regime medieval, das corporações, entravavam a liberdade de empreendimento e acorrentavam a iniciativa pessoal do industrial e do comerciante. A luta da burguesia contra os entraves feudais cristalizou-se na exigência da "liberdade individual". Assim, pois, ao absolutismo opôs-se o liberalismo e aos privilégios de casta a livre concorrência econômica.

Tudo isso não era senão a expressão ideológica do fato de que as forças de produção tinham ultrapassado a medida das relações de produção feudais.

Segundo o camarada Stálin, "as novas forças produtivas exigem que o trabalhador possua um pouco de iniciativa, que tenha algum pendor e certo interesse pelo seu trabalho". Da mesma forma que, outrora, o senhor feudal preferia um servo a um escravo, o chefe de empresa capitalista preferirá um operário independente a um servo.

A transformação do trabalhador, que passou de servo a operário que aluga os seus serviços, e que, a título de proprietário de sua força de produção, mantém, para o futuro, relações de troca com o empregador, teve, de certo, uma importância considerável para o desenvolvimento da personalidade, favorecendo a expansão do sentimento pessoal.

Mas a transformação da força de produção do operário em mercadoria e a facilidade que tem o trabalhador de dispor dessa força, à sua maneira, não significam, de modo algum, a liberdade do operário. Ela não foi mais que uma nova modalidade de escravidão dos trabalhadores pelos capitalistas. Na sociedade capitalista, o obreiro não é mais propriedade do capitalista, porém está mais estreitamente acorrentado ao patrão do que Prometeu ao rochedo. Sob a liberdade exterior e ilusória do operário, liberdade de dispor de sua "mercadoria", percebe-se a força constangedora do capitalismo.

Essa pretensa liberdade é assim estigmatizada por Marx: "O antigo proprietário do dinheiro marcha à frente, com o rótulo de capitalista. O proprietário da força de produção o acompanha, na condição de obreiro. Um caçoa de um modo inteligente e não se entrega ao trabalho, e o outro anda sem animação, intratável como um homem que vendeu a própria pele no mercado e que não vislumbra senão esta perspectiva no futuro: — que sua pele vai ser curtida". (*O Capital*, ed. russa, pág. 196).

Em comparação com os regimes de produção que o precederam, o capitalismo, longe de debilitar, intensifica a exploração do homem em proporções incriveis, pois nenhuma classe explorada, no passado, enriqueceu tanto os seus exploradores como o proletariado tem enriquecido a burguesia. Nos sistemas precapitalistas, achando-se pouco desenvolvida a economia monetária, o processo de poupar encontrava um limite natural no consumo das classes exploradoras. Na economia capitalista, ao contrário, a reprodução incessante do capital é provocada pelo desejo ilimitado de acumular. E a transformação da mão de obra em mercadoria constitui precisamente a forma de exploração que melhor corresponde aos interesses de uma economia ilimitada.

Desmascarando as mentiras burguesas sobre a pretensa liberdade individual no regime capitalista, dizia Stálin: "Não me é fácil imaginar qual poderia ser "a liberdade individual" de um *chômeur* que tem fome e não encontra emprego para as suas forças. A verdadeira liberdade não existe senão onde se encontra abolida a exploração, onde se ignora a opressão de homens por outros homens, onde não há *chômage*, nem pauperismo, onde o homem deixou de tremer de medo ao pensar que pode perder no dia seguinte o seu emprego, sua casa e seu pão.

Sómente uma sociedade dessa natureza torna possível a liberdade autêntica, e não nominal. — a liberdade individual ou outra qualquer liberdade".

E' o socialismo que cria uma verdadeira liberdade individual. E êle cria essa liberdade ao libertar o homem da necessidade de trabalhar servilmente por conta de senhores, capitalistas e parasitas que enriquecem às custas da força e da capacidade de trabalho das classes laboriosas.

Sob o regime socialista, o sobre-trabalho aproveita a toda a sociedade, aos trabalhadores. Não pode ser alienado em proveito das classes exploradoras, que deixam de existir. O socialismo é o único a reconhecer que, de fato, os interesses do indivíduo devem encontrar completa satisfação no seio da sociedade. E' ele que confirma os princípios fundamentais não só da primeira fase do comunismo, mas também, e com maior razão, da sua fase superior. O princípio da primeira fase é: "De cada um segundo a sua capacidade, e a cada um segundo o seu trabalho". E este é o princípio da fase superior: "De cada um segundo sua capacidade, e a cada um segundo suas necessidades". Essas duas fórmulas exprimem o cuidado que tem a sociedade de garantir a cada um de seus membros o desenvolvimento integral de suas aptidões, encontrando um emprego para elas.

Essas duas fórmulas exprimem, além disso, as obrigações da sociedade em relação às necessidades pessoais do indivíduo. A fórmula da fase superior do comunismo proclama a satisfação integral dessas necessidades individuais. Tomadas em conjunto, essas duas fórmulas exprimem um tal desenvolvimento progressivo da sociedade, que torna possível uma satisfação sempre crescente das tendências e necessidades, tanto do obreiro como do consumidor.

INTERESSES DO INDIVÍDUO E DA COLETIVIDADE

Deste modo, as divisas do comunismo, tanto de sua primeira fase como de sua fase superior, afirmam que os regimes socialista e comunista não significam, de modo algum, o sacrifício dos interesses particulares em proveito do interesse geral. Os princípios do socialismo e do comunismo confirmam que, conforme declara o camarada Stálin, "não há e nem deve haver contradição insuperável entre os indivíduos e a coletividade, entre os interesses individuais e os interesses da coletividade". (*Problemas do leninismo* — 10.^a edição russa, pág. 602).

O princípio comunista "de cada um segundo a sua capacidade" exprime não sómente o direito, mas ainda o dever que tem o indivíduo de

trabalhar de conformidade com as suas aptidões. E a sociedade exige isso do indivíduo pelo simples fato de que tal exigência corresponde aos interesses da sociedade. A sociedade socialista tem todo o interesse em ver as aptidões úteis do indivíduo se desenvolverem integral e livremente, e não em que elas permaneçam inexploradas. Quanto mais as forças individuais do homem se desenvolvem e encontram uma função socialmente útil, tanto maior é a influência e a prosperidade da sociedade. Ao mesmo tempo, porém, a realização integral das faculdades do indivíduo constitui o interesse supremo desse mesmo indivíduo. Uma pessoa experimenta uma satisfação tanto maior quanto maior for também a sua possibilidade de desenvolver e manifestar suas aptidões e é aí que ela tem melhor oportunidade para se afirmar. A liberdade individual consiste precisamente na liberdade de agir de conformidade com os dons e aptidões socialmente úteis. E isso só é possível numa sociedade socialista.

“Só uma coletividade autêntica — dizem Marx e Engels — dá ao indivíduo os meios que lhe permitem desenvolver integralmente as suas faculdades e aptidões e, conseqüentemente, a liberdade individual não é possível senão no seio de uma verdadeira coletividade”. (Marx e Engels. *Obras*, tomo IV, pág. 65, edição russa).

No seu romance *A Cidadela*, o escritor inglês Cronin descreve o amargo destino do médico Andrew Manson, que tem iniciativa e entusiasmo, está animado do desejo de fazer progredir a medicina, afim de cuidar melhor dos mineiros de sua clientela. Mas todas as suas inovações se chocam contra a cidadela da inércia, da rotina, do espírito de lucro da classe médica. Andrew Manson e seu amigo Dummy se revoltam contra a cidadela e o “sistema” legal sobre o qual ela se baseia. O “sistema” faz com que os pulmões dos mineiros sejam atacados pelo pó de carvão. O “sistema” cria condições insalubres e anormais para os cuidados médicos, preserva o caráter hermético, o caráter de casta da corporação dos facultativos, e torna difíceis todas as tentativas para fazer progredir o trabalho científico. O que Andrew deseja é uma coletividade verdadeira. “Como seria maravilhoso — diz êle — se nos reuníssemos para fundar uma comunidade de pioneiros que, formando uma totalidade científica e espiritual, tivesse coragem de lutar contra os preconceitos, derrubar os velhos ídolos e, talvez, iniciar uma verdadeira revolução na profissão médica!”.

O escritor francês Louis Céline, no seu romance *Voyage au bout de la Nuit* descreve a seguinte cena: — O herói do romance acaba de se engajar entre os operários de Ford. Ele declara ao médico que o examina: “O senhor sabe, eu tenho instrução e até cheguei a estudar medicina”. . . E o doutor lhe responde: “Os seus estudos, aqui, não lhe servirão de coisa alguma, rapaz. Você não veio aqui pensar, mas para executar aquilo que mandarão você fazer. . . Não temos necessidade de imaginativos em nossa usina. Precisamos apenas de chipanzés. Mais um conselho: Não fale mais de sua inteligência. Pensarão aqui por você, meu amigo”.

“Não fale mais de sua inteligência” — eis o cinismo do burguês contemporâneo, com sua escolha de frases ilusórias sobre a pretensa “liberdade individual”, fruto suposto do regime burguês. E quando o comunis-

mo grava em sua bandeira “de cada um segundo a sua capacidade”, proclama aí mesmo sua ruptura mais profunda e mais fundamental com toda a historia passada das relações sociais e dos laços existentes entre o indivíduo e a sociedade.

A historia da construção do socialismo na União Soviética é a grande epopéia do desenvolvimento de novas camadas sociais numa atividade produtiva e social, desenvolvimento êsse favorecido pelos cuidados incessantes do Partido e do regime soviético, e que permite ao povo a expansão de suas faculdades, multiplicando e reforçando as forças e as aptidões dos indivíduos.

O Comitê Central do Partido Comunista da U. R. S. S. dizia em sua mensagem aos eleitores, em 6 de dezembro de 1937: “A particularidade do regime soviético consiste em que êle garante o rápido desenvolvimento dos indivíduos, de suas aptidões, de seus talentos, de modo que homens ainda ontem pouco conhecidos podem se tornar, dentro de pouco tempo, personalidades célebres, dignas do respeito universal”.

Pela primeira vez na história da humanidade, a União Soviética tornou possível o acesso à fama de inúmeros elementos da massa popular. Quantas vidas emocionantes, à força de serem belas (vidas de homens do povo), conhece a realidade soviética! Quantos nomes destinados ao anonimato ou apagados num regime de domínio das classes exploradoras se tornaram gloriosos em toda a imensidade do nosso país!

A promoção em massa, em todos os ramos de atividade, de homens do povo; a criação de condições que permitem a expansão de suas faculdades, tudo isto ocupa um lugar dos mais importantes nas preocupações do partido bolchevique e do Estado soviético.

A FUNÇÃO DOS SINDICATOS

No momento em que se passou do período de guerra civil e de intervenção militar ao da construção pacífica e quando se fixou o problema dos objetivos que os sindicatos profissionais deviam perseguir, Lênin e Stálin defenderam vitoriosamente, contra os trotskistas e burrarinistas o princípio segundo o qual os sindicatos constituíam uma escola de comunismo. Esse ponto de vista sobre as finalidades sindicais era ditado pela ideia de que era preciso atrair as maiores massas para a obra de criação ativa da economia socialista, que era preciso cultivar os talentos ocultos nas profundezas populares, criando um meio em que as aptidões e capacidades pudessem surgir e desenvolver-se favoravelmente. Ao definir aquilo a que chamava “as transmissões e as alavancas” do sistema de ditadura do proletariado, o camarada Stálin podia escrever:

“Trata-se aí, em primeiro lugar, de *sindicatos* profissionais, com ramificações central e locais de organizações industriais, culturais, educacionais, etc. Essas organizações abarcam obreiros de todos os domínios. Não são organizações do Partido. Poder-se-ia chamar os sindicatos de organizações exaustivas da classe obreira que domina entre nós”. Elas constituem a escola do comunismo. Seleccionam os melhores entre os seus aderentes para lhes confiar o trabalho de direção em todos os ramos de sua

atividade. Asseguram a união entre os elementos avançados e os elementos retardados da classe trabalhadora. Unem as massas obreiras na vanguarda da classe operária". (*Problemas do leninismo*, 11.ª edição russa, pág. 119).

O desenvolvimento das aptidões e do talento e a promoção de homens do povo dotados do dom de organização são favorecidos pela "competição socialista", que se tornou uma alavanca poderosa de intensificação da iniciativa criadora no seio das massas.

Os defensores do capitalismo fazem o elogio da concorrência, afirmando que ela desenvolve a audácia, o espírito de empreendimento, etc. Na realidade, como o indica Lênin, a concorrência, no regime capitalista, significa "uma repressão, de uma ferocidade inaudita, da iniciativa, da energia, do espírito de empreendimento da massa popular, da grande maioria da população, de 99% dos trabalhadores. Ele significa a competição da *escroquerie* financeira, do despotismo, da bajulação no mais alto grau". (*Obras*, T. XXII, edição russa, pág. 158).

A competição socialista, ao contrário, atrai os trabalhadores "para um campo de ação em que eles possam se revelar, desenvolver as suas aptidões, manifestar a sua inteligência, inteligência essa da qual o povo constitui uma mina de riqueza inesgotável, e que o capitalismo calcava aos pés e arruinava por milhares e milhões." (*Ibid.*)

UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Na realização do princípio comunista "de cada um segundo a sua capacidade", o papel principal é desempenhado pelo sistema de educação na URSS. O capitalismo conhece o singular contraste entre a população, cada vez mais intimamente ligada à ciência, e o produtor que dela está cada vez mais resolutamente desviado. É verdade que, na produção capitalista, de maquinismo desenvolvido, há necessidade de operários mais instruídos e mais inteligentes que sob o regime feudal, de forma que a burguesia no poder se vê forçada a conceder aos operários, no seu próprio interesse, alguns nacos do saber. E não são mais que nacos os conhecimentos mais elementares que ministra a escola pública. Os estabelecimentos de ensino secundário e superior não existem senão para os filhos das classes dominantes. A cultura superior, especializada, representa um privilégio precioso do organizador. Nessas condições, ela assume o caráter de uma mercadoria extremamente cara, acessível à minoria. Paralelamente a uma certa democratização do ensino elementar, mantém-se, assim, o caráter aristocrático do ensino superior.

O Estado socialista não conhece nada de semelhante, no mundo inteiro, quanto à escala de democratização do ensino secundário e superior. Isso não demonstra que a atividade do Estado soviético visa desenvolver as forças intelectuais do indivíduo, suas aptidões e seu talento?

Um movimento do tipo estarranovista não poderia florescer senão no terreno do regime soviético. Ora, seus iniciadores se distinguem precisamente pela criação de novas formas e novos métodos na organização do processo de produção.

Tal é o meio engendrado pelo socialismo, e que favorece de diversas maneiras o desenvolvimento das aptidões e do talento da personalidade.

Só esse meio tornou possível o aparecimento de milhares e milhares de homens que têm sido objeto de distinções honoríficas, por parte do governo, pelos seus trabalhos de utilidade social. Seus nomes se tornaram famosos em todo o nosso país.

Nenhum regime social, antes do socialismo, viu a glorificação em massa de nomes de homens do povo. Os escravistas, desejando rebaixar a dignidade pessoal do escravo, proibiam-no de usar um nome. Os imperialistas alemães ressuscitaram essa tradição escravocrata, e, com o objetivo de rebaixar da mesma sorte a dignidade pessoal de seus cativos, substituíram por números os nomes de suas vítimas. As classes dominantes da sociedade capitalista não privam os trabalhadores de seus nomes, mas deixam que eles fiquem no anonimato.

Poder-se-á encontrar nas colunas da imprensa capitalista contemporânea a glorificação de nomes de homens do povo?

No mundo só há um país onde milhares de nomes de homens do povo conseguem uma grande notoriedade e são envolvidos numa atmosfera de admiração e respeito universais. Esse país é a nossa União Soviética. Isso não demonstra que em nenhuma parte do mundo o homem se coloca em tão alto pedestal como na União Soviética, e que em nenhuma outra parte os direitos do indivíduo gozam de tanta consideração como na URSS?

UMA DEMOCRACIA ECONÔMICA

O país soviético é o único no mundo em que todos os trabalhadores participam ativamente da discussão e solução de problemas da organização econômica e da direção da produção. O sistema econômico socialista cria pela primeira vez uma democracia econômica autêntica, que seria inconcebível nas condições de produção capitalista. Somente o sistema econômico soviético conhece as formas diversas e numerosas da atividade produtiva das massas, tais como as conferências dos ativistas, as reuniões plenárias de obreiros que discutem os planos de produção, conferências cotidianas sobre produção, revistas coletivas, etc. Foi na União Soviética que, pela primeira vez na história da humanidade, milhões de camponeses, reunidos em kolroses, encontraram uma forma de organização que faz do kolrosiano um participante ativo da obra de construção de sua kolrose e da economia agrícola de todo o país.

O casal Webb escreveu no seu livro *URSS, uma Nova Civilização*: "O que mais impressiona o observador é a própria existência dessas 240.000 comunas espalhadas por toda a União Soviética e construindo, cada uma delas, a sua vida própria, segundo as leis e os regulamentos comuns a todos os kolrosianos — não a famílias isoladas, mas a quantidades de membros de uma coletividade que nela conjugam os seus interesses. Quão instrutivos devem ser os infinitos debates durante as reuniões kolrosianas! Como é nova e fresca a atmosfera em que progredem os vinte ou trinta milhões de membros das kolroses!"

O socialismo não só promove a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade o desenvolvimento máximo de suas aptidões, como também garante um salário proporcional à quantidade e à qualidade do trabalho fornecido, o que é de tanto interesse para o indivíduo como para a sociedade. Uma ilustração impressionante desse estado de coisas é apresentada pelo movimento estarranovista, cujo aparecimento e desenvolvimento foram favorecidos pelo auxílio material dos operários e dos kolrosianos. A fórmula "de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho" dá a única solução verdadeira do problema da conciliação dos interesses privados e do interesse geral sob o regime socialista. Desse modo, o Partido e o Governo estão atentos à correta realização do princípio socialista. De cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo a qualidade de seu trabalho".

A LIBERDADE POLÍTICA NAS DEMOCRACIAS BURGUESAS

A autêntica democracia econômica, cujo primeiro exemplo é fornecido pela URSS, corresponde a uma forma suprema da democracia política: à liberdade do indivíduo, como trabalhador, corresponde a sua liberdade como cidadão. Sob o regime capitalista, o proletariado, no meio da luta de classes, conseguiu obter certas liberdades políticas elementares. Não se pode subestimar a significação histórica dessas liberdades. A república democrático-burguesa, sendo uma forma de domínio político da burguesia, apresenta, em relação ao Estado escravista e feudal, essa vantagem histórica de permitir que o proletariado se una e concentre suas forças.

"Sem o regime parlamentar e eleitoral, — diz Lênin — o desenvolvimento da classe obreira teria sido impossível." Eis porque Lênin julgava que a República democrático-burguesa representava um progresso, sob o ponto de vista da evolução mundial da sociedade.

Mas o leninismo ensina que a "democracia burguesa", sendo um grande progresso histórico em relação à Idade Média, continuará sempre — e não poderá deter-se — uma democracia estreita, escandalosa, falsa, hipócrita, paraíso dos ricos, cilada e embuste para os explorados, para os pobres." (Lênin, *Obras*, volume XXIII, pág. 346.)

E na época do capitalismo dos trustes, os imperialistas mais desavergonhados, os mais celerados lançam mão, sem cerimônia, de métodos abertamente terroristas de opressão dos trabalhadores, atiram-se aos meios de uma violência cínica, retornando, assim, à escravidão e à Idade Média. Foi o que nos mostrou o fascismo. Sob os regimes imperialistas, mesmo as liberdades elementares que o proletariado pôde conquistar são constantemente ameaçadas pelos elementos reacionários que estão tanto mais dispostos aos piores excessos quanto maior fôr a tendência do operariado para afirmar os seus direitos elementares.

SOCIEDADE SOCIALISTA — A VERDADEIRA DEMOCRACIA

Só o socialismo torna a democracia popular autêntica e não nominal. O democratismo soviético "não é — diz o camarada Stálin — um

democratismo "ordinário", "banal", mas um democratismo *socialista*. Como numa sociedade socialista não existe mais classe dominante, nem classes oprimidas, e como os homens não se distinguem mais de conformidade com essas divisões, o estatuto jurídico da pessoa não depende mais de sua dependência dessa ou daquela classe. Mas, simultaneamente com o desaparecimento das diferenças de estatuto jurídico que haviam sido criadas pela estrutura antinômica da sociedade de classes, desaparecem também as diferenças jurídicas relativas à nacionalidade e ao sexo. Eis porque "não são mais a fortuna, a origem, o sexo ou a situação que determinam a posição de cada cidadão, mas as aptidões individuais e o trabalho pessoal de cada um." (Stálin.)

Se nas relações de produção entre os homens não há igualdade e, por conseguinte, nem liberdade individual, então, não pode haver aí verdadeira liberdade na vida política da sociedade — essa liberdade que foi oficialmente reconhecida e proclamada. Nesse caso, ela continuará a ser, inevitavelmente, uma liberdade nominal. Ora, qual a distância entre essa liberdade nominal e a liberdade real? O escritor Tchernitchevski disse muito bem nestas linhas: "Não é proibido, leitor, que comamos na baixela de ouro. Desgraçadamente, leitor, não temos essa baixela, e, sem dúvida, jamais teremos os meios que nos permitam realizar essa idéia encantadora..." A democracia formal assemelha-se precisamente a essa falta da proibição de comer na baixela de ouro.

Ora, a Constituição estalinista apresenta, como característica essencial, o facto de que os direitos e as liberdades do cidadão, que ela define em termos legais, possuem uma base material que os garante. Nossa Constituição soviética "não se limita, pura e simplesmente, a proclamar as liberdades democráticas. Ela garante legalmente tais liberdades por meio de certos instrumentos materiais". (Stálin.)

Assim, pois, o direito ao trabalho é garantido pela própria natureza do sistema econômico socialista, que exclue a possibilidade de crises ou de *chômage*. E, da mesma sorte, em relação a todos os outros direitos e liberdades. Essa particularidade da democracia soviética permitiu que Lênin dissesse, de maneira a mais categórica, desde o alvorecer do nosso regime: "A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática que todas as democracias burguesas. O regime soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática das repúblicas burguesas..." "Existe um só país no mundo, entre os países burgueses mais democráticos, onde o jovem trabalhador rural, de tipo médio, qualquer que seja, ou não importa que camponês semi-proletário (isto é, um representante da massa oprimida, da imensa maioria da população), tenha gozado, nem que fôsse de longe, dessa *liberdade* de organizar reuniões nos locais mais luxuosos, dessa liberdade de possuir para exprimir suas idéias, para defender seus interesses, as tipografias mais importantes, as mais belas fábricas de papel, dessa liberdade, enfim, de apresentar, para o governo e para a direção do Estado, homens de sua classe, como na Rússia soviética? (*Obras*, tomo XXIII, pág. 350).

A democracia soviética é uma democracia autenticamente popular. E justamente por ser assim é que não cessa de estar exposta aos ataques dos círculos reacionários do exterior. O caráter limitado do espírito

burguês consiste, em particular, em que êle erige como princípios eternos e imutáveis tôdas as gases da sociedade burguesa. E já que nessa sociedade dilacerada pelos antagonismos de classes se desenrola, inevitavelmente, a luta entre os diversos partidos que representam os interesses de classes opostas, os ideólogos da burguesia são incapazes de conceber uma sociedade amalgamada numa unidade moral e política e, conseqüentemente, *Merita* da luta dos partidos.

Uma das particularidades distintivas da democracia soviética é precisamente a multiplicidade das formas que ela pode aplicar. Lênin indicava que essa polivalência do regime soviético constitui justamente a garantia de sua vitalidade, o penhor do sucesso em busca do bem comum. "A variedade é preciosa. Enriquece a experiência de todos, torna mais seguro e mais rápido o sucesso do socialismo, permite elaborar ao contacto dos factos, pois não existe outro meio. São os melhores processos e instrumentos da nossa luta." (*Obras*, tomo XXII, pág. 167.)

PARTIDO ÚNICO

Nenhum país no mundo conhece um nível tão elevado e formas tão variadas da atividade política das massas como a URSS. Em nenhuma outra parte encontrar-se-ão tantas organizações sociais de toda natureza como no país dos soviets. Mas nosso país ignora as classes que se opõem reciprocamente, e isso porque não há e nem pode haver entre nós partidos que se oponham uns aos outros. "Nossa sociedade — dizia o camarada Stálin no curso de sua conversa com Roy Howard — compõe-se unicamente de livres trabalhadores da cidade e do campo, de operários, camponeses e intelectuais. Nenhuma dessas camadas pode ter interesses particulares e refleti-los através das numerosas organizações sociais existentes. Desde quando não existam classes, desde o momento em que só permanece uma certa diferença que não é de modo algum fundamental entre as diversas camadas da sociedade socialista, aí não pode haver ambiente propício à criação de partidos antagônicos. Onde não existe uma pluralidade de classes não pode haver pluralidade de partidos, pois um partido não é senão um fragmento de uma classe."

A existência, em nosso país, de um só partido — o partido dos bolcheviques, objeto de toda a confiança do povo — é a expressão da unidade moral e política da sociedade socialista. A presença, à frente do nosso povo, do partido dos bolcheviques, é precisamente a fonte mais importante de sua autêntica liberdade. Porque, como dizia Engels, a liberdade é a possibilidade de agir com conhecimento de causa. E' esse conhecimento que ministra ao povo o grande partido de Lênin e Stálin — partido armado de uma doutrina aperfeiçoada, de uma ciência das leis do desenvolvimento das sociedades e das leis da luta política. Nosso partido é o mestre experiente, o guia do povo. Ele é que organiza sua educação política, que lhe dá o conhecimento das condições e dos meios de sua vitória.

O camarada Molotov dizia na sua mensagem sobre o 28.º aniversário da Grande Revolução socialista de outubro: "Todos os Estados não se

acham em condições de encarregar-se da tarefa da educação política do povo. E quando os Estados fascistas se encarregavam disso, não resultava outra coisa senão a violência em relação à vida espiritual, à cultura e direitos do povo. As vantagens da democracia soviética foram postas em evidência, particularmente pela URSS, durante a guerra. A União Soviética passou pela prova de fogo da guerra, dela saindo ainda mais forte, como um Estado autenticamente popular. Cabe-se que a responsabilidade na obra da educação política de nosso povo repousa sobre os ombros do Partido Comunista. Os sucessos nesse domínio se devem, antes de tudo, ao nosso grande partido. Eis porque o povo soviético empresta um sentido profundo às palavras que definem o chefe do partido bolchevique, quando êle diz com reconhecimento e imenso amor: "Nosso mestre, nosso pai, nosso chefe, o camarada Stálin."

Essa ação educativa do partido e da democracia soviética sobre a consciência e a conduta do homem tem sido freqüentemente caluniada pelos inimigos do socialismo, os quais apresentam essa ação como uma "tutela" exercida sobre o indivíduo, como uma "intervenção" nos seus direitos espirituais, como uma "ofensa" à sua autonomia.

Mas, quando e onde o instinto se encontrou a salvo de uma influência exercida sobre êle pela sociedade e pelo Estado? "L'homme est tout éducation", diziam os materialistas franceses.

Marx ironiza a declaração de Stirner: "Só um santo do tipo do nosso Sancho poderia ter a idéia de separar o desenvolvimento dos homens do da "sociedade" em que vivem êsses mesmos homens..." (Marx e Engels, *Obras*, tomo IV, pág. 193.) Os apologistas do capitalismo lisonjeiam a pretensa "não-intervenção" do Estado e da sociedade na vida privada do indivíduo. Para infamar o socialismo, pretendem que êste visa exercer um controle ilimitado sobre a atividade do indivíduo, transformar a opinião pública pelo exercício de uma ditadura sobre o indivíduo, destruir a variedade entre indivíduos e instalar um "monismo social e moral".

O ESTADO BURGUEÊS E A AUTONOMIA DA PESSOA HUMANA

Na realidade, a pretensa autonomia da pessoa humana na sociedade burguesa é pura ficção, porque ela envolve inteiramente o indivíduo com os seus tentáculos, faz incursões na esfera de seus valores intelectuais e morais, em tôdas as manifestações de sua atividade, mutila a pessoa em proveito dos interesses das classes superiores. Marx caracterizou com muita felicidade a atividade da classe exploradora, dirigida no sentido da submissão total do trabalhador aos interesses de seus patrões. "Todos os órgãos do Estado, — dizia êle — tornam-se o ouvido, os olhos, as mãos e pés por meio dos quais o interesse do proprietário ouve, espregueira, aprecia, defende e captura." (Marx e Engels, *Obras* tomo I, pág. 242.)

Nada mais resta à pessoa humana senão consolar-se com a ilusão de sua "autonomia", porque, com efeito, a sociedade capitalista não deixa fora de suas intervenções mais enérgicas o menor recanto para a existência do indivíduo. Para influenciar a pessoa humana e amoldá-la de

conformidade com os desejos das classes dominantes, estas põem em ação toda a potência do Estado, a legislação, o aparelho administrativo, os tribunais, a escola, a igreja, a imprensa, etc. No domínio da utilização integral do poder estatal, a burguesia deixou muito atrás todas as outras classes exploradoras.

O escravista contentava-se com o corpo de seu escravo. O capitalista quer também a alma do operário. O trabalhador que almeja sua emancipação vê-se obrigado a superar a ideologia corruptora da classe dominante, que mutila a consciência dos trabalhadores, fecha-lhes os olhos à sua própria situação real, envolve-os numa teia compacta de embustes e erros. Nenhuma classe dominante jamais chegou à perfeição atingida pela burguesia na obra de encarceramento espiritual dos trabalhadores. Da famosa "não intervenção" na esfera intelectual e moral da pessoa humana, da "autonomia" pessoal de que tanto se fala, não resta vestígio.

O *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, diz, dirigindo-se aos apologistas do regime burguês: "E vosso sistema de educação não é determinado pela sociedade? Não é determinado pelas relações sociais em que exercéis vossa função de educadores, pela intervenção, direta ou indireta, da sociedade através da escola? Os comunistas não inventaram a influência da sociedade sobre a educação. Eles não fazem mais que modificar o caráter da educação, subtraindo-a à influência da classe dominante". (*Manifesto do Partido Comunista*, págs. 49-50, 1939.)

O socialismo foi chamado a cumprir grandiosa missão emancipadora, não só no domínio material, como também no do espírito. A vida intelectual da sociedade capitalista se caracteriza por uma mentalidade individualista. Nenhum outro regime social tinha expresso essa mentalidade individualista com tanto relevo como o capitalismo. Só um mundo burguês pôde engendrar desígnios que conduzem o indivíduo ao absoluto, exagerando ao extremo as suas exigências.

Foi aí que nasceram aquelas concepções segundo as quais existe uma antinomia insolúvel entre o indivíduo e a sociedade, e as teorias pseudo-científicas, estabelecendo que a totalidade, em virtude de leis "imanescentes" de seu ser, tende a submeter as suas partes, e que a individualidade, caso deseje se manter, deve revoltar-se contra o todo. O anarquista Max Stirner chegou à negação integral de toda norma social e à apoteose do "único". Henrik Ibsen afirmou que "o homem mais poderoso é aquele que vive mais solitário". A filosofia burguesa engendrou teorias anti-sociais sobre a relatividade e a dependência de todos os valores, — engendrou o pessimismo, o amoralismo nietzscheniano, que caracteriza as tendências associadas e amorais do homem, que prega o culto da individualidade e que canta o "superhomem" aristocrático situado "além do bem e do mal". A fuga do mundo — tal é o motivo central dessa filosofia. Seus sectários proferem: "longe do mundo", "os olhos estão fechados ao mundo", "Eu me tranquei para sempre na torre de janelas pintadas", etc.

A moral burguesa está impregnada de normas e regras estreitamente egoístas. Definindo essa moral, Lênin escrevia: "Se sou senhor de tal terreno, desinteresse-me do meu vizinho. Se este tem fome,

venderei mais caro o meu trigo. Desde que tenha uma situação de médico, engenheiro, professor, empregado, os outros me são indiferentes." (*Obras*, tomo XXV, pág. 393.)

A MORAL BURGUESA E O ESPÍRITO DE COLETIVIDADE

A burguesia dominante sempre tentou e ainda se esforça no sentido de viciar a consciência dos trabalhadores por meio das ilusões individualistas, de corrompê-los com a sua moral egoísta. Ela fez da mentalidade individualista uma arma na luta das classes. No fim do século passado, no curso da evolução tumultuosa do capitalismo americano, certo gênero de literatura obteve um sucesso colossal: — "as narrativas de negócios". De ordinário, eram histórias de homens que obtiveram "sucesso", miseráveis que, graças unicamente à sua energia pessoal e ao seu "desembaraço, se tornavam alguém na vida".

E' simples a significação dessa propaganda que serve tão bem à imprensa como ao teatro e ao cinema capitalistas: ela se destina a evitar a unificação das forças dos trabalhadores. Essa propaganda visa destruir a fé no interesse comum, todo espírito de camaradagem. A forma mais simples da unidade da classe obreira, o contrato coletivo, abala os interesses egoístas da classe burguesa. Do mesmo modo, por meio de todos os meios ideológicos de que dispõe, a burguesia se esforça por impedir a penetração das normas de auxílio mútuo amigável na consciência dos trabalhadores. Assim, o capitalismo solapa por todas as formas o espírito de coletividade, impregnando o tecido social e a consciência coletiva do veneno da desunião. Mas, já nas profundezas do próprio capitalismo sazonal a força que mais se opõe a essa influência funesta do individualismo burguês. Essa força é o proletariado, que tende, no seu próprio meio e nos meios de todos os trabalhadores, a superar as contradições dos interesses privados e a cultivar, cada vez mais intensamente, o espírito da disciplina amigável na luta contra os inimigos de classe. Todavia, enquanto o capitalismo não fôr destruído, permanecem as raízes da mentalidade individualista. Só a revolução socialista inaugura a transformação radical da mentalidade capitalista na consciência das massas. A base desse processo de purificação é fornecida pelas novas condições da vida material que cria a transformação socialista da sociedade.

A mentalidade individualista, que tem sido alimentada pelo capitalismo e que corresponde à economia capitalista, entra em contradição com a economia socialista, com o caráter socialista da produção social. E tal contradição não pode ser superada senão pelo desenvolvimento da consciência comunista. Mas uma mentalidade nova não pode surgir espontaneamente. Daí a tarefa que cabe ao partido bolchevique e ao Estado socialista — a tarefa de influenciar a consciência dos homens, de educá-los no espírito do pensamento e do comportamento comunistas. Essa educação da consciência dos homens no espírito do comunismo é uma educação da consciência dos interesses comuns a todo o povo. "Comunista — explica Lênin — é uma palavra latina. Sociedade Comunista significa que tudo se encontra em comum: a terra, as usinas, o

trabalho em comum. Eis o que é o comunismo." (*Obras*, tomo XXV, pág. 394.) A consciência comunista num indivíduo é a consciência de ser um fragmento do grande exército do trabalho, a consciência de "que, para um comunista, toda a moralidade consiste nessa disciplina de coesão e de solidariedade". (*Ibid.*, pág. 393.)

E' essa educação dos homens no espírito da percepção de seus interesses comuns que os inimigos do socialismo se esforçam em desacreditar por meio de suas tagarelices sobre a mutilação da pessoa humana nos seus direitos soberanos, sobre a "ditadura popular", sobre a instrução. Caluniam não só o socialismo, como a própria natureza humana. E essa calúnia parte das profundezas da alma "pequeno-proprietária". Certos ideólogos burgueses, no momento em que fixavam o seu olhar sobre o elemento heróico na história, não reconheceram que existe numa façanha heróica qualquer coisa além de um cálculo egoísta ou de um ato de obediência passiva. "Aqueles que dizem que os homens realizam atos de heroísmo movidos pela facilidade, pela expectativa de um prazer ou de uma recompensa, espécie de ameixa passada com açúcar, seja neste mundo ou no outro, aqueles que dizem isto — afirmava Carlyle — caluniam a humanidade. No espírito do último dos mortais encontrar-se-á qualquer coisa de mais nobre que tais móveis. O soldado que prestou juramento e que marcha para a morte, possui a sua "honra de soldado", que se distingue do regulamento e do soldo. Realizar um alto feito generoso, e não achar boa qualquer guloseima — eis o que almeja, na realidade, o último dos filhos de Adão. Mostrai-lhe o caminho, e seu coração inflamar-se-á no fogo do heroísmo...'

O SOCIALISMO — CONDIÇÃO DA LIBERTAÇÃO DO INDIVÍDUO

O socialismo, que cuida de elevar cada vez mais o nível da consciência cívica da pessoa humana e que a exorta a servir heróicamente aos interesses da coletividade, já não apela para a "natureza", mas para tudo aquilo que há de nobre e elevado no homem. Mas o socialismo faz caso do interesse comum precisamente porque a satisfação desse interesse constitui uma condição indispensável à satisfação do interesse pessoal. Somente o socialismo é capaz de criar uma autêntica liberdade indivisível, e disso seria incapaz um indivíduo isolado. Este não poderia alcançá-la, a não ser agindo em harmonia com outros indivíduos, numa combinação de suas forças. Para realizar sua obra pessoal, o indivíduo deve realizar uma obra social. O camarada Stálin escrevia, refutando o anarquismo: "O marxismo e o anarquismo fundam-se em princípios inteiramente diversos, se bem que ambos entrem na liça sob a bandeira socialista. A pedra angular do anarquismo é a *pessoa humana*, cuja libertação, segundo os anarquistas, constitui a condição essencial da libertação das massas. Em outros termos, os anarquistas pensam que a libertação das massas é impossível enquanto não for alcançada a do indivíduo. Daí a sua divisa: "Tudo pelo indivíduo". A pedra angular do marxismo, ao contrário, é a *massa*, cuja libertação, segundo o mesmo marxismo, constitui a condição essencial para a libertação do indivíduo.

Em outras palavras, o marxismo é de opinião que a libertação do indivíduo não pode ser alcançada a não ser que se liberte a massa. Daí sua divisa: "Tudo para a massa": (Citado segundo a obra de L. Beria — *A Propósito da História das Organizações Bolcheviques na Transcaucásia*, págs. 100-101, 1941.)

Mas, se o indivíduo não se pode libertar antes da massa, resulta daí que o interesse comum não pode sobrepujar o interesse pessoal. E, desde que somente o socialismo e o comunismo tornam possível a libertação do indivíduo, eles exaltam do mesmo modo o princípio da sociabilidade. Colocar em primeiro lugar e fortalecer o princípio social não significa, de nenhum modo, diminuir a parte do interesse pessoal, mas, ao contrário, criar as condições necessárias à completa satisfação dos interesses pessoais.

Na sua conversa com Roy Howard, o camarada Stálin disse: "O senhor parece acreditar que, para construir a nossa sociedade socialista, fomos obrigados a sacrificar a liberdade individual e a sofrer privações. Sua pergunta deixa perceber essa idéia de que a sociedade socialista nega a liberdade individual.

"Não é verdade. Certamente, para construir tudo novo é preciso apertar o cinturão, economizar, comprimir temporariamente as necessidades, tomar emprestado. Se alguém deseja construir uma casa, começa a ganhar dinheiro, limitar as necessidades. Do contrário, a construção se torna problemática. Isto é tanto mais justo quando se trata de edificar toda uma nova sociedade humana. Era preciso recorrer à compressão temporária de certas exigências, economizar tudo, unir as forças. Foi o que fizemos, e construímos a sociedade socialista."

Os sacrifícios permitidos pelos homens soviéticos foram centuplicados, porque, criando a sociedade socialista, eles constituíram uma sólida base, garantindo o aumento ininterrupto do bem estar cultural e material do trabalhador, o que nenhum outro Estado é capaz de assegurar.

O *chômage* e a incerteza do dia de amanhã surgem de novo, agora que a guerra terminou, aos olhos dos trabalhadores dos países capitalistas, lembrando-lhes o caráter efêmero de sua liberdade individual. Os trabalhadores do país do socialismo sabem, pelo contrário, que a vitória alcançada por eles na guerra patriótica aproveitará a todos e que o bem comum do país, em nome do qual fizeram tantos sacrifícios, é e será ao mesmo tempo o bem individual de cada um.

OS DEVERES DO CIDADÃO DA U.R.S.S.

O socialismo consiste numa harmonia do interesse comum e do interesse particular. Correlativamente, o Estado socialista realiza uma educação do indivíduo que se destina a fazer com que ele transponha os limites do interesse particular no sentido estreito do vocábulo.

O Estado socialista inculca na pessoa a consciência de seu dever em relação aos interesses sociais, populares. A Constituição socialista também define, ao lado dos direitos, os deveres do cidadão da URSS em face da sociedade e do Estado. Todo cidadão soviético é obrigado a respeitar

a Constituição da URSS, a observar as leis do Estado soviético, salvaguardar a disciplina do trabalho, cumprir honestamente os seus deveres sociais e respeitar as regras da vida em comum da sociedade. A Constituição determina a cada membro da sociedade socialista o dever de trabalhar com consciência, segundo a sua capacidade. A Constituição da URSS determina a cada cidadão soviético o dever de proteger e engrandecer a propriedade comum, socialista, como a base sagrada e intangível do regime soviético, como a fonte da prosperidade e do poder da pátria, como a fonte de uma vida cômoda e civilizada para todos os trabalhadores.

O cidadão da URSS tem o dever sagrado de servir fielmente à pátria e defendê-la heróicamente contra o inimigo estrangeiro. O dever para com a pátria e o Estado soviético é o dever supremo do cidadão soviético. Ao mesmo tempo, o Estado soviético exige uma atenção vigilante e paternal para as necessidades individuais do cidadão, o que se reflete cada vez mais nos seus planos de economia nacional.

A guerra patriótica de 1941-1945, que o povo soviético terminou com tão brilhante vitória, pôs à prova as forças de cada homem soviético em particular. A vitória foi obtida pela atitude do homem soviético em face da sociedade, da pátria e do povo. Essa vitória foi alcançada pela sua atitude em relação ao camarada, ao amigo. A vitória foi forçada pela sua capacidade física, intelectual e moral. Por isso mesmo, a dura experiência da guerra demonstrou a superioridade da pessoa humana criada pelo regime socialista. Não admira que os estrangeiros que tenham sabido ver a URSS sem prevenção assinalem a grandeza do primeiro Estado socialista do mundo.

O casal Webb escreve: "Numa palavra, a URSS é o governo exercido por toda a população adulta organizada em coletividades de diversas ordens, provida cada uma delas de uma função especial e produzindo em conjunto todos os valores existentes no Estado. E quando, finalmente, observamos que elas elaboram um novo sistema filosófico e um novo código de moralidade, baseados numa nova concepção das relações do homem com o universo e dos deveres do homem para com o seu semelhante, é preciso confessar que estamos em presença de qualquer coisa que ultrapassa, e de muito, uma simples Constituição. Efetivamente, é preciso que formulemos esta pergunta: Não assistimos, na URSS., ao aparecimento de uma nova civilização?"

Hoje, após a vitória final e brilhante, sem exemplo na história da humanidade, da União Soviética, o povo soviético continua a construir a sociedade comunista, agitado por uma nova onda de entusiasmo. O camarada Molotov assinala: "Nunca se abriram diante de nós perspectivas tão amplas, nem tais possibilidades de expansão das forças da União Soviética, construtora do socialismo". E' um novo progresso, uma nova afirmação da potência do Estado soviético, um desenvolvimento original da democracia soviética. Isso significará um novo reforço do poder econômico, militar e cultural da sociedade soviética e ao mesmo tempo um novo e rápido desenvolvimento do indivíduo". (De *Bolchevik*, novembro de 1945, Moscou.)

Que Dizem Nossos Parlamentares

PARA QUE SERVE O MARXISMO?

... "O marxismo para nós é instrumento de análise, método científico que empregamos para melhor compreender os acontecimentos sociais, buscando a causa, principalmente econômica desses acontecimentos e ter, portanto, perspectivas, saber para onde vamos, porque ciência é previsão. Nós nos utilizamos da ciência marxista para procurar prever e isso, evidentemente, dentro da fragilidade humana, tanto mais quando se trata de fenômenos sociais. Se para os fenômenos da natureza é muitas vezes difícil prever — e as próprias teorias estão sendo diariamente enriquecidas, modificadas, ampliadas ou generalizadas, negando-se hoje o que foi verdade para os maiores cientistas durante séculos, — em ciência social é justamente mais difícil ainda, porque nós, que vamos utilizar essa ciência, participamos dos próprios acontecimentos, de modo que estamos sob a influência de nossos próprios interesses, das próprias relações de produção e das relações de classe em que vivemos".

(Prestes — Discurso na Assembléia Constituinte, em 23-5-46).

SOCIALIZAÇÃO DA MEDICINA — O deputado Rui Santos, num requerimento pedindo informações, disse o seguinte:

"Temos de olhar para as localidades onde a clínica civil não é possível no momento. Há localidades e localidades no Nordeste Brasileiro, onde as populações vivem à mercê do charlatanismo. São populações pobres, onde o médico chegando teria de ser mais um miserável. E aí só cabe uma providência ao poder público: uma tentativa de socialização. Claro que a socialização verdadeira, completa, não é possível, embora ideal. Seria um erro querer realizá-la, quando não temos socializada a produção. Mas, nas soluções parciais a serem tentadas, teremos de olhar para o exemplo vindo dos países onde já

se a tentou ou se a realiza com êxito. Assistência médica tem que ser dever do Estado, e não se cumpre um dever com a medicina individualista que se verifica entre nós. A condição de caçador de doentes faz-nos buscar os que pagam, fugindo aos que não remuneram. E' um fenômeno naturalíssimo. Tentar outra coisa, seria submeter-se à vida de miséria ainda maior. A assistência verdadeira, como a medicina verdadeira, seriam aquelas indeterminadas no que se referem a pessoas: uma medicina para todos, com diagnóstico precoce e tratamento o mais rápido e mais eficiente. E esta poder-se-ia praticá-la nos lugares onde a arte de curar ainda não chegou. Não com médicos mal remunerados, em postos mal aparelhados; mas com médicos em condições de realizar uma medicina una, perfeita, de resultados."

(Diário da Assembléia, 23-4-1946).

CARIDADE À CUSTA ALHEIA — O deputado Rui Santos apresentou uma sugestão ao Poder Executivo, da qual destacamos o seguinte trecho: ... "é de estranhar que, a essa altura da evolução do mundo, ainda se fale em "instituições de caridade". A saúde não é nem pode ser um favor, mas um direito. Mantendo o homem são, está o Estado tornando-o mais capaz e mais eficiente para si próprio, repercutindo porém essa capacidade e essa eficiência na coletividade.

As Santas Casas e Ordens que existem por este Brasil afora, fazem a caridade às custas dos profissionais da medicina, a quem ainda pagam salários mensais de cem, duzentos e trezentos cruzeiros. E não se argumente com a medicina-sacerdócio, já que não há lugar mais no mundo para ela, a não ser como atitude pessoal, e nunca como norma imposta, qual dispositivo de Código Deontológico. Não se argumente também com a aprendizagem que o profissional pode fazer com o material a mãos das enfermarias, certo que, em toda atividade, por força da repetição e da observação, há o aperfeiçoamento profissional. Se as Santas Casas, por *deficit* orçamentário, não suportam o atendimento ao salário mínimo, que as subvencione o Estado — o dever de assistência é seu — o bastante para que se dê o equilíbrio, sem sacrifício dos médicos. O que não se justifica é que os enfermeiros — colaboradores preciosos embora — ganhem o dobro daquêles a quem ajudam, e que burocracia dispendiosa e gabinetes luxuosos

tenham prioridades nas verbas da despesa. (Diário da Assembléia, de 24-4-1946).

ESSE PLINIO BARRETO! — Aparteando o deputado Gurgel do Amaral, que, por sinal, demonstrou ser o Sr. Plinio Barreto um simples advogado da plutocracia contra as massas trabalhadoras, s. s. afirmou, enfaticamente: "Sou contrario a todas as ideologias alienígenas". Será que a ideologia do sr. Plinio Barreto é produto de "geração espontânea"? Quando alguém, no Brasil, possuiu uma ideologia que não fosse importada? Certa vez, o sr. Plinio também afirmou ser contrario a qualquer forma de violência, esquecido, por certo, e com justa razão, de que o parto também é um ato cheio de violências...

INFORMANDO — Discutia-se, na sessão de 24 de abril, na Constituinte, a questão do açúcar. O deputado comunista José Crispim, então, forneceu uma informação curiosa... "Há poucos dias, estive em Piracicaba, cidade do interior paulista, onde existem seis usinas de açúcar, lá chamadas engenhos, nas quais trabalham, em média, 1.800 ou 2.000 operários. Pois bem: em Piracicaba há falta de açúcar no mercado livre, mas o produto é encontrado no câmbio negro!"

AINDA O AÇÚCAR — O deputado Carlos Pinto fez longo discurso, na Constituinte, sobre a questão do açúcar. Destacamos os seguintes trechos, com alguns dos apertes que recebeu:

"Declarou o Dr. Barbosa Lima Sobrinho que tinha em mãos documentação de lavradores adeptos do Instituto. Pode ter, mas será documentação dos que estão sendo beneficiados pelo Instituto, e esse número não representa mais de 10% dos sacrificados pelo Instituto.

E a prova disso é que, ao entrar nesta Assembléia, tive oportunidade de receber uma carta de Presidente Prudente, que nem sei onde fica.

A carta é de um humilde lavrador, homem que talvez nunca tenha assistido a uma fita de cinema, nem conhecido ainda o que seja um cassino.

Esse lavrador mora a 80 quilômetros da cidade, e diz o seguinte:

“Aqui é sertão. Tem um velho sertanejo, José Hipólito, possuidor de uma engenhoca movida por um cavalo. Tem dois tachos e fabrica rapadura, há 25 anos, açúcar e rapadura...

O *Sr. Lauro Lopes* — E' porque o Instituto não sabia. Do contrário teria mandado fechar a engenhoca.

O *Sr. Carlos Pinto* — ... para criar 10 filhos, 10 noras e 60 netos. Um belo dia, um agente fiscal...

O *Sr. Oscar Carneiro* — Parece que lá o Código Civil não chegou. O cidadão está criando 10 noras!

O SR. CARLOS PINTO — V. Ex.^a, com essa literatura mediana, com essa literatura lá de fora não consegue defender o Instituto do Açúcar e do Alcool, nem os seus interesses.

Esse homem, repito, tem 10 filhos, 10 noras e 60 netos.

O *Sr. Domingos Velasco* — E' o tipo da família brasileira. Isso é o Brasil. E do Brasil não se ri.

(*Trocam-se vários apertes. O Sr. Presidente, fazendo soar os tímpanos, reclama atenção*).

O SR. CARLOS PINTO — Continua a carta:

“Um belo dia, um distinto fiscal do Instituto do Açúcar e do Alcool, acompanhado por dois soldados, fez este grande sacrifício — 80 quilômetros, mas em luxuoso automovel — e fez esse pobre homem desmontar a engenhoca e inutilizar as duas tachas, furando-as.

O *Sr. Domingos Velasco* — Não é para rir.

O *Sr. Lauro Lopes* — Não é para rir, positivamente.

O SR. CARLOS PINTO — Isso fere os principios de humanidade de todo o mundo.

* * *

O SR. CARLOS PINTO — E os camponeses vão desaparecer num ambiente de doenças, de miséria e de fome.

E' uma vergonha falar-se em fome e miséria no Brasil, no entanto é esta a dura realidade nacional.

O que nos cumpre fazer, não é esconder a verdade, é, por amor ao Brasil, nos interessarmos pela resolução de tão grave problema.

Para resolvê-lo, nada devemos fazer, antes de cogitarmos do amparo e da proteção das populações rurais, em cujo trabalho se apoiam a vida e o progresso da nação.

Chicoteados como sempre foram pela preponderância das populações das cidades e pelos pesados tributos que aumentam de ano para ano em favor de melhores remunerações para o funcionalismo público, delas nada poderemos esperar senão o abandono da terra.

* * *

O SR. CARLOS PINTO — Senhores, enquanto, nas cidades, os poderes públicos cogitam de boas casas para os trabalhadores, na roça o camponês procura o sapé para cobrir o seu casebre de chão batido.

O *Sr. Juscelino Kubitscheck* — Isso porque o camponês é explorado pelos donos de latifúndios.

O SR. CARLOS PINTO — Muito bem. Chegarei lá.

Enquanto, nas cidades, são levantados hospitais e maternidades, no interior, as mulheres dão à luz como se fossem animais irracionais.

Enquanto, nas cidades, são construídas escolas e academias, no interior, o analfabetismo atravessa gerações e gerações.

Enquanto, na cidade, se organizam restaurantes populares, no interior, os homens que plantam e colhem os produtos necessários à alimentação sentem fome.

Em resumo, Senhores Representantes, o quadro para as populações das cidades e dos campos é hoje o seguinte:

O lavrador planta e colhe o café, no entanto bebe água doce. Enquanto isto acontece, o D. N. C. lança mão do próprio dinheiro do lavrador para dar gratuitamente aos torradores do Rio de Janeiro cento e poucos cruzeiros por saca de café torrado, para que o povo do Distrito Federal beba café mais barato.

O lavrador planta e colhe arrôz, no entanto alimenta-se de taio-ba e cangiquinha.

Para as cidades, enquanto a preocupação é ganhar muito e comer barato, para o lavrador falta tudo, falta roupa, falta comida, falta educação, falta justiça, e falta casa, só ainda não faltou miséria e valentia para pagar impostos, (*Muito bem. Palmas*). (*Diário da Assembléia*, de 24-4-1946).

UM BOM CONSELHO — “O mal do Brasil, como de quase tôdas as Repúblicas sul-americanas, é o sistema patriarcal de govêrno.

Isso representa um estágio menos desenvolvido de nossa economia e de nossa política. Somos, falando realisticamente, um país que avança a passos retardados para sua emancipação política e econômica. O nosso passado, como o da maioria das nações do continente, é de golpes de Estado, sangrentos ou brancos, de disputas pelo poder por grupos, com raras exceções cada qual defendendo um setor de interesses que não os nacionais. Nossa experiência é triste no particular da hipertrofia de poderes. Não raro, com honrosas exceções, o nosso Poder Executivo não passa de disfarçada ditadura. Sinto, ter de dizer essas verdades. De forma que, agora, quando elaboramos a Constituição, seria interessante lançarmos a vista para esse passado e essa experiência, tendo presentes não, vamos dizer, tradições que se dissessem abstratas, mas a própria realidade do país". (Caires de Brito, *Diário da Assembléia*, de 25-4-1946).

NÃO QUEREM COMPREENDER — ... "o problema do campo, a nosso ver, reclama providências urgentes, das quais, a mais importante é a distribuição de terras aos camponeses. E' preciso compreender que, enquanto os camponeses continuarem nesse regime semi-feudal — isto é, firmando contratos lesivos, conforme já tive oportunidade de demonstrar desta tribuna, sem o direito de plantar, sem facilidades proporcionadas pelo Governo, tais como: ferramentas, sementes e fertilizantes para o plantio livre de suas terras — é impossível resolver o problema agrícola".

(Do discurso do deputado Oswaldo Pacheco, *Diário da Assembléia*, de 25-4-1946).

LIBERDADE DE CÁTEDRA — Opina o reacionário Etelvio Lins: — "V. Excelência admite que a liberdade de cátedra chegue ao ponto de conferir ao professor o direito de pregar a mudança violenta do regime?"

Opina um liberal democrata: — "Admito a liberdade de cátedra, porque, por meio dela, há possibilidade de serem lançadas idéias novas em benefício da humanidade. A falta de liberdade de cátedra levou à fogueira Giordano Bruno". (Jurandir Pires — *Diário da Assembléia*, 2-7-46).

A VERDADE VAI APARECENDO — O Sr. Medeiros Neto disse na Assembléia Constituinte: — "Tive oportunidade de visitar vários morros nesta cidade, onde estão, infelizmente, encasteladas inúmeras casas e que aqui se denominam favelas. Posso adiantar a V. Ex.^a que jamais vira quadro tão dramático, tão dantesco, tão infernal como o que se me deparou nos lares das ditas favelas. Encontrei quartos que servem de habitação para famílias de 8 e 10 pessoas e camas em que dormem 5 e 6 crianças infectas, imundas. No Norte, não será fácil encontrar-se promiscuidade similar, nem mesmo nas fazendas mais desprezadas pelos proprietários". (*Diário da Assembléia*, n.º 47 — 12-4-1946).

LEI PARA INGLÊS VÊR... — "As leis trabalhistas fixam oito horas; mas, na realidade, porém, não são oito horas, pois os trabalhadores se vêem obrigados, devido a salários baixos, a produzir em 16 ou 24 horas, como eu mesmo tive de trabalhar, no cáis de Santos, como estivador".

(Do discurso do deputado Oswaldo Pacheco — *Diário da Assembléia*, de 25-4-1946).

QUEM E' TRAIADOR? — "Repete-se muito, nos dias de hoje, a palavra "traidor". Traidores — sabemo-lo bem — são todos os revolucionários vencidos. Traidores foram Tiradentes e Frei Caneca. A posição dos contrários às guerras imperialistas está de acordo com as tradições do nosso povo. São as tradições já registadas na Carta de 91 e, posteriormente, na de 34.

A Constituição de 1891 diz, no seu artigo 38:

Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação".

Esse artigo foi confirmado na Carta de 34, com mais um dispositivo sobre arbitramento:

Art. 4.º O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso do arbitramento; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação".

Quer dizer, ser contra a guerra imperialista é ser contra a guerra de conquista, porquanto guerra imperialista é guerra de conquista de mercados, de fontes de matérias primas”.

(Prestes — *Diário da Assembléia*, 26-4-1946).

E A TUBERCULOSE VAI MATANDO! — A tuberculose é a principal causa de morte no Brasil, facto que se verifica em tôdas suas capitais. Os únicos dados estatísticos, que podem ser reputados como certos, são os das diferentes capitais estaduais e federal desconhecendo-se quasi por completo os das cidades do interior. Esses dados atestam uma mortalidade elevadíssima, características de fase epidêmica da moléstia. Assim, por exemplo, a média da mortalidade nas capitais brasileiras no ano de 1943 foi de 263,5 por 100 mil habitantes. Em 1934, de acôrdo com o Dr. J. Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saude, êsse coeficiente de mortalidade do Brasil era 250 por 100.000 habitantes. Para se ter uma idéia de como essa mortalidade é elevada em nosso país, basta compará-la com a mortalidade por tuberculose nalguns países naquele mesmo ano de 1934; — Holanda 54 por 100.000 h.; Estados Unidos 57 por 100.000 h.; Alemanha 73 por 100.000 h.; Inglaterra 76 por 100.000 h.; Itália 92 por 100.000 h.; França 131 por 100.000 habitante.

Tomando-se por base o coeficiente médio de mortalidade por tuberculose nas capitais brasileiras no ano de 1943, o qual foi de 263,5 por 100.000 habitantes, aplicando-se esse coeficiente à população total do Brasil, calculada em 45.000.000, poderíamos calcular o número total de óbitos para o Brasil, por tuberculose, naquele ano de 1943, em 119.475. (Indicação n.º 59 de 1946, in *Diário da Assembléia*, n.º 55).

E' PRECISO EDUCAR O GOVERNO — “Não cessará tão cedo o espetáculo da luta pelo comando, entre as duas teorias de vida pública, que se opõem no Brasil: a ditatorial, em que não refulge sequer o brilho da espada dos caudilhos, e a do homem livre, que joga com a razão e a dúvida, acima do terror. Dois mundos separados por distâncias milenares. Aquele, agarrado à filosofia do homem pro-

videncial, nutrido de tôdas as brutalidades do fanatismo, incapaz de transigir. De outra parte, o mundo das forças democráticas, desencadeados no seu frêmito. Sentimos, no Brasil, hoje mais do que nunca, o conflito das duas concepções”.

“Enquanto o Congresso Nacional, nesta metrópole generosa, procurando definir a sua estrutura e o seu limite, as garantias políticas, na realidade, são estilhadas pelo trabuco dos chefes de tribo, nas últimas encruzilhadas do absolutismo”.

“Não falta ao nosso homem, no fundo do seu martírio, a vocação da vida pública. A negação da nossa infraestrutura democrática é um sofisma da sociologia totalitária”.

“Somos um povo traído. Uma Nação explorada. Um país na iminência de uma revolução, pelo espírito de demissão de seus líderes.

Ou assume o Congresso uma atitude corajosa, uma atitude nova, sem apêgo ao efêmero e ao transitório, aos nomes e aos episódios, ou o que estamos fazendo não terá duração.

Não se trata mais da educação cívica do povo, martirizado, fadado, roubado e traído, mas da educação moral e política do governo”. (Trechos de um discurso do deputado Lopes Cançado — *Diário da Assembléia*, n.º 55).

SER COMUNISTA... — “Ser membro do partido é um pêso muito sério nos ombros dos comunistas.

Tive ocasião de assistir, na União Soviética, às chamadas depurações do Partido. Imagine-se o que é a fortaleza moral de um Partido que pode passar por uma depuração dessa natureza. Compreende-se que êsse Partido está sujeito a receber em suas fileiras os careiristas, isto é, homens que estão sempre com o Partido do poder. Na Rússia também acontece isso; daí a depuração, feita da seguinte forma: numa fábrica, onde existe cédula do Partido, aparece a comissão de depuração perante a assembléia ampla, de todos os operários. Cada membro do Partido é chamado à tribuna, um a um, e tem de defender sua posição nos últimos anos. Qualquer pessoa ou operario o defende ou o ataca, e os elementos da massa, justamente os não comunistas, são os que mais defendem a pureza do Partido porque dizem: “Esse não pode ser membro do Partido Comunista, não está à altura, não é bom companheiro; tem tais e quais defeitos. E' então expulso do Partido pela vontade da massa. Ser membro

de um Partido dessa natureza não é ter privilégio; é ter encargos muito grandes, porque o pôsto envolve responsabilidade tremenda".
(Luis Carlos Prestes — *Diário da Assembléia*, 26-4-1946).

A RAZÃO DE SER DOS PARTIDOS — “Nosso conceito de partido político é que êste visa lutar pelos interesses de uma classe ou de uma camada social.

A burguesia, como se sabe e é evidente em nossa terra, está dividida em camadas diferentes desde a pequena burguesia, pobre, paupérrima. Essa já se está proletarizando, dia a dia, com a inflação. E' quem mais está sentindo a inflação, pois para manter seu nível de vida se vê obrigada a fazer empréstimos, a empenhar sua ultima jóia. Amanhã estará completamente proletarizada, porque mais nada possuirá. Seus interesses são inteiramente diversos dos da grande burguesia, ligada aos poderosos banqueiros, aos *trusts*, aos monopólios estrangeiros. Existem, também, os grandes proprietários de terras, que são distintos do pequeno camponês, que é o pequeno burguês porque tem ideologia burguesa na esperança de um dia passar de explorado a explorador.

Nessas condições, num país capitalista, a burguesia está naturalmente dividida numa série de partidos, porque os interesses são diferentes. São diversas as camadas da burguesia, e, para cada uma delas, existe um partido político.

Em nossa terra, nem isso ainda existe, pois não há tradição de partidos políticos. Eles são agrupamentos que se formam às vésperas de eleições, desfazem-se depois, reunindo-se novamente e tomando aspecto diferente. Em geral, dois grupos: os que estão no poder e os que querem o poder. Os que eram de um partido passam para outro. Enfim, não existe a tradição de partidos, que se observa noutros países, como na França com o Radical Socialista, o Liberal, o Conservador, de acôrdo com as diversas camadas da burguesia”.

* * *

O proletariado é uma classe unida por excelência. Se o proletariado se apresentar dividido, pode-se estar certo de que é a burguesia que está procurando influenciá-lo, em defesa dos interesses dessa mesma burguesia.

Na União Soviética, onde existe o socialismo, não há mais que uma classe. Lá não há base econômica nem social para existência de outro Partido. E, desde que não há base econômica e social, como surgir outro partido?”

(Senador Luis Carlos Prestes, *Diário da Assembléia* 26-4-1946).

IGUALDADE JURIDICA NÃO BASTA — “Ninguém mais pensa que basta inscrever no estatuto fundamental o princípio jurídico de igualdade perante a lei para considerá-lo democrático. Todos conhecem as diferenças naturais e sociais que vêm, de longa data, agravando, cada vez mais, as desigualdades individuais de qualquer origem. O conceito de democracia evoluiu, determinando aos contemporâneos a preocupação de encontrar uma estruturação estatal capaz de corrigir, até onde alcance o poder humano, a manifestação desigual dos indivíduos, com maioria de razão aquelas que têm origem na fisionomia social, que dependem, quasi exclusivamente, do uso que o homem faça de suas faculdades naturais.

O que cumpre ao Estado moderno não é reconhecer a igualdade dos indivíduos perante a lei, mantendo-os em condições desiguais no convívio social. Cumpre-lhe ordenar-se de forma que a todos se propicie idêntica oportunidade de realização das suas legítimas aspirações”.

(Deputado Berto Condé — *Diário da Assembléia*, 26-4-1946)

ASSIM, NÃO E' DEMOCRACIA — “Parece-nos de todo insustentavel que, dado o valor social da educação, se pense possível manter uma democracia onde só aos ricos é possível aspirar aos mais elevados graus do conhecimento humano. Cercear à grande maioria dos habitantes de um país o direito de progredir mediante a aquisição de conhecimentos úteis não só ao próprio individuo, mas à sua necessária colaboração social, é ignorar a primaz finalidade da democracia.

Não há, não pode haver democracia onde não se dote a todos os individuos do direito de alcançar todos os conhecimentos. Não há, não pode haver democracia que não adote — para usar a fraseologia moderna — uma política educacional que a cada um prodigalize o desenvolvimento de suas aspirações vocacionais.

Não pode haver governo democrático onde a maioria da população nacional está privada de concorrer aos pleitos de composição dos seus poderes representativos por falta de instrução básica, mínima, por incapacidade de discernir entre os candidatos ou partidos que disputem a direção do Estado”.

(Berto Condé — *Diário da Assembléia*, 26-4-1946).

QUEM SÃO OS PATRIOTAS? — “Srs. Representantes, ainda ontem, o nobre Representante Sr. Brigido Tinoco mostrou, claramente, nesta Assembléia, que um dos grandes males da Nação Brasileira é o analfabetismo.

Não se justifica que, no instante em que o Partido Comunista do Brasil, fazendo todos os sacrifícios, mesmo de ordem econômica, procura instalar células, escolas, comitês em nossa Pátria, por todos os Estados e Municípios, concorrendo, assim, para auxiliar a alfabetização do povo — não se justifica que grupos fascistas e reacionários pretendam não somente acabar com essas escolas, mas, com atitude cínica e criminoso, atentar contra a vida desses abnegados companheiros, cidadãos verdadeiramente patriotas que procuram melhorar a situação de seus irmãos ou, melhor, abrir um pouco os seus olhos à claridade, pois o homem analfabeto é, sem dúvida, um verdadeiro cego”.

(Deputado Gregorio Bezerra — *Diário da Assembléia*, 26-4-46).

PRESTES E O MINISTRO MACEDO SOARES — Falando perante a Comissão de Investigação Econômica e Social, em 15-4-46, o Ministro Macedo Soares, a certa altura, disse:

“O exame da situação dessa estrada de ferro evidencia o erro que representa a construção de uma ferrovia sem que, paralelamente, se cuide do desenvolvimento econômico da região que lhe é tributária. E’ uma lição que devemos aprender, para que não se reincida nesse desacerto. No momento, impõe-se a recuperação econômica das regiões atravessadas pela rêde, para que se possa corrigir a situação deficitária em que se encontra. Muitas vezes uma estrada de ferro, para ter acesso à produção, percorre extensas zonas inexploradas. Indispensável se torna, então, estimular o desenvolvimento dessas regiões intermediárias, para que possam elas contribuir, também, para a manu-

tenção da ferrovia, a fim de que os seus encargos não venham onerar exclusivamente as zonas que produzem”.

Foi uma pena S. Ex. não ter endossado o apêlo de Prestes, para que redistribuisse essas extensas zonas inexploradas entre os nossos lavradores pobres. Seria a solução do problema, que reclama o Ministro, surdo, entretanto, aos apêlos de Prestes.

UM REACIONARIO — Na Assembléia Constituinte, em 7-5-46, dizia o deputado Coelho Rodrigues:

“Vou explicar: é o voto do trabalhador organizado, o voto *ex-officio*. Devia ser a petição escrita de próprio punho para que os analfabetos não viessem votar.

O voto *ex-officio* foi instituído para o servidor do país, para o funcionário que sabe das suas responsabilidades e tem posição definida na sociedade. Esse método de votação não é aconselhável para o trabalhador que não sabe, sequer, assinar o nome.

O JURACI DIZ-SE DEMOCRATA! — Um dialogo na Assembléia:

O Sr. Juraci Magalhães — O intento de V. Ex.^a é evitar que a voz dos seus adversários seja ouvida.

O SR. VIEIRA DE MELO — Em absoluto. Não temo a voz de V. Ex.^a, como não temi as violências que praticou quando governador no meu Estado.

O Sr. Juraci Magalhães — Não é essa a opinião do Estado, a que V. Ex.^a sempre desservi.

O SR. VIEIRA DE MELO — Aqui estou eu, que fui um dos 500 estudantes trancafiados e maltratados na Penitenciária da Bahia, por ordem de V. Ex.^a.

(*Diário da Assembléia*, 7-5-46).

ATE’ O BENEDITO! — O deputado Benedito Valadares, em seu discurso de 7-5-46, fez as seguintes afirmações:

“Nada mais comum que ouvirmos a todo o instante políticos a invocar a opinião pública, ainda quando esta se haja definido claramente contrária aos seus desígnios partidários, procurando conferir autoridade ao seu desejo ou critério pessoal com a afirmativa de que êle corresponde ao desejo ou critério do povo. Buscam talvez iludirem-se a si próprios, já que o povo não se ilude, sabe o que quer, jamais perde o rumo de suas verdadeiras aspirações”.

A BOMBA ATOMICA — “A bancada comunista declara que votou contra a moção de congratulações ao governo americano, apresentada pelo nobre deputado Sr. Pires Ferreira, pelo êxito da experiência da bomba atômica, porque entende que a energia atômica deve ser colocada a serviço da Paz e ao progresso da humanidade, constituindo patrimônio científico de todos os povos do mundo. Não deve ser ela utilizada como arma de guerra, a serviço de grupos ou governos, já que assim se disvirtuaria a finalidade da ciência, deixando de ser a energia atômica fonte de desenvolvimento dos povos, para constituir um terrível fator de destruição e, certamente, de opressão.

Não vemos na experiência de ontem no atoll de Bikini nenhuma prova de que a energia atômica esteja sendo utilizada a serviço do progresso da humanidade e, sim, a ameaça da sua utilização como instrumento de guerra. Não vemos também, por consequência, motivos para congratulações. Ao contrário, mais que nunca faz-se necessário lutar pela paz e contra o monopólio da utilização da energia atômica.

Ao demais, o teste da bomba atômica foi precedido de intensa propaganda psicológica de guerra e constitui, na prática, uma inoportuna e injustificável demonstração de força quando se procura consolidar a paz através do organismo internacional destinado a garanti-lo: a ONU.

E, por fim, Sr. Presidente, não encontramos no noticiário já publicado a respeito da experiência de ontem nada que afirme que tenha ela resultado num êxito científico.

Sala das Sessões, 1 de julho de 1946 — *Maurício Grabois.* — *João Amazonas.* — *Jorge Amado.* — *Carlos Marighella.* — *José Crispim.* — *Gregório Bezerra.* — *Alcêdo Coutinho.* — *Claudino José da Silva.* — *Agostinho Oliveira.* — *Joaquim Batista Neto.*



A INTERNACIONAL

Canção célebre, tornada hino dos trabalhadores socialistas e comunistas de todo o mundo. O autor foi Eugenio Pottier e a música é devida a Adolphe de Geyter. A *Internacional* foi composta em junho de 1871, sendo que sua letra completa ficou conhecida mais tarde, depois de ter sido, por 12 anos, relegada ao esquecimento. Seu conteúdo de estímulo e conagração para o movimento socialista internacional foi que lhe deu celebridade. A música foi composta por Adolphe De Geyter, em 1888. Desde então, a *Internacional* começou a ser cantada em Lille e entre os grupos socialistas do norte da França.

Foi proibida a publicação de alguns trechos da canção, principalmente o referente ao ódio às guerras, por decisão dos magistrados franceses, em 1894. Armando Gosselin, professor socialista francês, que a imprimiu para distribuir, foi processado por “instigação ao crime de deserção, à desobediência e ao banditismo no seio do exército”. O processo teve como resultado a condenação a um ano de prisão e multa de 100 francos. Depois de 1899, quando foi cantada no encerramento do Congresso das organizações socialistas, em Paris, foi divulgada nos demais países europeus, tornando-se o hino da solidariedade revolucionária socialista no mundo inteiro.

*C'est la lutte finale,
Groupons-nous et demain,
L'Internationale
Sera le genre humain.*

*Debout! les damnés de la terre!
Debout! les forçats de la faim!*

*La raison tonne en son cratère,
C'est l'irruption de la fin.
Du passé, faisons table rase,
Foule esclave, debout! debout!
Le monde va changer de base:
Nous ne sommes rien, soyon tout!*

A INTERNACIONAL

(Música de Pierre Degeyter)

De- ci- tu, vi- li- cas da fo- nan- se- la- se- la-
 pé, má- lí- co- da lí- ser- ra! De- i- sé- lí- na- o- ca- lá- con- di-
 so- man- ta- al- tro- ta- ta- pro- que- a- so- ra- Gal- lo- ur- ba- no- ri- lo-
 tun- to- de- de- pe- não- mais- lí- abo- ra- ra-
 na- ci- do- no- van- ni- no- tru- do- se- hu- los- ti- do- do- du- tu-
 to- ni- res! tem- por- fin- dos- fa- ci- mos, ta- er- tá- na- en- rom-
 sa- lar- ta- san- da- ci- nos, ti- in- ur- na- en- lí- na- son- do-
 ni- dos- ra- ci- nos, ni- er- tá- lu- to- en- do- do- do-
 no- ter- ra- ses- a- co- tri- in- ur- na- en- lí- na- son- do-
 la- lo- ter- ra- ci- do- no- tri- in- ur- na- en- lí- na- son- do-

Il n'est pas de sauvers suprêmes,
 Ni Dieu, ni César, ni tribun;
 Producteurs, sauvons-nous nous-
 mêmes!
 Décrétons le salut commun!
 Pour que le voleur rende gorge,
 Pour tirer l'esprit du cachot,
 Souffions-nous-mêmes notre forge,
 Battons le fer quand il est chaud!

Hideux dans leur apothéose,
 Les rois de la mine et du rail,
 Ont-ils jamais fait autre chose
 Que dévaliser le travail?
 Dans les coffres-forts de la bande,
 Ce qu'il a crée s'est fondu.
 En décrétant qu'on lui rende,
 Le peuple ne veut que son dû.

L'Etat comprime et la loi triche,
 L'impôt saigne le malheureux:
 Nul devoir ne s'impose au riche,
 Le droit du pauvre est un mot creux.
 C'est assez languir en tutelle,
 L'Egalité vent d'autres lois:
 "Pas de droits sans devoirs, dit-elle."
 "Egaux, pas de devoirs sans droits".

Ouvriers, paysans, nous sommes..
 Le grand parti des travailleurs;
 La terre n'appartient qu'aux hom-
 mes,
 L'oisif ira loger ailleurs.
 Combien de nos chairs se repais-
 sent!
 Mais, si les corbeaux, les vautours,
 Un de ces matins disparaissent,
 Le soleil brillera toujours!

Editado pelo "Esperanto Klubo", circula no Brasil uma tradução de Neno Vasco, que é a seguinte:

De pé, ó vítimas da fome! ..
 De pé, famélicos da Terra!
 Da Idéia a chama já consome
 a crosta bruta que a soterra.
 Cortai o mal bem pelo fundo!
 De pé, de pé, não mais senhores!
 Se nada somos, em tal mundo,
 sejamos tudo, ó produtores!

Crime de rico a lei o cobre,
 o Estado esmaga o oprimido:
 não há direitos para o pobre,
 ao rico tudo é permitido.
 À opressão não mais sujeitos!
 Somos iguais todos os seres.
 Não mais deveres sem direitos,
 não mais direitos sem deveres!

Côro { Bem unidos, façamos, } Bis
 { nesta luta final, }
 { numa Terra sem amos }

Bem unidos, façamos, etc.
 Abomináveis na grandeza,
 os reis da mina e da fôrnalha
 edificaram a riqueza
 sobre o suor de quem trabalha.
 Todo o produto de quem sua
 a corja rica o recolheu.
 Querendo que ela o restituia,
 o povo só quer o que é seu.

a INTERNACIONAL!
 Messias, Deus, chefes supremos,
 nada esperemos de nenhum!
 Sejamos nós que conquistemos
 a Terra-Mãe livre e comum!
 Para não ter protestos vãos,
 para sair deste antro estreito,
 façamos nós, por nossas mãos,
 tudo o que a nós nos diz respeito!
 Bem unidos, façamos, etc.

Bem unidos, façamos, etc.
 Fomos de fumo embriagados.
 Paz entre nós, guerra aos senhores!
 Façamos greve de soldados! ..
 Somos irmãos, trabalhadores!

Se a raça vil cheia de galas
nos quer à força canibais,
logo verá que as nossas balas
são para os nossos generais!

Bem unidos, façamos, etc.

Somos o povo aos ativos,
trabalhador, forte e fecundo.
Pertence à terra aos produtivos:

Ó parasita, deixa o mundo!
Ó parasita, que te nutres
do nosso sangue a gotejar,
se nos faltarem os abutres,
não deixa o Sol de fulgurar!

Bem unidos, façamos, etc.

LEGISLAÇÃO DE MINAS DO BRASIL COLONIAL — “Os descobrimentos de jazidas eram obrigatoriamente manifestadas às autoridades competentes. Estas então se transportavam ao local, faziam a demarcação dos terrenos auríferos e das “datas” — é como se chamavam os lotes distribuídos aos mineradores —, que depois se repartiam entre os presentes; quem quisesse podia comparecer, mas não se permitia representação de terceiros. O descobridor tinha direito de escolher, em primeiro lugar, sua data; a Fazenda Real separava em seguida uma para si, vendendo-a depois em hasta pública. Repartiam-se as demais por sorte, cabendo a cada contemplado uma área proporcional ao número de escravos com que se apresentasse: 2 ½ braças para cada um até um máximo de 30 braças (1). Quando sobravam terras auríferas não aquinhoadas, fazia-se uma distribuição suplementar; quando, pelo contrário, o número de requerentes era excessivo, reduzia-se a área das datas em proporção.

Entregues as datas aos contemplados, deviam êles começar a exploração no prazo de 40 dias, sob pena de devolução. Transações com as datas não eram permitidas e só se autorizava a venda na hipótese devidamente comprovada da perda de todos os escravos. Neste caso, o minerador só podia receber nova data quando provasse que adquirira outros trabalhadores. Mas isto, para a mesma pessoa, só uma vez, pois, da segunda que vendesse sua data, perdia definitivamente o direito de receber outra.” (Prado — *Formação do Brasil Contemporâneo*, págs. 169-70).

(1) Estas distâncias eram lineares e mediam-se ao longo dos cursos d'água em cujo leito ou margens contíguas se faziam os descobrimentos. Este processo deu origem a não poucas confusões, porque, nas voltas do rio, as datas se dispunham em raios de círculo, superpondo-se as áreas respectivas. Quando os trabalhos da mineração começavam a afastar-se das margens, surgiam dúvidas e disputas.

FUNDAÇÃO DO BANCO DO BRASIL E AS CAUSAS DE SUA FALÊNCIA

“Ao espírito de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1808) assomou o pensamento gigantesco e grandioso de fundar no Brasil um banco de emissão, depósito e descontos. Já por vezes o tinha procurado realizar em Lisboa. Nunca conseguira, porém, convencer os negociantes e capitalistas do reino da sua exequibilidade e dos lucros que o comércio poderia tirar do seu estabelecimento. Conhecia as vantagens que ao governo de Inglaterra, ao de Holanda, e aos de várias nações da Europa, davão os bancos que nelas se haviam organizado. Ouviu e atendeu com cuidado a José da Silva Lisboa, que era tido em conta de competente para as questões económicas. Tomaram por base dos seus estudos e trabalhos o maquinismo do banco da Inglaterra. Sorria a Lisboa o interesse do povo e do país. Falavam melhor às intenções do ministro as conveniências e auxílios que poderia subministrar ao governo a fundação do banco. Depois de aturadas meditações e concessões mútuas formularam-se e publicaram-se os estatutos por que se devesse reger o estabelecimento.

Pelo alvará de 12 de outubro de 1808 convidaram-se os negociantes e capitalistas a que assinassem as suas ações, que foram declaradas isentas de toda a penhora e execução assim fiscal como civil. Concedeu o governo ao banco o saque de fundos do erário, e a venda dos generos privativos dos contratos e administrações da real fazenda, que eram os diamantes, pau-brasil, marfim e urzela, mediante uma comissão de dois por cento, além do rebate dos escritos de alfandega, que só no erário se praticava. Passou para os seus cofres o depósito dos dinheiros que se guardavam na tesouraria do senado, da camara, e os judiciais e extrajudiciais de prata, ouro ou joias, com os mesmos onus e porcentagem. Ordenou que o empréstimo a juro da lei, que pelo cofre dos orfãos e administrações das ordens terceiras e irmandades se faziam a pessoas particulares, fosse a estes retirado e realizado no banco. Deu aos bilhetes do banco pagáveis à vista e ao portador o caráter de moeda e dinheiro corrente, e como tais seriam recebidos e distribuídos nas estações públicas. Contemplou os membros da junta e diretores do banco pelos seus serviços com as remunerações estabelecidas para os ministros e oficiais da real fazenda e administração da justiça, e com o gozo de todos os privilégios concedidos aos deputados da junta do comércio.

Formava o banco uma sociedade anonima. Constituia-se com o fundo capital de 1.200.000\$000 dividido em mil e duzentas ações de conto de réis. Poderia ser aumentado no futuro, emitindo-se maior numero de ações, se o exigissem o seu desenvolvimento e prosperidade, e as circunstancias favoraveis do país. Marcava-se o espaço de vinte anos para a sua duração. Devia empregar-se em operações de descontos mercantis de letras de cambio; em depositos e recebimento de dinheiros a premio; em saques de umas para outras capitancias do Brasil e possessões portuguezas, e para os países estrangeiros; na emissão de computos, que por conta de particulares ou dos estabelecimentos publicos arrecadasse ou adiantasse debaixo de hipotecas seguras; e no comercio das especies de ouro e prata. Ficava autorizado para emitir bilhetes ao portador à vista ou a prazo, desde a quantia de 30\$000, sem que se limitasse a sua importancia, e nem fosse ella garantida por um fundo disponivel metálico. Distribuiria semestralmente aos acionistas os dividendos dos lucros que lhes competissem segundo o numero das ações que possuíssem, guardando-se em reserva a sexta parte. Compôr-se-ia a sua administração de uma junta de dez diretores, acompanhada por uma diretoria de quatro, que representavam a parte fiscal, nomeados todos anualmente em assembléa geral dos acionistas por maioria de votos. Deveriam para estes cargos ser eleitos nacionais sómente, e que fossem dos mais fortes possuidores de ações. Seriam os da instalação do banco nomeados pelo governo. Considerar-se-ia formada a assembléa geral com os quarenta maiores acionistas, representados pessoalmente ou por procuração, e admitiam-se para ella os estrangeiros. Reunir-se-ia ordinariamente uma vez por ano para a tomada de contas e eleição dos membros da junta e fiscais que acabam o seu tempo, e que poderiam ser reeleitos; e extraordinariamente sempre que os negocios o exigissem e a convocasse a junta.

Deve-nos alegrar que em época tão atrasada como era aquella, e maiormente entre os Portuguezes, que não possuíam idéias de questões economicas, cometesse o governo a empresa da organização do banco, e mais ou menos acertadas e desenvolvidas lhe conhecesse as bases, e as applicasse ao maquinismo necessario com que pudesse funcionar o estabelecimento. Um ministro da fazenda de então e educado na escola portuguesa sabia menos que qualquer negociante ou banqueiro dos nossos dias, que tem à sua disposição livros, periodicos, revistas, discussões parlamentares, reuniões de sociedades, que lhe illustram e alargam a intelligência. Como a ciência propriamente politica

e social, pertence a economia à classe das ciências experimentais que se esclarecem, metodisam e aumentam com os progressos do tempo e a prática dos negocios.

Continham os estatutos erros palpaveis, que se poderiam corrigir todavia com a experiência e o curso dos negocios. Um porém, por demais grave e importante, minava todo o edificio, e ameaçava-lhe a ruina immediata. Dando-se ao banco o direito de emissão de bilhetes ou notas ao portador e à vista e a prazo, que teriam o curso da moeda e entrariam nas transações mercantis e nas estações publicas, eram indispensaveis duas condições de segurança contra a sua perigosa e arriscada pratica. Fundo disponivel metálico para garantia, e limitação da importancia emitida. Para que tivessem valor e crédito careciam de ser realizadas em moeda metálica apenas apresentadas ao banco. Para que se não perturbasse o equilibrio entre a emissão e a sua garantia, ordenava o bom senso que se regulassem pela soma do fundo disponivel.

E' uma verdade incontestavel da ciência que são os bancos organizados para darem crédito. No cumprimento todavia desta missão releva-lhes velar antes de tudo sobre o seu próprio crédito, que constitue a sua solvabilidade. E' mister que o bilhete cuja circulação aproveita ao comercio uma economia consideravel de capital possa a todo o instante converter-se em numerario. Os utopistas contestam só os méritos da convertibilidade do papel do banco, e pretendem o curso forçado em cada crise comercial, que se aumentará sempre que se empregar este expediente. E' resultado infalivel da inconvertibilidade a expulsão do metal precioso, que sendo a forma mais procurada do capital, esconde-se nos depósitos, ou dirige-se para os países não sobre-carregados de papel fiduciario. Custa muito a conter o crédito nos seus limites normais com o uso da emissão, que aspira e aumenta-se com as loucas proporções da especulação individual, que urge vigiar-se e fiscalizar-se constantemente. Com o abuso do crédito paga o povo um verdadeiro tributo, porque aumenta o valor de todos os objetos necessários às precisões da vida. Equivale o curso forçado do papel ao expediente que a barbaria da idade média tomava quando alterava o valor da moeda metálica.

Dirigiram-se os autores dos estatutos pela teoria então em vigor do banco da Inglaterra, que para garantia da soma estipulada como empréstimo que o banco adiantava como condição de sua existência ao governo não necessitava de fundo disponivel. Esqueceram-se po-

rem que se contava na Grã-Bretanha como indispensavel no mercado aquella importancia de papel fiduciario que jámais deveria ser levado ao troco, e que toda a emissão excedente carecia de ter em depósito metálico o seu equivalente. Estavam aí a garantia e a limitação das notas. Poder-se-ia porém admitir ainda este principio em Inglaterra, que possuia hoíens habilitados no manejo das operações bancárias, e mestres do maquinismo do estabelecimento, além de um governo contido pelo parlamento que lhe tomava contas, e pela opinião pública que o esclarecia com a imprensa, que de tudo participava e tornava materia de discussão e estudo. Modificou-se assim mesmo com o tempo e a lição da experiência este principio cardeal bancário. No Brasil, porém, com o governo absoluto que invadia e dirigia os mais pequenos negocios da sociedade civil; que não gozava da liberdade da imprensa, e nem periodicos; e que não contava individuos que chamasse à gerencia do banco com a pratica, os conhecimentos e a illustração indispensaveis, país novo e inexperiente em todo o sentido, podia causar como causou a ruina do banco a falta da lei imutavel que garante os vãos exaggerados a que arrasta sempre estes estabelecimentos o direito de emissão não limitado e contido nas regras saudaveis e salvadoras da ciência.

Instalou-se o banco, conforme os desejos do governo. Manifestou o príncipe o seu jubilo, concedendo condecorações e graças, que era a moeda com que soia pagar os serviços públicos e que prodigalisava profusamente. Já tinha renovado e reconstruido a ordem da Torre e Espada, que, instituida por D. Affonso V, em 1459, caíra em inteiro desuso. Fundou o sistema de captar a estima dos seus súditos, derramando pela população os diversos graus das ordens honoríficas e os títulos de nobreza, sempre que se festejavam os seus aniversários, os das pessoas da familia real que lhe eram caras, e as noticias de eventos felizes que lhe alegravam o coração e completavam-lhe os desejos". (J. M. Pereira da Silva — *História da Fundação do Império Brasileiro* — Garnier, editor, 1865).

* * *

ALVARÁ DE CRIAÇÃO DE UM BANCO NACIONAL, NO RIO DE JANEIRO DE 12 DE OUTUBRO DE 1808

Eu, o príncipe regente, faço saber aos que este alvará com força de lei virem; que, atendendo a não permitirem as circunstancias atuais

do Estado, que o meu real erario possa realizar os fundos de que depende a manutenção da monarquia, e o bem comum dos meus fiéis vassallos, sem as delongas que as diferentes partes, em que se acham, fazem necessarias para a sua efetiva entrada, e que os bilhetes dos direitos das alfandegas, tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda que sejam de um crédito estabelecido, não são próprios para o pagamento dos soldos, ordenados, juros, e pensões, que constituem os alimentos do corpo politico do Estado, os quais devem ser pagos, nos seus vencimentos, em moeda corrente; e a que os obstáculos, que a falta dos sinais representativos dos valores põe ao comércio, devem quanto antes ser removidos, animando, e provendo as transações mercantis dos negociantes desta, e das mais praças dos meus domínios, e senhorios, com as estrangeiras. Sou servido ordenar, que nesta capital se estabeleça um banco público, que na forma dos estatutos, que com este baixam, assinados por D. Fernando José de Portugal, do meu conselho de Estado, ministro assistente ao despacho do gabinete, presidente do real erario, secretario de Estado dos negocios do Brasil, ponha em ação os computos estagnados, assim em generos comerciais como em espécies cunhados, promova a indústria nacional, pelo giro, e combinação dos capitais, e facilite juntamente os meios, e recursos, de que as mesmas rendas reais, e as públicas necessitam para ocorrer às despesas do Estado.

E querendo eu auxiliar um estabelecimento tão util, e necessário ao bem comum, e particular, dos povos, que o Onipotente confiou ao meu zelo, e paternal cuidado; determino, que o saque dos fundos do meu real erario, e a venda dos generos privativos dos contratos, e administrações da minha real fazenda, como são os diamantes, pau-brasil, marfim, e urzela, se farão pela intervenção do referido banco nacional, vencendo, sobre o seu liquido produto, a comissão de dois por cento; além do rebate dos escritos de alfandega, que em virtude do meu real decreto de 5 de Setembro do corrente ano fui servido mandar praticar pelo erario regio, para ocorrer ao efetivo pagamento das despesas do trato sucessivo da minha corôa, que devem ser feitas em especies metálicas.

Atendendo à utilidade que provém ao Estado, e ao comércio, do manejo seguro dos cabedais, e fundos do referido banco; ordeno, que, logo que ele principiari as suas operações, se haja por extinto o cofre do depósito, que havia nesta cidade, a cargo da camara dela; e determino, que no sobredito banco se faça tudo, e qualquer depósito

judicial, ou extrajudicial, de prata ou ouro, joias, ou dinheiro, e que o competente conhecimento da receita, passado pelo secretário à junta do banco, e assinado pelo administrador da competente caixa, tenha, em juízo, e fora dele, todo o valor e crédito do efetivo, e real depósito, para seguirem os termos, que por minhas leis se não devem praticar sem aquêla cláusula, solenidade, ou certeza; recebendo o sobredito banco, o mesmo premio que no referido deposito da cidade se descontava às partes.

É outro sim sou servido mandar, que o empréstimo a juro da lei, que pelo cofre dos órfãos, e administrações das ordens terceiras, e irmandades se faziam até agora a pessoas particulares; da publicação deste meu alvará em diante se façam unicamente ao referido banco, que deverá pagar à vista, nos prazos convencionados, os capitais; e, nas épocas costumadas, os juros competentes, debaixo da hipoteca dos fundos da sua caixa de reserva, destratando desde logo aqueles cofres as somas, que tiverem em mãos particulares ao referido juro, para entrarem imediatamente com elas no sobredito banco publico, debaixo das mesmas condições. Em todos os pagamentos, que se fizerem na minha real fazenda, serão contemplados, e recebidos como dinheiro os bilhetes do dito banco publico pagaveis ao portador, ou mostrador, à vista; e da mesma forma se distribuirão pelo erario regio, nos pagamentos das despesas do Estado, e ordeno que os membros da junta do banco, e os diretores dela, sejam contemplados, pelos seus serviços, com as remunerações estabelecidas para os ministros, e officiais, da minha real fazenda, e administração da justiça; e gozem de todos os privilégios concedidos aos deputados da real junta do comercio.

E este se cumprirá como nele se contém; pelo que, mando à mesa do desembargo, e da consciência, e ordens, presidente do meu real erario, e conselho da fazenda, regedor da casa da Suplicação do Brasil, governadores e capitães generais, e mais governadores do Brasil, e dos domínios ultramarinos e a todos os ministros de justiça, e mais pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste alvará, o cumpram, e guardem, e o façam cumprir, e guardar como nele se contém, não obstante quaisquer leis, alvarás, regimentos, decretos, ou ordens em contrario; porque todos, e todas hei por derogadas para este efeito sómente como se deles fizesse expressa, e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor.

Rio de Janeiro, aos 12 de Outubro de 1808.

Príncipe Regente.

Estudemos o Marxismo

de CALVINO FILHO

Apesar de tudo, muito temos progredido no sentido democrático, nestes últimos tempos, pois, somente agora, há uma imprensa marxista legal e admitem a edição de livros marxistas.

Desde 1930, ambicionávamos o que, hoje, já se torna realidade: editar esta revista e a coleção completa das obras de Marx.

Foi preciso, entretanto, para que o nosso desejo se materializasse que desta última guerra (na qual foi esmagado o fascismo) resultasse, como era previsto por Lênin e Stálin, a preponderância das verdadeiras forças democráticas: as massas trabalhadoras.

O Brasil republicano, para só a êle nos referirmos, dado o seu estágio político-econômico, sempre teve como governo os representantes do espirito mesquinho e reacionário das forças econômicas nacionais, subordinadas ao ultra-expoliador capital financeiro internacional e aliadas ao clero parasitário.

Esse governo quase sempre foi reacionário e não poucas vezes inquisitorial, como não podia deixar de ser, por isso que semi-feudal e clerical. Sempre foi contrario à verdadeira liberdade de pensamento e divulgação da ciência proletária, porque esta se opõe e luta contra a exploração semi-feudal apoiada pelo seu aliado o ultra-reacionário clericalismo semi-colonial.

Tanto isso é verdade, que, até há pouco (1945), o Partido Comunista do Brasil foi obrigado a uma existência ilegal e nós, como editores, tivemos nossos livros destruídos e apreendidos (1933 e 1944), além de várias detenções, embora fôssemos simples comerciantes de livros.

Essa era a liberdade de pensamento que a ditadura burguesa permitia aos brasileiros — proibição de se publicarem periódicos marxistas, de se editarem livros da ciência proletária e as massas operárias de se organizarem. Estranho conceito de liberdade, êsse, o da burguesia.

Lá pelo ano de 1942, todavia, quando ainda o PCB vivia ilegalmente, fracionado em pequenos grupos de bravos lutadores, nosso governo fascistóide, por imposição de forças políticas externas — entre as quais a do governo norte-americano — a contra gôsto atendeu aos anseios dos democratas brasileiros e rompeu relações com os países do Eixo.

Só então, apesar de tôdas as dificuldades opostas pelos notórios fascistas governamentais e clero reacionário, a Editorial Calvino conseguiu iniciar a publicação de livros anti-fascistas, até aí proibidos de serem editados. A seguir, de obras de divulgação sobre a URSS, com o objetivo de desmascarar a intensa propaganda feita livremente pelo fascismo entre nós. De mil e um recursos tivemos que lançar mão para poder editar êsses livros sobre a URSS, os quais, de vez em quando,

eram apreendidos. O Dip, órgão destinado a oprimir o pensamento, proibia freqüentemente a Editorial Calvino até mesmo de inserir publicidade nos poucos jornais que a aceitavam, em tôrno das suas edições. Ainda depois de declarada a guerra pelo Brasil contra os países fascistas, as restrições e punições que nos impunham eram constantes e bem revelavam o caráter do nosso Governo.

Apesar de tãda essa precária e restrita "liberdade burguesa", referida, todavia, em curto praso, de 1942 a 1944, conseguiu a Editorial Calvino, à custa de esforço inimaginável, imprimir e distribuir por todo o Brasil quase 500.000 livros anti-fascistas e de divulgação sôbre a URSS. Com êles, desmascarávamos a impune e livre propaganda fascista, até então feita sem contestação, e revelávamos, pela primeira vez, os resultados do esforço imenso do proletariado soviético na construção do primeiro país socialista do mundo.

Esse sucesso, sem precedentes na nossa história editorial, revela gritantemente quão ansioso se encontrava o povo brasileiro por conhecer a verdade sôbre a URSS, tão miseravelmente caluniada pelos fascistas e clero reacionário.

Essas edições correram celeremente o Brasil todo, penetrando nos mais afastados rincões, determinando para logo uma série de artigos em jornais, baseados nesses livros, que mais ajudavam a restabelecer a verdade.

Impulsionaram-se, assim, os anseios libertários do povo brasileiro, com a demonstração concreta do quanto progredira a URSS, exclusivamente pela razão do seu governo ser a expressão da totalidade dos povos soviéticos (não apenas de camadas de população) e sua economia não admitir a propriedade privada dos meios de produção, portanto, a exploração do homem pelo homem.

Sômente a incontestada vitória do Exército Vermelho sôbre as hordas hitlerianas, culminando com a vitória, já à época indiscutível, das Nações Unidas contra os países do Eixo, criou, entretanto, as condições externas favoráveis, que estimularam as forças democráticas, no Brasil, a quebrar o anel de ferro da censura fascista, estranguladora da liberdade de nossa imprensa burguesa, *soi disant* democrática...

Para desmoralizar e hostilizar Vargas, aproveitando a oportunidade, antigos políticos no ostracismo e a média burguesia, apoiada por setores da alta, animaram os comunistas, os anti-fascistas e pequeno-burgueses intelectuais a defender, ainda sob a legenda da revolução francesa, a liberdade dos líderes proletários, que sofriam no cárcere, havia longos anos, pela ousadia de lutar pela emancipação dos trabalhadores. Antes, tãda sorte de crimes, os mais repulsivos e incríveis, foram cometidos contra os reclusos líderes proletários sob a ditadura fascistóide de Vargas, sem que a burguesia nacional protestasse ou tentasse fazê-lo, a não ser pela isolada "voz silenciosa" em autos, do intrépido advogado de Prestes, o católico-liberal Sobral Pinto.

Sobrevinda a liberdade dos líderes proletários, com uma anistia cheia de restrições, tudo mudou para logo, ao sôpo dos ventos de Teerã. Em 1945, o PCB pôde reorganizar-se para ter existência legal; Vargas foi derrubado do poder e um governo revolucionário, com rótulo demo-

crático instalou-se, para ser sucedido, através das últimas eleições, por um governo de forma democrática, embora seu conteúdo ainda não o seja.

E' chegado, acreditamos, o momento de realizarmos, embora ainda com apreensões, nosso velho sonho e obrigação de trabalhadores conscientes: contribuir para divulgar ao máximo o marxismo, editando as coleções completas dos criadores do Socialismo Científico no mais curto espaço de tempo possível para que possam os brasileiros recuperar o imenso tempo perdido e antes que ocorra algum retrocesso lamentável...

NÃO SE ESTUDOU MARXISMO

Em face do que sinteticamente foi descrito linhas atrás, fácil é de se compreender o "porquê" do profundo desconhecimento do marxismo entre nós.

Por fôrça da nossa situação de povo dependente, com extensas sobrevivências feudais e com um proletariado pobre em número e em qualidade, o marxismo, entre nós, não encontrou, aliás, campo fértil para germinar senão a partir de 1920, a princípio, de forma tímida, para logo depois interessar apreciáveis camadas de trabalhadores e pequeno-burgueses intelectuais, na década de 30.

Mas, em ascenso, também se encontrava o fascismo no mundo, de sorte que a reação entre nós não se fez esperar, cruel e impiedosa. Os mais esclarecidos e bravos líderes proletários foram, por consequência, massacrados uns, supliciados muitos e jogados nos cárceres quase todos.

Sômente um grupo de iniciados e heróicos estudiosos, depois de 35, conseguiu estudar de alguma forma o marxismo, nesse período de trevas em que se erigiu a ditadura fascistóide de Vargas.

Esta a razão por que nos empenhamos em publicar, desde que nos foi possível, o maior número de obras clássicas do marxismo e no mais curto espaço de tempo, a fim de que amplas camadas de trabalhadores e pequeno-burgueses, principalmente intelectuais, às portas da proletarização, possam estudar a ciência do proletariado, justamente a que ensina não só a interpretar e compreender o mundo, mas também a transformá-lo.

O marxismo ensinará o proletariado a ter consciência de sua fôrça, dos seus interesses de classe e a unir-se para a luta decisiva contra o capitalismo, pois êle demonstra as leis que regem o desenvolvimento da sociedade capitalista; prova, cientificamente, que o desenvolvimento da sociedade capitalista e a consequente luta de classes dentro dela (que os imbecis supõem ser criação dos comunistas) conduzem obrigatoriamente à queda do capitalismo, à ditadura do proletariado e à vitória definitiva da classe operária.

Desejamos, por isso, sinceramente, que não só o proletariado, fôrça revolucionária histórica, mas também a pequena-burguesia brasileira, em proletarização, que, como tãda pequena-burguesia, é, como classe, vacilante e oportunista, vencendo seu ceticismo, preconceitos e preguiça mental, pelo menos estudasse o marxismo. Dessa forma, muitos da pequena-burguesia, ao lado do proletariado, preparar-se-iam para en-

frentar vitoriosamente os dias futuros, certamente tumultuosos, visto que inegavelmente estamos no fim da pre-história da sociedade humana, na sua última etapa: o imperialismo capitalista, e nos albores de uma nova civilização, quando a humanidade começa a escrever a sua história moderna, com a criação de uma sociedade sem classes, tal como ocorre numa sexta parte do mundo: a URSS.

DA BURGUESIA AO PROLETARIADO

O feudalismo, em seu seio, gerou a burguesia. Esta, para se desenvolver, teve de dominar a ciência da sua época e impulsioná-la, a fim de melhorar a técnica da produção e distribuição. E, para tanto, destacaram-se do seu seio aqueles que constituiriam a camada de intelectuais. Muitos destes, por sua vez, tornaram-se revolucionários ativos, os ideólogos da burguesia, que, pelo seu próprio conteúdo, era revolucionária, à época do feudalismo.

“Quando a Europa emergiu da Idade Média, a burguesia em ascensão, das cidades, era o seu elemento revolucionário. Havia conquistado posição de destaque no meio das instituições feudais da época, mas essa posição, por sua vez, já se tinha tornado demasiado estreita para sua força de expansão. O amplo desenvolvimento da *middle class*, da burguesia, era já incompatível com a sobrevivência do regime feudal: esse regime tinha de ruir”. (Engels.)

Quando as condições sociais o permitiram, a burguesia, portanto, dirigida por seus ideólogos e amparada nas massas operárias e camponesas, derrubou e destruiu o feudalismo, assim como o seu aliado, o clericalismo, na França. Esse movimento revolucionário estende-se ao resto do mundo, aos poucos, e a burguesia dá, assim, expansão a toda sua força progressista, criando o capitalismo moderno.

“A burguesia desempenhou na história papel eminentemente revolucionário. Por toda parte onde chegou ao poder, a burguesia destruiu todas as condições feudais, patriarcais, idílicas. Os vínculos feudais diferentes, que uniam o indivíduo a seu “superior natural”, ela os destruiu impiedosamente e não deixou subsistir, de homem para homem, outro vínculo senão o frio interesse, o rude pagamento em moeda corrente. Os frêmitos sagrados das piedosas exaltações, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês, ela os afogou na água gelada do cálculo egoísta. Transformou a dignidade pessoal em simples valor de troca e, no lugar das inúmeras liberdades reconhecidas por escrito e duramente conquistadas, colocou unicamente a liberdade comercial destituída de consciência. Numa palavra, a exploração mascarada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia a substituiu pela exploração aberta, despudorada, direta e brutal. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então respeitadas e olhadas com piedosa veneração. O médico, o jurista, o padre, o poeta, o sábio, foram por ela transformados em trabalhadores seus assalariados” (Marx — *Manifesto Comunista*).

Desde o momento, portanto, em que a burguesia dominou inteiramente o mundo e em pleno desenvolvimento se encontrou, tornou-se

conservadora e reacionária, subdividindo-se mais acentuadamente em camadas distintas.

Os pequenos e médios burgueses, que, desde então, tudo subordinavam à aspiração de atingir as culminâncias da alta burguesia, a nova nobreza capitalista, viram seus sonhos esboroar-se em face da mais dura realidade e, em massa, se proletarizaram.

De conservadora, a burguesia em geral transforma-se em reacionária e clerical, pois é através do “ópio do povo” que consegue manter extensas camadas dos povos em submissão.

Em seu seio, todavia, a burguesia gera o proletariado revolucionário e anti-clerical.

“Por outro lado, como já vimos, o progresso da indústria faz cair no proletariado frações inteiras da classe dominante ou, pelo menos, as ameaça em suas condições de existência. Elas também trazem ao proletariado uma massa de factores de desenvolvimento. Nas épocas, enfim, em que a luta de classes se aproxima do momento decisivo, o processo de desagregação se reveste, no interior da classe dominante, no interior de toda a velha sociedade, de um caráter de tal maneira violento e de tal maneira brutal, que uma pequena fração da classe dominante se destaca dessa classe e se une à classe revolucionária, à classe que tem nas mãos o futuro. Assim como, antigamente, parte da nobreza se passou para a burguesia, parte da burguesia passa, agora, para o proletariado, principalmente aquela parte dos ideólogos burgueses que, à força de trabalho, se elevou até à compreensão teórica do conjunto do movimento histórico.” (Marx — *Manifesto Comunista*.)

Do seio da burguesia, portanto, destacam-se os pequeno-burgueses intelectuais, revolucionários, que ajudam a armar o proletariado com as suas armas teóricas do socialismo científico, para que ele cumpra o seu papel histórico, destruindo o capitalismo e construindo o socialismo.

Com o desenvolvimento contraditório do capitalismo, a burguesia vai se reduzindo em número e, por conseqüência, maior número soma no operariado. Amplas camadas da burguesia proletarizam-se e os proletários nenhuma oportunidade mais têm de melhorar de condições.

A pequena-burguesia, principalmente intelectual, sente e reconhece que já não poderá evitar a proletarização.

Que futuro aguarda os que pretendem, nas profissões liberais, uma condição superior de existência? Simplesmente o salariato! Que futuro aguarda os que se entregam ao pequeno comércio, pequena indústria e pequena exploração agrícola? Conquistar fortuna? Não. Simplesmente a proletarização! As estatísticas em todos os países capitalistas do mundo ressaltam essa verdade: pauperização crescente de maior número em benefício de um pequeno número, cada vez menor.

Em discurso pronunciado na Assembléia Constituinte, no dia 23-5-46, Prestes afirmou: “...no Brasil, a pequena burguesia, a classe média se está proletarizando, com a inflação, a passos agigantados. Elementos da classe média, para manter o nível de vida que vinham mantendo, já que seus vencimentos, seus salários não crescem na proporção do custo da vida, são obrigados a hipotecar a última casa, a levar a última jóia ao Monte Socorro e, mais dia menos dia, ficarão sem braços para o traba-

Iho. Assim, são milhares de elementos da classe média que passam para o proletariado, que passam a ter exclusivamente braços para trabalhar”.

Muitos, da pequena e média burguesia, esclarecidos, já reconhecem que pela sua posição em face do capitalismo, pelo qual se sentem explorados, “num largo setor das lutas sociais, existe um paralelismo senão identidade entre os seus interesses e os do proletariado” (Laurat). Muitos da pequena-burguesia, objetivamente, pertencem, portanto, ou tendem para a classe assalariada, para o proletariado, embora vastas camadas, subjetivamente, continuem ainda presas à condição de existência burguesa, considerando-se “acima” do proletariado.

Por força dos preconceitos, das razões subjetivas, a pequena burguesia tem medo; contudo, sabe que acabará se proletarizando, embora contra vontade. Quando, através do marxismo, nos tempos modernos, muitos dos seus membros, os mais esclarecidos, reconhecem a inevitabilidade da proletarização, então se tornam revolucionários e adotam os pontos de vista do proletariado e com êle lutam pela emancipação do trabalhador contra a exploração capitalista, para realizarem, por fim, a sociedade sem classes, que abre novo ciclo de civilização para a humanidade.

FUNÇÃO DA PEQUENA-BURGUESIA

Dirigimo-nos, aqui, por isso, especialmente, à pequena burguesia, ao invés de somente ao proletariado, “classe que tem a missão histórica de destruir o modo de produção capitalista e abolir finalmente as classes” (*O Capital*, pág. LXXXIX), e aos nossos camponeses. Isto porque, lamentavelmente, as massas proletárias brasileiras, escandalosamente exploradas, não possuem poder de compra que as permita adquirir obras marxistas e tampouco possuem o hábito de estudo, para se assenhorear da teoria revolucionária. Esse o motivo de ser, em geral, o seu nível ideológico e político deploravelmente baixo. Não nos referimos aos trabalhadores do campo, embora constituam a esmagadora maioria dos trabalhadores nacionais, porque, salvo um número pequeno, são párias, analfabetos ou semi-analfabetos, o que não os qualifica, enquanto assim permanecerem, para estudos sérios, embora, de facto, constituam a grande reserva revolucionária do proletariado, do qual são o aliado natural, e mereçam, por esses motivos, a melhor atenção da vanguarda proletária, como já está acontecendo entre nós.

As nossas massas operárias, em geral, ainda precisam alfabetizar-se e iniciar-se no conhecimento do marxismo, inda que sob forma elementaríssima. Ninguém melhor, nesta hora vivida, para instruí-las, do que a vanguarda da classe proletária, os comunistas, pois coesionam e cristalizam ao seu redor as massas proletárias e os trabalhadores agrícolas. E podem e devem ser coadjuvados pelos da pequena-burguesia intelectual, que sinceramente se incorporam ao movimento proletário, visto sua capacidade para estudar e divulgar o marxismo, bem como para adquirir consciência proletária, o que os torna, por consequência, revolucionários.

Não importa o preconceito estabelecido à base de experiência histórica sobre a inconsistência e instabilidade da pequena-burguesia, pois que o momento atual é diferente das etapas anteriores, quando o capitalismo estava em ascenso e suas contradições não tinham ainda determinado a proletarização em massa da pequena-burguesia, tal como está ocorrendo em todo o mundo, neste momento.

Não importa a existência de numerosos pequeno-burgueses pérfidos e miseráveis, como instrumentos dúcteis do capitalismo reacionário, que se lançam qual rabiosos molossos contra o proletariado e o seu Partido. Não há que surpreender-se. Os traidores conscientes ou inconscientes sempre existiram. Mesmo entre o operariado tal acontece. São pobres coitados, cegos pela ignorância ou por subalternas ambições; contudo, serão esmagados no desenvolvimento do processo de transformação ou cairão de podres...

Que se *renove*, pois, entre nós, a fase de marxismo legal, apenas no seu aspecto divulgador, dêle se tirando o máximo de proveito e evitando ou desmascarando suas possíveis deformações, nos momentos oportunos. Com ampla e profunda divulgação do marxismo só teremos a lucrar, pois a previsão da proletarização da pequena-burguesia já não é mais uma previsão teórica, mas um facto real, concreto, à vista de todos, de onde os pequeno-burgueses intelectuais não mais poderão ser dilettantes do marxismo, mas estudiosos, interessados pela sua posição de “vir-a-ser” proletários.

E’ evidente que pequenos-burgueses proletarizados engrossarão as fileiras do PCB e melhor será que, antes de para elas acorrerem, já tenham consciência das razões da mudança de sua condição social, a fim de evitar a instabilidade que os caracterizou, noutras épocas, noutros países.

“Tôda nação pode e deve aproveitar o exemplo das outras. Tôda vez que uma sociedade descobre a lei natural de sua evolução... não pode ignorar, de *parti pris*, nem suprimir, por vontade própria, as fases naturais do seu desenvolvimento. Pode apenas abreviar e amenizar as dores do parto”. (Marx — pref. à 1.ª ed. de *O Capital*.)

“A experiência já demonstrou que, nalgumas questões essenciais da revolução proletária, todos os países passarão inevitavelmente por onde haja passado a Rússia” (Lénin — *La enfermedad infantil del “izquierdismo” en el comunismo*, pág. 17 — ELE — Moscou, 1941).

Ainda possuímos grandes massas operárias apenas como “classes em si”, e isto é resultante da nossa situação econômico-social de país dependente, cujo capitalismo ainda não se desenvolveu suficientemente, antes, precariamente, à custa de duas guerras inter-imperialistas.

Teve razão Prestes, quando, por analogia, transpôs para a situação brasileira a que Lénin assinalou para a Rússia, em 1905, dizendo: “Em países, tais como a Rússia, a classe operária sofre menos por força do capitalismo do que pela insuficiência do seu desenvolvimento.” (*Dois Tácticas*, pág. 39.) “A causa reside nos modos de produção antiquados e obsoletos, que sobrevivem com o cortejo de condições sociais e políticas em contradições com a época atual. Os mortos não nos causam menos

transtornos que os vivos, conforme o axioma jurídico: *le mort saisit le vif* (Marx — Prefácio à 1.^a ed. de *O Capital*).

Realmente, nossas massas proletárias não podem da noite para o dia ter a consciência e situação de "classe para si", não só por serem relativamente novas, pouco numerosas, sem suficiente tradição revolucionária, como também porque nossa grande burguesia não é independente, mas subsidiária do capitalismo financeiro internacional, de onde o seu desenvolvimento ter sido cerceado, afora as extensas sobrevivências feudais no campo.

Uma economia semi-feudal, com pequenos núcleos capitalistas, pré-capitalista, pois, não poderia, certamente, engendrar um proletariado revolucionário, comunista.

Sómente agora, com o transcorrer da guerra que acaba de cessar, nosso incipiente capitalismo deu um salto, desenvolvendo-se vertical e horizontalmente, dando origem a amplas massas operárias, que se vão politizando a pouco e pouco. Muito já foi conseguido nesse sentido, principalmente com a participação do PCB na última campanha eleitoral.

Temos, porém, que nos apressar, no estudo do marxismo, pois estamos vivendo uma etapa de subversão de valores, visto que os países capitalistas, muito não tardará, cairão nos braços de tremenda e incomparável crise econômica, a mais terrível de quantas crises têm sofrido, da qual não terão por certo capacidade para sair.

"...na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtoras materiais... Durante o curso de seu desenvolvimento — diz Marx — as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou (com o que constitui a sua expressão jurídica) com as relações de propriedade, em cujo interior se desenvolviam até então. De formas que eram de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformaram em obstáculo às mesmas. Sobrevem, então, uma época de revolução social."

Precisamos, portanto, estar preparados para os acontecimentos que se aproximam, para melhor aproveitá-los em benefício do Brasil. Só os cegos não vêem que já estamos em plena época de revolução social, com a reestruturação econômica que se iniciou nos países europeus.

No *Manifesto Comunista*, em 1848, Marx disse que os proletários nada tinham a perder senão os grilhões que os acorrentavam. Ele se referia, entretanto, somente aos proletários dos países capitalistas europeus, altamente desenvolvidos, os únicos então existentes, porque, à sua época, a pequena-burguesia ainda não estava às portas da miséria, da proletarização, tal como agora; pelo contrário, alimentava-se e iludia-se com a ilusão de se tornar também capitalista...

Atualmente, em todos os países, inclusive o Brasil, não são apenas as massas operárias que nada têm a perder, mas também a pequena-burguesia, principalmente a intelectual, tanto é certo que esta não possui mais que um precário e insuficiente salário ou honorários, seja por serviços prestados a empresas particulares ou ao Estado, ou, ainda, diretamente ao público. E esse salário ou honorários, miserável na esma-

gadora maioria das vezes, só é garantido enquanto há trabalho. E vamos ter falta de trabalho em massa, dentro em breve... quando a nossa indústria artificial se desmantelar, ao péso da concorrência do capitalismo monopolista estrangeiro. Nessa ocasião, nossa economia se desmantelará... Isto, se o atual governo realizar o "milagre" de afastar a fome que ronda os lares de quase todos os brasileiros, por força da inflação e desorganização da produção e distribuição. Caso contrário, a concorrência estrangeira será a causa do caos econômico em que mergulharemos.

Das empresas particulares e dos serviços públicos mantidos pela máquina estatal, levas e levas de pequenos-burgueses e intelectuais serão despedidos e mergulharão na miséria, e se proletarizarão, fazendo concorrência aos proletários atuais, no mercado da força de trabalho, o que mais agravará a situação de todos.

Mesmo a pequena-burguesia que conseguir sobreviver temporariamente como classe, mesmo ela irá pagar preço elevado pela sua situação de classe, porque esmagada e humilhada pela reduzida grande burguesia, testa de ferro e aliada ao capitalismo internacional, e odiada pelas amplas camadas pequeno-burguesas proletarizadas e massas famintas de desempregados.

Se a pequena-burguesia atual, que se proletarizará inevitavelmente em futuro próximo, em camadas cada vez maiores, estudasse, entretanto, o marxismo, para, à custa dele, aprender como resolver os problemas do amanhã, todos lucraríamos, e o Brasil se tornaria o grande país que todos desejamos, na vanguarda do movimento operário na América latina.

Aprendendo a "ciência proletária", para substituir a já anacrônica "ciência burguesa", a pequena-burguesia, que engrossará as massas proletárias, levará a estas os ensinamentos que, em curso praso, a capacitarão para compreender seu papel histórico, transformando-se em "classe para si", conforme a classificação de Marx.

O socialismo é mais velho que o proletariado e não nasceu em seu seio. Da mesma forma que o movimento operário, o socialismo moderno é um produto do capitalismo. Todos dois têm sua origem na tendência para reagir contra a miséria, que a exploração capitalista espalha nas massas operárias. Mas, no movimento operário, a resistência do proletariado nasce espontaneamente, desde que haja grande aglomeração de população operária; o socialismo supõe, ao contrário, um profundo conhecimento da essência mesma da sociedade moderna.

E o socialismo moderno, científico, é obra de revolucionários pequeno-burgueses, que adotaram o ponto de vista proletário: Marx, Engels e Lênin. Todos eles nasceram em berços burgueses.

Jamais esqueçamos, todavia: a revolução é obra do proletariado, que só pode contar com suas próprias forças para se libertar; as demais classes não são revolucionárias, embora indispensável e valiosa sua colaboração.

Para orientar essas massas proletárias, no entanto, somente com suas vanguardas esclarecidas pela teoria e experiência prática. E essas vanguardas são, inicialmente, criadas não só por operários excepcionais

mente dotados como pelos intelectuais pequeno-burgueses, que, proletarizados ou não, adquirem, no estudo profundo do marxismo, a consciência proletária e se identificam, se fundem no movimento operário, defendendo, portanto, os pontos de vista do proletariado e o guiam para cumprir seu papel histórico.

Em países, como o Brasil, cabe aos pequeno-burgueses intelectuais revolucionários destacada missão histórica: divulgação ampla do marxismo para a elevação dos níveis político e ideológico e contribuir, dentro do movimento operário, para a organização dos proletários e operários dos campos.

E por que? Porque esse é o papel que lhes foi determinado pela evolução da sociedade e porque mais nenhuma esperança de vida frutuosa e tranquila lhes oferece esta última etapa do capitalismo, às vésperas de desaparecer, pois que enfraquecido pelas suas aguçadas contradições internas e sob os golpes violentos do proletariado rebelado, que está a quebrar os grilhões com que a burguesia o acorrentava.

O que todos os pequeno-burgueses sentem, acentuadamente, é a plena insegurança de uma vida estável e decente para si e para os seus, em face das crises periódicas do capitalismo, que culminam nesta etapa que estamos vivendo.

Se tudo arriscam e nenhuma segurança possuem, por que não vencem os preconceitos de uma formação mental burguesa, imposta pela grande burguesia através de todos os seus instrumentos de convicção: escolas, livros, imprensa, rádio, cinemas, etc. e não se familiarizam com o marxismo, sobre cujas bases poderão colaborar na reconstrução do mundo, impulsionando o progresso do Brasil? Certamente isso acontecerá.

E' IMPERIOSO O ESTUDO DO MARXISMO

Reacionários e míopes mentais, por ignorância e interesses subalternos, negará o marxismo, embora ele tenha proporcionado esse "milagre" que é a URSS. Outros, pseudo-marxistas, deformam-n'o para melhor negá-lo.

Cabe, portanto, ao nosso proletariado e pequeno-burgueses revolucionários estudar o marxismo para poderem reconhecer que poderoso guia de ação é ele para a reestruturação da sociedade. Maximé, na etapa em que estamos vivendo, de post-guerra, em que as contradições do capitalismo se aguçou ao máximo pela presença da URSS. Lênin, em *Palavras Proféticas*, disse: "Num país, o menos desenvolvido dos países capitalistas, a vitória da classe operária já foi conquistada. Nos demais, é com um esforço inaudito, de extraordinários sofrimentos, que se criam as condições que tornam essa vitória pelo menos inevitável. Que os elementos do socialismo vociferem, que a burguesia se agite, furiosa. Só os que fecham os olhos para não ver e tapam os ouvidos para não ouvir podem deixar de notar que, no mundo inteiro, as dores do parto começaram para a velha sociedade capitalista, prenhe de socialismo."

Impõe-se, portanto, ao proletariado e à pequena-burguesia o estudo da teoria marxista intensa e extensamente, porque, já o dizia Stálin:

"A teoria é a experiência do movimento operário de todos os países tomada em seu aspecto geral. Naturalmente, a teoria deixa de ter objeto quando não se acha vinculada à prática revolucionária, da mesma forma como a prática será cega se a teoria revolucionária não alumiar o seu caminho. Mas a teoria pode converter-se em formidável força do movimento operário, se se formar em relação indissolúvel com a prática revolucionária, pois ela, teoria, e somente ela, pode imprimir ao movimento a segurança, a firmeza de orientação e a compreensão das relações internas dos acontecimentos que nos envolvem; pois ela e somente ela pode ajudar a prática a compreender não só como e para onde se movem as classes no momento atual, mas também como e para onde terão de mover-se em futuro próximo." Lênin disse e redisse dezenas de vezes a conhecida tese de que:

"Sem a teoria revolucionária, não pode haver também movimento revolucionário" (Lênin, t. IV, pág. 380 — *Que Fazer?*).

"Poderia pensar-se que apreender a teoria marxista-leninista significa estudar conscienciosamente as conclusões e as teses contidas nas obras de Marx, Engels e Lênin; aprender a citá-las oportunamente e contentar-se com isso, crendo que as conclusões e as teses decoradas se adaptam a quaisquer situações, a todos os casos da realidade. Mas, esse modo de entender a teoria marxista-leninista é inteiramente falso. A teoria marxista-leninista não pode ser considerada como um conjunto de dogmas, como um catecismo, como um símbolo de fé, nem para os marxistas nem para os eruditos pedantes e exegetas. A teoria marxista-leninista é a ciência da sociedade comunista. E, como ciência, não está nem pode estar estancada, mas se desenvolvendo e se aperfeiçoando. E' evidente que, em seu desenvolvimento, não pode deixar de enriquecer-se com a nova experiência, com os novos conhecimentos, e que algumas das suas teses e conclusões não podem deixar de mudar no transcorrer do tempo, não podem deixar de ser substituídas por novas teses e conclusões, segundo as novas condições históricas" (*Historia del Partido Comunista (b) de la URSS*, págs. 414 e 415 — ELE, 1938, Moscou).

O marxismo-leninismo, enfim, constitui a verdadeira unidade entre a teoria e a prática revolucionária.

E como "dominar a teoria marxista-leninista significa ficar de posse da essência desta teoria, e aprender a empregá-la na solução das questões práticas do movimento revolucionário sob as diversas condições da luta de classes do proletariado" (*Curso de História do Partido Comunista*), obrigamo-nos a publicar esta revista e os clássicos do marxismo, convidando o proletariado, o campesinato e a pequena-burguesia brasileiros a estudarem-na com todo o entusiasmo e sinceridade.

De Tudo, um Pouco...

EXPROPRIAÇÃO — A expropriação é realizada pelo jôgo das leis iminentes da própria produção capitalista: a concentração dos capitais. Cada capitalista acumula capital em detrimento de outros muitos. Paralelamente a essa centralização do capital ou expropriação de muitos capitalistas por alguns poucos, desenvolve-se, numa escala cada vez maior, a forma cooperativa do processo de trabalho...

A proporção que vai diminuindo progressivamente o número de magnatas capitalistas, que usurpam e monopolizam êsse processo de transformação, cresce a massa reduzida à miséria, à opressão, à escravização, à degeneração, à exploração, mas cresce, também, a rebeldia da classe operária, cada vez mais numerosa e mais disciplinada, mais unida e mais organizada, em virtude do mecanismo do próprio processo capitalista de produção.

O monopólio do capital converte-se em factor de destruição do regime de produção, que floresceu com êle. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um certo ponto em que se tornam incompatíveis com a sua envoltura capitalista. E esta salta feita em pedaços. Só a hora final da propriedade privada capitalista. *Os expropriadores são, então, expropriados.* (Carlos Marx — *O Capital* [Tendência Histórica da Acumulação Capitalista]).

CONTRA UMA CULTURA DE ESTUFA — “O que Ilitch (Lénin) colocava acima de tudo era a luta contra uma concepção da cultura proletária cultivada nesta ou naquela estufa. Lénin considerava muito perigoso o próprio pensamento de que se podia fazer nascer a cultura proletária, em estufa. O *Proletcult* era uma dessas estufas. A cultura proletária pode crescer no terreno da instrução generalizada, nas condições do poder soviético. Quando, com a existência do poder soviético, milhões de homens cultivados se erguerem em nosso país — e hoje temos tão poucos deles — então efetivamente crescerá um novo tipo de cultura e um outro tipo de literatura. ... Eis porque Lénin dizia dirigindo-se aos operários: “Instrui-vos, aposai-vos da cultura burguesa, não vos deixeis iludir por aqueles que dizem que, em algum laboratório, seja qual fôr o nome que lhe dêem — uma cultura proletária já cresceu”. E’ preciso considerar o nascimento da cultura proletária dialéticamente. O essencial dêsse “processus” é que milhões de homens assimilem as conquistas da cultura burguesa nas condições do Estado soviético.” (Yakovlev, *Discurso na Conferência Sobre Política Literária do Partido*, em 9 de maio de 1924, ed. russa).

QUANDO DESAPARECERÃO AS RELIGIÕES?

DE KARL MARX

O mundo religioso é apenas o reflexo do mundo real.

Numa sociedade de produtores de mercadorias, onde a relação social geral da produção consiste, para os produtores, em ver nos seus produtos apenas mercadorias, isto é, valores, e em comparar, sob esta forma natural, os seus trabalhos privados, uns com os outros, como trabalho humano igual, o cristianismo, com seu culto do homem abstrato e, sobretudo, em seu desenvolvimento burguês, protestantismo, deísmo, etc., é a forma de religião mais apropriada. Nos modos de produção da velha Ásia e da antiguidade em geral, a transformação do produto em mercadoria e, portanto, a existência do homem como produtor de mercadoria representa um papel secundário. Mas a importância deste papel aumenta à medida que a comunidade avança no curso de seu desaparecimento. Verdadeiros povos mercantes existiram somente nos interstícios do mundo antigo, à maneira dos deuses de Epicuro ou dos judeus nos poros da sociedade polonesa. Estes organismos de produção da sociedade antiga são muito mais simples e transparentes do que o organismo burguês, mas repousam ou seja sobre a falta de maturidade do homem individual que, se pudermos usar esta expressão, não se desprende do cordão umbelical que o liga naturalmente aos seus congêneres, ou seja sobre relações imediatas de despotismo e escravatura. Têm como condição o pequeno desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e as relações relativamente estreitas dos homens que, no âmbito material de tudo o que é necessário à vida, caracteriza as relações dos homens entre si e com a natureza. Esta estreiteza real reflete-se idealmente nas velhas religiões naturais ou nacionais. Em geral, o reflexo religioso do mundo real só poderá desaparecer no dia em que as condições da vida cotidiana pratica do homem trabalhador apresentarem relações não só racionais dos homens entre si como com a natureza. O ciclo da vida social, isto é, do processo material da produção, só se despojará de seu véu místico e nebuloso no dia em que seu conjunto aparecer como produto de homens livremente associados e que exerçam controle consciente e metódico. Mas, para tanto, é preciso que a sociedade tenha uma base material ou que exista toda uma serie de condições

materiais de vida, que, por seu lado, sejam o produto natural de uma longa e penosa evolução.

(O Capital, Livro I, vol. I, pág. 147)

RICARDO E O VALOR — “A determinação do valor de Ricardo, porém, apesar de seus aspectos nefastos, tem um lado agradável para os nossos valentes burgueses. E’ o lado pelo qual ela faz um apelo, com força irresistível, a seu sentimento de justiça. Justiça e igualdade de direitos, eis os pilares sobre os quais o burguês dos séculos XVIII e XIX queria construir seu edifício social sobre as ruínas das injustiças, das desigualdades e dos privilégios feudais. A determinação do valor das mercadorias pelo trabalho e da livre troca que se efetua, após essa medida de valor, entre possuidores iguais em direitos, tais são, como já o demonstrou Marx, os fundamentos reais sobre os quais é edificada toda ideologia política, jurídica e filosófica da burguesia moderna. Sabendo-se ser o trabalho a medida das mercadorias, os bons sentimentos do valente burgues devem sentir-se profundamente feridos pela ruindade de um mundo que reconhece, de fato, nominalmente, esse princípio de justiça, mas que, realmente, a cada momento, sem se incomodar, parece colocá-lo de lado. O pequeno burguês, sobretudo, cujo trabalho honesto — mesmo quando explora operários ou aprendizes — perde todos os dias cada vez mais seu valor pelo efeito da concorrência da grande produção e das máquinas, sobretudo o pequeno produtor, deve desejar ardentemente uma sociedade em que a troca de produtos à base do seu valor de trabalho seja uma realidade completa e sem exceção. Por outras palavras, deve desejar ardentemente uma sociedade em que reine exclusiva e completamente uma lei única de produção de mercadorias, mas onde sejam abolidas aquelas condições que, sozinhas, tornam essa lei efetiva, isto é, as outras leis de produção de mercadorias e, melhor ainda, da produção capitalista.

Esta utopia lançou raízes muito profundas no pensamento do pequeno burgues moderno — real ou ideal. O que o demonstra é o fato de que ela já foi, em 1831, sistematicamente desenvolvida por John Gray, e, ainda nessa época, ensaiada praticamente, expandiu-se teoricamente na Inglaterra, sendo proclamada como a mais recente verdade, em 1842, por Rodbertus, na Alemanha; em 1846, por Proudhon, na França; publicada ainda em 1871 por Rodbertus como solução para a questão social e, por assim dizer, seu testamento social; e, em 1884, obtem a adesão da quadrilha, que se esforça, sob o nome de Rodbertus, por explorar o socialismo de Estado prussiano.

“A crítica dessa utopia foi feita por Marx de modo tão completo, tanto contra Proudhon como contra Gray.” — Engels — Prefácio do livro *A Miséria da Filosofia*, de Marx.)

Questões de História

AS REBELIÕES DOS SIPAIOS

No século XVII, começou o saque intenso da Índia em mãos dos países europeus, especialmente da Inglaterra e da França. Em 1763, os ingleses converteram-se em senhores virtuais da Índia, depois de expulsar os franceses de quase todo o território.

O direito exclusivo de comércio com a Índia estava em mãos da antiga companhia East Indian, fundada desde 1600. Esta companhia tinha a seu cargo a administração da Índia e contava com tropas no território.

A companhia East Indian foi liquidada em 1823, visto que esse monopólio era contrário aos interesses da crescente indústria inglesa. Depois disto, as mercadorias inglesas inundaram a Índia ao mesmo tempo que começou a aumentar a exportação de matéria-prima da Índia. Os produtos manufaturados ingleses produziram a ruína em massa dos tecelões indus, incapazes de fazer frente à concorrência.

Em 1857, os ingleses instalaram na Índia 4.000 milhas telegráficas e começaram a construção da primeira estrada de ferro, tudo com o propósito de fortalecer seu domínio no país e conquistar novos territórios até então intactos pela exploração européia.

No período de 1848 a 1856, os ingleses apoderaram-se de 150.000 milhas quadradas de novos territórios, entre eles Punjab, Burma e Dudd (1856). As rendas, só constituídas de impostos, que os novos distritos anexados à Inglaterra rendiam, subiam a 43 milhões de rublos ouro anuais.

A administração britânica era particularmente cruel nos distritos recentemente anexados do norte e do centro, o que deu lugar a uma sublevação, em 1857, na província de Oudh. No mês de maio, as tropas rebelaram-se e pouco tempo depois aderiram ao movimento 50.000 sipaios. Os rebeldes tomaram posse de Delhi, Caenpure, e Lucknow.

Os ingleses tinham somente quatro regimentos no local da sublevação e sua situação era perigosa. Naquela época havia, na Índia, 257.000 soldados nativos contra 36.000 ingleses. As tropas nativas

contavam com canhões e rifles Enfield, além da simpatia e do apoio da população. Os mulçumanos e os indús, entre os quais os colonizadores ingleses haviam tratado de lançar a semente do ódio nacionalista, com o proposito de enfraquecer as forças inimigas, formaram uma frente única e levantaram-se contra os exploradores ingleses.

Não obstante, no curso da sublevação, tornaram-se claras as contradições entre o campesinato e os senhores feudais, que tomavam posse das terras abandonadas pelos favoritos dos ingleses e exigiam impostos aos camponeses.

Das fileiras do campesinato e do artesanato urbano surgiram novos líderes, entre eles Achmed, camponês e líder dos pobres da cidade. Mas já era demasiado tarde; os sipaios tinham perdido muito tempo por causa da indecisão dos dirigentes feudais. Os senhores feudais, chefiados por Bohadur Khan e Nana Sahib, seguiram uma tática defensiva; em vez de marchar sobre Calcutá e mobilizar as tropas nativas e as massas camponesas, deixaram passar o tempo com medo das massas.

A revolta das massas camponesas em Bengala e Bihar obrigou os senhores feudais a chegarem a um acordo com os ingleses. — Os ingleses aproveitando a traição dos senhores feudais concentraram tropas no norte da Índia. Depois de um sítio de cinco meses e uma cruel batalha de seis dias, tomaram Delhi, centro principal da sublevação, que estivera defendida por barricadas de artesãos e elementos proletários da cidade que, com sua queda, foram objeto dos mais brutais castigos.

Um dos observadores ingleses escreveu: “Isto é mais que uma rebelião militar; desde seus começos, tomou cada vez mais as características de uma sublevação que atraía grandes massas e não somente aos soldados sipaios”. “Havíamos conseguido vencer o inimigo e dominar seus canhões, e este se achava já novamente disposto para a luta; havíamos demorado em tomar uma cidade e prestar auxílio a outra, quando o perigo surgia numa terceira. Tão rápido quanto havíamos reprimido a rebelião num setor, se havia desencadeado no vizinho”.

Naquela época, não se havia formado ainda o proletariado na Índia. As massas precursoras do proletariado das cidades — artesãos, carregadores e necessitados — tomaram parte ativa na sublevação, porém não conseguiram tomar em suas mãos a direção do exército. Os elementos burgueses, alarmados pelo poderoso impulso que havia

tomado a sublevação, não proclamaram a rebelião revolucionária das massas. O exército seguiu aos senhores feudais — a quem os ingleses haviam despojado de suas terras — e aos religiosos, privados pelos ingleses de suas terras assim como dos pagamentos dos tribunais e das escolas.

A derrota da sublevação e seus resultados. — Os últimos destacamentos de sipaios só foram vencidos em 1859, quando os rebeldes foram fuzilados em massa, atados às bocas dos canhões e depois de várias expedições punitivas cumprirem sua incumbência no interior do país.

A sublevação dos sipaios demonstrou, uma vez mais, que, sem a direção do proletariado, o campesinato é incapaz de livrar-se do jugo feudal e dos conquistadores estrangeiros.

A repressão da sublevação veio fortalecer o jugo britânico e retardar, por muito tempo, o desenvolvimento da Índia.

Os ingleses, temendo que se repetisse a revolta, chegaram a um acordo com os senhores feudais; prometeram-lhes não tomar suas terras se garantissem o pagamento regular de impostos. Por outro lado, receios das revoltas camponesas e desejando dar aos senhores feudais posição estável, aboliram a servidão do campesinato em 1859. Estes senhores feudais (*rajahs*), ficaram como proprietários da terra, enquanto os camponeses ficaram como inquilinos permanentes, pagando uma renda determinada.

Assim, enquanto que, no papel, ficou abolida a servidão, na realidade e até a época presente, nos 580 principados da Índia, perdura o trabalho forçado e, nas plantações dos *rajahs* e dos ingleses, há milhares de escravos que são objeto de compra e venda e até existe uma lei sobre a extradição dos escravos fugitivos.

As terríveis fomes que, periodicamente, se registam na Índia e em que perecem milhões de indús, demonstram a ardua situação do campesinato sob o domínio dos ingleses e dos *rajahs*. A fome mais terrível, que atingiu o maior número de habitantes, sobreveiu pouco tempo depois de ser sufocada a sublevação de 1866.

(Efimov e Freiberg — *Hist. Época Capit. Indst.* — Vitória)

● ●

ISTO É QUE É PATRIOTISMO! — Foi assinado, em 26-4-1946, um contrato entre o governo do Território do Amapá e o dos Estados Unidos da América do Norte, para a exploração de minério e o aproveitamento de novas jazidas recentemente descobertas.

De Tudo, um Pouco...

DIDEROT E ROUSSEAU DIALÉTICOS — “Entretanto, ao lado e depois da filosofia francesa do século XVIII, a filosofia alemã moderna nasceu e encontrou sua conclusão em Hegel. Seu maior mérito foi a volta à dialética, como a forma superior do pensamento. Os filósofos gregos da antiguidade eram todos, de nascimento, por natureza, dialéticos, e o espírito mais universal entre eles, Aristóteles, já estudara as formas mais essenciais do pensamento dialético. A filosofia moderna, pelo contrário, se bem que a dialética tenha tido nela também brilhantes representantes (por exemplo, Descartes e Spinoza), se viu cada vez mais integrada, principalmente pela influência inglesa, no modo de pensar chamado metafísico, que domina também quase exclusivamente os franceses do século XVIII, pelo menos em seus trabalhos especialmente filosóficos. Fora da filosofia propriamente dita, eles eram igualmente muito capazes de dar obras primas de dialética; lembraremos apenas o *Sobrinho de Rameau*, de Diderot, e o *Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens*, de Rousseau.” (Engels, *Anti-Dühring*)

LIBERDADE... — ... “senhores individualistas burgueses, devemos dizer-vos que as vossas “conversas” sobre a liberdade absoluta são hipocrisia e nada mais. Em sociedade fundada no poder do dinheiro, em sociedade, na qual as massas dos que trabalham têm um destino de mendigos e um punhado de ricos um destino de parasitas, não pode haver “liberdade” real e verdadeira. Sois livres, por acaso, senhores escritores, em relação aos vossos editores burgueses, livres em relação ao vosso público burguês, que exige de vós pornografia sob todos os aspectos e prostituição sob a forma de “complemento” da “santa” arte da encenação? Essa liberdade absoluta não passa de chavão burguês ou anarquista (porque, como maneira de ver as coisas, o anarquismo é o reverso do burguesismo). Não se pode, ao mesmo tempo, viver na sociedade e ser livre dela. A liberdade do escritor, artista, ator burguês nada mais é do que a dependência mascarada (ou que se mascara hipocritamente) da sátola, do suborno, do pagamento. E nós socialistas desmascaramos essa hipocrisia, arrancamos essas fachadas mentirosas, não para estabelecer literatura e arte sem classe (tal só será possível na sociedade socialista, sem classes), mas apenas para opor à literatura pseudo-livre, aliada à burguesia, a literatura verdadeiramente livre, francamente aliada do proletariado. (Lénin).

A Separação entre a Igreja e o Estado Casamento - Divorcio - Família

Magnífico discurso do deputado comunista Carlos Marighella, na Assembleia Constituinte, de 4-7-46.

Sr. Presidente, Srs. Representantes, venho à tribuna para debater o projeto constitucional.

A bancada do Partido Comunista já tem ocupado a tribuna mais de uma vez para dar sua opinião sobre o mesmo projeto, depois de que no plenário foi lida a declaração de voto pelo ilustre Deputado Caires de Brito.

Dizíamos, então, que o projeto constitucional era reacionário, falho e insuficiente, prêso ainda a fórmulas antiquadas, sem vêr a realidade brasileira, assegurando a hipertrofia do Executivo, mantendo um velho instrumento de estagnação e retrocesso como o Senado, negando o direito de voto a praças de pré e aos analfabetos, sujeitando a justiça eleitoral ao Poder Executivo, negando o direito de greve, passando para uma tímida repressão aos trusts e monopólios, em vez de impedi-los; não abrindo perspectivas para liquidação do monopólio da terra, fonte do atraso de todo o nosso povo, e, por fim, não assegurando a completa separação entre a Igreja e o Estado.

Fizemos críticas ao projeto exatamente por êsses motivos. Hoje, coube-me a honra de debater o ponto a que acabo de referir-me — a separação da Igreja do Estado. Nas críticas que aduzimos, naturalmente não envolvemos a Grande Comissão, em seu conjunto, uma expressão da cultura e da notabilidade do nosso povo, mas que, evidentemente, não pôde elaborar projeto capaz de satisfazer às nossas condições, e, por isso mesmo, de transformar-se em Constituição que encarne a realidade brasileira, que impeça os poderes ditatoriais e, também, evite a volta da reação e do fascismo, assegurando à nossa Pátria progresso e democracia.

Sr. Presidente, como tenho de me referir, particularmente, à separação entre a Igreja e o Estado, devo analisar os artigos do projeto relacionados com êsse assunto — art. 159, §§ 9, 11 e 13 e art. 164, §§ 37 e 38. Importante, para nós, é o confronto dos dispositivos análogos das Constituições de 1934 e 1891.

Tomemos o artigo do projeto de 1946 atinente à liberdade de consciência, e do teor seguinte: (*Lê*)

“E’ inviolável a liberdade de consciência e de crença, e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública ou aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil”. (Art. 159, § 9.º).

A Constituição de 1934, no seu artigo 113, item 5, diz mais ou menos a mesma coisa quanto à liberdade de religião e à liberdade de consciência e de crença. Mas a de 1891, no artigo 72, § 3.º, tem redação mais precisa, indicando maior progresso que o projeto de 1946:

“Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se, para êsse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”. (Art. 72, § 3.º).

O dispositivo do projeto de 1946, com as restrições que estabelece no atinente à ordem pública e aos bons costumes, dá, mais uma vez, a polícia do Brasil poderes para intervir nas questões relativas à religião e impedir o livre exercício dos cultos religiosos. Não nos devemos esquecer de que, durante o longo período do Estado Novo, eram os Centros espíritas, fechados sob alegação de constituírem focos de agitação. Esse mesmo perigo correremos se, por acaso, inadvertência ou imprevidência, sagrarmos o que ficou assentado no dispositivo do projeto constitucional de 1946.

Verifica-se, Sr. Presidente, do confronto entre o projeto ora em debate e a Constituição de 1891, que esta leva a palma.

Se analisarmos o artigo referente ao casamento civil, também haveremos de ver que a vitória cabe ainda àquela Constituição, porque o art. 159, § 11, do projeto, declara o seguinte:

“O casamento será civil, e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao casamento civil, desde que se observem os impedimentos legais deste...”

E acrescenta, por último, que o registro civil “é gratuito e obrigatório”.

A Constituição de 1934, no art. 146, ficou, mais ou menos, nos termos do dispositivo do projeto atual. Entretanto, a de 1891, no art. 72, § 4.º situa a questão de forma muito mais clara e decisiva, afirmando que “a República só reconhece o casamento civil”, evitando assim de modo completo, qualquer ligação que, nesse sentido, se pretenda estabelecer entre a Igreja e o Estado.

Em relação ao ensino, enquanto o projeto de 1946 determina, no mesmo art. 159, no § 13, que “o ensino religioso, nas escolas oficiais, constituirá matéria dos seus horários”, a Constituição de 1891, no art. 72, § 6.º diz, precisamente, que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”.

Mais uma vez, observa-se que a Constituição de 1891 supera o projeto em debate.

Perceberemos ainda o dedo dos remanescentes do feudalismo, pretendendo, no ano da graça de 1946, encobrir suas tentativas de manter o Estado ligado à Igreja, se formos ao art. 193, item III do projeto, o qual veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

“III — Ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol dos interesses coletivos”.

O texto correspondente da Constituição de 1891 — Art. 72, § 7.º — prescrevia:

“Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou do Estado”.

Ora, Srs. Constituintes, ainda uma vez constata-se, do cotejo destes dispositivos, que a Constituição de 1891 também leva a palma sobre o atual projeto.

Na verdade, Sr. Presidente, uma tese precisa ser debatida aqui: a de que nem sempre a Igreja esteve ligada ao Estado, como, também, nem sempre esteve separada dele.

Assim como nem sempre existiu união da Igreja com o Estado, nem a sua separação, é necessário acentuar que o Estado também nem sempre existiu. E' que o Estado não é senão a resultante dos antagonismos de classes; e, mais, é a instituição que visa refrear êsses mesmos antagonismos. Como instrumento de domínio de classes, tem êle de valer-se de todos os meios para impor a vontade das classes dominantes, sobre as dominadas.

Impôsto, polícia, cadeia, tribunal, são como que os quatro pontos cardiais do Estado, instrumento e dominação de classes. E não deixa, também, de valer-se de um outro meio, exatamente a religião.

Lénin afirma — e tenho de citar Lénin porque estou fazendo a demonstração de uma tese materialista-dialética:

“A religião é um aspecto da opressão espiritual que pesa sempre e por toda a parte sobre as massas populares submetidas pelo trabalho perpétuo em proveito de outrem, pela miséria e a solidão. A fé em uma vida melhor, no além, nasce, inevitavelmente, da impotência das classes exploradas contra os exploradores, tanto quanto a crença nas divindades, nos diabos, nos milagres, etc... nasce da impotência do selvagem em luta contra a natureza”.

Se a religião nasce dessa impotência do selvagem contra a natureza pelo seu desconhecimento dos fenômenos, ou das que explicam os fenômenos dessa mesma natureza, e se a religião serve, também, como instrumento de opressão das classes dominantes, é claro que o Estado, como instrumento de dominação de classes, não poderia, de maneira alguma, deixar de parte a utilização da religião; porque, como diz Marx

"A religião 'é o suspiro da criatura oprimida, a alma de um mundo sem coração, bem como é o espírito de uma civilização da qual se excluiu o espírito. Ela é o ópio do povo."

Quer dizer: a religião adormece, a religião faz que os explorados não se possam erguer contra os seus exploradores, a não ser quando se tornam cientes da própria exploração e adquirem a consciência da classe. Mas, assim como a religião era utilizada pelo Estado, a Igreja o foi. O mesconteceu com o Cristianismo. Entretanto, como a tese que procuro demonstrar é de que o Estado nem sempre se tem mantido ligado à Igreja e à religião, faz-se mister, no estudo do início do Cristianismo, observar que este representou uma religião de deserdados, de escravos e, por isso mesmo, se opôs ao Estado durante muito tempo.

Era de Kautski, ao tempo em que era marxista, a seguinte interpretação:

"A igreja cristã tem sido uma organização de domínio, ora no interesse de seus próprios dignitários, ora no interesse dos dignitários de outra organização, o Estado, onde este conseguiu obter o controle da Igreja. Quem batesse estes poderes teria também que bater a Igreja. A luta pela Igreja, bem como a luta contra a Igreja, tem sido, por conseguinte, uma *causa de partido*, à qual se acham ligados os mais importantes interesses econômicos".

Como afirmava, porém, Sr. Presidente, que o Cristianismo estava em seu início colocado como a religião dos exploradores, dos dominados, devo fundamentar a assertiva. E é o que podemos fazer, se tomarmos a Bíblia e a compararmos com os Evangelhos escritos à época em que o Cristianismo era ainda uma religião de escravos, e com os Evangelhos da época em que o Cristianismo já constituía religião do Estado.

O Imperador Diocleciano sabia, perfeitamente, que não contava mais com os exércitos infiltrados de cristãos que não mais impunham o gladio romano e, sim, a cruz, e que não obedeciam às ordens dos césares romanos. Foi Constantino, chamado o Grande pelos clericais, quem compreendeu ser o único recurso transformar o Cristianismo em religião do Estado, e o fez no século IV.

No tempo, portanto, em que ainda não era religião do Estado, dizia Jesus, no Evangelho de São Lucas, escrito nos princípios do século II:

"Difícilmente entrarão no Reino de Deus os que têm riquezas. Porque mais difícil é entrar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que um rico entrar no reino de Deus. (XVIII — 24-25).

Quer dizer, o problema levantado por Jesus não era o do rico ser mau, nem o do rico ser religioso, mas, precisamente, o facto do rico ser rico, do rico ser explorador.

Era a mesma coisa que afirmava Jesus, no Sermão da Montanha:

"Bem-aventurados os pobres, porque deles é o Reino de Deus; bem-aventurados os que têm fome, porque serão saciados; mas ai dos ricos! ai dos que estão fartos, porque terão fome! ai dos que riem agora, porque depois chorarão!" (Lucas VI-20).

É o mesmo problema, portanto: o rico a ser castigado, não porque seja mau, mas, precisamente, por ser rico e por ser explorador.

Já no Evangelho de São Mateus, escrito no século IV, em que a religião cristã passou, por determinação de Constantino, a ser religião do Estado — já no Evangelho de São Mateus, escrito no período de colaboração do Cristianismo com a Igreja, — o Sermão da Montanha é adulterado: não se fala mais em bem-aventurados os pobres; fala-se, agora, em "Bem-aventurados os pobres de espírito" ... o que, na realidade, não tem sentido nenhum.

Mas a religião cristã, o cristianismo adotado como religião do Estado, serviu de sustentáculo a todos os senhores de escravos e a todos os dominadores da Idade Média e do feudalismo. A filosofia escolástica é a que servia a esses designios de exploração dos senhores de terras e dos barões feudais.

Quando a burguesia se levantou na França contra o feudalismo, insurgiu-se, precisamente, contra a religião, que fôra o esteio de todos os senhores feudais. Aí, então, é a própria burguesia revolucionária que pretende estabelecer uma separação entre a Igreja e o Estado.

Antes disso mesmo, na Alemanha feudal, tivemos a reforma de Lutero, que se ergueu contra a união existente entre os senhores e barões feudais de então e a Igreja. Em 1523 e 1525, a História pôde registrar movimentos da pequena nobreza e também dos camponeses, inspirados na reforma luterana. Mas Lutero, que representava os interesses da burguesia, não foi capaz de levar adiante sua reforma, passando-se, com armas e bagagens, para a própria nobreza, e a religião luterana ficou, então, como religião do Estado, dentro da Alemanha.

Na França, Calvino pregou, também, sua reforma, que, no fundo, representava as aspirações da burguesia que se insurgia contra os senhores feudais, não conseguindo, porém, a vitória em sua terra natal. Mas o calvinismo se espalhou como religião, principalmente pela burguesia de países como a Holanda e Bélgica. E porque não tivesse conseguido a vitória, a burguesia, no tempo de Calvino, em 1789, por ocasião da Revolução Francesa, levantou-se muito mais seriamente contra a religião, dando lugar ao materialismo do século XVIII. Mas, depois que a burguesia assegura o seu poder, reprimindo a religião ou estabelecendo com raízes mais profundas a separação entre a Igreja e o Estado, — por que isso interessava a ela própria, como classe, para que se libertasse daquela outra que o dominava anteriormente — logo a vemos numa posição contrária, quando o proletariado começou a aparecer como classe em si e para si.

Depois da revolução de 1848, a burguesia francesa não estava mais interessada em manter o materialismo do século XVIII, em manter a separação entre a Igreja e o Estado. Para que a burguesia explorasse o prole-

tariado lançava mão, novamente, da religião e procurava ligá-la ao Estado, embora sob forma disfarçada. E' o tempo em que surge o positivismo, que é uma filosofia reacionária para sua época, dentro da França, porque era uma doutrina criada com o intuito de esmagar o proletariado, a classe mais conseqüentemente revolucionária, destinada a libertar-se a si mesmo e a toda a sociedade.

Eis aqui o que o ilustre historiador russo Scheglov afirma a respeito do positivismo:

“O positivismo de Comte significa um retrocesso em comparação com a filosofia da burguesia progressista e revolucionária, com o materialismo francês do século XVIII e com a dialética de Hegel. Comte expressava o ponto de vista da burguesia já controvérsida numa classe reacionária, preocupada em esmagar a luta revolucionária da classe operária”.

E, assim, Sr. Presidente, explica-se porque, quando a burguesia está interessada em manter seu domínio, se vale da religião, procurando ligá-la ao Estado.

Transplantando para o Brasil esta mesma situação, podemos dizer que, depois de 1822, quando já havia sido iniciado o movimento pela nossa emancipação política, a burguesia ainda incipiente e muito fraca começava a compreender a necessidade de lutar contra o poder temporal, contra o poder dos Papas, contra a teoria que dizia ser de fonte do Direito o Poder Divino — *omnia potestas a Deo est*. Quando já esta situação se verificava dentro do Brasil, pudemos também assistir a factos como o que se deu quando o Papa Leão XII baixou a bula “*Preclara Portugaliae*”, instituindo a Ordem de Cristo para que os Imperadores, dentro de nosso país, ficassem com atribuições no sentido de nomear bispos e eclesiásticos, e a Assembléa Geral de então reagia contra essa bula, em 1827, por intermédio de uma declaração do Padre Diogo Antônio Feijó, de Limpo de Abreu, Bernardo de Vasconcelos e José Clemente Pereira.

O parecer da Assembléa Geral dizia o seguinte:

“E quais são esses direitos? A bula os designa; e são, segundo ela, todos os privilégios e direitos sobre as igrejas e benefícios concedidos pelos papas. Mas onde estará o inventário desses direitos e privilégios que os Reis de Portugal exerciam sobre as igrejas do Brasil, adquiridos por concessão dos papas?”

Acaso há sobre a terra outra fonte de onde derivem atributos majestáticos que não sejam as leis fundamentais dos impérios?”

Aí, Sr. Presidente, verificamos precisamente a reação daqueles que, procurando libertar-se do domínio de Portugal, já começavam por não aceitar

essa ligação estreita entre a religião e o Estado. Mas a tendência para a separação entre a Igreja e o Estado, no Brasil, se aprofunda com o movimento pela implantação da República, e justo é destacar-se aí o papel dos positivistas.

O positivismo que, na França, representou um papel reacionário porque se atirava contra o proletariado, dentro do Brasil representa um papel progressista porque é nossa burguesia incipiente que se volta contra os senhores de escravos, que dominavam no tempo do Império. Este o caráter progressista dos positivistas dentro do Brasil e, por isso, com tanta firmeza se dedicaram à luta pela separação entre a Igreja e o Estado.

Não são, porém, somente os positivistas que têm desempenhado papel acentuado no sentido de separar a Igreja do Estado no Brasil. Há opiniões de outros publicistas e filósofos que também se colocam dentro do ponto de vista democrático e justo, adequado à situação em que vive o povo que precisa de libertar-se e construir a sua própria grandeza como é o caso do padre Ventura de Raulica, que dizia: a religião não é nenhum pontífice, sacerdote ou cristão, muito menos pode ser instrumento do governo.

Laboulaye, grande publicista francês, que tem toda a razão de ser aqui citado, visto como não é materialista, nem também adepto do marxismo, afirmava que o Estado nada tem a ver com o fiel ou o crente, mas com o cidadão.

O próprio Laboulaye dizia ainda que é justo negar-se à Igreja a posse da terra, porque um dos motivos que a tem levado — e falo aqui, em Igreja de modo geral, — a reunir, quanto a essa separação entre a religião e o Estado, é que, realmente, tem ela interesses econômicos profundos ligados a essa situação, isto é, de proprietária de terras e latifúndios.

Sr. Presidente; sustentando o ponto de vista da separação entre a Igreja e o Estado, estamos, necessariamente, nos colocando numa atitude democrática, de vez que não pode haver democracia sem a liquidação do monopólio da terra, que é contra o progresso. Se ainda não conseguimos a liquidação desse monopólio, ao qual se acha tão estreitamente ligado o clero, ou a Igreja, que, pelo menos, desenvolvamos os maiores esforços no sentido de garantir, no projeto constitucional de 1946, a separação entre a Igreja e o Estado, não deixando margem alguma para que os remanescentes do feudalismo tripudiem sobre o nosso povo, servindo-se dos dispositivos introduzidos no referido projeto.

Nós, comunistas, sabemos respeitar as religiões; somos pela liberdade completa de consciência e não desejamos, de forma alguma, que essa liberdade seja utilizada pelos dominadores, pelos fascistas, pelos reacionários, pelos senhores feudais para acorrentar o nosso povo, miseravelmente, como o têm feito.

Não combatemos religiões, porque não seria útil, proveitoso, nem mesmo científico, visto como a religião só desaparecerá quando desaparecerem os antagonismos de classe. E' necessário compreender que, hoje, todo o povo sofre sem que seus dominadores se lembrem de procurar ver se os que estão sendo explorados são católicos, positivistas, teosofistas, ateus, ou pertencem a qualquer outro credo religioso. O patrão, capitalista explorador, não paga melhor salário a seus operários, porque se trata de um católico, se a religião desse patrão antiprogressista é a católica. O sistema de ex-

ploração é o mesmo. A única divisão que se pode fazer no seio da sociedade é realmente entre os explorados e os exploradores.

Daí, Senhores Constituintes, a posição do Partido Comunista em querer lutar, com todas as forças da Democracia, como Partido democrata que é, para garantir-se, no Brasil, liberdade de consciência, respeitando-se todos os credos, fazendo que se não estabeleça privilégio de um credo sobre os demais, ou não se recorra a essa situação, no sentido de impedir a liberdade e acorrenar mais ainda a nossa gente.

Para encerrar a parte referente à liberdade religiosa, vou ler trecho de A. J. Macedo Soares (que não se confunde com nenhum dos seus homônimos dos tempos atuais) no qual, em folheto publicado em 1879, sob o título "Da Liberdade Religiosa no Brasil", tratou do assunto aqui ventilado:

"A consequência da posição da religião em frente do Estado é que este, como instituição encarregada de realizar o direito, deve reconhecer a liberdade da religião e garantir as condições necessárias para o seu desenvolvimento".

E, ainda adiante:

"A questão da liberdade religiosa está decidida a favor da democracia e parece que, antes que o século XIX se volva nas sombras do passado, terá recebido a consagração de caso julgado".

Assim, Sr. Presidente, dentro de nossa tese materialista dialética, interpretamos a separação entre a Igreja e o Estado não considerando de maneira alguma entre eles união eterna, mas vendo tudo em movimento e ligando sempre esses fenômenos às condições materiais de vida, às relações de produção, porque religião não é coisa que tenha proporcionado a existência do homem e, sim, porque a vida dêste é que faz a religião. Quanto ao Estado, como nem sempre existiu, também não poderia ser dado aqui como coisa estática que tivesse sua existência sempre ligada à Igreja ou à religião.

Apresentamos emendas ao projeto no que tange à separação entre a Igreja e o Estado. Já foram publicadas e as defenderemos no momento oportuno, tão logo sejam submetidas ao voto do plenário.

Para terminar o debate acerca do projeto constitucional, vou tratar de outro assunto correlato, consubstanciado no parágrafo 37 e 38 do art. 164. O primeiro deles diz o seguinte:

"A família, constituída pelo casamento indissolúvel, tem direito a amparo especial dos poderes públicos".

Ora, Sr. Presidente, a família, constituída por qualquer forma, merece o amparo dos poderes públicos. Como Representantes do povo e Consti-

tuíntes de 1946, devemos procurar exatamente a realidade. Não adianta afirmarmos uma coisa no papel, sendo outra a realidade. (*Muito bem*).

Nunca houve esse casamento indissolúvel em todo o desenvolvimento da humanidade. A própria família nunca teve este aspecto estático, que muitos legisladores lhe atribuíram. Sob o ponto de vista materialista-dialético e da nossa concepção marxista, a família também evoluiu e tem de se adaptar às condições materiais de vida. Não são, aliás, somente os marxistas que assim afirmam; illustre sábio norte-americano que, durante muito tempo, viveu entre os iroqueses na América do Norte também adotava esse conceito sobre a evolução da família.

Ouçamos a palavra de Morgan:

"A família é o elemento ativo; nunca permanente estacionária, mas, sim, passa de uma forma inferior a uma forma superior à medida que a sociedade evolue de um grau mais baixo para um mais alto".

Isso demonstra claramente, Srs. Representantes, que a família, tendo de obedecer a essa evolução, nem sempre foi o que é hoje.

Existia muito antes do casamento monogâmico, da família monogâmica o casamento por grupos a família consanguínea. E para mostrar, dentro do nosso critério científico, como esta é a realidade, posso citar Engels, grande marxista, que tão profundamente estudou a evolução da família numa obra completa como é "*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*".

Diz êle:

"De acôrdo com a teoria materialista, o móvel essencial e decisivo a que obedece a Humanidade na sua história e é a *produção* e a *reprodução* da vida imediata. Por sua vez, este móvel divide-se em duas partes: de um lado, a produção dos meios de existência, de tudo o que proporcione alimento, vestuário, habitação e utensílios domésticos e, de outro lado, a produção do próprio homem, a reprodução da espécie. As instituições sociais sob as quais vivem os homens em determinado país e em determinada época estão em íntima relação com estas duas espécies de produção, o *trabalho* e a *família*."

Quanto menos desenvolvido está o trabalho, mais restrita a quantidade dos produtos do trabalho e menor a riqueza da sociedade, a ordem social está mais subordinada aos laços de consanguinidade".

Sr. Presidente, quer dizer que houve um momento em que a família era consanguínea, em que não havia barreiras no comércio sexual, em que pais e filhos podiam contrair matrimônio, em que no limite da família avós e avós eram ao mesmo tempo maridos e espósas, em que pais e mães eram maridos e espósas igualmente, e, essim, netos e netas, bisnetas e bisnetos.

O grande e primeiro progresso que se realizou na evolução da família foi justamente a proibição do casamento entre pais e filhos, e, em seguida, o outro grande progresso, a proibição do casamento entre irmãos e irmãs.

Mas, no tempo em que predominava o comunismo primitivo, o comunismo espontâneo, que existiu na época da pré-história da humanidade, o casamento era por grupos e esses laços de consanguinidade iam em grau bastante avantajado.

E' com a família punalua que se verifica a proibição de casamento entre irmãos e irmãs, e o progresso que se dá em seguida é com a chamada família sindiásmica, segundo a classificação de Morgan. Ainda aí o casamento é por grupos.

Nêste momento, o progresso que se faz é exatamente que entre os vários maridos e as várias mulheres há uma mulher preferida e um espôso preferido, mas podendo o casamento dissolver-se a prazo curto, a qualquer momento, se tanto interessar a um dos cônjuges.

O outro progresso em relação à família sindiásmica é o da família monogâmica. Chegamos assim, à família monogâmica dos dias de hoje, que nem sempre foi *monogâmica*, segundo estou demonstrando pela tese que apresento aos Srs. Representantes: família monogâmica apoiada na propriedade individual.

Quando se passou da propriedade comum, da propriedade coletiva para a individual o homem que podia desposar, com vários outros de seus companheiros, dentro das *gens*, as mulheres que bem quisesse e entendesse, achou que era necessário, para poder transmitir seus bens de fortuna, determinar quais eram seus filhos e, por isso, apenas por uma questão de ter estabelecido a propriedade privada, exigiu que a mulher mantivesse a indissolubilidade para com o espôso. Obrigou-a, porém, a ter um só marido. Mas em vez de reservar para si uma só mulher, com seria de esperar, preferiu continuar a viver em poligamia como ainda hoje vive, pois, na realidade, monogamia e indissolubilidade é só para a mulher. Os homens praticam a poligamia, fazem casamentos por grupos, enfim, tudo o que acham que é imoral, mas que se julgam com direito de praticar.

Essa, Sr. Presidente, a realidade que precisamos reconhecer, a realidade capitalista, cujas causas residem na propriedade privada dos meios de produção, causas essas que precisam ser estudadas e melhor meditadas para que possamos fazer obra digna de nossos tempos.

A Igreja Católica nega o divórcio precisamente porque sabe que o adultério é tão inevitável quanto a morte, e o que não se pode remediar, mediado está. E' bem verdade que o homem, por ter conseguido a propriedade privada, suprimindo o direito materno dos velhos, obteve assim, uma vitória sobre a mulher e, mais, subordinando-a à situação de escrava, em que até hoje se encontra.

Fora de dúvida, entretanto, é que as mulheres vencidas conseguiram, pelo menos, enfeitar as respeitáveis cabeças de seus maridos, única vingança que podem tirar, até que transformemos esta sociedade. Assim, quando a propriedade dos meios de produção passar a ser novamente coletiva, a ser social e não mais como nas velhas épocas do comunismo primitivo, mas dentro da abundância e da técnica, quando pudermos nos

utilizar da ciência e dos recursos materiais que possuímos, quando, enfim realizarmos essa transformação social, então haverá verdadeira monogamia, não somente da mulher para com o homem, mas também dêste para com a mulher. E' balela o que se pretende atribuir à União Soviética — que conseguiu já estabelecer o socialismo — de que ali não há família, nem se respeita a família. Precisamente por êsse motivo, porque ali se estabeleceu essa transformação social, porque os bens de produção passaram para as mãos do proletariado, precisamente ali a mulher é digna de todo o respeito e pôde deixar de se sujeitar às condições em que se encontra dentro do capitalismo, com essa monogamia, que é acompanhada inevitavelmente, de um lado, do adultério, e, do outro, da prostituição.

Não é possível, portanto, pretendamos ignorar a situação real em que nos encontramos no Brasil. Não há a indissolubilidade, a não ser para a mulher. E' necessário, pois, coloquemos a mulher no verdadeiro papel digno que lhe compete, não somente dentro da família, mas também fazendo-a participar da produção social, porque o que estabelece essa situação de escravidão da mulher é o predomínio econômico. E' o homem o único que está a trabalhar ligado à produção e que sustenta a família, e, por isso, se acha com o direito de fazer tôdas as imposições sobre a mulher.

O Sr. Campos Vergal — Lembraria, meio chistosamente, o seguinte: o processo de desquite e futuramente o processo de divórcio — é tão pesado e caro que constitui privilégio das classes abonadas. Mas a grande multidão que por aí existe, de homens e mulheres, separa-se sem ligar importância a preconceitos e a outros sentimentos retardatários, que vêm impedir a evolução natural das coisas.

O SR. CARLOS MARIGHELLA — Obrigado a V. Excia; inteiramente de acôrdo.

Ilustre dama da sociedade carioca, aliás católica, casada, quando pretendeu dissociar-se de seu marido, porque tinha fortuna, pôde gastar cerca de quatro a cinco mil contos e casou-se com não menos ilustre cidadão da sociedade carioca, também católico, que se dissociou de sua mulher. E novo casamento foi feito, *legal*. São tidos como figuras de relêvo de nossa sociedade e nunca ninguém lhes atirou a primeira pedra.

E' que, Srs. Representantes, o divórcio, no Brasil, é privilégio de ricos. A realidade é que a grande massa de nossa população não poderá estar a olhar para os textos que são fabricados sem que se verifique o que ocorre.

Dentro do Brasil existem dois milhões de separados por desquite ou separados naturalmente, sem obedecer a nenhuma lei, porque os casamentos não saíram como esperavam. Um milhão de filhos adulterinos e, mais ainda, um milhão de amancebados ou amasiados comuns.

O povo brasileiro não casa, com tanta complicação, com tantos papéis; por êste vasto interior, para trinta milhões de analfabetos o casamento indissolúvel é uma balela. O casamento indissolúvel é apenas um dogma, religioso. Não é disto que precisamos, mas ver a realidade.

Os casamentos que se fazem no interior ocorrem quando o padre passa pregando as missões e depois acabam resolvendo-se da melhor maneira, porque os pobres que se casam nessas missões, sob a proteção de Deus, quando as coisas não vão lá muito bem, sabem, sem muita pompa e sem muita gala, resolver sua situação e separam-se naturalmente.

Necessariamente teremos de vêr essas coisas e, por isso, não poderíamos deixar de dar nossa opinião favorável ao divórcio. Não que como divórcio venhamos resolver os problemas do nosso atraso, porque tudo isso, Srs. Representantes, é consequência do monopólio da terra. Enquanto houver feudalismo dentro do Brasil, é claro que haveremos de encontrar essa situação, mas não tenhamos medo pelo caminho que está traçado diante de nós, que é o caminho objetivo de encarar as condições brasileiras.

Não podemos, de maneira alguma, ficar a fazer obra de gabinete a discutir dentro de uma Assembléa, com graves responsabilidades, como esta, apenas para atender aquilo que nos dita o dogma da Igreja, o dogma da religião.

Compreendamos o tempo em que vivemos. A matéria, realmente, não é constitucional, mas da legislação ordinária. Não tranquemos, portanto, as possibilidades da solução deste problema, fazendo passar no projeto de 46 um dispositivo que, evidentemente, é reacionário, como o do art. 164, §§ 37 e 38.

E' necessário estudar a realidade e deixar possibilidade para que, mais adiante, possamos ter no Brasil o divórcio, facilitando o casamento.

Em Portugal, enquanto não se tinha estabelecido o divórcio, a situação era semelhante à do Brasil. Instituído o divórcio, cêrca de quatro a cinco mil casos surgiram de uma hora para outra. Mas eram casos que, podemos dizer, estavam à espera de solução, ou melhor, iam se resolvendo de qualquer maneira porque a lei não atendia à realidade. Mas, logo que o divórcio se transformou em matéria de lei, que se verificou? Diminuíram os divórcios. De quatro a cinco mil casos, passaram a sessenta e setenta por ano.

Na União Soviética, também, quando se estabeleceu o divórcio, milhares e milhares de casos surgiram repentinamente; mas eram remanescentes do capitalismo que havia sido destruído. Logo depois, quando se regularizou a situação, o divórcio, na União Soviética, vem diminuindo, porque, na realidade, o que o homem aspira é à monogamia e não às condições estabelecidas pela opressão negra do capitalismo.

Assim também, no Brasil: estabelecido o divórcio, iremos vêr que inúmeros casos surgirão, mas são êsses casos que existem por aí encobertos, são êsses casos que todo o mundo sente, e grande parte da nossa população sente na própria carne, mas que a lei não quer encarar. A lei, como afirmava, é para vêr a realidade. Devemos dedicar-nos a fazer obra à altura da nossa época e que, sendo democrática, estude o problema na forma em que se apresenta e não somente busque introduzir fórmulas, como acontece com o projeto de 1946. Se marchamos para a democracia, se estamos sinceramente devotados a respeitar a opinião de nosso povo e acatar a realidade, é preciso considerar que a liquidação do monopólio da terra é o primeiro passo para chegarmos à democracia a que aspiramos. Mas também não existirá democracia, em hipótese nenhuma, sem a liberdade de culto, sem o casamento civil, — casamento civil sem nenhuma intromissão da religião, — sem o ensino leigo e sem o divórcio. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Questões de Economia Política

INTRODUÇÃO

Economia Política é a ciência que tem por objeto o estudo das relações sociais, que nascem entre os homens, tendo como base a produção e a repartição dos produtos do trabalho social, as quais, geralmente, são chamadas em conjunto de *relações de produção*. A economia política moderna, de que foi fundador Petty, é a análise teórica da sociedade burguesa moderna e supõe, por consequência, condições burguesas desenvolvidas. Marx revolucionou essa ciência com suas obras *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e *O Capital* (Livro I, 1867).

E' uma disciplina científica moderna, que surgiu como ciência autônoma durante o período da manufatura.

“A Economia Política é uma ciência essencialmente histórica. A matéria sôbre que versa é uma matéria histórica, isto é, sujeita a mudança constante. Sômente depois de investigar as leis específicas de cada etapa concreta de produção e de troca, como conclusão, nos será permitido formular, a título de resumo, as poucas leis verdadeiramente gerais, aplicáveis à produção e à troca, quaisquer que sejam os sistemas. Com isto, quer se dizer que as leis, que se aplicam a um determinado sistema de produção ou a uma forma concreta de troca, são validas também para todos aqueles períodos históricos em que esse sistema de produção ou essa forma de troca se apresentaram. Assim, por exemplo, no período em que se implantou na Economia o sistema de dinheiro metálico, entra em ação toda uma série de leis que passam a reger e se mantêm vigentes em todos os países e em todas as épocas da história em que a troca se realiza tendo como mediador o dinheiro metálico.

“O regime de produção e de troca de uma sociedade histórica determinada, e, com êle, as condições históricas prévias que presidem a vida dessa sociedade, determinam, por sua vez, o regime de distribuição do que foi produzido” (1). “A economia política começa com a *mercadoria*, isto é, começa no momento em que os produtos passam a ser trocados uns pelos outros — seja por parte dos indivíduos, seja por parte das comunidades primitivas.

“O produto que entra em troca é uma mercadoria. Mas é uma

mercadoria sómente porque a *coisa*, o produto, se torna objeto de uma *relação* entre duas pessoas ou duas comunidades, isto é, entre o produtor e o consumidor, que, nesse caso, não estão reunidos numa só e mesma pessoa.

“Temos, desde o princípio, o exemplo de um facto de natureza particular, facto esse que está presente em toda a economia e causou tão grande confusão na cabeça dos economistas burgueses: a Economia Política não trata de coisas, mas de relações entre pessoas, e, em última instância, de relações entre classes; mas essas relações estão, entretanto, sempre *ligadas às coisas* e aparecem *como coisas*. Essa conexão — que, em casos isolados, foi percebida, embora confusamente, por um ou outro economista — só em Marx veio a encontrar o primeiro descobridor de todo o seu valor para a economia, simplificando e esclarecendo, desse modo, as questões mais difíceis, a ponto de os próprios economistas burgueses agora as compreenderem” (2).

Economia Política Clássica

“A Economia Política Clássica, anterior a Marx, nasceu na Inglaterra, que era então o país capitalista mais desenvolvido. Adam Smith e David Ricardo, estudando o regime econômico, marcaram o início da *teoria do valor-trabalho*. Marx continuou a obra desses dois teóricos. Desenvolveu e justificou esta teoria com rigor. Mostrou que o *valor* de toda a mercadoria é determinado pelo *tempo de trabalho socialmente necessário* para a produção dessa mercadoria.

“Onde os economistas burgueses viam relações entre objetos (troca de uma mercadoria por outra), repitamos, Marx descobriu *relações entre homens*. A troca entre as mercadorias exprime o elo estabelecido pelo intermediário, no mercado, entre os produtores isolados. O *dinheiro* significa que o elo se torna cada vez mais estreito, pois é ele que une a vida econômica dos produtores num todo indissolúvel. Em *O Capital* demonstra-se o desenvolvimento posterior desse elo: o trabalho do homem torna-se uma mercadoria. O assalariado vende a sua *fôrça de trabalho* ao proprietário da terra, das usinas, dos instrumentos de produção. O operário emprega uma parte da jornada de trabalho para cobrir as despesas de sua manutenção e a dos seus (salário), e a outra parte emprega trabalhando gratuitamente, criando para o capitalista a *mais-valia*, fonte de lucro, base de toda a riqueza da classe capitalista. “A doutrina de *mais-valia* constitue a pedra angular da teoria econômica de Marx” (3).

A Economia Política Clássica foi a expressão teórica da sociedade econômica burguesa, e correspondeu aos interesses da burguesia industrial dos séculos XVIII, até meados do século XIX, sendo, por isso mesmo, defendida pelos teóricos da burguesia ao ser negada pela economia política marxista, que apareceu, na década 60 do século passado, revolucionando todos os conceitos burgueses da ciência econômica e desvendando as leis básicas do processo econômico, até então escondidas ou mascaradas por toda a “ciência oficial”. Com o aparecimento da teoria marxista, verificou-se também um deslocamento e concentração de todas as preocupações dos teóricos burgueses, atentos no seu trabalho de defesa dos interesses da classe dominante, contra as leis naturais, científicas do marxismo. Mas, ao mesmo tempo, as novas condições econômicas da própria economia mundial se encarregavam de enterrar as doutrinas liberais da Economia Política Clássica, os seus doutores se viram obrigados a interpretar “idealisticamente” factos novos, o que deu origem a uma variedade grande de escolas (tantas quantas as cabeças de pensadores oficiais) que, sem ceder ao marxismo, fossem capazes de explicar e defender, disfarçar e racionalizar os interesses da burguesia. Os monopólios, os trusts, o capitalismo bancário, o imperialismo, em suma, foram os sucessores do velho regime do “laissez faire, laissez passer”. Mas a essência teórica e as leis básicas do regime de produção capitalista no pensamento liberal continuavam a ser a base da doutrina dos modernos economistas burgueses, quer os chamados “neo-clássicos”, como Marshall, quer os diversos teóricos da “utilidade”, do “marginalismo”, como Bohm-Bawerk, Pareto, etc.

Em verdade, “A ciência social da burguesia, a Economia Política Clássica, ocupa-se única e exclusivamente dos efeitos sociais imediatos que se quer obter das ações humanas para a produção e o intercâmbio. Isso corresponde inteiramente à organização social de que é a expressão teórica. Onde os capitalistas, cada um por seu lado, produzem e trocam para proveito imediato, só se podem considerar, em primeiro lugar, os resultados mais próximos e diretos. Quando cada fabricante ou comerciante só se ocupá em vender, com seu lucro usual, a mercadoria fabricada ou comprada, fica satisfeito e não lhe interessa o que será feito da mercadoria ou de seu comprador. O mesmo acontece com as consequências naturais dessas mesmas ações. Que importava aos plantadores espanhóis de Cuba, que queimaram as matas das encostas das montanhas, conseguindo,

com a cinza, adubo suficiente para uma geração de muitos rendosos pés de café, se, mais tarde, os aguaceiros tropicais varressem a primeira camada de terra já sem proteção e deixassem a rocha nua? Diante da Natureza, como diante da sociedade, o atual modo de produção cinge-se principalmente ao primeiro êxito mais palpável" (4).

Sòmente por isso, pelo caráter imediatista e anarquico do modo de produção burguês, a ciência que o estuda tem que ser parcial e falsa, a fim de atender os interesses burgueses, imediatistas e anarquicos, porque individualistas.

Relações de produção

"Sabe-se quanto é grande a importância das relações que se estabelecem entre os homens, baseadas na vida social, pois é deveras impossível representar-se o homem, mesmo no estado primitivo do seu desenvolvimento, vivendo completamente fora da sociedade. Há razão de dizer-se que "o homem é um animal social".

"Mas, observando-se atentamente, as relações dos homens entre si parecem bastante variadas: podem-se estudar relações de família, relações políticas nascidas da luta entre as diversas classes sociais e seus partidos e, enfim, relações oriundas de causas culturais e outras.

"Estuda a Economia Política todas estas relações? Não. Sua esfera é muito mais estreita, pois que estuda apenas uma classe e relações sociais, a saber: *as que nascem entre os homens, baseadas na produção e na repartição dos produtos do trabalho social*, e que se chamam ordinária e globadamente *de relações de produção*.

"Estuda a Economia Política tôdas as relações de produção entre os homens? Não. Tomemos, a título de experiência, numa economia natural, como a economia camponesa patriarcal, que satisfaz tôdas as suas necessidades sem entrar em relações de troca com outras economias. Encontramos aí relações de produção determinadas. Estas relações consistem — admitamo-lo — numa organização coletiva de trabalho, baseada numa certa divisão dele entre os homens, as mulheres e as crianças e de uma certa subordinação de todos ao chefe de família, etc. Estas relações são, em primeiro lugar, regularizadas pela vontade consciente do chefe da família que se inspira no conhecimento das necessidades da mesma. Assim, êle estabelece seu plano de produção, determina as terras que devem ser consagradas à cultura do centeio, do milho, da aveia, do trigo, das lentilhas, etc.

Em segundo lugar, estas relações são de tal sorte simples e claras que não é necessária, a bem dizer, uma ciência para o seu estudo.

"Consideremos também a sociedade comunista, de que a União Soviética cria presentemente as bases. Todos os membros desta sociedade trabalharão coletivamente para a satisfação de suas necessidades, e trabalharão de acôrdo com um plano definido, sob a direção de um órgão que expressará a vontade dessa organização econômica. Este órgão estudará, de antemão, servindo-se das estatísticas, as necessidades dos membros da sociedade comunista e repartirá, inspirando-se nos resultados desse estudo, o trabalho entre os diferentes ramos da economia e as diferentes empresas. Os instrumentos de trabalho e as matérias primas serão racionalmente repartidos entre as empresas, sem troca, sem compra, nem venda. As matérias primas já preparadas passarão às empresas de transformação, manufacturas; os produtos acabados entrarão em seguida nos armazéns sociais, que os repartirão entre os membros da sociedade, de acôrdo com as necessidades. O ajustamento da produção às necessidades dos homens resultará, assim, na sociedade comunista, da organização da sociedade sôbre um plano de conjunto, e de direção consciente

"A despeito da enorme diferença entre a economia camponesa natural e a economia comunista, estes dois sistemas têm um caráter comum: são um e outro organizados e dirigidos por uma vontade humana consciente.

"Consideremos, agora, a economia capitalista contemporânea. Constitue um conjunto de empresas privadas, isoladas, dirigidas por patrões independentes uns dos outros, e pode-se observar, nos países capitalistas, ao lado das grandes empresas que empregam dezenas de milhares de operários, grande número de pequenas empresas que revelam ainda o artesanato, milhões de fazendas, etc. Todas estas empresas, grandes e pequenas, não são reguladas por uma vontade consciente única e não têm um centro diretor que conte e preveja em tempo útil as necessidades dos homens, e que distribua o trabalho entre os diferentes ramos de produção, conforme aquelas necessidades. Todo patrão age às cegas na produção. Ele não sabe, exatamente, em que medida existe a necessidade no mercado das mercadorias que produz, nem quantos outros patrões se ocupam também de as produzir. Ele só se preocupa com os seus interesses individuais, sem se importar com a sociedade em geral. Daí o caráter desorga-

nizado, anárquico, da sociedade capitalista. Como pode esta sociedade anárquica subsistir e como se estabelecerá o equilíbrio entre as necessidades dos homens e a produção? Evidentemente, existem leis que regem as relações desorganizadas da sociedade capitalista. Mas estas leis ~~ca~~ surgem espontaneamente, independentemente da vontade e das aspirações conscientes dos participantes no processo da produção e da circulação das mercadorias.

“Aí está em que elas diferem profundamente das leis da economia natural, quer se trate da família patriarcal camponesa ou da futura sociedade comunista. *E são estas leis elementares que regularizam as relações de produção da sociedade capitalista-mercantil, que a Economia Política estuda* (5). Transparece desde logo que a economia patriarcal natural e a sociedade comunista de que falamos, sendo dirigidas por uma vontade humana consciente, a Economia Política não encontra aí matéria para estudo. Póde ser que as relações de produção da sociedade comunista, que serão certamente muito mais complicadas que as da economia patriarcal, venham a necessitar de uma ciência especial. Esta não será, em todo caso, a Economia Política, tal como a conhecemos e estudamos.

“E’ necessário observar, em conclusão, que a Economia Política trata dos interesses vitais das diversas classes da sociedade capitalista, e que, portanto, o espírito de classe, o ponto de vista social dos autores, influe profundamente nos princípios e nas conclusões teóricas desta ciência.

Economia Política de classe

“Na medida em que é burguesa, isto é, enquanto vir na organização capitalista a forma última e absoluta da produção capitalista e não um estado transitório de evolução histórica, a *Economia Política* não poderá ser uma ciência senão no caso da luta de classe permanecer latente, manifestando-se apenas em fenomenos isolados.

“Tomemos, por exemplo, a Inglaterra. Sua economia política clássica situa-se no período em que a luta de classe ainda não se tinha desenvolvido. Seu ultimo grande representante, Ricardo, toma, enfim, com pleno conhecimento, como ponto de partida de suas pesquisas, a oposição que existe entre os interesses de classe, entre o salário, o lucro e a renda da terra, considerando ingenuamente essa oposição como lei natural da sociedade. Mas, por esse lado, a ciência econômica burguesa havia atingido um limite intransponível. E,

mesmo no tempo de Ricardo, seu sistema encontrou um critico e adversário em Sismondi.

“De 1820 a 1830, assistimos, na Inglaterra, a uma intensa atividade científica no campo da economia política. Foi nesse momento que a teoria de Ricardo se vulgarizou e ganhou terreno, mas teve de lutar contra a velha escola. Houve discussões brilhantes. A Europa continental ignorou quasi inteiramente o resultado dessas lutas, pois a polemica se encontra, em sua maior parte, disseminada em: artigos de revista, escritos ocasionais e panfletos. O caráter bonachão dessa teoria, — embora a teoria de Ricardo já sirva, ainda que excepcionalmente, como arma ofensiva contra o regime burguês — explica-se pela situação de então.

“Por um lado, a grande indústria havia saído apenas de sua infância e a prova está em que não começou, senão depois da crise de 1825, o período dos ciclos de sua vida moderna. De outro lado, a luta de classe entre o capital e o trabalho encontrava-se relegada a plano inferior: do ponto de vista político, pelas dissensões entre os governos e os senhores feudais, agrupados em torno da Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia; e, do ponto de vista econômico, pela querela que dividia os capitalistas industriais e a aristocracia latifundiária, querela que se dissimulava, em França, na oposição entre a propriedade parcelada e a grande propriedade, enquanto se manifestava abertamente, na Inglaterra, depois da promulgação das leis sobre os cereais. A literatura da economia política inglesa lembra aquela época movimentada que a França atravessou após a morte de Quesnay. Lembra-a, porém, como o verão de San-Martin recorda a primavera. Em 1830, sobreveiu a crise definitiva e decisiva” (6).

“A partir desse momento, a luta de classe tomou, tanto na prática como na teoria, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Marcou o fim da *economia* científica burguesa.

“A questão não estava mais em saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se era util ou nocivo ao capital, comodo ou incomodo, subversivo ou não. A pesquisa desinteressada foi substituída pela polemica estipendiada e o trabalho científico imparcial cedeu à má consciência e à apologética” (7).

“Quanto a nós, estudaremos a Economia Política do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. Mas não se conclua daí que deformamos os factos de acôrdo com os nossos desejos. O pró-

prio desenvolvimento do capitalismo leva, conforme verificaremos, à vitória final da classe operaria. A vitória da classe operaria na URSS nos dá disto a melhor prova. A classe proletaria é, por consequência, interessada, no mais alto grau, no estudo objetivo e imparcial do desenvolvimento capitalista. O estudo deste desenvolvimento lhe permitirá usar de uma política ou de uma tática mais justa na luta contra as classes dirigentes, e abreviará outrotanto as dores do parto da sociedade comunista sem classes. Os interesses do proletariado são radicalmente opostos aos interesses egoistas das classes dirigentes, mas coincidem inteiramente com o curso objetivo do desenvolvimento social e com os interesses bem compreendidos da humanidade toda.

“Esse estudo se impõe, maxime na hora presente, em que já assistimos “... o estertor da agonia da economia científica burguesa, para o qual o problema já não consiste em saber se tal ou qual teorema é verdadeiro, mas descobrir o que é útil ou prejudicial para o capital, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. A investigação desinteressada cedeu lugar à polemica remunerada e o trabalho científico e imparcial foi substituído pelo compromisso da consciência e pela apologetica” (9).

“No domínio da Economia Política, a livre pesquisa científica não encontra apenas o mesmo inimigo dos outros ramos do conhecimento. A natureza particular da matéria de que trata reúne contra si as paixões mais violentas, mesquinhas e rancorosas, que refervem no coração dos homens, isto é, as fúrias do interesse individual. E’ por isso que a Igreja anglicana perdoa mais facilmente um ataque contra 38 de seus 39 artigos de fé do que um ataque a 1/39 avos de sua renda. Em nossos dias, o próprio ateísmo é um pecado venial, comparado com a crítica das condições tradicionais da propriedade” (10).

“A luta por uma *Economia Política* científica, assim como pelas demais ciências sociais, é tarefa do proletariado, a classe mais oprimida, na sociedade capitalista, essa classe que não teme a revelação do mistério do capitalismo e está, pelo contrário, interessada em revelá-lo, a fim de conseguir sua libertação. *A única economia política científica é a do proletariado — a economia política marxista — pois o interesse da classe do proletariado corresponde ao trabalho da ciência, da análise das relações sociais e das leis do desenvolvimento da sociedade capitalista*” (11).

“A sua missão consiste exclusivamente em demonstrar que os novos abusos e males, que tomam corpo na sociedade, não são mais que

outras tantas consequências obrigatórias do regime de produção em vigor, ao mesmo tempo em que são indícios da proximidade de seu fim, tornando conhecidos os elementos para a organização futura da produção e da troca, que já estão contidos no seio do regime econômico que caminha a passos largos para a sua dissolução, e na qual esses males e abusos terão que desaparecer” (12).

“Depois da abolição da escravatura, é a transformação das condições do capital e da propriedade latifundiária que está na ordem do dia”. São estes sinais dos tempos que nem os mantos de púrpura nem as negras batinas podem ocultar. Não quer isto dizer que amanhã sobrevirão milagres. Mas estes prodromos indicam que, mesmo nas classes dirigentes, se principia a pressentir que a sociedade atual não é uma cristalização imutável, mas um organismo capaz de evoluir e sempre em vias de se transformar” (13).

— No próximo número, nesta secção, será publicado:

O caráter histórico da Economia Política, Método de estudo da Economia Política e Crítica à Economia Política.

- 1) — Engels — *Anti-Dühring* pág. 198, Editorial Calvino Ltda., 1944.
- 2) — Engels — *A propósito da Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Karl Marx, in “Marx, Engels, e o Marxismo”, pág. 90, Edit. Calvino Ltda., 1945.
- 3) — Lênin — *As 3 Fontes do Marxismo*, in “Marx, Engels e o Marxismo”, pág. 192.
- 4) — Engels — *Dialética e Natureza*.
- 5) — E’ preciso ainda distinguir as relações de produção entre as empresas (relações econômicas de produção) e as relações técnicas da produção entre os homens da mesma empresa, como a forma de colaboração entre o contramestre, o operário e o engenheiro da fábrica. Estas últimas relações não são do domínio da Economia Política.
- 6) — Marx — *O Capital*, Livro I, vol. I, pág. 16.
- 7) — *Ibidem*, pág. 17.
- 8) — Trechos da introdução de Lapidus e Ostrovitianov ao seu livro *Princípios de Economia Política*, 1.º vol., Edit. Calvino Ltda., 1944.
- 9) — Marx — *Histoire des Doctrines Economiques*, tomo II, pág. 88, A. Costes.
- 10) — Marx — *O Capital*, Livro I, vol. I, prefácio à 1.ª edição.
- 11) — Luis Segal — *Noções Fundamentais de Economia Política*, 1.º vol., pág. 86, Edit. Calvino Ltda., 1946.
- 12) — Engels — *Anti-Dühring*, pág. 201, 1.º vol.
- 13) — Marx — *O Capital*, Livro I, vol. I, prefácio à 1.ª edição.

De Tudo, um Pouco...

TEORIA REVOLUCIONÁRIA — “Um partido somente pode desempenhar o papel de lutador de vanguarda se fôr dotado de uma teoria avançada”.

A importância da teoria, para a luta de classe do proletariado, definiu-a Lênin nestes termos: “A teoria revolucionária é que fornece as armas à classe operária em sua luta para destruir o capitalismo e edificar a sociedade comunista”, ela é o marxismo-leninismo.

Para conduzir os povos à vitória, a sua vanguarda, a classe operária, precisa conhecer as leis que regem o desenvolvimento e a decadência do capitalismo e sabeis quais são as condições precisas para essa vitória. Da mesma forma que não é possível dominar as forças da natureza sem tê-las estudado e sem conhecer as leis da própria natureza, o partido revolucionário do proletariado não poderá elaborar nem aplicar uma boa estratégia, uma boa tática e uma política justa para a derrocada do capitalismo e a edificação da sociedade socialista, se ignorar as leis que regem o desenvolvimento da sociedade em geral e do capitalismo em particular.

E A REVOLUÇÃO RESOLVEU — “A escravidão já não produzia tanto quanto custava aos seus beneficiários e, por isso, acabou por desaparecer. Mas, ao morrer, deixou em seu lugar um aguilhão envenenado, sob a forma do preconceito então existente de que o trabalho era aviltante para um homem livre. Tal preconceito se transformou num beco sem saída, no qual se encontrava o mundo romano: a escravidão era economicamente impossível de manter-se e o trabalho dos homens livres estava preconceituosamente proscrito. A primeira já não podia continuar e o segundo não podia ainda constituir a base da produção social. O único remédio para tal situação seria uma revolução completa.” (Engels, *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. — Editorial Calvino Limitada).

TEORIA — “A arma da crítica não pode evidentemente substituir a crítica das armas, a força material deve ser derribada pela força material, mas a teoria, também ela, torna-se força material desde que penetra as massas. A teoria é capaz de penetrar as massas desde que faz demonstrações *ad hominem* e faz demonstrações *ad hominem* desde que se torna radical. Ser radical, é tomar as coisas pela raiz. E a raiz, para o homem, é o próprio homem.” (Marx, *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Obras, t. I, pag. 614.)

Que Dizem Nossos Jornais

QUE É QUE VISA, NO FUNDO, A LEGISLAÇÃO SOCIAL BURGUESA? — “Um reajustamento, é óbvio; mas, também, uma prorrogação. Logo, algo se desajusta, progressivamente, nas relações entre o trabalho e o capital; algo que deve mudar porque mudar, sendo um mal, é todavia um mal menor. Por outros termos: os laços entre as relações de produção e as forças produtivas caducam; caducam ao ponto de tornar-se necessário refazê-los ou reformá-los.

E isso é outro passo para a morte da civilização do proveito. A legislação social acarreta, entre a pequena e a média burguesia, com a retração de capitais, a diminuição de trabalho e a queda na produção e na circulação da riqueza. Sobrevem a sua imobilização no entesouramento, o seu desvirtuamento na agiotagem ou o seu mercadejamento na especulação.

Por outro lado, a pequena e a média burguesia, sobre quem pesa o grosso dos encargos fiscais, e cuja margem de renda ou de lucro oscila entre o mínimo e o deficit, terá que recorrer, numa reparação precária do desequilíbrio, aos empréstimos hipotecários. Ora, se suas inversões não custeiam sequer as suas atividades normais, em concorrência com as grandes empresas, como custearão a mais a sobrecarga dos juros e das amortizações?

Resultará daí, em face da alta finança, a sua inelutável proletarianização. A concentração da riqueza, acumulação de capitais com aumento efetivo, num número cada vez menor de mãos, e à sua centralização, que é a expropriação de maiorias por minorias capitalistas, sem aquele aumento, corresponderá nunca vista extensão do salariado. “A reprodução do capital, escreveu Marx, encerra a reprodução do seu grande instrumento de criar valor, que é a energia de trabalho”.

Aqui, numa nítida influência de retorno, intervem uma tendência psicológica universal: os egressos do patronato, inconformados e inconformáveis, serão outras tantas forças a bater, a sapor, a ferir a mole oscilante. Novas reformas, reformas de reformas, sobrevirão: é inevitável. Mas, “conceder reformas é entregar armas ao adversário” afirma Déville; pois é isso o que vem fazendo o Estado burguês desde que, a partir de 1848, se sentiu coagido a essa transformação suicida

que permitiu crescer, ao lado do direito civil, direito da burguesia, o direito social, direito do proletariado.

Que é isso, senão o desenvolvimento das contradições internas do capitalismo?"

Allyrio Meira Wanderley — *Berdiaeff e a Dialética do Mundo* — *O Jornal* 7-7-46).

NÃO HÁ MAIS MILAGRES — “Felizmente — afirma o nosso entrevistado, após ligeira pausa — ninguém mais acredita em poderes mágicos ou em milagres imaginários capazes de fazer cho-ver no nordeste brasileiro, ou de reduzir a estatística dos tuberculosos nos morros e cortiços do Rio de Janeiro. Temos que procurar as origens de tais males, mas não em sentenças do céu. As suas origens prendem-se a causas naturais e sociais. E’ nos laboratórios, e não nos oratórios, que se encontra a principal base de ação, de força, de poder de cada povo em concorrência com outros, quer nos mercados, quer na disputa de hegemonias de cultura e de estabilidade nas suas instituições. Um povo que se nutre bem, que tem suas cidades e campos saneados, que não faz de suas fábricas centros de iníqua exploração do trabalho humano, etc., pode encarar e resolver com segurança os seus problemas vitais” (Joaquim Pimenta — entrevista à *Diretrizes*, 2-5-1946).

A SUBNUTRIÇÃO INFANTIL — O último número do Boletim do Ministério do Trabalho publica sombrias conclusões a que chegou o Serviço de Alimentação da Previdência Social em inquérito realizado sobre o problema da nutrição da criança brasileira.

As pesquisas foram feitas em famílias de baixo nível econômico e revelaram, ou, melhor, confirmaram a extensão do pauperismo, entre nós. Bastará dizer que o salário médio de tais famílias não chegou a 370 cruzeiros!

Nada menos de 80,4% das crianças examinadas apresentaram déficit em seus hábitos alimentares. Apenas 19,6% evidenciaram realizar satisfatoriamente, no dizer dos técnicos, o seu desjejum “dentro do mínimo” exigido. De um modo geral, acusaram deficiên-

cia de tianina, de vitamina A, de proteínas, de calcio, de ferro, de complexo B, de vitaminas C e D e de fosforo.

São casos de “subnutrição específica”. Acrescente-se, ainda, que as pesquisas só abrangeram crianças de idade escolar (7 a 14 anos) e que não desceram a análises químicas, nem dosagens biológicas, detendo-se, como ressalvaram seus promotores, em considerações de ordem clínica, estatística e social. Que resultados apocalípticos não desvendariam se se aprofundassem ainda mais?

O relatório que comentamos alude à ausência de uma educação alimentar como sendo concausa da desnutrição infantil. Queremos crer que o seja em parte infima, imponderável quase. A grande, a verdadeira causa está no pauperismo. Não basta saber — como aconselha o SNES — que convém beber leite, comer carne, pão, frutas e legumes. O essencial é que êsses alimentos estejam ao alcance de quem tenha um salário médio de 370 cruzeiros mensais.

E, a proposito, fornece-nos dados ilustrativos o próprio Boletim, quando insere uma tabela sobre o custo da vida, na cidade do Rio de Janeiro, e desmonstra que a despesa mensal de uma família de sete pessoas (aluguel de casa, alimentação, combustível e luz, criados, vestuário, moveis, utensilios, roupas de cama, de mesa, etc.), que era de Cr\$ 691,10 no ano de 1912, subiu em outubro de 1945 a Cr\$ 4.518,00

Não há conselho de educação alimentar que resolva esse problema. Os conselhos devem ser dados aos homens de governo, para que, de facto, governem, em vez de desgovernar.

(Do *Diário de Notícias* — Rio 30-4-946).

QUE E’ GUERRA DE LIBERTAÇÃO? — “E’ verdade que se tem julgado difícil a distinção entre guerra imperialista e guerra de libertação. Para mim, entretanto, tal distinção é facilima. Guerra imperialista é a que o Império Britânico está fazendo, neste momento, contra os indonésios. Guerra de libertação é a que os indonésios estão fazendo, neste momento, contra o Império Britânico. Aviadores ingleses têm se recusado, por isso, a combater os indonésios. E o próprio presidente do Partido Trabalhista inglês, Harold Laski, declarou que tal guerra é feita em proveito dos comerciantes de Amsterdam.

Eis outro exemplo. Guerra imperialista é a que os nazistas fizeram contra a União Soviética, invadindo-a. Guerra de libertação é a que a União Soviética fez contra os nazistas, expulsando-os.

Não é esse um critério comunista e injusto, mas sim um critério realista e justo" (Matos Pimenta — *Pode um católico apoiar atitudes do chefe comunista?* — in *Jornal de Debates*, 28-6-46).

A REVOLUÇÃO RUSSA... — "A revolução russa, mau grado tudo o que de mau se possa dizer dela, provou que a supressão do capitalismo privado não é utópica nem incompatível com um grande e rápido progresso. E a influência desse facto no espírito dos trabalhadores de todos os países é profunda e decisiva. Daí os claros propósitos das nações capitalistas de mover uma guerra contra a União Soviética, afim de suprimir exemplo tão perigoso, principalmente porque o proletariado universal se recusa irredutivelmente a acreditar que o regime socialista é um regime de escravização dos trabalhadores e de instituição da Gestapo, como alegou insistentemente Churchill em sua última campanha eleitoral".

(Scrutator — *Jornal de Debates*, 5-7-46).

BUROCRACIA X CIÊNCIA — O Sr. Luis Simões Lopes é um burocrata estadonovista, ou melhor, parafascista, logo, um inimigo da ciência, pela incapacidade de assimilá-la.

Reassumindo a presidência da Fundação Getúlio Vargas, que, durante a sua larga ausência, se havia transformado num extraordinário centro de pesquisas científicas, é claro que teria de se incompatibilizar com os cientistas que trabalhavam na Fundação. Resultado: os cientistas da Fundação demitiram-se sob as vistas indiferentes de um governo incapaz e primário.

Falando à imprensa sobre o acontecimento, o professor Lelio Gama disse:

"A crise que acaba de sofrer a Fundação Getúlio Vargas e que terminou com a sua destruição espiritual, não é um problema interno,

não representa uma divergência doméstica, própria desta Fundação. Trata-se, sim, de uma crise na nossa própria evolução cultural. Com o seu gesto iconoclasta, o Sr. Luis Simões Lopes acaba de escrever uma página de tristeza e de amargura na história da cultura brasileira. Estamos certos de que não é possível fazer ciência, nem estudar os problemas brasileiros sobre bases racionais técnico-científicas, sob o patrocínio do espírito que engendrou a arquitetura burocrática do Dasp.

A formação cultural de S. S. não se coaduna com o gênero das atividades que se expandiram na Fundação Getúlio Vargas, e por isso, lhe é naturalmente adverso. Poderá S. S., numa atitude assumida "a posteriori", para consolidar sua posição pessoal na presidência da Fundação, afirmar o contrário. Mas com isso não abalará a nossa convicção, a nossa certeza da sua incompreensão em face desse primeiro surto da cultura nativa, que, embora incipiente, já adquiria os encantos da sua projeção no panorama científico internacional. Diante da queda, diante do espanto que nos causa a falta de amparo daqueles que a poderiam ter evitado, fechemos o nosso coração, e enclausuremos o nosso pensamento ferido, no consolo edificante das palavras de aprêço e de entusiasmo, que nos vieram da Argentina, México, Estados Unidos, França, Bélgica, Noruega, Suécia, Espanha e Portugal".

HIPOCRISIA — "Há uma gritante hipocrisia no grosso dos adversários do comunismo: alegam odiá-lo por causa de seu ateísmo, quando na verdade o detestam por causa de sua ameaça aos interesses burgueses.

Não existe, com efeito, uma luta religiosa neste momento, no mundo, mas sim uma luta puramente política, uma luta entre o *trabalho* e o *capital*, uma luta entre o *suor* e o *lucro*. E' o que se vê no Brasil e nos Estados Unidos, nos países da Europa e nos da Asia". (Matos Pimenta — *Jornal de Debates*, 5-7-46).

É, MAS APOIAM-N'O... — "A alma ou o espírito que anima o regime (capitalista) é o lucro sempre maior, de tal forma que

o ideal a que serve o corpo todo, consciente ou inconscientemente é o Absoluto do Dinheiro”.

(Padre Roberto Saboia de Medeiros S. J. — *Jornal de Debates*, 5-7-46).

O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS MODELA AS SOCIEDADES — Já foi reconhecido pelos estudiosos das ciências sociais que a descoberta de novas fontes de energia tem uma influência decisiva na transformação das estruturas econômicas e sociais. Há evidentemente uma inter-relação entre o desenvolvimento econômico e a descoberta de novas fontes de energia. Sem o grande progresso tecnológico e científico decorrente do capitalismo industrial teria sido impossível a descoberta dos meios de aproveitamento da energia atômica, assim como a utilização da energia química de combustão do carvão não teria sido possível sem o desenvolvimento que o capitalismo manufactureiro adquirira em fins do século XVIII. A máquina a vapor, por sua vez, determinou a expansão industrial do século XIX, com a liquidação definitiva do feudalismo nos países mais adiantados da Europa e da América. A civilização da máquina a vapor criou as condições para o emprego da energia elétrica e dos motores a explosão e a combustão interna, que teve lugar a partir do fim do século XIX. Com este aperfeiçoamento dos métodos de utilização da energia, o capitalismo passou de sua fase livre cambista e liberal para a fase da trustificação e do predomínio do capital financeiro e entrou na era do imperialismo” (Mario Schenberg — *Jornal de Debates*, 5-7-46).

REFORMA AGRÁRIA — “A reforma agrária é o conjunto de medidas capazes de dar ao homem rural possibilidades completas de desenvolver sua técnica produtora em benefício próprio, de sua família, de seu município, de seu Estado, de seu grande país.

Sobre a miséria de uma população entregue a atividades rotineiras de baixo rendimento não é possível construir-se uma civilização estável.

A aparência de civilização e de progresso observável em nossas maiores cidades só pode ser conseguida à custa de inepta pilhagem do

Governo Federal sobre as rendas dos Estados, destes sobre as dos Municípios e de todos sobre a sub-produção, o sub-consumo e o sub-comércio da coletividade desnutrida e doente”.

* * *

“Os conceitos de ser o Brasil país virgem e de sofrer de baixa densidade demográfica são repetidos com pasmosa irreflexão. Esquece-se sempre que quasi toda a área colonizada do país já se tornou em tapera e que possuímos Estados da Federação como Alagoas e Rio de Janeiro, cuja densidade demográfica é superior à de cerca de quarenta Estados da União Norte-americana, entretanto exibem quadros alarmantes de pauperismo e de extensividade agrícola.

Prega-se com expressões líricas a marcha para o oeste, citando o exemplo norte-americano; como se a parte leste de nosso país estivesse racionalmente aproveitada, tal como lá sucedia. Será romantismo, puro alheamento cultural, ou má-fé”?

* * *

“E’ claro que sem economia rural próspera não pode haver mercado interno e sem este não pode subsistir uma civilização urbana ou industrial virente nem sistemas ferroviários prósperos. Sem mercado interno amplo a industria tem de tornar-se parasitária e com o tempo está condenada a pilhar a economia coletiva para... sobreviver, adian-do o desmoronamento total de um progresso ilusório e impossível por faltar a base — a prosperidade da maioria.

Ora, a maioria de nossa gente vive ainda no campo. Das atividades agro-pecuárias provêm ainda hoje 80% das rendas primárias dos brasileiros, daí o valor estrutural que se deve atribuir à implantação de uma próspera economia rural.

Para esse objetivo básico é que todas as esperanças se concentram num programa lacônicamente enunciado — reforma agrária”.

* * *

“Entre as causas de instabilidade do homem rural regista-se ainda um factor extremamente desfavorável ao progresso da economia rural: a grande vulnerabilidade do sólo agrícola, em formal desmentido à norma de pensar que durante séculos perdurou — a de serem os sólos tropicais inexauríveis de fertilidade.

Os estudos modernos de solos realizados em São Paulo vieram demonstrar que nossa situação neste particular não é diferente da observada na África, na Austrália, na Índia ou na América Central. A exuberância de vegetação nada mais faz do que mascarar a pobreza química do solo.

No Brasil, em consequência da falta de técnica adequada, a reserva secular de "humus" em poucos anos de exploração agrícola tem sido oxidada; a lavoura nômade então se impõe, alastrando a economia destrutiva, a instabilidade social e agravando as causas do pauperismo e da insegurança que caracterizam a economia brasileira.

Áreas vultosas das terras ocupadas nestes últimos séculos foram barbaramente degradadas e não podem de modo nenhum oferecer hoje, a quem se disponha a trabalhá-las, nível de vida razoável, a menos que sejam submetidas a custosos corretivos; entretanto, continuam os interessados a proclamá-las "ubérrimas", reeditando gongorismos atávicos e a reclamar providências ou melhoramentos que as venham valorizar. A eterna tecla é a da falta de população, segue-se a da falta de transporte ou saneamento, a da incapacidade do trabalhador nacional e mil outras razões ditadas por interesses amorfos, indefinidos e anônimos, cuja explicação reside no instinto de conservação da nossa estrutura latifundiária, cujo imperativo é valorizar, valorizar e valorizar, ficticiamente embora. Se a terra não dá renda pela sua produção, tem de dar pela sua "valorização" e isso não é difícil, basta "cavar" melhoramentos com os governos.

Ao apêlo desses falsos profetas, que consciente ou inconscientemente parasitam o progresso social, acorrem os governos fazendo estradas custosíssimas, saneamentos insensatos, portos contra-indicados, indústrias anti-econômicas, etc., que cada vez rebaixam mais o padrão de vida coletivo, de vez que o fim visado nunca é a produção e sim a eterna "valorização".

Tal conjuntura vem arruinando a economia geral do país pelo aniquilamento da sociedade rural e cerceamento do mercado interno. Esse estrangulamento impede nossa evolução industrial e explica a baixíssima densidade de transporte das nossas estradas de ferro, condenando-as aos "deficits" irremediáveis" (Americo Barbosa de Oliveira — *Sendo a reforma agrária fundamental para o progresso do Brasil, como orientá-la?* — in *Jornal de Debates*, 28-6-46).

EM PALAVRAS, ATACAM; EM AÇÃO, DEFENDEM — f) — que, ainda é Pio XI quem fala, "Em primeiro lugar, o que impressiona a vista é que, nos nossos dias, não há só a concentração da riqueza, mas o acúmulo de um poder enorme, de uma posse despótica da economia na mão de poucos, e estes frequentemente não são proprietários, mas simplesmente depositários e administradores do capital, do qual, porém, dispõem a seu gosto e prazer. Este poder torna-se mais do que nunca despótico naqueles que, tendo em mão o dinheiro, agem, como donos, dominam o crédito e governam os empréstimos, de sorte que são eles, de algum modo, os distribuidores do sangue mesmo de que vive o organismo econômico e têm em mãos, por assim dizer, a alma da economia, de maneira que ninguém, contra a vontade deles, poderia mesmo respirar. Tal concentração de forças e poder, que é quasi a nota específica da economia contemporânea, é o fruto natural daquela desenfreada liberdade de concorrência que deixa sobreviver sómente os mais fortes, isto é, os que mais frequentemente usam da violência na luta e os que têm menos escrúpulos de consciência" (*Quadragesimo Ano*).

Depois disso — meu caro amigo — não sei como podem os dos "círculos católicos que v. frequenta" defender o conceito liberal ou burguês da propriedade e, o que é mais triste o "capitalismo burguês", isto é, "o não menos funesto e detestável internacionalismo bancário ou imperialismo internacional do dinheiro", como o designa Pio XI, na *Quadragesimo Ano*, pág. 67" (Domingos Velasco — *Carta a um católico* in *Diário de Notícias*, de 21-4-46).

O PROLETARIADO AVANÇA... — "Não creio que jamais se hajam encontrado os homens em condições tão plásticas, como as de hoje, para recomeçarem a sua vida social em outros moldes. Bem sei que a história não admite interrupções ou retrocessos. Bem sei que as linhas do passado nunca se apagam de todo na pedra em que se inscrevem os rumos do nosso destino. Bem sei que as civilizações que começam jamais se eximem de sofrer a pressão e carregar o peso das heranças recebidas. Para quem só considera as aparências das coisas — ou, então, para quem já se integrou em definitivo na pura contemplação do Eterno, o mundo não muda e os homens são sempre os mesmos. Nada disso impede, entretanto, que haja momentos decisivos,

na história terrena, em que as forças de inovação sejam muito mais fortes que as forças de retensão. E se há, nos fastos das sociedades humanas, um momento em que essa verdade se imponha, é bem o momento que vivemos e no qual uma Idade Velha se despede para ceder o posto a uma Idade Nova e uma classe se retira, como há um século e meio, em França e nos países influenciados pela Revolução Francesa, para ceder o posto de comando a uma nova classe.

Naquele tempo, foi a Nobreza que se recolheu aos bastidores para deixar entrar a Burguesia. "Hoje, é a Burguesia que se retira para ceder o posto de comando ao Proletariado" (Alceu Amoroso Lima — *Hoje é a Burguesia que se retira para ceder o posto de comando ao Proletariado* — in *Jornal de Debates*, 28-6-46).

QUE RESULTA DA REVOLUÇÃO PROLETARIA? —
... "a experiência russa é o mais formidável dos atestados favoráveis no sentido da socialização. A Revolução Russa representa, na história moderna, como etapa e síntese da luta pela superação do sistema capitalista, o que a Revolução Francesa representou como etapa e símbolo na superação do feudalismo e do absolutismo. O presidente da Esquerda Democrática, dr. João Mangabeira, disse na extraordinária oração com que abriu os trabalhos da 1.^a Convenção Nacional do nosso partido: "A Revolução burguesa já cumpriu o seu destino, criando o Estado burguês, que se transforma aos nossos olhos no Estado popular. A Revolução Russa, queiram ou não queiram os reacionários, criou condições para o advento das massas ao governo. Tudo quanto dela se tem dito ou feito, de denegrimto e de combate, nem de longe se compara com o que se falou, escreveu e praticou contra a Revolução Francesa, quando esta destruiu uma velha ordem, e dos seus escombros se levantava o novo mundo". Ora, a Revolução Russa mostrou, sobre uma extensão que é a sexta parte do mundo, a possibilidade de uma ordem econômica vitoriosa, baseada na socialização dos meios de produção. Em vinte e cinco anos, econômica, material e culturalmente, a Rússia progrediu como não se imaginava ser possível a um país progredir, eis que o progresso sob o domínio do capitalismo está jungido às imitações próprias e características do sistema — o lucro, a acumulação, a exploração imperialista.

Exatamente num periodo de crise para o sistema capitalista, a Rússia soviética, na base de socialização dos meios de produção, conhecia prodigioso desenvolvimento. Num quarto de século, regiões atrasadas como a Sibéria progrediram mais do que desde o seu descobrimento, há centenas de anos".

(Hermes Lima — *Tem a Esquerda Democrática possibilidades de se transformar em partido estavel?* — in *Jornal de Debates*, — 28-6-46).

CHATEAUBRIAND CONFESSA...

"Sustento que os comunistas são uma necessidade em países democráticos, indolentes, que não amam suficientemente a democracia. Eles agem como força de excitação para aprendizagem do que seja o governo popular, inspirado na vontade da maioria e no respeito à lei. A solução do fechamento do Partido Comunista é a fórmula da comodidade dos democráticos sem tenacidade, sem amor do regime republicano, que o querem ver vegetando nas tricas do partidarismo e das intrigas pessoais. Vamos trazer a democracia para a praça pública, como se fez quando se derrotou o sr. Getulio Vargas, o ano findo, que o ar puro da liberdade só bem lhe pode fazer e ao Brasil. (Na mesma data da publicação deste artigo, a Polícia anunciava que negaria permissão ao PC para realizar seus comícios. — Nota da redação).

Não nos seria lícito pensar em estruturar a democracia no Brasil, pondo, ao cabo de uma experiência de dez meses, um partido fora da lei, porque os democratas têm preguiça de enfrentá-lo com as armas da propaganda e da organização com que eles os desafiam. Os comunistas têm evidentemente uma mística. Seus chefes são homens viris e corajosos e infinitamente trabalhadores. Sabem lutar, e, tendo durante anos pelejado no "under-ground", conhecem o valor do sacrificio. Podem ignorar o valor da liberdade e efetivamente o ignoram. (Este capitalista tem razão. As massas trabalhadoras ignoram o valor da liberdade burguesa, que só beneficia a grande burguesia e se baseia na negação da liberdade real e geral, que a todos iguala, não só política como economicamente. Nota da redação). Mas sabem o que vale o poder de renuncia ao gozo dos bens materiais, para

o sucesso do seu ideal". (Os comunistas não renunciam, assim como os trabalhadores, em geral, apenas não têm com que gozar os bens materiais, acessíveis somente aos capitalistas. Pelo contrário, lutam para que todos possam gozar dos bens materiais. Só renuncia uma coisa quem a possui e os trabalhadores, que também são os comunistas, não possuem senão os grilhões da escravidão capitalista, a manietá-los. — Nota da redação). (Assis Chateaubriand — O Jornal, 23-6-1946).

A LIBERDADE DE IMPRENSA — “A liberdade de imprensa” é também uma das principais palavras de ordem da “democracia pura”. Os operários sabem muito bem, e os socialistas de todos os países têm reconhecido muitas e muitas vezes, que essa liberdade é uma mentira enquanto que as melhores tipografias e os mais importantes depósitos de papel se encontram nas mãos dos capitalistas, enquanto subsiste a dominação do capital sobre a imprensa, dominação que se afirma no mundo inteiro de maneira tanto mais escandalosa, brutal e cínica quanto a democracia e o regime republicano são mais desenvolvidos, como, por exemplo, na América. Para conquistar a igualdade real e a verdadeira democracia para os trabalhadores, para os operários e os camponeses é preciso inicialmente retirar do capital a possibilidade de amordaçar os escritores, comprar casas editoras e corromper os jornais e, para isso, é preciso abater o jugo do capital, derrubar os exploradores, esmagar-lhes a resistência. Os capitalistas sempre chamaram “liberdade” a liberdade para os ricos de enriquecer, a liberdade para os operários morrerem de fome. Os capitalistas chamam liberdade de imprensa a liberdade de compra da imprensa pelos ricos, a liberdade de se servir da riqueza para fabricar e falsificar o que se chama a opinião pública. Os defensores da “democracia pura” são realmente os defensores do sistema mais vil, mais corrompido, de penhoras sobre os meios de educação das massas, enganam o povo afastando-o, por meio de frases arranjadas, bem torneadas e completamente falsas, da tarefa histórica concreta: subtrair a imprensa à dominação do capital. A liberdade e a igualdade só aparecerão num regime edificado pelos comunistas no qual não existirá a possibilidade objetiva de submeter, nem direita nem indiretamente, a imprensa ao poder do dinheiro, onde será possível, para cada trabalhador (ou cada grupo de trabalhadores, seja qual for seu número), ter e exercer o direito, igual para todos, de utilizar as tipografias públicas e o papel público.” (Lénin, *Teses e Informes Sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado*, apresentadas ao 1.º Congresso da I. C., em 4 de março de 1919. *Obras*, t. XXXIV, pág. 10, edição russa).

ADVERTÊNCIA!

Do discurso de Prestes, em 22 de abril, na Esplanada do Castelo, destacamos, pela sua importância, os seguintes trechos:

“O Governo acaba de tomar uma medida que mereceu sérios ataques dos senhores dos lucros extraordinários. Não fala de lucros extraordinários. Mas reconhece que os lucros acima de um determinado limite, traçado ainda pelos próprios tubarões, precisam de uma sobre-taxa. E impõe uma sobre-taxa de 20 por cento. E’ essa medida que está provocando protestos da parte desses senhores. Entretanto, concidadãos, esses 20 por cento são sobre os lucros extraordinários! (*Risos*). Tais lucros, no corrente ano, são calculados em 5 bilhões de cruzeiros, representando a arrecadação um total de 1 bilhão de cruzeiros. Mas esse dinheiro não será empregado em benefício do povo. Dos 80 por cento restantes, a metade ficará depositada no Banco do Brasil, para financiamento. Mas quem poderá tirar esse dinheiro destinado ao financiamento, senão os próprios senhores dos lucros extraordinários? São essas as soluções que o Governo apresenta para a dura situação em que se encontra o povo. Não são soluções. São insultos ao povo, que vê morrer de fome os seus filhos, a quem tudo falta, que não pode comprar sequer um remédio, quando está doente. O proletariado é quem mais sofre com isso. Mas não é só o proletariado. E’ todo o povo. E até a classe média já está sentindo em sua própria carne os horrores dessa crise. Ela já se vê diretamente atingida por essa crise. A situação torna-se cada dia mais difícil para ela. E’ obrigada a hipotecar sua casinha, a botar no prego sua última joia, caminhando rapidamente para a pauperização, para a própria proletarização. E, depois, somos nós, os comunistas, os acusados de querer abolir a propriedade privada. Quem está acabando com a propriedade privada é o próprio capitalismo, ao concentrar na mão de uma meia dúzia o dinheiro que deveria estar nas mãos do povo”.

* * *

“As massas camponesas até agora estavam desorganizadas. Elas agora buscam a organização. Nosso Partido cresceu muito nas últimas semanas no campo, nas fazendas, mais do que nas cidades. São

as massas camponesas que já não podem mais morrer de fome e procuram a direção do Partido porque se querem organizar. O proletariado e o seu Partido não podem negar seu apoio e solidariedade aos seus irmãos explorados do campo. Esses camponeses ameaçados pelas violências das classes dominantes, mais dia menos dia se levantarão contra essa classe. Nesse dia, no dia desse choque, o Partido do proletariado não faltará com o seu apoio às grandes massas do campo.

Contra a violência dos dominadores, que fazer senão usar a violência? Quis dizer estas palavras não só para alertar o nosso povo, mas também as classes dominantes, que, com a sua posição, estão levando lenha à fogueira da guerra civil. Os culpados, no caso desses choques, serão eles, os senhores das classes dominantes. Sei que estas minhas palavras amanhã poderão ser deturpadas por esses senhores.

Desejando uma solução pacífica para todos os problemas não confundimos essa nossa atitude com a de ficar de braços cruzados. Luta pacífica e luta pela democracia. Se amanhã o sangue dos camponeses fôr derramado pelos bandidos policiais, junto com o sangue deles correrá também o sangue do proletariado e o sangue dos comunistas.

Fazendo declarações dessa gravidade, queremos alertar o povo e alertar o Governo, e responsabilizar o Governo e os remanescentes do fascismo em nossa terra como os culpados de tamanha tragédia. Não é o povo quem quer a guerra civil e não são os comunistas que desejam uma guerra civil. Mas o Governo que não toma medidas para resolver a crise. E a fome leva ao desespero. Responsabilizando assim os senhores das classes dominantes, nós comunistas afirmamos que ainda é possível encontrar caminhos de ordem, de paz, para os problemas complexos da hora que vivemos.

E' a União Nacional que reclamamos e continuaremos insistindo por ela. Sentimo-nos hoje revigorados ainda com o apoio do povo. E' chegada a hora de reforçarmos nossa união, de consolidá-la. O progresso pode ser conseguido sem derramamento de sangue. A guerra civil só será evitada em nossa Pátria se forem realmente resolvidos os problemas do nosso povo. Meu último apelo em nome do Partido Comunista é pela união de todo o nosso povo".

PERGUNTAS E RESPOSTAS

No dia 8 de julho p.p., o Sr. Ministro José Linhares manteve longa palestra com o General Dutra, que lhe fez várias perguntas, entre as quais uma sobre a possibilidade do fechamento do Partido Comunista do Brasil, que tanto desejam os fascistas e reacionários ver efetivada. Segundo versão do *Correio da Manhã*, do dia 9, a resposta teria sido dada nos seguintes termos:

"No que diz respeito à situação do Partido Comunista, contra o qual está em andamento, no Tribunal Superior Eleitoral, um processo contendo o pedido de cancelamento de seu registro, o ministro José Linhares, embora acentuando que ainda não conhecia, em seus detalhes, aquele processo, manifestou, em princípio e com franqueza, o seu ponto de vista sobre o assunto.

"Segundo soubemos, teria feito vêr ao Presidente da República as inconveniências de se tomar, no momento, qualquer medida contra aquele partido. O cancelamento do seu registro, por exemplo, não implicaria, de acôrdo com a lei, na cassação do mandato de seus representantes na Assembléia Constituinte. Estes ali permaneceriam, usando de suas prerrogativas, para, em ataques ao govêrno, fazer a demagogia e criar, no país, um ambiente de agitação, propício às confusões adotadas pela técnica comunista. Além do mais, pondo o Partido Comunista na ilegalidade, o govêrno não só teria maiores dificuldades para controlar as atividades dos seus adeptos como, também, iria transformá-los, com a perseguição, em falsos mártires, condição essa que só poderia aumentar o número de seus militantes. O Partido, porém, legalmente registrado, terá, dentro de algum tempo, expressão muito relativa, pois, com a organização das forças democráticas, aparelhadas com um programa de ação verdadeiramente social, será êle reduzido a um agrupamento de demagogos, pois uma vez removidos os elementos de que se utiliza para a sua ação perturbadora — a desorganização e os desajustes econômico-sociais — êle perderá, para a massa então esclarecida e amparada, tôda a sua razão de ser.

"Essas teriam sido, de um modo geral, as considerações feitas pelo ministro José Linhares, com as quais, aliás, ainda segundo subemos, teria também concordado o Presidente da República."

* * *

Como se vê, não fecham o PCB que conta com centenas de milhares de brasileiros em suas fileiras, por serem democratas, pelo respeito à opinião pública nacional e estrangeira. Nada disso. Isso de democracia é da boca para fora. Não fecham o PCB, dizem o General Dutra e o Ministro Linhares, porque colocar o PCB na ilegalidade não adianta nada, visto que com tal providência não conseguem deter a aniquiladora inflação, a fome que está matando, a desorganização econômico-financeira em que está mergulhado o país, etc., isto é, todos os males de que sofre o Brasil. E mais, colocar o PCB na ilegalidade significaria, no conceito

dêles, dar-lhe mais fôrça e pujança. Este, de facto, o argumento que pesou.

E viva a democracia!

James T. Wells Adams, eminente escritor norte-americano, numa entrevista com Bernard Shaw, formulou 6 perguntas que por este foram respondidas. Destacamos as seguintes perguntas e respostas:

ADAMS — *Tenderão as diversas nações européias, especialmente as pequenas, como os países balcânicos, a imitar a Rússia e a organizar-se em Estados soviéticos, ou, como a Holanda e a Suíça, se inclinirão para uma democracia aperfeiçoada em que se conserve o capitalismo com uma boa dose de fermento socialista e possivelmente comunista, sem o qual não há comunidade que possa existir?*

SHAW — São as grandes potências que tenderão a imitar a Rússia. Queiramos ou não queiramos, sempre se imitam os que triunfam. O êxito da Rússia foi tão estupendo e tão superior às possibilidades do capitalismo, e até às do capitalismo fascista, que os seus adversários — de momento, aliados circunstanciais, — não se atrevem a deixá-la adiantar-se tanto no caminho da civilização como até agora conseguiu. Carece atualmente de importância o que possam fazer os Estados pequenos.

No dia 23-7-1934, Stálin recebeu Wells, grande escritor e pensador inglês. Este fez numerosas perguntas a Stálin, que a tôdas respondeu, como de hábito, com clareza e objetividade.

WELLS — *Minha viagem aos Estados Unidos produziu sobre mim uma impressão arrebatadora. Desmorona-se o velho mundo das finanças; a vida econômica do país é reconstruída em novas bases. Em sua época, Lênin disse que era preciso "aprender a comerciar", que era preciso aprendê-lo com os capitalistas. Hoje em dia, porém, são os capitalistas que devem aprender convosco a interpretar o espírito do socialismo. Parece-me que, nos Estados Unidos, está-se processando uma profunda reorganização tendente à criação de uma economia planificada, isto é, socialista. Vós e Roosevelt partis de dois pontos de vista diferentes. Mas não haverá uma ligação de idéias entre Washington e Moscou? O que feriu minha atenção em Washington, por exemplo, foi a mesma coisa que verifico aqui: a extensão do aparelho de direção, a criação de uma série de novos organismos reguladores estatais, a organização de um serviço público universal. E, da mesma forma que em vosso país, êles são dirigentes capazes.*

STÁLIN — O objetivo visado pelos americanos surgiu do terreno do desenvolvimento econômico, da crise econômica. Os americanos procuram desvencilhar-se da crise por meio da atividade capitalista privada, sem modificar a sua base econômica. Êles se esforçam para reduzir ao mínimo o descalabro, o prejuízo causado pelo sistema econômico existente. Entre nós, pelo contrário, como o sabeis, no lugar da velha base eco-

nômica destruída, foi criada uma outra radicalmente diferente. Se os americanos, como dizeis, apenas parcialmente se aproximam de seu alvo, isto é, se reduzem ao mínimo êsse prejuízo, mesmo nesse caso não conseguirão destruir as raízes da anarquia que é inerente ao sistema capitalista existente. Isso porque êles conservam o regime econômico que deve conduzir forçosamente, que não pode deixar de conduzir à anarquia da produção. Dessa forma, no melhor dos casos, o de que se trata não é da reconstrução da sociedade, não da abolição do antigo regime social, que engendra a anarquia e as crises, mas da limitação de seus lados negativos, da limitação de alguns de seus excessos. Subjetivamente, talvez, os americanos acreditem poder reconstruir a sociedade; mas, objetivamente, é conservada entre êles a mesma base atual. Eis porque, objetivamente, não resultará daí nenhuma reconstrução da sociedade.

Êles não conseguirão também organizar uma economia planificada. Isso porque, afinal, que significa a economia planificada? Quais são suas características? A economia planificada visa suprimir o desemprego, a falta de trabalho. Admitamos que fôssem bem sucedidos, conservando o regime capitalista, em reduzir o desemprego a um certo *minimum*. Entretanto, nenhum capitalista consentirá jamais, por nada neste mundo, na completa liquidação do desemprego, na supressão do exército de reserva constituído pelos desempregados e cujo papel é de pesar sobre o mercado do trabalho, de assegurar uma mão de obra mais barata. Pôdeis vêr aí um primeiro obstáculo à "economia planificada" na sociedade burguesa. A economia planificada pressupõe, em seguida, uma produção intensificada nos ramos da indústria cujos produtos são necessários às massas populares. Ora, sabeis perfeitamente que a ampliação da produção sob o regime capitalista se verifica por motivos inteiramente diferentes: que o capital é atraído pelos ramos da economia onde a taxa de lucro é mais elevada. Jamais podereis obrigar um capitalista a prejudicar-se a si mesmo, aceitando uma taxa de lucro menor a fim de satisfazer as necessidades do povo. Sem nos livrarmos dos capitalistas, sem derogar o princípio da propriedade privada dos meios de produção, não podemos acreditar na possibilidade de realizar uma economia planificada.

O HOMEM, O CAPITAL MAIS PRECIOSO — "Assim, portanto, camaradas, se quisermos superar com êxito a falta de homens e agir de maneira que nosso país possua quadros suficientes, capazes de fazer progredir a técnica e pô-la em ação, devemos, antes de tudo, aprender a apreciar os homens, apreciar os quadros, apreciar cada trabalhador, que possa ser útil à nossa obra comum. E' preciso, enfim, compreender que, de todos os capitais preciosos existentes no mundo, o mais precioso, o mais decisivo são os homens, são os quadros. E' preciso compreender que, entre nós, nas condições atuais, "os quadros decidem tudo". (Stálin, Discurso no Palácio do Kremlin por ocasião da promoção dos alunos da Academia do Exército Vermelho, em 4 de maio de 1935.)

CORRESPONDÊNCIA DOS NOSSOS LEITORES

MAVAL — Recebemos os excerptos. Vamos publicá-los. Continue a ajudar-nos. Em todos os excertos será indicado o seu pseudônimo, com o selecionador. Indique sempre a fonte com a maior precisão possível: autor, título, página, editor e ano. Quanto à identificação, fica na dependência da sua vontade.

CROMWELL — Não pudemos aproveitar sua carta, porque a argumentação não é marxista.

CELSO ROSA — Suas perguntas serão respondidas em diversos números. Para que possa, entretanto, desde logo, obter alguns esclarecimentos, recomendamos a leitura da entrevista de Stálin, publicada no número anterior desta revista sob o título *O socialismo e a paz*; sobre a revolução permanente leia o livro *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, de Stálin, que contém um magnífico e esclarecedor capítulo; quanto à biblioteca popular, pode procurar-nos quando entender. Estamos publicando a letra e a música da *Internacional* neste número.

UM ADMIRADOR — Nosso objetivo principal é o que preconiza em sua carta, embora não possamos atingir as camadas mais atrasadas, semi-alfabetizadas, senão através das menos atrasadas ou de alguma forma melhor esclarecidas. Reexamine a revista e, talvez, concorde conosco, reconhecendo que, ao contrário do que afirmou, a maior parte do texto é acessível a qualquer inteligência. Aceitamos, com o devido acatamento, sua crítica e agora lhe pedimos que prove a sua sinceridade, enviando-nos textos equivalentes ao trabalho de Ilin ou pelo menos indicando onde poderemos encontrá-los. Crítica construtiva é toda aquela que, além de justa, também colabora na correção dos erros ou deficiências apontadas, senão...

FELICITAÇÕES — Agradecemos as recebidas dos Srs. Leon Hochman, Koellreutter, José B. Moura Junior, José Ramos, entre outras.

OS GRANDES EXPLORADOS — “Mas a quase 9 milhões sobem os trabalhadores rurais. E’ a grande massa semi-nua e semi-faminta, sem recursos para consumir e que impossibilita, assim, o desenvolvimento industrial do país. Dêles não se lembram em geral os políticos porque eles não votam. E não votam porque não sabem ler. São eles, dentre todos os habitantes do Brasil, os mais desprotegidos.” — (João Mangabeira).

Sínteses

“Os direitos não passam de palavras vãs para aqueles a quem faltam os meios de fazê-los valer.” — Mazzini.

“E’ falsa a igualdade dos direitos na desigualdade dos meios; são falsas as liberdades por falta dos meios de fazê-las reais.” — Mazzini.

“Não ter medo da morte, é claro, não é heroísmo pessoal: no fundo, é peculiaridade do comunista, do operário revolucionário, do bolchevique.” — Dmítrov.

“Não basta saber o que é mister fazer, é preciso também ter a coragem de executar.” — Dmítrov.

“Tudo é possível suportar por suas idéias.” — Rudolph Klaus.

“Sem embargo do que nos possa acontecer, seremos os vencedores de amanhã.” — Fiete Schultze.

“Militante vivi, militante morrerei, gritando ainda uma última vez: Viva o comunismo!” — Edgar André.

A saudação comunista, de punho cerrado, foi criada pelo militante alemão Edgar André.

Durante o processo a que foi submetido Fiete Schultze, comunista alemão, o presidente do Tribunal dirige-se a Edgar André, testemunha, e indaga: Não sois parente ou aliado do acusado? Edgar André responde: “Uma grande idéia comum nos aparentou!”

O primeiro entre os homens a analisar a forma valor foi Aristóteles. (Marx — *O Capital*, pág. 123, vol. 1, Liv. I.)

...Numa democracia que se organiza, tudo deve tender para elevar o cidadão acima da primeira necessidade, pelo trabalho, se ele é válido; pela educação, se ele é uma criança; e por auxílios, se ele é inválido e está na velhice. (Barrère, trecho do discurso pronunciado na Assembléia Legislativa, em 1793.)

“...A luta interior dá ao Partido força e vitalidade; a maior prova de fraqueza de um Partido é sua dispersão e o desaparecimento de fronteiras nitidamente demarcadas; o Partido fortalece-se depurando-se...” (Extrato de uma carta de Lassalle a Marx, de 24 de junho de 1852.)

“A paz — assegura Litvínov — só é possível com a colaboração de todos. A paz é indivisível.”

Nós afirmamos que a propriedade privada da terra é a base da opressão que esmaga os camponeses e os mantém atrasados. (Lénin — *Questão Agrária*, pág. 160.)

“O trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, da riqueza material. Ele é o pai e a terra é a mãe, como diz William Petty.” (Marx — *O Capital*, pág. 104, vol. 1, Livro I.)

“De um lado, todo trabalho é um dispêndio de força humana, no sentido filosófico da palavra, e, nesta qualidade de trabalho humano puro e simples, ele constitui o valor-mercadoria. De outra parte, é um dispêndio de trabalho humano, de uma forma particular e adequada, e, nesta qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso.” (Marx — *O Capital*, pág. 107, vol. 1, Liv. I.)

O SALÁRIO DO INDUSTRIÁRIO

Em 1938, o salário oscilava entre 12 e 15% no preço de venda do metro de tecido. No tecido de algodão barato, que se vendia a 2 cruzeiros o metro, recebia o operário 24 centavos, como salário de sua força de trabalho consumida na produção. Era uma relação de 12%. Era uma percentagem extraordinariamente baixa, de franca expropriação, pois até em 40% noutros países se firma a taxa do salário no custo do produto. Veiu a guerra, veiu a inflação, e os preços quadruplicaram e subiram por aí afora. Ainda há pouco, uma pessoa tão insuspeita quanto a lucros extraordinários e sobre tais lucros tão abalizada como o sr. Lodi afirmava que o modesto tecido “opala” quadruplicara no seu preço. Subira de 2 a 8 cruzeiros o metro. E o salário? Durante a guerra, embolsou o capitalista todo o aumento quadruplo do preço e continuou a pagar ao operário os mesmos 24 centavos do tempo do custo de 2 cruzeiros. Os outros 6 cruzeiros, oriundos do crime da ditadura e da desgraça da guerra, metia-os o proprietário integralmente no seu bolso. Nada podia reclamar o operário. Porque o ditado de 10 de novembro proibia a greve, capitulada, então, de crime. E o patriotismo bem pago bradava, desde logo, contra os espoliados, classificando seu protesto como sabotagem do esforço de guerra.

E o operário engulia, estrangulado, a sua angustia. Não podia falar e por ele ninguém falou. Os que podiam falar, pois eram os donos da palavra, nada disseram. Concentravam-se nas bolas das roletas dos cassinos, ou sorriam jogando o golfe nos parques dos milionários. Mas a guerra acabou. E os operários impacientaram-se. As medidas restritivas abrandaram-se. E os explorados reclamaram. E, depois de marchas e contra-marchas, os patrões concordaram no aumento do salário.

Mas, se o salário era de 24 centavos por metro de tecido “opala”, quando este custava 2 cruzeiros, lógico que deveria ser de 96 centavos, quando o preço se elevara a 8 cruzeiros.

Aumentaram-no de 30%, como prova de grande generosidade dos capitalistas. O operário ganharia, assim, 36 centavos, em vez de 24, como vinha recebendo. Ganhou, de facto, o operário? Ganhou o que realmente merecia, como pagamento de sua força de trabalho?

Não! Em verdade perdeu! Perdeu, em relação ao período de antes da guerra.

Porque, naquela época, recebendo 24 centavos por metro de tecido barato, vendido a 2 cruzeiros, percebia o operário 12% do preço da venda. Era nesta relação que o capitalista calculava pagar a força do trabalho, como um dos factores do produto. Era muito baixa a percentagem que, no regime capitalista, poderá subir até 40%. Mas em todo caso, entre nós, era, na espécie, de 12% a relação. Isto posto, se o metro de tecido subira de 2 a 8 cruzeiros, a percentagem fixada de 12% obrigaria o salário a subir de 24 a 96 centavos. Mas, percebendo apenas 36, a percentagem, que era de 12, caiu a 4½! Entregando 12% do preço da venda ao operário, reservava o patrão 88½ para pagamento de todas as outras despesas, inclusive juros e amortização do capital imobilizado e, depois do pagamento total, embolsava o restante, que era o lucro. Ora, com o preço de venda elevado ao quádruplo, quatro vezes maior era o seu lucro, dentro da percentagem de 88½, ao passo que os 12% restantes seriam do trabalhador, cujo salário também deveria ser quatro vezes maior. Que fez o patrão, cujo lucro quádruplicara? Não se contentou com a quádruplicação do rendimento dos 88½. Entrou a comer no prato do operário, reduzindo-lhe os 12% a 4%, isto é, apossando-se de quasi dois terços de sua força de trabalho, sem por isto lhe pagar coisa nenhuma. E' assim que o mundo se divide entre os que têm e os que não têm. Entre expoliados e expoliadores. Na indústria dos calçados, a análise levaria ao mesmo resultado, ou ainda pior.

(João Mangabeira — Do seu discurso, pronunciado na abertura da Primeira Convenção Nacional da Esquerda Democrática).



LITERATURA UNIVERSAL — “O antigo isolamento local e nacional em que cada um se bastava a si mesmo, deu lugar às relações universais, a uma interdependência universal das nações. E o que é verdadeiro quanto à produção material aplica-se à produção intelectual. As obras de uma nação tornam-se a propriedade comum de todas as nações. A estreiteza do espírito e o exclusivismo nacionais são cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacionais e locais se forma uma literatura universal” (Marx e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*.)

IGNORÂNCIA E REACIONARISMO

Para que os nossos leitores possam avaliar quanta ignorância e reacionarismo existem por este Brasil afóra, muito mais extenso do que geralmente se supõe, sempre que possível registaremos nesta secção a opinião de cavalheiros que, pela sua situação social, têm o direito de ser reacionários, mas, pelos postos que ocupam, não deveriam ser tão ignorantes...

No *Jornal do Comércio*, de 7-7-46, sob o título de “*Abaixo o Comunismo*”, o capitão de Mar e Guerra Carlos Penna Botto revela as suas “qualidades” nos seguintes trechos:

“Procuraremos provar que (o comunismo) se trata de ideologia que é absurda em teoria, e nefasta na prática. Em linguagem clara e acessível, faremos, primeiramente, o ataque à doutrina marxista, mostrando que ela repousa em bases falsas e amorais; e depois analisaremos, de modo sucinto, os desastrosos resultados que essa doutrina viciada produziu na prática, sobretudo na sua terra de origem: — a muito infeliz, mas não menos detestável, Rússia soviética!”

Sr. Botto, quem foi que lhe disse que o “comunismo” teve a sua origem na Rússia? E o sr. Botto se propõe a provar que o comunismo é “ideologia absurda em teoria e nefasta na prática”? O sr. Botto, pelo dito, deve ser capaz de muito mais...

“E’ precisamente nos Estados do nordeste que o deletério “virus” comunista tem encontrado caldo de cultura mais propício, MERCÊ da depressão econômica que, acentuadamente, atingiu as camadas humildes da população.

E’ dever de todo patriota, de todo brasileiro, cem por cento, tomar parte ativa na campanha anti-comunista”.

Sr. Botto, não seria mais inteligente e lógico, conclamar todos os brasileiros para uma campanha visando eliminar as condições miseráveis em que vivem as “camadas humildes da população”, que constituem o “caldo de cultura do virus comunista”? O Sr. Botto atribue à miséria o desenvolvimento do comunismo no nordeste. Genialmente, que aconselha? Combater o comunismo! Mas, Sr. Botto, não foi o sr. mesmo quem disse desenvolver-se o comunismo no nordeste “MERCÊ da depressão econômica que, acentuadamente, atingiu as camadas humildes da população”? Não seria mais inteligente combater a causa?

"E' necessário disseminar pelas massas, sobretudo pelos elementos humildes, em linguagem clara, conceitos verdadeiros sobre o marxismo, esse terrível "morbus" que há 28 anos vem ameaçando a sociedade cristã".

Sr. Botto, não seria melhor e mais inteligente, ao invés dessa trabalhadeira ineficaz e inútil de disseminar... conceitos verdadeiros sobre o marxismo, o Sr. e os seus parceiros acabarem com o "caldo de cultura", isto é, com a miséria em que vivem as camadas humildes da população? Que adianta combaterem o "efeito" se deixam intacta a "causa"?

Os comunistas são conscientes e realistas: reconhecem que a propriedade privada dos meios de produção é a causa fundamental da exploração e miséria em que vivem essas "camadas humildes da população", por isso combatem-na e lutam por aboli-la. Faça o mesmo, Sr. Botto, combata a "causa" do comunismo, que estará agindo nobremente...

Quem foi que lhe disse, Sr. Botto, que o marxismo tem a "idade" de 28 anos e que há 28 anos vem ameaçando a sociedade cristã? Deve ter sido algum amigo da onça... E o Sr. Botto é capitão de mar e guerra!...

• •

AÇÃO DO ESTADO... — "A reação do poder do Estado sobre o desenvolvimento econômico pode ser de tres espécies diferentes. Pode verificar-se na mesma direção e, nesse caso, tudo marcha mais depressa; pode agir em sentido contrario e, então, entre todos os grandes povos, é liquidada com o decorrer do tempo; finalmente pode cortar certas vias ao desenvolvimento econômico ou prescrever-lhe outras e, nesse caso, incorpora-se novamente a uma das formas precedentes. E' claro, porem, que, no segundo e no terceiro casos, o poder político pode causar grande dano ao desenvolvimento econômico e produzir um desperdício de massa de força e de materia.

A isso pode juntar-se ainda o caso de conquista e de destruição brutal dos recursos econômicos, e, de tal forma, que, segundo as circunstancias, houve casos em que desapareceu todo o desenvolvimento econômico local e nacional. Hoje, esse caso produz, em geral, efeitos contrarios, pelo menos entre os grandes povos: o vencido ganha, por vezes, com o decorrer do tempo, mais do que o vencedor sob o ponto de vista econômico, político e moral." (De uma carta de Engels a Conrad Schmidt, 27 de outubro de 1890.)

MARX POETA, CRITICADO POR ÊLE MESMO

Em dezembro de 1836, três meses depois de sua entrada para a Universidade de Berlin, Marx abandonou em 1836 de Jeny von Westphalen, com quem secretamente noivara durante as férias de 1836 em Treves, três cadernos de poesias. No fim do semestre universitário (fevereiro-março de 1837), enche novo caderno de versos e manda-o para seu pai em comemoração de seu 55.º aniversário. Algum tempo depois, Marx, que conta dezenove anos, julga severamente, numa carta escrita a seu pai a 10 de novembro de 1837, êsses ensaios de mocidade, impregnados de um romantismo então na moda, contra o qual se levantará tão asperamente mais tarde. Os três primeiros cadernos de poesias de Marx perderam-se. O Instituto Marx-Engels-Lénin conseguiu encontrar o caderno de 1837 que contem, além disso, parte dos poemas incluídos nos primeiros manuscritos.

"No estado de espírito em que me encontrava, a poesia lirica devia necessariamente constituir o primeiro objeto de meu estudo, ou, pelos menos, o mais agradável e o mais indicado; minha situação e toda a minha anterior evolução faziam com que essa poesia fosse puramente idealista. Fiz, de um "mais além" tão distante quanto meu amor, todo o meu céu e a minha arte. Uma realidade que se esfuma e se dissipa no infinito, acusações contra os tempos presentes, sentimentos vagos e confusos, uma ausência total de naturalidade, construções nas nuvens, uma oposição absoluta entre o ideal e a realidade, retórica e raciocínios em lugar de inspiração poetica, entretanto, com certo calor de sentimentos e certo esforço para vãos liricos: eis o que caracteriza todas as poesias dos três primeiros cadernos que Jenny de mim recebeu. A amplitude dessas aspirações vagas e sem limites, que se manifestam sob as formas mais variadas, *expandem-se nesses poemas, em lugar de neles se concentrar* (1).

...No fim desse semestre, procurei novamente a dança das musas e a música dos sátiros, e, no último caderno que lhe mandei, o idealismo brilha através de um humor forçado (*Skorpion e Felix*) ou ainda através de um drama fantastico e imperfeito (*Oulanem*) até que, enfim, se transforma inteiramente e evolue para uma formula de arte pura, a mais das vezes a propósito de assuntos sem inspiração e de idéias sem impulsos.

Esses últimos poemas são, entretanto, os únicos que me fizeram entrever de repente, como por meio de uma varinha mágica — ah! esse toque me transornou — o reinado da verdadeira poesia, como algum longínquo palácio feérico, e todas as minhas criações se desfizeram em pó. (2).

(MARX, Carta a Henri Marx em 10 de novembro de 1837. *Obras*, t. I, 12, pgs. 214-218, ed. al.)

(1) Marx opõe aqui *Dichten a Breiten*, fazendo um jôgo de palavras intraduzível.

(2) As poesias de Marx, seu drama *Oulanem* e alguns capítulos de *Skorpion* e *Felix*, romance humorístico, figuram no tomo I das *Obras* editadas pelo Instituto Marx-Engels-Lénin.

A ABSORÇÃO DA PEQUENA PELA GRANDE PRODUÇÃO — A era do maquinismo processa-se, como demonstrou Lénin, em todos os países. Não só na indústria como também na agricultura, a máquina substitui o trabalho manual e os pequenos produtores se arruinam. Na pequena produção, o maquinismo não pode ser aplicado senão em pequenas proporções. Devido às reduzidas dimensões desse tipo de produção, a máquina não pode ser utilizada em grande escala. O maquinismo custa muito mais caro para a pequena do que para a grande produção e as máquinas mais complexas não podem ser aplicadas nas empresas de menor vulto.

Na pequena produção, o trabalho é muito menos produtivo do que na grande. Os produtos da grande indústria podem ser vendidos muito mais baratos. Dêsse modo, a *pequena empresa agrícola não pode fazer concorrência à grande empresa.*

Além disso, a grande empresa agrícola capitalista oferece diversas vantagens sobre pequena exploração camponesa no que se refere à *venda dos produtos*. O grande empresário está mais estreitamente ligado ao mercado, cujas condições conhece, o que lhe permite adiar, quando necessário, a venda de sua produção, enquanto que o pequeno agricultor é obrigado a vendê-la logo após a colheita. O crédito, que desempenha papel importantíssimo na agricultura, devido ao caráter intermitente da produção agrícola, não oferece ao pequeno agricultor, as mesmas vantagens que ao grande fazendeiro.

Tôdas essas condições levam ao desaparecimento a pequena produção agrícola. (Segal — *Noç. Econ. Polit.*, pág. 310).

A LAMENTÁVEL SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANÇEIRA DO BRASIL

No dia 13 de junho p.p., o deputado Agostinho Monteiro, uma das mais respeitáveis figuras da nossa Assembléia Constituinte, pronunciou um discurso notável, no qual fez uma síntese da situação econômico-financeira do Brasil, resultante do regime para-fascista que viveramos, sob a ditadura de Vargas.

Em 70 itens, resumidamente, mas de forma clara e convincente, o Sr. Agostinho Monteiro retrata o Brasil atual, à beira do caos... Ei-los:

	Cr\$	
1 — Em novembro de 1930 o meio circulante era de	2.842.000.000,00	clarou, em entrevista, montar a
a 29 de outubro de 1945 atingia	16.909.000.000,00	Em 1936 essa dívida era de
0 acrescido nesses 15 anos foi de 495%	14.067.000.000,00	1.626.000.000,00
2 — Só de 1940 a 1945 emitiu o Governo ..	12.564.430.000,00	A movimentação da dívida flutuante, feita na base de 6% ao ano, acarreta para os cofres públicos um dispêndio anual de 600 milhões de cruzeiros, conforme está previsto e consignado no orçamento de 1946.
1940	214.241	5 — A dívida consolidada que em 1936 somava
1941	1.461.358	eleva-se em 1944 para quase seis bilhões..
1942	1.591.296	5.964.000.000,00
1943	2.742.959	6 — Enfim a dívida interna, que em 1936 era de
1944	3.431.246	atingiu em 1944 a cifra de..
1945	3.073.240	5.131.000.000,00
3 — As emissões somaram em dezembro de 1945	17.530.500.000,00	15.969.000.000,00
4 — A dívida flutuante da União, o atual Ministro da Fazenda de-		O movimento de 1945 não está incluído nesses números por isso que ainda não foi publicado.
		7 — Se o Governo atual quizesse, por um sistema simplista, liquidar a dívida flutuante, teria de emitir mais alguns bilhões de cruzeiros.

	Cr\$
8 — De 1930 a 1944, as arrecadações federais somaram	52.034.284.000,00
no mesmo período as despesas foram	60.782.904.000,00
Os <i>deficits</i> se avolumaram.	8.748.620.000,00
9 — No mesmo período (1930 a 1944) os Estados arrecadaram ...	33.347.000.000,00
as despesas somaram	35.737.000.000,00
Verificando-se assim um <i>deficit</i> de	2.390.000.000,00
10 — Nos mesmos 15 anos, os Municípios arrecadaram e dispenderam.	16.832.000.000,00 16.979.000.000,00
com um <i>deficit</i> de	147.000.000,00
11 — A arrecadação total no país de 1930 a 1944 foi de	102.213.000.000,00
a despesa no mesmo prazo alcançou ...	113.499.000.000,00
O <i>deficit</i> atingiu	11.286.000.000,00
12 — Os <i>deficits</i> , incluído o de 1945, so-	

maram, realmente 12.283.820,00

Nesses *deficits*, decerto, não estão incluídos os resgates de títulos, as apólices de reajustamento econômico, despesas com a compra de ouro e débito do Tesouro com os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que o elevarão a mais de vinte bilhões de cruzeiros.

	Cr\$
13 — No período Republicano, de 1890 a 1929, as receitas públicas produziram	27.773.000.000,00
O total das despesas elevou-se a	32.772.000.000,00
Os <i>deficits</i> nesses 40 anos somaram ...	4.994.000.000,00

14 — Os *deficits* orçamentários, incluindo planos de obras e obrigações de guerra, atingiram de 1938 a 1944 a cifra de 5.797.013.000,00 como se verifica dos balanços da Contadoria Geral da República.

15 — Os *deficits*, propriamente orçamentários, is-

to é, a diferença entre as receitas e as despesas arrecadadas e dispendidas, de 1938 a 1945, elevaram-se a 5.737.607.000,00 na média anual de 717.200.000,00

Os governos, provisório e atual, ainda não publicaram as despesas com o plano de obras e obrigações de guerra realizadas em 1945.

	Cr\$
17 — De 1915 a 1929, últimos anos da República velha, os <i>deficits</i> orçamentários da União somaram	3.301.832.000,00
De 1930 a 1944 os <i>deficits</i> dos orçamentos federais atingiram	8.748.621.000,00
ou seja, uma diferença para mais, de....	5.446.788.000,00
18 — Nos últimos 15 anos dispendeu o Governo 60.782.904.000,00 quase o dobro de 32 bilhões gastos nos anteriores 40 anos da República.	

19 — O volume físico da produção dos gêneros alimentícios não progrediu praticamente.

Em 1930, ano de crise, era de 16.219.000 de toneladas; em 1944, alcançou somente 17.701.000 de toneladas, ou 9 % de acréscimo, enquanto a população deveria ter aumentado de 26 %.

20 — O acréscimo da população, sem o aumento paralelo dos produtos de alimentação, trouxe a imperativa baixa do consumo médio *per capita* dos principais gêneros alimentícios. Os dados oficiais registram que em 1930 cabia a cada pessoa 437 quilos e 400 quilos em 1944.

21 — A quantidade de cereais produzida no país, base da alimentação popular, que em 1930 era de 6.147.000 toneladas, em 1944 foi de 6.418.000, com um aumento apenas de 4 %.

22 — É de lamentar que a importação de gêneros alimentícios que foi em 1930 de 948.948 toneladas, tivesse aumentado em 1944 para 1.378.158 toneladas!

23 — Como conseqüência da subfome crônica e falta de assistência médico-social ao trabalhador rural, a produção individual, média, de 2.400 quilos por ano, desceu para 1.933 quilogramas em 1944, índice baixíssimo, mesmo comparado aos países com estrutura semelhante à nossa.

24 — A área cultivada no Brasil representa apenas 6,5 % da área total das propriedades agrícolas. Quase 2/3 dessa área é ocupada pelo café e algodão, produtos agrícolas de exportação. Do café consumimos pouco mais de 30 % e do algodão industrializamos menos de 50 %.

25 — Na produção primária, em 1930, os gêneros alimentícios representavam 89 %, baixando para 71 % em 1944.

O governo não soube prevenir as conseqüências do deslocamento da mão de obra, que passou para a produção de matérias primas solicitadas pela guêrra e para a indústria estimulada pelos lucros extraordinários.

26 — O descaso pela produção do trigo, que produzimos na proporção de 18 a 20 % do consumo, nos vem obrigando a uma sangria anual de 1 bilhão de cruzeiros.

Adquirindo 11 % de toda a exportação mundial, somos o segundo país importador desse cereal.

27 — Em 1930 produzimos 170.537 toneladas de trigo, descendo para 101.000 em 1939 e 1940 e subindo para 180.000 em 1944.

Entretanto, o valor médio da tonelada cresceu de 474,50 em 1930, para 800,00 em 1944.

Chamo bem a atenção dos senhores Representantes para este fenômeno, *sui generis*: quando diminuímos nossa produção, tem coincidido baixar o preço dos produtos.

28 — O nosso maior produto de exportação, o café, teve a sua produção de 1.634.145 toneladas em 1930, reduzida para 800.000 em 1944, ou seja, uma queda de 50 %:

29 — Em 1930, o café contribuía nas exportações nacionais com 63 % dos valores exportados; em 1944, apesar do volume da exportação de gêneros alimentícios ter baixado, o café concorreu apenas com 36,2 %, tendo sido, mesmo assim, o ano de melhor percentagem do quinquênio. No período de 1940-1944, a média foi de 32 %.

30 — A queda do nosso principal produto, o café, no comércio exterior, é simplesmente alarmante, visto que não contamos com muitos outros produtos de resistência no comércio exterior.

Em 1930, o total da exportação era de 917.280 toneladas.

Em 1944, desceu para 803.329, tendo sido, mesmo assim, o ano de maior exportação do quinquênio 1940-1944 em que a média baixou para 646.546 toneladas.

31 — O valor da produção do café em 1930, que era de 3.471.356.000,00 de cruzeiros, baixou, com toda a assistência do Departamento Nacional do Café, para 1.210.583.000,00 de cruzeiros ou seja uma diferença de 65 %.

32 — O valor médio da tonelada, em 1944, foi reduzido de 28,6 % em relação ao ano de 1940.

33 — O volume de exportação brasileira não teve quase desenvolvimento nos 15 anos. Assim é que o comércio de exportação que, em 1930, foi de 2.273.688 toneladas, em 1944 registou apenas 2.671.105 toneladas.

34 — Isto é muito significativo porque a formidável valorização dos produtos deveria ter ampliado a produção e conseqüentemente a exportação.

	Cr\$
O valor da nossa exportação em 1930 foi de...	2.907.353.000,00
Em 1944 atingiu a	10.726.509.000,00

O valor médio da tonelada de Cr\$ 1.279,00 em 1930, elevou-se a

Cr\$ 4.015,00 em 1944, sem determinar maior surto no volume da exportação.

35 — Sendo o movimento do comércio exterior expresso em moedas universais estáveis, libras e dólares, vejamos as suas flutuações antes e depois de 1930.

36 — A nossa exportação no período 1900-1909 já registava 12,2 dólares por pessoa, aumentando para 14,3, no período 1925-1929. Em 1944 voltávamos ao índice de 1900 com 12,2 dólares por pessoa.

37 — Em 1930 os exportadores brasileiros receberam 65.746.000 libras ouro.

Em 1937, regista o Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, receberam apenas 42.350.000, ou sejam 36 % de diferença. Em 1939 baixou, ainda mais, para 37.298.000 de libras ouro.

38 — Em 1930, a libra ouro nos custava 44 cruzeiros, já em 1939 encarecia para 153 cruzeiros!!

39 — De 1915 a 1929, quinze últimos anos da República velha, o Brasil colheu da sua exportação 1.174.448.000 libras ouro.

De 1930 a 1944, nos quinze anos seguintes, só recebemos 661.185.000 libras ouro, num real empobrecimento de 40 %, isto é, numa diferença incontestemente de 413.263.000 libras ouro.

40 — A exportação e importação do Brasil acusaram no período 1925-1929 a média, em dólares, respectivamente de \$459.904.000 e \$407.258.000; já em 1938 essa média desceu de quase 37 %, ou se-

jam, precisamente em dólares, \$289.103.000 na exportação e.... \$294.700.000 na importação. Em 1940, baixaram, ainda mais, para dólares \$250.532.000, na exportação; e dólares \$250.715.000 na importação.

41 — O comércio exterior do país, somadas exportação e importação, nos últimos 15 anos, totalizou 1.029.781.000 em libras ouro.

Só no último setênio da República velha, isto é, 1924 a 1930, o nosso comércio exterior atingiu à cifra de 1.167.954.000 libras ouro.

42 — De 1931 a 1937, o nosso comércio exterior produziu 474.019.000 libras ouro.

De 1938 a 1944, apesar das grandes vantagens e solicitações da guerra, só conseguimos 555.762.000 libras ouro, ou seja o pequeno acréscimo de 81.743.000, em sete anos.

43 — Nos 15 últimos anos, de 1930 a 1944, a cifra de 555.762.000 libras ouro, obtida do comércio exterior do país é muito menor que a dos últimos sete anos do regime legal, na importância de 1.167.954.000 libras ouro, obtidas de 1924 a 1930.

44 — A importação, cuja média de 1925-1929 foi superior a 5 milhões de toneladas, não mais atingiu esse nível nos quinquênios seguintes até 1944.

A deficiência de importação de equipamentos, veículos e outros bens de produção, e até de consumo, respondem pela elevação do custo de vida.

45 — A importação de máquinas, ferramentas e utensílios, na média de 92.000 toneladas de 1925-1929, baixou para 35.000 toneladas no

quinqüênio seguinte 1930-1934 — no quinqüênio 1935-1939 foi de 70 mil toneladas e no de 1939-1944 foi apenas de 44.000 toneladas.

46 — No que diz com automóveis, a importação, entre 1925-1929, foi de 41.123 veículos, baixou para 6.583 no quinqüênio seguinte, para 20.937 no de 1935-1939 e para 7.533 no quinqüênio de 1939-1944.

47 — O aumento total do custo da vida nesta capital foi de 162 % de 1930 a 1945.

Eis os números índices com base:

Em 1912 — 100
Em 1930 — 243
Em 1945 — 636 (três primeiros meses).

48 — As despesas com o vestuário elevaram-se no mesmo período de 329 %.

Aqui estão os números índices com base:

Em 1912 — 100
Em 1930 — 288
Em 1945 — 1.238 (três primeiros meses).

49 — As demais utilidades, móveis, utensílios, roupas de cama e de mesa, sofreram um encarecimento de 726 %.

São estes os números índices oficiais com base:

Em 1921 — 100
Em 1930 — 253
Em 1945 — 2.090 (três primeiros meses).

50 — O custo da alimentação foi acrescido de 196 %.

Os números índices comprovantes são estes, com base:

Em 1912 — 100
Em 1930 — 214
Em 1945 — 634 (três primeiros meses).

51 — Em cruzeiros, o custo da vida, nesta cidade, era em 1930 de 1.676,20 cruzeiros por mês.

Em 1945, logo nos primeiros meses, atingia 4.475,70 cruzeiros ou um aumento de 2.799,50 cruzeiros.

52 — Para uma população de 41.236.315 habitantes na época do censo de 1940, a cota de analfabetos ainda era de 27.932.450, ou seja 67,7 %.

53 — A esses 67% de analfabetos, a Argentina responde com 21 %, Costa Rica com 20 %, Cuba 35 %, Uruguai, Panamá, Honduras, Haiti e República Dominicana têm percentagem muito abaixo, como afirma John Gunther no seu livro *O drama da América Latina*, 1943.

54 — A população alfabetizada, acima de 15 anos, era de 10.379.990 contra 13.329.779 de analfabetos, ou seja, 56,2 % do total do grupo que, em 1940, somava pouco mais de 23.709.769.

55 — As taxas brasileiras de mortalidade geral são das mais altas do mundo. A mortalidade nas nossas capitais é mais elevada do que a da maioria das capitais estrangeiras. Enquanto em Buenos Aires a mortalidade era de 112 por 10 mil habitantes, em a nossa bela capital atingia a 179 em 1940.

Segundo dados do Serviço Federal de Bio-Estatística, a mortalidade geral subiu, no período de 1938-42 até o ano de 1944: Em Teresina 30 %, em S. Salvador 21,5 %, em Manaus 19 %, no Distrito Federal 10,1 %, em Belém 10 %, em Recife 8 %. Caiu em São Paulo de 0,7 %, em Pôrto Alegre de 9,2 % e em João Pessoa de 5,4 %. Nas demais capitais, houve aumento da

mortalidade geral. A mortalidade por tuberculose aumentou em 13 das nossas capitais. No Distrito Federal, o aumento foi de 7,1 %, no ano de 1944, em relação à média de 1938-42.

56 — O empobrecimento e descaso na assistência às populações respondem por essa dolorosa situação. Em 1945, os governos federal, estaduais e municipais mantinham apenas 44,31 % dos 145.000 leitos hospitalares existentes no país. Para uma população estimada, para o ano de 1945, em 43.300.000 habitantes, aquele número de leitos correspondia a 313 habitantes para cada leito.

Precisávamos, tènicamente, de 400 mil leitos — conforme estudo organizado pelo Instituto de Serviços Sociais do Brasil.

57 — A nossa deficiência de assistência hospitalar pode ser avaliada pelas populações que não dispõem de leitos.

O Instituto de Serviços Sociais do Brasil encontra as seguintes percentagens:

Norte	60,34%
Nordeste	71,19%
Este	38,29%
Sul	20,92%
Centro Leste	60,87%

58 — É, praticamente, inexistente a assistência médico-social no país e em particular a assistência hospitalar. Recebem-nas, talvez 10 % da população brasileira necessitada, apesar dos Institutos de Previdência e da Legião Brasileira de Assistência.

Pela deficiente alimentação, e quase nenhuma assistência social, talvez responda o ocorrido na última Junta Militar da 1.ª Região,

na qual foram incapacitados para a FEB 1.420 das 1.704 examinadas, segundo dados publicados pelo Coronel Dr. Humberto de Melo, Diretor do Hospital Central do Exército.

59 — A situação política anti-democrática e a desorganização econômica da nação afastaram os capitais estrangeiros. Enquanto a inversão de capitais americanos no Brasil é apenas de 340 milhões de dólares, na Argentina ultrapassa de 700 milhões e, no Canadá, atinge 5 bilhões — registou o Presidente da Associação Comercial, Sr. Daudt d'Oliveira, em trabalho lido perante a Comissão de Investigação Econômica e Social, criada por esta Assembléia.

60 — No que diz respeito com a administração, é de registrar a vultosa percentagem de 40 % reservada no orçamento de 1944 à despesa do pessoal. Nessa percentagem, entretanto, não está incluído o pessoal pago pela verba *serviços* — *encargos*, planos de obras, nem os *abonos familiares*.

O *deficit* orçamentário de 1 bilhão de cruzeiros em 1945, se elevará seguramente a alguns bilhões no ano corrente.

Poderá o govêrno pagar o seu funcionalismo sem novas emissões?

61 — Essa verba pessoal de 40 % — que em 1944 representou mais ou menos 3 bilhões, em 1946 talvez ultrapasse de 5 bilhões!! É possível que toda a receita dos tributos não dê para atender às verbas de *pessoal* e *dívidas*, sacrificando, assim, o incremento das fontes de riqueza do país!

62 — O derrame dos créditos adicionais, que atingiu em 1944 a

38,36 % — registou o Relator da Comissão de Investigações Econômicas e Sociais — foi tão desordenada no período de 1940-1944, que o governo não teve tempo de despendar alguns milhões dos bilhões autorizados.

63 — O descaso pelos transportes entrava, hoje, todas as iniciativas. São necessários, urgentemente, 5 bilhões de cruzeiros, somente para o reajuste dos portos e ferrovias.

Nos últimos 15 anos não se construiu nenhum porto no litoral brasileiro exceto o de Maceió e o de Mucuripe, no Ceará, cujas obras retomadas se arrastam sem fim.

Só para a conservação dos portos se impõe uma urgente inversão de 1.450.091.061,00 cruzeiros imprescindível à normalização dos serviços.

64 — A dragagem dos portos e barras ficou atrasada em 20 anos visto como é imperativo dragar 25 milhões de metros cúbicos e a capacidade atual da aparelhagem só pode realizar 1 milhão por ano.

65 — Nos últimos 15 anos o departamento Nacional de Estradas de Rodagem só construiu 1.587 quilômetros de estradas, ou sejam, 100 quilômetros anuais.

66 — De 1931 a 1944 foram construídos apenas 2.659 quilômetros de ferrovias, numa média de 177 quilômetros por ano. O relatório do Departamento de Estradas de Ferro regista, em 1939, a construção apenas de 2 quilômetros e 514 metros. Entretanto, o nosso tráfego ferroviário cobre apenas, 400 centímetros por quilômetro quadrado.

67 — O desgaste do material é de tal proporção, que, só para a

recuperação das estradas de ferro existentes, o plano elaborado e aprovado pela Comissão de Planejamento exige 8 bilhões e meio de cruzeiros!

68 — Em 1930 éramos um país pobre, mas em ritmo ascendente de riqueza. Havia um relativo equilíbrio das produções agrícola e industrial, ainda com algum predomínio da primeira. Apesar do *crack* mundial de 1929 a tranquilidade pública do país só foi quebrada pela revolução por uma questão meramente de ordem político-partidária.

69 — Em 1945, a desordem econômico-financeira determinada e agravada pela supressão da liberdade, jogou a nação no plano inclinado das emissões, cuja marcha ininterrupta, sobretudo, de 1941 a 1945, nos levou ao aumento do meio circulante em 142 %, com a natural consequência da expansão do crédito, expresso nos vultosos e alucinantes empréstimos e depósitos bancários.

70 — Em 1946, o povo brasileiro está empobrecido. Sendo a renda nacional a expressão dos bens e serviços decorrentes das atividades dos indivíduos, e correspondendo a cada brasileiro 690 cruzeiros *per-capita* — ano —, fácil será compreender a latitude do pauperismo a que fomos levados.

A renda *per-capita* na Argentina é de mais de 5.000,00, na União Sul Africana de 3.120,00, no México 2.400,00 e na Nova Zelândia 6.652,00. Da renda nacional — estimativa oficial — toca atualmente a cada brasileiro quantia inferior a 1.000 cruzeiros anuais, ou cerca de 80 cruzeiros por mês.

Dêstes, são destinados ao fisco 32 cruzeiros, sobrando para subsistência e natural economia individual e da própria nação, a ridícula parcela de 48 cruzeiros mensais.

Estes 48 cruzeiros valem, hoje, menos do que 48 mil réis há 5 anos passados.

O custo da vida elevou-se a 138% em São Paulo e, até princípios de 1945, a 162% no Rio de Janeiro.

Eis, Srs. Representantes, a real situação do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Pato. O orador é vivamente cumprimentado.*)

QUE SE EXIGE DE UM CHEFE PROLETÁRIO? — “Em nossa época de revolução proletária, quando cada palavra de ordem do Partido, cada frase do chefe são comprovadas pelos factos, o proletariado é particularmente exigente para com seus chefes. A história conhece chefes proletários, chefes de épocas tempestuosas, dirigentes-práticos, cheios de abnegação e de audácia, porém fracos em teoria. As massas não esquecem tão prontamente os nomes desses chefes. Tais são, por exemplo, Lassalle, na Alemanha, e Blanqui, na França. Mas o movimento, em seu conjunto, não pode viver apenas de recordações; necessita de um objetivo claro (um programa) e de uma linha firme (uma tática).

Existem, também, os chefes de outro tipo, os chefes de tempo de paz, fortes, em teoria, porém débeis, em matéria de organização e de trabalho prático. Tais chefes são populares apenas entre as camadas superiores do proletariado e só até certo momento enquanto começa uma época revolucionária, quando se exigem dos chefes palavras de ordem praticamente revolucionárias, os teóricos abandonam a cena e deixam o posto a novos homens. Tais são, por exemplo, Plerránov, na Rússia, e Kautski, na Alemanha.

Para conservar-se no posto de chefe da revolução proletária e do Partido do proletariado, é preciso conjugar em si a força da teoria e a experiência prática no terreno da organização do movimento proletário. P. Axelrod, quando era marxista, escrevia que Lênin “reunia em si, de maneira mais acertada, a experiência de um bom prático, a instrução teórica e um vasto horizonte político”. (Veja-se o prólogo de Axelrod ao folheto de Lênin *As tarefas dos social-democratas russos*). Não é difícil imaginar-se o que diria hoje de Lênin o senhor P. Axelrod, o ideólogo do capitalismo “civilizado”. Para nós, porém, que conhecemos Lênin de perto e podemos considerar as coisas objetivamente, é indiscutível que Lênin conservou inteiramente esta qualidade. Nisto, entre outras coisas, se deve buscar a explicação do facto de ser, hoje, Lênin, precisamente êle, o chefe do Partido proletário mais poderoso e mais bem retemperado do mundo inteiro.” (Trecho de artigo escrito por ocasião do 50.º aniversário do nascimento de Lênin, publicado pela primeira vez no n.º 86 do *Pravda*, a 23 de abril de 1920).

A ORGANIZAÇÃO DO POVO

“A organização das mais amplas camadas sociais do nosso povo, acima de diferenças de classe, de crenças religiosas, de ideologias políticas, assegura a união nacional e a marcha para diante no caminho da democracia. Será o povo organizado a grande força capaz de desbaratar os contra-ataques e as provocações dos remanescentes do fascismo combalidos e desesperados mas, por isso mesmo, cada vez mais agressivos e perigosos. A união *por baixo* das grandes massas trabalhadoras em seus locais de trabalho, nos sindicatos, nas ligas camponesas, nas associações diversas, nos bairros e ruas, facilitará a obra política de aproximação dos partidos, a união *por cima* de seus dirigentes, não para cambalachos ou acordos reacionários, mas realmente para a luta em defesa da democracia e do progresso.

E aquela união *por baixo*, a organização das grandes massas trabalhadoras, apesar do baixo nível em que ainda se encontra, muito aquém do reclamado pelo movimento histórico que atravessamos, é justamente aquela união das mais amplas camadas populares a grande força que, dirigida pelo proletariado mais avançado, organizado em seu partido de classe, tem na verdade conseguido desmascarar e bater as provocações fascistas dos últimos meses, e assegurado assim a marcha para diante de nosso povo no caminho da democracia. Vitorias essas criam por sua vez condições novas cada dia mais favoráveis à união nacional de todos os brasileiros, desde o operário e o camponês até o patrão progressista, que sente a ameaça da concorrência imperialista, que almeja o progresso nacional; desde o analfabeto até o intelectual mais culto, que chega a compreender a missão histórica do proletariado na sociedade capitalista; união enfim de todos, homens e mulheres, jovens e velhos, crentes ou não, de todas as classes ou ideologias políticas. E' nesse processo de união que se desmascaram os reacionários, os anti-comunistas de profissão que, em nome da defesa da democracia, aconselham ao povo a capitulação, a submissão, o ficar de braços cruzados, passivos e conformados diante das arbitrariedades policiais e dos arreganhos fascistas.

(Prestes — Do seu *Informe Político à III Conferência Nacional do PCB*).



O que está certo O que está errado

ESTA' ERRADO — Em 21 de abril, realizou-se estranha homenagem a Tiradentes, partida de notorios inimigos da democracia em nossa terra. Veiu o 21 de abril e realizou-se a parada. Choques de Polícia Especial desfilarão diante da estatua do Herói da Inconfidência. Bem nutridos, envergando roupas caras, gozando da mais completa impunidade, lá estavam também conhecidos torturadores e assassinos de presos políticos, remanescentes da Gestapo de Von Muller. Fogoso e inspirado, falou o sr. Pereira Lira, empregado da Light, doublé de chefe de Polícia, apresentando em sua arenga um outro Tiradentes “até hoje quasi desconhecido no setor da segurança pública, no qual se notabilizou como soldado da lei e mantenedor da ordem”.

Grande parte do discurso dedicou-a o advogado da Light em descrever “a temeraria atividade policial do Alferes Xavier”.



ESTA' CERTO — Na Constituinte, a proposito das comemorações de Tiradentes, o deputado comunista Caires de Brito disse o seguinte:

“Joaquim José da Silva Xavier foi, realmente, um herói, porque, em plenas trevas do Brasil-Colônia, sob o peso da exploração portuguesa, vivendo numa das Capitánias mais ricas e, por isso mesmo, mais agitadas pelas idéias novas, vendo diariamente esvair-se o nosso país, nas levas e mais levas do nosso ouro que, na côrte de Portugal, iria sustentar um reino decadente, por que, repito, soube ver a marcha que o mundo seguia no caminho do progresso, da Democracia. Muito cedo, ainda, para o seu tempo, levantou a bandeira sagrada, naquela época ilegal, da República, tornando-se, por isso, hoje, quando a República é nosso regime, um herói da Pátria.

A Tiradentes, efetivamente, devemos a homenagem de um dos maiores vultos nacionais. Ele soube ser um homem que não tentou freiar a marcha da História. Assim como nós, do Partido Comunista, desejamos, hoje, para nossa Pátria, uma democracia cada vez mais aperfeiçoada, compatível com as necessidades de nosso povo, Tiradentes, á sua época, quando não passávamos de uma Colônia que sofria para garantir o Império decadente, colocou-se na vanguarda dos que lutavam pela República. Considerado, então, pelos reacionários, como traidor do regime e inimigo da Pátria, sabendo que o simples pronunciamento da palavra "República" significava prisão, degrêdo ou enforcamento, Tiradentes lutou heroicamente contra a incompreensão dos que não atinavam com a marcha dos povos. Entusiasmado pela revolução americana, pelos enciclopedistas franceses e pelas idéias novas daqueles que na América do Nortê souberam colonizá-la de acôrdo com os principios da revolução burguesa, Tiradentes sonhou para nossa Pátria, muito antes do tempo, com o ideal republicano. Patriota, que via um novo caminho a trilhar, infelizmente não foi compreendido por certos homens que, embora também patriotas, não atinavam com a verdade republicana. Apoiado pelo seu povo, sustentado pela massa que na sua Capitania sofria as consequências de um brutal domínio colonial, como hoje sofremos as consequências de um domínio que se faz por métodos mais aperfeiçoados e mais dissimulados, como sejam os do imperialismo, Tiradentes não mediu sacrifícios e, falando a voz da verdade, enfrentou os carrascos, serenamente; marchou para a fôrca certo de que aquilo com que sonhara iria acontecer inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, no Brasil.

● ●

ESTA ERRADO — "No mundo, existem diferentes forças que atuam dirigindo-se uma contra as outras. Só em casos excepcionais se equilibram.

Quando isso ocorre, teremos um estado de equilíbrio, dir-se-á, seu conflito real permanece oculto. Basta, porém, alterar uma dessas forças para que, imediatamente, se manifestem as contradições internas, se rompa o equilíbrio, e, se este se estabelece, terá que ser sobre novas bases, isto é, com outra combinação de forças, etc. Que se deduz disso? Deduz-se que o "conflito de contrários", o antagonismo das forças di-

ferentemente dirigidas, é o que, em verdade, condiciona o movimento". (Burrárin — "A Teoria do Materialismo Histórico").

●

● ●

ESTA' CERTO — De acôrdo com a tese acima, evidentemente mecanicista, "existem forças independentes umas de outras, que atuam uma sobre outras. E' esse choque externo das forças distintamente dirigidas o que determina o movimento. Enquanto Lênin exige conhecer, em primeiro lugar, as contradições internas de um processo, para encontrar a origem de sua auto-dinamica, Burrárin só exige a determinação das forças exteriores, que se entrechocam. Lênin fala da divisão da unidade, exige o descobrimento da identidade interior dos contrários, o estabelecimento do caráter concreto das conexões dos aspectos contrários e suas transições. Na sua tese, Burrárin só exige a simples determinação das forças independentes. Explica mecanicamente a lei da unidade de contrários, porque parte da mecanica, de uma simples coalisão de forças, independentes umas das outras, como "modelo" geral imaginario capaz de explicar cada fenomeno. Semelhante redução de um processo interno a um conflito de forças independentes conduz, inevitavelmente, a procurar a causa da mudança fora do processo, na ação do meio". (Chirokov).

● ●

ESTA' ERRADO — Condenarem-se os acordos ou alianças temporarias dos comunistas com os democratas burgueses progressistas e exigir-se uma atitude permanente de franca hostilidade para com eles.

* * *

ESTA' CERTO — Em Que fazer?, Lênin disse: "Pode ter medo de alianças temporárias, ainda que seja com gente insegura, unicamente aquele que tiver pouca confiança em si mesmo, e nenhum partido político poderia existir sem essas alianças. Muito bem. A aliança com os marxistas legais foi uma espécie de primeira aliança verdadeiramente política, concertada pela social-democracia russa. Graças a esta aliança, foi conseguido o triunfo, assombrosamente rápido,

contra o populismo, assim como a enorme difusão das idéias do marxismo (se bem que em forma vulgarizada)".

● ●

ESTA' ERRADO — O padre Arlindo Vieira, conhecido fascista, monotonamente repete a sua já desmoralizada afirmação de que, no comunismo, as mulheres pertencem a todos e os filhos ao Estado, isto é, que há a "socialização" das mulheres.

●

ESTA' CERTO — Marx e Engels respondem a êsses inefaveis acusadores da seguinte forma: "Mas, pretendeis vós, comunistas, instituir a socialização das mulheres! — grita em côro, contra nós, tôda a burguesia.

O burguês vê na sua mulher um simples instrumento de produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum e logo imagina, naturalmente, que as mulheres partilharão da sorte comum da socialização.

Ele não conjectura que se trata precisamente de arrancar a mulher de seu atual papel de simples meio de produção.

Nada mais ridículo, de resto, que êsse temor ultra-moral de nossos burgueses diante da pretensa socialização oficial de mulheres, entre os comunistas. Os comunistas não têm necessidade de instituir a socialização das mulheres; ela quasi sempre existiu.

Nossos burgueses, não contentes de ter à sua disposição as mulheres e as filhas de seus proletários — sem falar na prostituição oficial, — sentem prazer inigualável em se cornearem reciprocamente.

O casamento burguês é, na realidade, a socialização das mulheres casadas. Quando muito, poder-se-ia acusar os comunistas de quererem substituir uma comunidade de mulheres hipòcritamente dissimulada por outra oficial e francamente declarada. Está claro que, desde que se realize a supressão das condições atuais da produção, desaparecerá igualmente a socialização das mulheres que dela decorre, quer dizer, a prostituição oficial e não oficial.

Pequeno Dicionário Marxista

Publicaremos nesta secção esboços de verbetes, que, desenvolvidos futuramente, figurarão no Dicionário-Enciclopédico de Estudos Sociais, ainda em organização. Convidamos quantos se interessarem em contribuir para essa obra, graciosa ou remuneradamente, a procurar-nos

AUSENTISMO — Também chamado ausentismo refere-se particularmente à ausencia dos proprietários rurais que não tratam pessoalmente de suas terras e se limitam a perceber as rendas. Alheios à administração, entregam-na a intermediários, empreiteiros, rendeiros ou feitores. Em quasi todos os países, os proprietários absenteeistas são objeto de impostos especiais sobre a renda e sobre as transmissões de "herança". No Brasil, ao lado das terras incultas dos latifúndios, em muitos dos quais residem seus proprietários e famílias, em completo atrazo, já existem, em grande numero, as fazendas dos absenteeistas, nas principais zonas economicas, as mais ricas, como as do café, do algodão, da cana do açúcar, do cacau, etc., capazes de produzir o suficiente para garantir uma vida de luxo aos proprietários, embora a miséria em que vegetam os trabalhadores, presos a contratos de trabalho semi-feudais, na mór parte das vezes.

ABSTRAÇÃO CIENTIFICA — Em determinado grupo de fenomenos, separação racional que se faz entre os seus caracteres essenciais e os menos importantes (secundários). Assim, "palavras como *materia* e *movimento* são simples abstrações por meio das quais resumimos, de acordo com as suas propriedades gerais, diversas coi-

sas percebidas pelos nossos sentidos". (Engels). A abstração científica nos faculty uma representação mais completa e profunda das realidades do que a obtida por meio das sensações diretas. A observação direta, por exemplo, pode dar-nos a impressão de que os preços das mercadorias, no mercado capitalista, são determinados pela chamada *lei da oferta e da procura*. Na realidade, porém, os preços se condicionam à quantidade de trabalho socialmente necessário à produção das referidas mercadorias ou, melhor, pelo *valor*. Essa noção de valor, que Marx deduziu em consequencia de uma abstração científica, reflete, profunda e fielmente, as verdadeiras relações sociais que se verificam na produção de mercadorias. "... Na análise das formas economicas, não é possível nos servirmos do microscopio ou dos reativos quimicos; um e outro devem ser substituídos pela força da abstração". — (Marx — *O Capital*).

ACTION FRANÇAISE — Grupo politico francês da extrema direita, monarquista. Nasceu em 1898 e, durante o processo Dreyfus, reuniu-se em torno ao jornal "Action Française". Tornou-se famoso pelas provocações, desordens, que provocou. Formou-se também um grupo de jovens que protegia os membros da Action

Française nas suas arruaças e esse grupo tomou o nome de "Camelots du Roi". O líder intelectual desse movimento foi Charles Maurras, escritor francês, e o líder político, Leon Daudet. Esse último exerceu grande influência sobre outras correntes políticas, desde a sielista até às fascistas. A doutrina formulada por Maurras (que entrou para a Academia Francesa em 1939) era baseada em três princípios: nacionalismo integral, o uso da força (*coup de force*) e o dogma de que a ordem é mais importante que a liberdade. A "Action Française" reclama a restauração da monarquia sob a família Bourbon-Orleans, a cujo chefe reconhece como rei legítimo (na atualidade o duque de Guise). Propugna a restauração do Estado francês, de acordo com os princípios da antiga monarquia, inclusive o regionalismo (descentralização administrativa e autonomia provincial) e uma posição privilegiada para a Igreja. É partidária do Estado corporativo, com sindicatos de classes sociais e grupos profissionais, substituindo o Parlamento de tipo individualista por uma Câmara de caráter sindical. É também, igual aos seus congeneres alemães, anti-semita. Os componentes da "Action Française" forneceram os colaboracionistas mais decididos durante a ocupação da França pela Alemanha. Preferiram colaborar com o invasor a permitir que houvesse liberdade na sua terra. O seu principal líder, Charles Maurras, foi expulso da Academia Francesa, não tendo ainda sido ocupada a sua cadeira, por falta de pretendentes.

ADAPTAÇÃO — Processo biológico que consiste no maior ou menor ajustamento do organismo vivo ao meio que o cerca. Estuda-se todas as formas de adaptação, desde aquelas que envolvem modificações externas ou

internas do organismo vivo, afim de garantir a sua sobrevivência e perpetuação, até as formas superiores de adaptação pelas quais os animais influem sobre as condições do meio. Duas são as principais teorias biológicas evolucionistas que procuram explicar a adaptação: a de Lamarck, que baseia o processo da adaptação na existência de princípios internos em cada ser, que o levam a transformar-se, a perpetuar-se, e a de Darwin, que descobre o princípio da sobrevivência através da luta, pois só subsistem as variedades de espécies mais adaptadas às condições do ambiente.

AGRESSÃO — Um termo muito usado durante os últimos anos, em relação aos países "agressores" e às guerras de "agressão", referindo-se particularmente à Alemanha, Itália e Japão. A palavra foi empregada oficialmente, pela primeira vez, no Tratado de Versaillies, no qual se fala na "agressão da Alemanha", sendo incorporada ao Pacto da Liga das Nações, cujos membros se comprometeram a "respeitar e a manter, contra qualquer agressão externa, a integridade territorial e a independência política presente de todos os membros". Uma definição precisa de "agressão" foi dificilmente estabelecida, pois todo o agressor negava evidentemente a sua intenção agressiva, declarando que agia somente em defesa própria contra um ataque realizado ou preparado, ou em favor do direito, da ordem ou da civilização. No Pacto de Auxílio Mutuo e no Protocolo de Genebra, de 1924, tentou-se basear a definição de país agressor na negativa de aceitar o arbitramento. Mas a Liga das Nações não teve forças suficientes para evitar as guerras de agressão e, com exceção da União Soviética, que de facto tinha interesse em defender os pequenos paí-

ses agredidos, os outros membros dessa Liga traíram seus objetivos, quer no caso da agressão da Mandchuria pelo Japão, como no da Abissínia pela Itália, da Espanha republicana pelas tropas alemãs e italianas, etc. Por não se ter colocado contra as agressões, em defesa dos povos oprimidos, a Liga das Nações perdeu a razão de ser. A única voz coerente que nela se levantou, antes da guerra mundial II, foi a de Litvinof, representante da URSS, em defesa da Espanha, da Mandchuria e da Abissínia. Não tendo reagido, a Assembléia da L. D. N. consagrou a sua própria morte.

AKSÁKOV (I. S.) — (1823-1886). Eslavófilo, publicista. Defendeu, nos anos de 1850-1870, um programa liberal moderado (liberdade de imprensa, abolição dos privilégios da nobreza). Pôs a descoberto imperfeições da administração. Os jornais por ele publicados (de 1856 a 1857) "Parus" (A Vela), "Dien" (O Dia) e "Moskvá" (Moscou), foram expostos, varias vezes, às perseguições da censura. Depois da insurreição da Polónia, defendeu uma política rigidamente nacionalista em relação a esta e aos outros territórios da fronteira; de 1870 em diante, foi o lutador mais notório da missão eslávica da Rússia tsarista nos Balcans. Por causa de um discurso, em 1878, que continha uma crítica acerba à "fraqueza" de Alexandre II, no Congresso de Berlim, e que reclamava expansão maior ainda da Rússia na Península Balcânica, Aksákov foi desterrado de Moscou. Defendeu, mais que tudo, os interesses dos latifundiários, que se achavam no caminho da evolução capitalista. Se bem que, de varios modos, se haja colocado em oposição ao aparelhamento burocrático da monarquia tsarista, foi

sempre, no entanto, monarquista e adversário do parlamentarismo democrático europeu. Os artigos de Aksákov apareceram em sete volumes (1886); sua "correspondência", em três.

ALEXÉIEV (P. A.) (1849-1891). Revolucionário famoso nos anos de 1870-1880. Tecelão de profissão. Dos 16 aos 17 anos, aprendeu, autodidaticamente, a ler e a escrever. Juntau-se, muito cedo, a um círculo de propaganda, o dos nacionalistas de Moscou (Bardina, Sdanovitch e outros) e começou a trabalhar ativamente pelo socialismo, entre os operários. Enarcerado; depois de dois anos de prisão, compareceu, em 1877, junto com outros membros do círculo, perante um tribunal instituído pelo Senado ("processo dos 50"). Diante dos juizes, recusou defensor e descreveu, num discurso que ficou celebre, a situação horrível em que vivia, então, a classe operária; nesse discurso, profetizou a queda inevitável do absolutismo. Foi condenado a 10 anos de prisão e, uma vez cumprida essa pena, desterrado para o território de Iakuten, onde veio a ser assassinado, em 1891, por salteadores do lugar. O discurso de Alexéiev foi publicado diversas vezes.

ALIANÇA ANGL O-SOVIETICO (Tratado de) — Em 26 de maio de 1942, a Inglaterra e a União Soviética assinaram um tratado para confirmar os pontos estabelecidos no acordo realizado em 12 de junho de 1941. O tratado consta de oito artigos. No primeiro declara-se que as partes contratantes se comprometem a auxiliar-se militarmente na sua guerra contra a Alemanha nazista e contra todos os Estados que se aliarem a ela. No segundo artigo, obrigam-se a não entrar em negociações com o go-

verno hitlerista ou qualquer outro governo alemão que não renuncie claramente a toda a intenção de agressão e a não negociar paz ou armistício em separado. No artigo terceiro, a Inglaterra e a União Soviética declaram o seu desejo de unir-se aos outros Estados para uma ação comum a fim de preservar a paz e resistir a toda a agressão no período de post-guerra. No artigo quarto é estabelecido que, em caso de agressão por parte da Alemanha, no período de post-guerra, dirigida contra uma das signatárias, a outra parte prestar-lhe-á todo o auxílio militar e de qualquer espécie. No artigo quinto as potências signatárias concordam em trabalhar juntas em estreita e amistosa colaboração, depois do restabelecimento da paz, para a organização da segurança e da prosperidade econômica da Europa, inspirando-se nos dois princípios, o de não procurar favorecer o seu próprio engrandecimento territorial e o de não intervir nos assuntos internos de outros Estados. No artigo sexto e sétimo as partes contratantes se comprometem a prestar-se mutuamente todo o auxílio econômico depois da guerra e a não entrar em aliança nem participar de qualquer coalisão dirigida contra a outra. O tratado divide-se em duas partes. A primeira (que compreende os dois primeiros artigos) vigorará até o restabelecimento da paz entre as potências signatárias e a Alemanha e os países a ela associados na Europa. A segunda parte, isto é, o restante do tratado, vigorará por um período de 20 anos.

ANTINOMIA — Contradição entre duas leis, entre duas disposições de uma mesma lei. Sistema de duas proposições contraditórias; oposição de duas ideias, de dois conceitos, de dois fenômenos. A antinomia que para

Kant representava a negação da metafísica, tornou-se para Hegel o instrumento por excelência da razão e das leis universais das coisas.

APRISMO — É a doutrina do partido político peruano, fundado por Vitor Raul Haya de la Torre, cujas iniciais são A. P. R. A. (Aliança Popular Revolucionaria Americana). O programa dessa organização é de caráter coletivista. Tem aspirações a se tornar um movimento de amplitude internacional, abarcando toda a America Latina. Trata-se de um movimento "sui generis". Segundo Haya de la Torre, o eixo de toda a regeneração social é a luta contra o capitalista estrangeiro, o imperialismo. Este é o factor que mantém o atraso econômico e cultural, que sustenta a organização feudal, as ditaduras militares; que impede a educação popular, a liberdade econômica e a independência nacional. O aprismo é partidário da criação da pequena propriedade e de um capitalismo de Estado, com tendência a coletivizar tudo o que seja possível e necessário. Educação intensiva para construir as bases de uma política nacional estável. Libertação do índio da semi-escravidão em que se encontra. Imposição de novas leis de trabalho. A sua meta final é o coletivismo. Tais são os aspectos teóricos do movimento. Praticamente, tornou-se a *Apra* tendenciosa em seu anti-imperialismo, tendo feito alianças suspeitas com capitalistas estrangeiros. Além disso, apesar de se dizer socialista, *Apra* lutou e ainda luta contra os movimentos sociais do Perú. Com dificuldades, foi estabelecida uma frente única entre os apristas e as demais correntes revolucionárias peruanas.

ARDITI — Palavra italiana que quer dizer audazes, ousados, atrevidos.

Eram assim chamados os indivíduos que, na primeira guerra mundial, tomavam parte nos "reparti d'assalto" do exercito italiano, criados pelo coronel Giuseppe Alberto Bassi, entre os voluntários procedentes de diversas armas. Sua tarefa limitava-se aos ataques de surpresa, sendo extremamente perigosa, pois deviam ser os primeiros a sair da trincheira para lançar-se ao assalto, armados de bombas de mão e punhais. Durante a guerra, foram aceitos entre os *arditi* homens de antecedentes duvidosos e condenados que queriam "regenerar-se" por suas ações belicas. Finalizada a guerra, os *arditi* constituíram o primeiro núcleo da organização militar do fascismo, e foram a primeira guarda pessoal de Mussolini. As primeiras milícias fascistas eram formadas por todo o gênero de aventureiros, entre eles os *arditi*, que preferiam por-se ao serviço das classes agrárias e dos contra-revolucionários do país, a troco de um pequeno soldo, do que reintegrar-se na vida civil, depois da desmobilização.

ARIANOS — Nome que se dá aos antecessores da família indo-europeia ou ariana. O termo procede da linguística e aplica-se erroneamente ao campo das questões raciais e nacionais. A palavra *ariano* provém do sanscrito, sendo o nome de um povo guerreiro do norte da Índia e consta de escritos indús de 3.000 anos A. C. A palavra significa *senhor*. Em filologia chamava-se ariano a um grupo de idiomas indús. Um cientista alemão, Friedrich Max Müller, que viveu em Oxford desde 1848 até a sua morte, concebeu, em 1900, a teoria de que os arianos mitológicos, não só eram os homens que falavam a língua indo-europeia da qual derivam todas as línguas dessa família, como também constituíam uma raça ariana. Os es-

critores românticos e nacionalistas da Alemanha e também da Inglaterra, apoderaram-se da ideia. Chegou-se a proclamar que todos os que falavam a língua indo-europeia eram descendentes da raça "ariana", à qual eram atribuídas qualidades extraordinárias. Mais tarde, ficou demonstrado, indubitavelmente, que o grupo de idiomas indo-persas, o grupo "ariano" no sentido filológico, não é o idioma indo-europeu mais antigo ou primitivo. Müller reconheceu o seu erro nos últimos anos de sua existência e escreveu uma obra para refutar a sua antiga teoria. Insistiu que "ariano" era só um termo filológico e que não tinha relação alguma com o sangue, ossos, cabelo, ou cranio. Os povos europeus são uma mescla de várias raças, e nenhuma delas tem nada a ver com os indús de há mais de 5.000 anos. Mas o mito da "raça ariana" tem sido muitas vezes utilizado pelos racistas e, na Alemanha, constituiu a arma principal do *anti-semitismo*. "Ariano" chegou a significar apenas o não-judeu. Na Alemanha, esse disparate etnológico foi usado como argumento para a campanha anti-semita, brutal e feroz, que lá se desenvolveu durante os anos da dominação do nazismo.

ARISTOCRACIA OPERARIA — É o nome dado à camada do proletariado que, por ter altos salários e adquirir razoável nível de vida, se coloca contra os interesses dos seus companheiros — proletariado em geral — e a favor do capitalismo, defendendo a conservação do regime econômico capitalista. "Essa camada de operários aburguesados — dizia Lênin — ou "aristocracia operária", completamente pequeno-burguesa pela sua maneira de viver, pelo volume dos seus salários e por sua mentalidade, é o apoio principal da Segunda Internacio-

nal, e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Pois esses são os verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, os lugartenentes operários da classe capitalista, os verdadeiros porta-vozes do reformismo e do chovinismo" (Lenin — *O imperialismo, última etapa do capitalismo*). A aristocracia operária é muito desenvolvida nos países imperialistas, porque os capitalismo racional lhes fazem cada vez concessões maiores, a custa de uma exploração mais cruel e desumana dos povos coloniais e semi-coloniais. "A derrota do cartismo e sua subsequente substituição na Inglaterra pelo sindicalismo reformista burguês, explicam-se pelas transformações sofridas pelo proletariado inglês. O monopólio da indústria inglesa no mercado mundial permitiu à burguesia inglesa melhorar a situação das camadas superiores, qualificadas, da classe operária. Os salários dos operários qualificados nas profissões mais importantes aumentaram consideravelmente com relação à quarta década. Assim por exemplo, em 1850, o operário recebia 18 shillings semanais, em 1860, 20 shillings; em 1865, 30 shillings; os salários dos tecelões subiram de 13 a 16 shillings. Os carpinteiros ganhavam em 1840, 20 shillings; em 1860, ganhavam já 25 shillings e os primeiros começaram a receber 17 shillings em lugar de 15,5. Os moldureiros recebiam em 1845, 22,5 shillings por semana e de 1855 passaram a 28. Este setor qualificado do operário não podia sentir-se melhor quanto a suas necessidades em alimentos, vestuário e habitação. Estava convertendo-se numa espécie de aristocracia do trabalho, com relação aos operários não qualificados, precariamente remunerados. A aristocracia do trabalho já estava saturada de sentimentos burgueses. Um dos

antigos cartistas descreve assim a transformação nos sentimentos destes operários. "Em nossos velhos tempos cartistas, milhares de operários de Lancashire andavam em farrapos e muitos deles passavam fome com frequência. Mas sua inteligência se tornava presente em toda parte. Podia ver-se formando grupos que discutiam a grande doutrina da justiça política, de como todo adulto de espírito são deveria fazer-se ouvir na eleição daqueles que formulavam as leis, as quais deveriam ser submetidas ao povo, ou melhor, eram vistos envolvidos numa seria discussão sobre as doutrinas socialistas. Agora não existe desses grupos em Lancashire. Vêm-se operários bem vestidos, caminhando com as mãos nos bolsos e falando sobre suas cooperativas e suas participações nelas ou na formação das associações". Os sindicatos onde entravam exclusivamente os operários qualificados travavam lutas econômicas pelas necessidades diárias dos trabalhadores sem apresentar o problema do propósito final: a destruição do capitalismo. Ao observar a derrota do cartismo, Marx e Engels a explicavam pela divisão da classe operária, a oposição da aristocracia do trabalho, "subornada" pela burguesia às custas de seus lucros excessivos. Em 1858, Engels escreveu a Marx: "O proletariado inglês se aburguesou cada vez mais, de modo que a mais burguesa de todas as nações deseja aparentemente em última análise ter, ao lado da burguesia, a aristocracia burguesa e o proletariado aburguesado... para uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, na realidade até certo ponto natural". Engels, certamente, falava aqui não da grande massa do proletariado inglês, mas exclusivamente de sua camada superior. Em *O Capital*, Marx deu uma descrição clara da desesperada miséria do setor dos operários mal pa-

gos, na mesma Inglaterra, durante as décadas de cinquenta e sessenta, época de ressurgimento industrial. Esta massa empobrecida de operários não qualificadas, estava desorganizada e ingressou no movimento revolucionário num período muito posterior". (Efimov — *Hist. Ep. Cap. Ind.*, pags. 231-2 — Vitoria).

ASILO (Direito de) — O direito de asilo era antigamente empregado para a proteção de presos por delitos comuns, que eram considerados a salvo quando conseguiam penetrar no recinto marcado para esse fim. Nos tempos da Idade Média, eram as Igrejas consideradas invioláveis pelos esbirros, e abrigavam constantemente os foragidos. Hoje, o direito de asilo é aplicado somente nos casos de crimes políticos e os homens perseguidos pelos seus Estados, por defenderem ideias que se chocam com a sua política dominante, procuram abrigar-se nos países onde exista liberdade de pensamento ou nas embaixadas estrangeiras que gozam da *extra-territorialidade*. Se bem que o direito de asilo não exista oficialmente na Europa, na América ele foi regularizado pelas Convenções de Havana, em 1928, e de Montevideo, em 1933, segundo as quais "não é lícito aos Estados signatários dar asilo em Legações, navios de guerra, acampamentos ou aeródromos militares aos acusados de delitos comuns que estiverem sendo processados na forma da lei ou que tiverem sido condenados por tribunais ordinários, assim como aos desertores de terra ou mar". Essas pessoas, caso se refugiarem nos lugares citados, deverão ser entregues logo que o requeira o governo interessado. A qualificação de crime político corresponde ao Estado que dá o asilo. O asilo diplomático não está sujeito à reciprocidade, sem prejuízo das obrigações que tenha con-

traído nesta matéria o Estado a que pertence o asilado. Com o ascenso do fascismo, durante os anos de 1934 a 1940, milhares de pessoas, cuja tendência era anti-totalitária e para isso lutavam com todas as suas forças, tiveram de recorrer ao direito de asilo em embaixadas ou em países, cujas leis permitiam o exercício das liberdades fundamentais.

ASSOCIAÇÃO DE OURIVES DE PARIS — Foi a primeira associação operária francesa, fundada pelos *bu-chezianos*, em 1832.

ASSOCIAÇÃO DE POLITICA SOCIAL — Fundada por O. Shmöller, em 1873, para propagar a ideia então nova da intervenção do governo nas lutas entre o capital e o trabalho.

BALANÇA COMERCIAL — É a comparação entre o volume ou o valor das importações com o volume ou o valor das exportações de um determinado país ou entre dois ou mais países que mantenham comércio. *Saldo credor* em balança comercial é o excedente das exportações sobre as importações, e *saldo devedor*, vice-versa. Vide, para maiores esclarecimentos, *Moeda de crédito e papel moeda*.

BALFOUR — (Declaração) — Por Declaração Balfour se compreende uma carta escrita por Arthur Balfour, quando secretário do Foreign Office, a Lord Rothschild, presidente da Federação Sionista Britânica, na qual prometia o estabelecimento de um lar nacional para os judeus na Palestina. A carta, datada de 2 de novembro de 1917, dizia: "O governo de Sua Majestade mostra-se favorável ao estabelecimento de um lar para o povo judeu na Palestina, e empregará os seus melhores esforços em facilitar a realização desse objetivo, ficando bem

entendido que nada se fará que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das coletividades não judaicas que existem na Palestina ou os direitos e o estatuto politico que gozam os judeus em qualquer outro país”.

Este documento é a pedra angular da politica sionista na Palestina.

BERDIÁIEV (N. A.) — (nascido em 1874). Publicista e filosofo, que evoluiu do marxismo para o idealismo e, depois, para o misticismo. Uma das etapas dessa evolução ficou marcada com o seu livro “Subjetivismo e individualismo na filosofia social” (1901), no qual se concilia a deformação bernsteiniana do marxismo com a filosofia de Kant. Durante a primeira revolução, trabalhou no partido dos democratas-constitucionais (Kadetes). Depois da derrota da insurreição terminou a sua evolução mediante reconciliação completa com a igreja ortodoxa; depois da Revolução de Outubro, apresentou-se como apologista da escolastica medieval, isto é, da volta a uma “nova Idade Media”, unica salvação contra o que chamava de comunismo ameaçador.

BÍLOIE — (O Passado) — Periodico historico dedicado, principalmente, à historia das nacionalidades e dos movimentos sociais passados (dekabristas, grupo petrashevskistas e outros). O periodico apareceu, de inicio, em Genebra, sob a direção de W. Burtzev; depois, sob a direção de W. Burtzev, W. J. Bogutcharski e P. J. Schtchegoliov, na Russia (de 1908 em diante, o periodico apareceu com o titulo *Minuicheie Godú* (Anos Passados).

BOICOTE — A palavra inglesa *boycott* refere-se ao rompimento de relações, ao afastamento, à condenação,

etc., e é particularmente aplicado ao combate às empresas que estão em luta com os seus operarios. Os produtos dessas empresas são *boicotados*, ou seja, deixam de ser vendidos por falta de comprador. Tambem são, às vezes, boicotados os produtos dos países onde prevalecem governos autoritarios, reacionarios e contrarios às reivindicações operarias. Causas politicas e morais tambem podem determinar boicotes. Em 1945, nos Estados Unidos, as associações democraticas e operarias levantaram grande campanha de boicote contra os jornais isolacionistas, muitos dos quais se viram forçados a fechar. A palavra boicote foi retirada do nome de um cidadão inglês. Esse senhor Boycott foi hostilizado, combatido, isolado de qualquer relação social, na cidade de Mayo (Irlanda) onde exercia as suas funções de fiscal do governo inglês. Tornou-se um simbolo de desprezo publico e a palavra passou a exprimir o proprio fenomeno do combate pelo isolamento, pelo cerco, hostilidade, etc.

BOOM — Vocabulo inglês que se tornou universal nos meios economicos e que significa prosperidade, ou melhor, uma tendencia muito rapida e acentuada para o incentivo economico e para a elevação dos preços. Um periodo de *boom* caracteriza-se pelo mercado movimentado, pelos bons negocios. Os preços são compensadores para os fabricantes. E' a estabilidade e a aparencia de normalidade, no regime capitalista.

C. I. F. — E' a modalidade de encomenda comercial representada pela expressão inglesa *cash, insurance, freight* (carga, seguros e frete), utilizada em todo o mundo para significar que uma encomenda é levada ao destinatario até o porto do destino, livre de qualquer despesa, ficando a

carga do destinatario apenas retirá-la do armazem do porto. Esse sistema torna mais seguro para o destinatario a compra nos mercados internacionais. O sistema FOB é o contrario de CIF.

CADERNOS FILOSOFICOS — Cadernos de Lênin sobre filosofia, publicados nas coleções IX e XII de suas obras. Os “Cadernos Filosoficos” de Lênin são resumos das obras dos maiores filosofos (Aristoteles, Hegel, Feuerbach e outros). Os “Cadernos Filosoficos” correspondem ao periodo de 1914 a 1916. Seu tema central é constituído pela questão da dialética. Possuem significação especial os resumos de Lênin sobre o livro de Hegel “A Ciencia da Logica”, constituindo um modelo classico da reelaboração materialista da dialética hegeliana. Enorme interesse oferece, nos “Cadernos Filosoficos” o fragmento de Lênin sobre “Questões da Dialética”. Nesse fragmento, são por ele esclarecidos, de forma sucinta, as afirmações fundamentais da dialética marxista.

CAGOULDARDS (C. S. A. R.) — Organização francesa reacionaria, secreta, que teve um papel relevante senão o principal no desastre francês de 1940. Os *Cagouldards* (encapuçados) mantinham contato com os alemães, dos quais recebiam fundos e orientação para solapar, na França, as conquistas da classe operaria. Esse grupo de fascistas, que estava a serviço de uma nação estrangeira, que visava se apoderar do governo de seu país, foram de grande auxilio para a formação da quinta-coluna na França. Eram orientados por Otto Abetz, “delegado especial” do ministro das Relações Exteriores do Reich, von Ribbentrop e, mais tarde, depois do armistício, representante de Hitler no

governo de Vichy. Os *Cagouldards* eram presididos por oficiais do exercito francês de alta patente: comandantes, coroneis e mesmo generais. Uma das figuras mais em evidencia era o general Dusseigneur. O movimento dos *Cagouldards* foi organizado por iniciativa do *Département Bureau* (o departamento do exercito encarregado da espionagem e contra-espionagem), em 1936, logo após a victoria da Frente Popular nas eleições. A partir dessa data começaram as suas atividades clandestinas, cometendo uma serie de atentados terroristas. Foram assassinados os irmãos Rosselli, dois italianos anti-fascistas. Colocaram algumas bombas em diversos edificios de Paris. Tentaram tambem sequestrar um submarino republicano espanhol em Brest. Faziam tudo para criar um ambiente de desconfiança e agitação, para desmoralizar a Frente Popular, enfraquecer os partidos operários, enfim, todas as táticas usadas pelos fascistas em todo o mundo. O ministro socialista Max Dormoy denunciou as suas manobras — mais tarde, quando a Alemanha tomou a França e os *cagouldards*, na sua função de colaboracionistas, ajudavam os dominadores a massacrar todos os antifascistas franceses, ele foi condenado à morte — prendendo alguns dos dirigentes dos *cagouldards*. Mas isso não foi suficiente para arrasar a quinta-coluna, pois o governo vacilante dos socialistas, sempre disposto a fazer concessões à burguesia, mesmo à custa da classe operaria, foi caminhando cada vez mais para a direita, até cair nas mãos de Daladier, que soltou todos os *Cagouldards*, assim que foi declarada a guerra contra a Alemanha. Em seu lugar foram presos os comunistas, pois o governo reacionario julgava que era melhor ser dominado pela Alemanha, nazista como

eles, do que aceitar a orientação democrática dos partidos proletários, especialmente o Partido Comunista.

CALABAR (Domingos Fernandes) — Guerrilheiro brasileiro, mais tarde oficial do exército holandês, nasceu, na opinião geral, na vila de Porto Calvo; outros dizem que em Olinda, onde asseveram que se batizara. Pobre; era mestiço, de cor parda. De 1630 a 1632 fez parte de uma companhia de emboscadas na guerra com os holandeses, que não avançaram um passo para fora de Olinda e do Recife, e foram sempre rechassados com estereis e grandes sacrifícios. Mas a 20 de abril de 1632, Calabar prefere tomar posto nas falanges holandesas, e a sorte da guerra imediatamente muda em desfavor dos portugueses. Dez dias depois de abandonar as fileiras lusas, Calabar leva os holandeses a Iguarassú, cuja vila é saqueada, e seus habitantes mortos, ou prisioneiros; em janeiro de 1633, dirige a tomada do forte do Rio Formoso; em junho do mesmo ano leva os holandeses à vitória em Itamaracá; em dezembro do mesmo, guia Ceulen a conquista do forte dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte; em março de 1632, vinga a derrota sofrida em fevereiro o general Segismundo, que, assessorado por ele no comando, ataca e toma os portos de Cabo de Santo Agostinho. Além dessas empresas de êxito feliz, Calabar, como oficial do exército holandês, distingue-se em muitas ações de que é conselheiro e diretor, e desde 1632 desnortheia ou amesquinha as companhias de emboscada lusitanas, organizando e ensinando as companhias de emboscada holandesas. A fortuna da guerra obedeceu ao gênio de Calabar. Em 1635 foi Calabar, já então major do exército holandês, derrotado e preso em

Porto Calvo, sendo enforcado alguns dias depois.

CAMARA DOS COMUNS — É a Câmara Baixa do Parlamento Inglês e virtualmente a única que governa desde que o veto dos Lords foi abolido praticamente, em 1911. A Câmara dos Comuns é formada por 615 membros eleitos por sufrágio universal em collegios unipessoais. A Inglaterra tem 492 membros; Gales, 36; Escócia, 74; e Irlanda do Norte, 13. Os 92 membros da Irlanda do Sul retiraram-se quando a sua autonomia foi reconhecida em 6 de dezembro de 1921. A Câmara dos Comuns é eleita por um período máximo de 5 anos, mas pode ser dissolvida antes de findar esse prazo. Os membros da Câmara (cujas iniciais são M. P., Membros Parlamentares) percebem um total de 600 libras por ano. O Presidente da Câmara dos Comuns tem o nome de "Speaker".

CAMARA DOS LORDS — A Câmara Alta do Parlamento britânico, composta de Lords Espirituais e Lords Temporais. Os cargos são hereditários. O número de membros da Câmara alcança cerca de 740. Antigamente, a Câmara dos Lords tinha o poder de vetar os projetos aprovados pela Câmara dos Comuns. Mas este direito foi restringido pelo Parliament Act de 1911. A Câmara dos Lords é presidida pelo Lord Chancellor, membro do governo. Em 1924 foram criados pela primeira vez os "Lords Trabalhistas". Três ministros do gabinete devem ser Lords. A história política da Inglaterra caminha cada vez mais no sentido de aumentar gradualmente os direitos dos Comuns, e restringir o poder dos Lords, refletindo a crescente força da classe burguesa das cidades que substi-

tui cada vez mais a aristocracia feudal, e, depois da extensão do direito de voto a toda a população, refletindo a influência do proletariado industrial, representado pelo Partido Trabalhista, pelo Partido Comunista e demais organizações políticas do proletariado.

CAMORRA — Era uma sociedade secreta, no sentido de que os associados juravam guardar o segredo das suas resoluções, mas não raro a sua ação era exercida quasi publicamente. Era uma sociedade em participação para a exploração dos incautos, e inspirava um tal terror nos últimos tempos da monarquia dos Bourbons, que podia cobrar, sem encontrar resistência, taxas em todos os mercados, a propósito de todas as transações. Os seus agentes de percepção estavam em toda a parte, e as somas recebidas eram centralizadas na caixa da Camorra, distribuindo-se regularmente o pecúlio e mesmo pagando-se pensões as mulheres e aos filhos dos camorristas mortos ao serviço da associação. A repressão era rara e difícil, e tanto mais que a ação da justiça era entravada por todas as espécies de cumplicidade. Esta sociedade auxiliadora do crime de concorrer com o governo na cobrança de taxas, produzia um grande efeito de desmoralização. Sob o ponto de vista político, os camorristas tinham apenas um interesse: o de manter a fraqueza do governo. Eram aliados dos carbonários, entre os quais havia um grande número dos seus membros. A existência da Camorra, era, além disso, um dos grandes agravos da opinião liberal contra o governo napolitano, cuja impotência ela punha em relevo, e por isso os revolucionários italianos desejavam que ela subsistisse.

CAPITAL (Transfusão de) — Pela sua caça ao lucro, os capitais estão

sempre passando de um a outro ramo de exploração capitalista, em busca de uma taxa de lucro mais elevada. Os deslocamentos de capitais, transfusão de um ramo a outro de exploração, não são fáceis de se realizar, porque o capitalista não pode liquidar rápida e repentinamente a empresa desvantajosa, num momento, pois o capital nela invertido, às vezes leva anos para efetuar a sua rotação. Vide, para maiores esclarecimentos, *Lucro* (*Taxa média de*).

CAPITALISTA (Processo) — A produção capitalista caracteriza-se pelo facto de cada vez mais concentrar as forças produtivas e impulsionar a associação e a divisão do trabalho até seus últimos limites; enquanto que, pelo emprego de uma maquinaria cada vez mais desenvolvida, ela multiplica os produtos, aumenta a produtividade do esforço humano dez, vinte e mil vezes mais. Em benefício de quem? Em consequência do facto absurdo de que a máquina, em vez de funcionar em proveito do homem em geral, funciona em proveito do indivíduo em particular, o capitalista — "acontece, como o demonstra Marx (1), que a máquina se torna a arma mais poderosa do capital na luta contra a classe operaria, que o meio de trabalho aranca do operario os meios de subsistencia, que o meio de trabalho é a mesquinhez mais desavergonhada das condições de seu aperfeiçoamento; que a máquina, esse meio poderoso de abreviar o trabalho, se torna o meio mais seguro de transformar toda a vida do trabalhador e a de sua familia em tempo de trabalho não pago para a acumulação do capital; — acontece que "o sobre-trabalho" de alguns engendra o desemprego dos outros, e que a grande industria que percorre o globo em busca de novos consumidores, limita as massas, dentro dela,

a um regime de fome, e destroi, com suas proprias mãos, seu mercado interno. "A lei, que sempre equilibra o progresso e a acumulação do capital e a superpopulação relativa, opõe o trabalho ao capital mais solidamente do que o poder fazer as cunhas de Vulcano para prender Prometeu a seu rochedo. "E' essa lei que estabelece uma correlação fatal entre a acumulação do capital e a acumulação da miseria, de tal modo que a acumulação das riquezas num polo, implica numa acumulação igual de pobreza, de sofrimento, de ignorancia, de embrutecimento, de degradação moral, de escravidão, no polo oposto, do lado da classe que produz (2). Nessa circunstancia, o proprio mecanismo capitalista é ultrapassado pelas forças produtivas que ele desenvolveu. Daí resultam superproduções relativas agravadas pelo estrangulamento do consumo, consequencia dos salarios baixos e da crescente falta de trabalho, em intensidades e frequencias periodicas. Durante esse tempo, o mortal mecanismo capitalista acelera sua ação devoradora dos pequenos capitais; pequenos patrões, pequenos comerciantes, pequenos proprietarios são anualmente despojados aos milhões, no esplendor europeu-americano. O monstro prende-os pela usura ou pela concorrência monopolista, nas suas garas de ferro; despoja-os, arruina-os e os lança desesperados nas fileiras do proletariado, desse modo continuamente engrossado e cada vez mais formidável e mais descontente. Constatada-se, pois, que, ao termo de sua evolução, a produção capitalista é prejudicial, homicida para a massa dos produtores, espoliadora da media e da pequena burguesia, e incapaz de dirigir as forças produtivas que ela criou. As forças produtivas atuais são para o capitalismo o mesmo que os duendes invocados pelo apavorado feiti-

ceiro que não os pode controlar, na bela imagem de Marx. As forças produtivas atuais apavoram o capitalismo e fogem ao seu controle. Essas forças produtivas, cuja expressão maior é o proletariado, deverá tomar os poderes publicos, substituir gradual e rapidamente os monopolizadores pelo Estado socialista, e por fim, por meio de uma organização social da produção e da repartição das riquezas, pela universalização do saber e das vantagens sociais, aos antagonismos das classes e às proprias classes, materializando dessarte uma humanidade livre e feliz. A salvação virá, pois, não do sentimento crescente do direito e da justiça, mas das proprias condições da produção capitalista moderna, que têm como fim fatal a vitoria do proletariado que se agiganta e a socialização das forças produtivas. Acontecerá, então, aquilo que aconteceu sempre no curso da historia, a saber, que os interesses economicos, preponderantemente, determinarão e dirigirão principalmente os acontecimentos, sendo as sociedades politicas reflexos sucessivos da sociedade economica, até que dialeticamente se transforme no seu oposto. (Os dados deste verbete foram colhidos principalmente em "Socialismo Integral", de Malon, 1894).

(1) Marx — *O Capital*.

(2) Engels — *Do Socialismo Utopico ao Socialismo Cientifico*, in "Introdução ao Estudo do Marxismo". Edit. Calvino Ltda.

CARESTIA — Comumente, usa-se o termo para significar a elevação de todos os preços, de tal modo que se restringe cada vez mais a capacidade de consumo da massa dos assalariados, representando, assim, um processo de diminuição global dos salarios reais (em mercadorias, etc.), apesar da

manutenção ou mesmo elevação dos salarios nominais (em dinheiro). A carestia da vida corresponde, se estudarmos o fenomeno em suas causas, aos periodos de crise do capitalismo, à inflação monetaria, acompanhada da especulação. do mercado negro, etc., para os capitais à sua disposição uma taxa de lucro compensadora, ou seja, lucros liquidos iguais à media dos lucros em epoca normal. Os preços sobem e, se existirem limitações de racionamento ou controle de preços, as mercadorias desaparecem do mercado, a população passa a adquirir com salario igual, bens de consumo em menor quantidade, o que significa que a grande massa de assalariados passa a ter salario menor. A carestia tem sido combatida por muitos processos, dentro do regime capitalista. De acordo com a "teoria" adotada, os processos de combate variam. Ora considera-se que a causa do aumento de preços é a dificuldade de transporte, ora o aumento das exportações (em epoca de guerra), ora os impostos com que o governo grava a produção e o consumo, e assim por diante. As panaceias aparecem, são applicadas, desmoralizam-se, são substituidas por outras, e cada vez mais o fenomeno se acelera, num crescendo gigantesco, em que a miseria da grande massa toma vulto, na proporção direta do aumento dos preços, sem que apareça nenhuma medida que faça estancar a força que asfixia a vida economica de todo o povo. Os salarios nominais são aumentados, penalidades são applicadas aos capitalistas presos em flagrante vendendo a preços abusivos, etc. Mas o fenomeno não sofre solução de continuidade. Só governos realmente democraticos, apoiados pelo povo organizado e consciente, são capazes de combater a carestia, a inflação, a especulação e todo o cortejo de males economicos e sociais decor-

rentes desses fenomenos. Entre as medidas sociais, contam-se o racionamento rigoroso, que se estende às mercadorias destinadas à industria (materias primas, maquinas, etc.), o tabelamento e controle de preços (extensivo tambem aos preços por atacado e ao fornecimento das industrias), limitação dos lucros excessivos por meio de impostos progressivos e varios outros processos, alguns visando apenas atacar o mal em seus efeitos, o que diminua a possibilidade de anular a carestia, enquanto outros, que podem ser usados, destinam-se a anular as causas da carestia, a limitação das emissões, por exemplo, a proteção à pequena produção agricola, e orientação do sistema de credito pelo governo para favorecer o aumento da produção, do transporte e da circulação dos produtos, etc., são meios que servem para deter a marcha da carestia. (V. *Inflação, Crise, Especulação, Impostos*).

CASAMENTO POR GRUPO — Lubbock, em "The Origin of Civilization" (A origem da civilização), 1870, reconhece o casamento por grupo como um facto historico, contrariando assim, como burguês, pela primeira vez, os hipocritas pregoeiros burgueses de uma organização familiar eterna e definitiva. "O casamento por grupo que, na Australia, é ainda um casamento por classes, a união conjugal em bloco de uma classe inteira de homens, geralmente espalhada por toda a extensão do continente com uma classe inteira de mulheres tão disseminada quanto aquela — este casamento por grupo, melhor observado, não tem absolutamente aspecto tão monstruoso como o apresenta a fantasia dos filisteus habituados com o que se passa nas casas de prostituição. Pelo contrario, grande numero de anos foram neces-

sarios para que pudéssemos ter conhecimento de sua existencia e mesmo assim esta existencia acaba de ser novamente constatada. Apresenta-se aos olhos do observador superficial como uma monogamia de laços muito frouxos, e, ^{na}consequente, como uma poligamia de fidelidade ocasional. E' necessario empregar bom numero de anos, como o fizeram Fison e Howitt, para descobrir nestas condições matrimoniais (que, na pratica, lembram bem a generalidade dos europeus, os costumes de seus paises), a lei em virtude da qual o negro australiano estrangeiro, afastado de seu torrão natal por milhares de quilometros, nem por isso deixa de encontrar entre pessoas cuja lingua não consegue compreender (às vezes de um acampamento a outro, de uma tribu à outra), mulheres que se lhe entregam sem resistencia ou prevenção: a lei em virtude da qual aquele que tem varias mulheres cederá uma, à noite, ao seu hospede. Aonde um europeu vê imoralidade e ausencia de lei, reina de facto uma lei rigorosa. As mulheres pertencem à classe conjugal do estrangeiro e são, por conseguinte, suas esposas-natas; a mesma lei moral que destina um ao outro, interdita sob pena de deshonra todo comercio fora das classes conjugais a que se pertencem reciprocamente. Mesmo no caso de rapto das mulheres, como é frequente, e é regra em mais de uma região da Australia, observa-se cuidadosamente a lei das classes. No rapto de mulheres, encontra-se um traço da passagem à monogamia, pelo menos sob a forma de casamento sindiasmico; quando, com o auxilio de seus amigos, o jovem, com sedução ou força, rouba a moça, esta serve a todos, passando a ser considerada em seguida como esposa daquele que foi o promotor do rapto. E, inversamente, se a mulher raptada foge da com-

panhia de seu marido e é recolhida por um outro, torna-se esposa deste, perdendo o primeiro as suas prerrogativas. Ao lado e no meio dos casamentos por grupo, que se mantêm como regra, encontram-se portanto relações de exclusividade, ligações de maior ou menor duração, justapondo-se à poligamia; de maneira que ainda aqui o casamento por grupo está em via de enfraquecimento, e a unica questão é saber-se quem, sob a influencia europeia, desaparecerá primeiro do cenario: o casamento por grupo ou os negros australianos que o praticam. O casamento por classes, tal como existe na Australia, é em todo caso uma forma muito inferior e primitiva do casamento por grupos, enquanto que a familia punaluana é, como sabemos, o seu mais alto grau de desenvolvimento. O primeiro parece ser a forma correspondente ao estado social dos selvagens errantes, a segunda supõe o estabelecimento relativamente fixo de aldeias comunistas e leva, sem transição, ao grau de desenvolvimento imediatamente superior. Entre os dois encontraremos certamente inumeros graus intermediarios; é um campo de pesquisas que acaba de ser descoberto". (Engels — *Origem da Família e da Propriedade Privada*, pags. 641 — Edit. Calvino Ltda.)

CATEGORIA — Termo geral com que se designam os generos, classes, especies, enfim todos os grupos de objetos a que conveiu o mesmo predicado. Ordem, gradação distincção. Classificação das ideias humanas, indicada pelos filosofos gregos de diversas escolas e cuja invenção poderia pertencer a Architas e Tarento, se os escritos que se lhe atribuem fossem realmente deles. As categorias combinadas com os categoremias deviam esclarecer as definições e facilitar as

distinções logicas. As categorias eram inerentes aos seres; os categoremias eram simplesmente pontos de vista do espirito. As dez categorias de Aristoteles ou as classes de predicados que se podem afirmar de um sujeito qualquer são a substancia, a quantidade, a qualidade, a relação, a acção, a paixão, o tempo, o lugar, a situação, o habito ou a posse. Na filosofia indutânica ha' tambem categorias, que consistem em duas classificações estabelecidas, uma para o sistema vaisachiva, outra para o sistema nyaya. Categorias de Kant. Diz-se, no criticismo, das leis universais do entendimento das formas sob as quais o espirito deve produzir as ideias para constituir o juizo. Reduzem-se a quatro grandes classes: Quantidade, Qualidade, Relação, Modalidade. As categorias, no materialismo dialetico, são: a materia, o movimento, o espaço, o tempo, a necessidade, a causalidade, a substancia, a qualidade, a quantidade, a forma, o conteudo, etc.; e, no materialismo historico: a formação economico-social, as forças produtivas, as relações de produção, a base, a superestrutura, a ideologia, etc. O processo do conhecimento da natureza e da historia, não é o simples ato mecanico de refletir-se a realidade no cerebro humano. O conhecimento é um processo complexo de formação de categorias, noções e leis, que não são criações arbitrarías da inteligencia humana, ou etapas da realização de uma certa "idéia absoluta" extraterrena, conforme afirmam os idealistas. As noções e as categorias representam uma generalização de processos e fenomenos da natureza, independentes da consciencia do homem.

CEM ANOS (Guerra dos) — Sucessão de lutas sociais, complicadas com lutas contra o estrangeiro, que atormentaram a França desde o ano

de 1337 até o ano de 1453. A guerra dos Cem anos não foi somente a luta de franceses contra os ingleses desejosos de implantarem o seu dominio em França. Durante toda a primeira parte da guerra não houve manifestação de sentimento nacional. Numerosos franceses sustentavam as pretensões do rei de Inglaterra. Quando o sentimento nacional irrompeu, encarnando-se em Joana d'Arc, todos os franceses se uniram. Esse sentimento manifestou-se no dia em que se apaziguaram e extinguiram as rivalidades intestinas do vassallo contra o suzerano, do artifice contra o patriocio, do pequeno fidalgo contra o grande feudal, em suma, quando houve união nacional de todas as camadas da população.

CHOMAGE — Palavra francesa que significa o mesmo que desemprego. Provem o chomage da falta de equilibrio entre a produção e o consumo, no modo de produção capitalista. A superprodução relativa leva fatalmente à crise economica, da qual as primeiras e maiores vitimas são os operarios que, levados ao desemprego, não podendo dedicar-se a nenhum trabalho remunerado, sofrem a miseria e a fome. A contradição do regime capitalista ressalta no fenomeno do "chomage": fome derivada da abundancia, miseria e morte por se terem produzido, em demasia, meios de vida e conforto. O "chomage" cresce, incessantemente, apesar de paralizar e mesmo desaparecer momentaneamente, nas épocas de guerra, quando o operario desocupado se transforma em soldado, levado à morte em defesa dos interesses de seus patrões. Referindo-se ao problema do desemprego, Stálin, em seu discurso pronunciado perante o plenario do C. C. e da C. C. C. do P. C. (b) da URSS, em 7-1-43, disse: "Entre nós, na

URSS .os operarios desde ha muito esqueceram o que é o desemprego. Há tres anos apenas tinhamos cerca de 1.500.000 sem-trabalho. E já fazem dois anos que liquidamos a desocupação. Os operarios já tiveram tempo de esquecer o que é a falta de trabalho, o que representa sua opressão e seus horrores. Observai os países capitalistas, os horrores que se observam neles por causa do *chômage*. Nesses países, existem atualmente nada menos de 30 a 40 milhões de sem-trabalho. Quem são estes homens? Comumente, diz-se que são "fracassados na vida". Dia após dia, procuram conseguir trabalho, buscam e estão dispostos a aceitar quase qualquer condição de trabalho, mas não são admitidos, porque são gente "demais". E isto acontece enquanto enormes massas de mercadorias e produtos são dissipados para satisfazer os caprichos dos favorecidos pela fortuna, dos granfinos, filhos de capitalistas e latifundiarios. Aos sem-trabalho são negados alimentos, porque não têm meios para pagá-los. E' negada moradia porque não têm meios para pagá-la. Com que meios e como vivem? Vivem das miserias migalhas das mesas dos poderosos; revolvem as latas de lixo, de onde aproveitam restos de alimentos deteriorados; vivem nos tugurios das grandes cidades e principalmente nas pocilgas dos suburbios, construidas pelos sem-trabalho com caixões e latas velhas e cascas de arvores. Mas isto não é tudo. Não são somente os desocupados que sofrem com a falta de trabalho. Sofrem tambem os operarios que trabalham. Sofrem porque a existencia de grande quantidade de sem-trabalho cria para eles uma situação instavel na fabrica, a incerteza do dia de amanhã. Hoje trabalham nas fabricas, mas não estão certos de que, ao despertarem, ama-

nhã, não serão despedidos. Uma das conquistas essenciais do Plano Quinquenal realizado em quatro anos é o facto de termos liquidado o desemprego, libertando de seus horrores os operarios da URSS. E qual é a situação dos operarios e camponeses dos países capitalistas? Vejamos alguns dados oficiais. Cresceu de forma catastrophica o numero de *chômeurs* nos países capitalistas. Nos Estados Unidos, segundo dados oficiais, somente na industria manufatureira diminuiu o numero de operarios ocupados, de 8.500.000, em 1928, para 5.500.000, em 1932; e conforme os dados da Federação Norte-Americana do Trabalho, o numero de desempregados nos Estados Unidos em toda a industria, em fins de 1932, era de 11.000.000 de pessoas. Na Inglaterra, o numero de sem-trabalho, de acordo com dados da estatística oficial, passou de 1.290.000, em 1928, para 2.800.000, em 1932. Na Alemanha, segundo dados oficiais, o numero de desocupados, passou de 1.376.000, em 1928, para 5.500.000, em 1932. Observa-se o mesmo quadro em todos os países capitalistas e é preciso considerar que a estatística oficial, como norma, diminui os dados sobre o numero dos sem-trabalho, cuja quantidade oscila, nos países capitalistas, entre 35 a 40 milhões de pessoas. Os salarios operarios estão sofrendo sistemática redução. De acordo com dados oficiais, a redução do salario medio mensal nos Estados Unidos chegou a ser de 35%, relativamente ao nivel de 1928; na Inglaterra, durante o mesmo periodo, chegou a 15%; na Alemanha, a 50%. Conforme os calculos da Federação Norte-Americana do Trabalho, as perdas dos operarios norte-americanos, em virtude da redução dos salarios, foram, em 1930-31, de 35.000 milhões de dolares.

Tambem estão consideravelmente reduzidos os fundos de seguro operario, de per si insignificantes, na Inglaterra e na Alemanha. Nos Estados Unidos e na França, falta em absoluto ou apenas não existe o seguro por falta de trabalho, em virtude do que cresce de maneira colossal o numero de operarios sem moradia e de crianças desamparadas, sobretudo nos Estados Unidos. Não estão em melhor estado as massas camponesas dos países capitalistas, nos quais a crise agricola está cortando pela raiz a economia camponesa e lançando à mendicância milhões de camponeses e granjeiros arruinados. Este é o balanço do Plano Quinquenal realizado em quatro anos, no que se refere ao melhoramento da situação material dos trabalhadores da URSS".

CLASSE "EM SI" E CLASSE "PARA SI" — A psicologia e a ideologia da classe, a consciencia que uma classe tem de seus interesses, não só passageiros, mas duráveis e gerais, deriva da posição dessa classe na produção. Mas isso não significa, de modo algum, que esta posição da classe na produção provoque, nesta classe, de um só golpe, a noção de seus interesses gerais e fundamentais. Ao contrario, pode-se dizer que tal identidade entre a consciencia e os interesses de classe não é atingida jamais, de forma completa, por toda ela. Na vida real, em primeiro lugar, o proprio processo de produção percorre diversos estagios de evolução e as contradicções da estrutura economica não aparecem senão no curso da evolução; em segundo lugar, uma classe não aparece da noite para o dia, mas vai-se constituindo, por assim dizer, inconscientemente, partindo de diferentes grupos sociais (classes de transição, intermediarias, camadas, grupos sociais em geral, etc.); em terceiro

lugar, passa-se algum tempo antes que a experiencia de luta dê a uma classe consciencia de seus interesses particulares, de seus desejos, suas aspirações proprias e exclusivas, seus "ideais" sociais que a opõem, de modo decisivo, a todas as outras classes da sociedade de que ella faz parte; finalmente, em quarto lugar, é preciso não esquecer o trabalho de nivelamento ideologico e psicologico levado a cabo pela classe dominante, tendo em mãos o maquinismo do Estado e como objetivo desviar e anular os principios de consciencia de classe, nas classes oprimidas e, ao mesmo tempo, inculcar-lhes, por todos os meios, a ideologia da classe dirigente, chegando até a procurar implantá-las pela força. O fascismo foi um exemplo eloquente. Todas essas circunstancias explicam as situações em que uma determinada classe já existe, como um conjunto de pessoas, que desempenham um dado papel no processo da produção, mas não existe ainda como classe consciente de si mesma. A classe existe, mas "não é ainda consciente". Existe como factor da produção; existe como um complexo determinado de relações de produção, mas não existe ainda como força social independente, que sabe o que quer, que sabe o que aspira, que tem consciencia de sua existencia, da opposição de seus interesses em relação aos da classe dirigente, etc. Para designar estas diferentes situações no processo de evolução das classes, Marx emprega duas expressões: chama *classe em si* a uma classe que não tem consciencia de si mesma e chama *classe para si* à classe que já tomou consciencia de seu papel social. Na *Miseria da Filosofia*, pag. 161-162, Marx esclarece esses conceitos: "As primeiras tentativas feitas pelos operarios para se unirem uns aos outros toma sempre a forma de coalisões. A grande industria une

num só e mesmo elo uma massa de indivíduos desconhecidos uns dos outros. A concorrência divide-os quanto aos seus interesses; mas a manutenção do salário num nível determinado, esse interesse comum contra o patrão, unidos num só pensamento comum de resistência, numa coalizão. Assim, a coalizão, união de operários, tem sempre duplo objetivo: por um fim à concorrência entre os operários, afim de poderem fazer uma frente comum contra os capitalistas. Embora o objetivo primeiro da resistência seja somente a manutenção do salário num nível conveniente, as coalizões, isoladas no começo, formam-se, à medida que os capitalistas, por seu lado, por pressão da própria coalizão, se unem em grupos; e, finalmente, na luta contra o capital, em vias de constante unificação, a defesa das associações torna-se ainda mais importante para os operários do que a defesa dos próprios salários. . . Nessa luta, verdadeira guerra civil, todos os elementos se unem e se desenvolvem para a batalha que se aproxima. Uma vez atingido esse ponto, a coalizão econômica toma novo caráter: o caráter político. "As relações econômicas transformaram, primeiramente, uma massa da população em operários. A dominação criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já aparece como classe em relação ao capital, mas não ainda como uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos algumas fases, a massa encontra-se a si própria, constitui-se como classe para si própria. Os interesses, que ela defende, tornam-se interesses de classe". Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, falam sobre o desenvolvimento do proletariado desde a situação de classe "em si" até a de classe "para si". Os conceitos de "em si" e "para si" representam,

como vimos atrás, dois graus distintos de maturidade do proletariado e do crescimento da consciência de si mesmo como força política independente. Para isso, foi necessária toda uma etapa histórica para que o proletariado chegasse a reconhecer seus interesses como irreconciliavelmente opostos aos do capitalismo. Ha exemplos, na história, como o *movimento ludista* na Inglaterra, o qual demonstra que os operários não sabiam estabelecer a diferença entre a máquina e sua aplicação capitalista, que a transforma em instrumento de exploração. Esse movimento deixa bem claro que o proletariado não adquiriu, de repente, sua consciência de classe. "A princípio, a luta se estende apenas a operários isolados, depois, pelos operários de uma fábrica e, mais tarde, pelos operários do mesmo ramo, em determinado lugar, contra um burguês isolado, que diretamente os explorava" (Marx). Nessa etapa, os operários não lutavam ainda contra os capitalistas como classe. O proletariado não havia compreendido ainda os problemas gerais de sua classe; apesar disso, representava já uma classe "em si". "Nessa etapa, os operários constituem uma massa disseminada por todo o país e dividida pela concorrência" (Marx). A transição do proletariado à etapa seguinte, mais elevada, em que adquire a consciência de classe, tem sua origem no desenvolvimento do próprio capitalismo. Com o aumento das fábricas e das empresas industriais, aumenta também o número de operários e acentua-se sua organização, sua unidade e sua experiência de luta. Da luta contra o capitalista isolado, seu patrão direto, os operários passam à luta contra a classe capitalista em seu conjunto e contra o Estado por ela representado. A manifestação de autoconsciência do proletariado tem sua origem no processo da luta contra

os capitalistas e chega à sua expressão máxima na organização do partido político do proletariado — o Partido Comunista — vanguarda combatente das massas trabalhadoras. Ai, então, o proletariado adquire consciência de sua missão histórica e transforma-se numa classe "para si", pois que, dizia Marx: "a classe que tem a missão histórica de destruir o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, as classes; esta classe é o proletariado" (Marx — *O Capital*, pag. LXXXIX, ed. Costes). E, para que o proletariado possa lutar vitoriosamente, com a consciência de uma "classe para si", é preciso também que encare a luta contra os capitalistas, que mais não são que a personificação de categorias econômicas, não como uma luta contra indivíduos, mas contra a classe dos capitalistas, que detêm em suas mãos o poder econômico e político, com que espoliam e oprimem o proletariado. (Recompilação de Marx, Rosenthal, Burrárin, etc.).

CONTRADIÇÃO FUNDAMENTAL DO CAPITALISMO

(A) — "A contradição básica, dentro da produção mercantil, é a que existe entre o trabalho social e o trabalho privado. Mas, na produção mercantil simples, não-capitalista, não há oposição entre o modo de produção e o modo de apropriação. Na produção mercantil simples "... não havia razão alguma para existir o problema de saber a quem pertencia ou a quem devia pertencer o produto do trabalho. Com efeito, o produtor individual criava os produtos, geralmente, com as matérias primas de sua propriedade, produzidas, não poucas vezes, por ele mesmo, com seus próprios meios de trabalho e elaboradas com seu próprio trabalho manual ou de sua família. Não precisava, por-

tanto, de apropriar-se deles, pois já eram seus sem mais esforços. A propriedade dos produtos tinha, pois, como base, o trabalho pessoal" (1). Outra coisa acontece na produção capitalista. Nela, o caráter social do trabalho evidencia-se não somente na divisão do mesmo em várias empresas, mas também na sua organização metódica no interior de cada uma. São empregados dezenas, centenas, milhares de assalariados em cada empresa capitalista, cada um deles desenvolvendo uma operação parcial. Os meios de trabalho são grandes máquinas. Há, numa empresa capitalista, numerosas máquinas, complicadas e relacionadas entre si. Esses potentes meios de trabalho não podem ser movidos senão pelo esforço de numerosos operários, organizados metodicamente, no interior da fábrica. "Mas a burguesia não podia converter aqueles mesquinhos meios de produção em poderosas forças produtivas sem transformá-los, ao mesmo tempo, de meios individuais para meios sociais de produção, manejáveis unicamente por coletividades de homens... e, com os meios de produção, foi-se transformando a produção, que deixou de ser uma série de atos individuais para se converter numa série de atos coletivos, da mesma forma que os produtos passaram de produtos individuais a produtos sociais. O fio, os tecidos, os metais, que saíam agora das fábricas, eram produtos coletivos de um grande número de operários, por cujas mãos deviam passar, sucessivamente, durante a elaboração. Ninguém mais podia dizer: Eu fiz este objeto, ele é produto do meu trabalho" (2). Apesar de seu caráter social, os meios de produção são propriedade privada, não dos operários, mas dos capitalistas. Os produtos do trabalho social são apropriados não pelos operários mas pelos capitalistas.

A contradição fundamental da produção mercantil (entre o trabalho social e o trabalho privado) desenvolve-se no regime capitalista e transforma-se na *contradição que existe entre a produção social e a apropriação capitalista privada*. A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista privada manifesta-se no antagonismo de classe entre a burguesia e o proletariado. A classe que produz a riqueza social é o proletariado e a que se aproveita dessa riqueza é a burguesia. A natureza das relações de produção entre a burguesia e o proletariado, e o caráter da exploração capitalista, são revelados pela teoria marxista da mais-valia e pela do capital, o que constitui o desenvolvimento da teoria do valor". (Segal — *Noç. Fund. de Econ. Pol.*, páginas, 123-4).

(1) Engels — *Anti-Duhring* — Edit. Calvino Ltda.

(2) *Ibidem* — Edit. Calvino Limitada.

"DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO" (Feito pela Assembleia Nacional de França, em 1789) — A famosa *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* foi o manifesto da burguesia francesa revolucionária do século XVIII. Estabeleceu triunfalmente as bases da sociedade burguesa: a anulação dos Estados e dos privilégios de Estado (eram 3: nobreza, clero e Terceiro Estado), a igualdade perante a lei, o princípio da soberania do povo e os direitos "naturais" invioláveis do homem e do cidadão. Publicamos, a seguir, o texto integral da *Declaração*, bem como, em continuação, algumas observações sobre ela, de autoria de Thomas Paine, e um resumo das reflexões de Lafayette, também sobre ela, por não ter podido

comparecer para vota-la. "Os representantes do povo francês, constituídos em Assembleia Nacional, considerando que a ignorância, o olvido ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, resolveram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, imprescindíveis e inalienáveis do homem, a fim de que esta *Declaração*, constantemente presente na mente dos membros do corpo social, lhes recorde sempre seus direitos e deveres; a fim de que possam em todo momento ser comparados os atos do poder legislativo e os do poder executivo, com o objetivo de que, assim, toda a instituição política seja mais respeitada, e para que as reclamações dos cidadãos, fundadas desde agora em princípios simples e indiscutíveis, resultem sempre na manutenção da Constituição, na felicidade de todos. Em consequência, a Assembleia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes Direitos do Homem e do Cidadão: I — Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem fundar-se senão sobre a utilidade comum. II — O fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis ao homem. Estes direitos são: a Liberdade, a Propriedade, a Segurança e a Resistência à Opressão. III — O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação. Nenhum corpo nem indivíduo pode exercer nenhuma autoridade que não emane expressamente dela. IV — A Liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique a outro; portanto, o exercício dos direitos naturais do homem não tem outros limites senão os que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos

Estes limites não podem ser determinados a não ser pela lei. V — A lei não tem direito a proibir mais do que as ações nocivas à sociedade. Tudo o que não está proibido pela lei não pode ser impedido e a ninguém se pode obrigar a fazer o que a lei não ordenar. VI — A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer para a sua feitura, pessoalmente ou por seus representantes. Deve ser a mesma para todos, tanto quando proteja como quando castigue. Sendo todos os cidadãos iguais ante seus olhos, todos são igualmente admissíveis para todas as dignidades, cargos e empregos, segundo sua capacidade, sem outras distinções mais que as de suas virtudes e talentos. VII — Nenhum homem poderá ser acusado, detido ou preso senão nos casos determinados pela lei e com respeito às formalidades prescritas por ela. Os que solicitarem, expeçam, executem ou tenham executado ordens arbitrárias devem ser castigados; porém todo cidadão chamado ou detido, em virtude da lei, deve obedecer no ato; torna-se culpável pela resistência. VIII — A lei não deve estabelecer senão as penas estritas e evidentemente necessárias e ninguém pode ser castigado senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e legalmente aplicada. IX — Presumindo-se inocente a todo homem, enquanto não tenha sido declarado culpado, se se julga indispensável detê-lo, todo rigor desnecessário para assegurar-se de sua pessoa deve ser severamente reprimido pela lei. X — Nenhum homem deve ser molestado por suas opiniões, ainda que religiosas, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei. XI — A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem;

todo cidadão pode, pois, escrever e imprimir livremente, salvo a responsabilidade pelo abuso desta liberdade, nos casos determinados pela lei. XII — A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma forma pública; portanto, essa força institui-se em benefício de todos e não para a utilidade particular daqueles a quem está confiada. XIII — É indispensável uma contribuição comum para a manutenção desta força pública e para os gastos da administração. Deve ser repartida igualmente entre todos os cidadãos de acordo com os seus meios. XIV — Os cidadãos têm o direito de comprovar por si mesmos ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, consenti-la livremente, seguir seu emprego e determinar sua quota, a divisão, a cobrança e a duração. XV — A sociedade tem direito a exigir contas de sua administração a todo agente público. XVI — Toda sociedade, na qual a garantia dos direitos não está assegurada, nem determinada a separação de poderes, não tem Constituição. XVII — Sendo as propriedades um direito inviolável e sagrado, ninguém pode ser privado delas, a não ser quando uma necessidade pública, legalmente comprovada, o exija evidentemente e sob a condição de uma justa e prévia indenização. *Observações sobre a Declaração de Direitos* — Os primeiros tres artigos compreendem em termos gerais o conjunto da *Declaração*. Todos os demais, originam-se naqueles e o seguem com esclarecimentos. Os artigos 4, 5 e 6, definem mais particularmente o que somente se expressa de um modo geral nos tres primeiros. Os 7, 8, 9, 10 e 11, são declarações de princípios sobre que devem basear-se as leis conforme os direitos aí declarados. Tanto em França, porém, como noutros países, muita gente pergunta

se o artigo décimo garantirá suficientemente o direito que nele se reconhece, porque despoja a religião de toda dignidade divina, debilitando sua força operativa sobre a mente, ao convertê-la em temas de leis humanas. Apresenta-se ao homem como uma luz infaçada por um meio opaco, no qual a fonte está escurecida e fora do alcance de sua vista e, então, o homem não percebe nada que deva ser objeto de sua reverencia nesse raio escurecido (1). Os artigos subsequentes, começando com o 12, estão substancialmente contidos nos princípios dos anteriores; mas, na situação particular em que se encontrava a França, tendo que desfazer o que estava mal feito e estabelecer o que era justo, acreditou-se pertinente insistir no que em outras condições houvera sido desnecessário. No tempo em que se considerava pela Assembleia a *Declaração dos Direitos*, alguns dos seus membros fizeram notar que se ia proclamar uma *Declaração de Direitos*, e esta devia ir acompanhada por outra de deveres. Esta observação demonstra que havia inteligências que refletiam e só erraram por não refletir o bastante. Uma *Declaração dos Direitos* constitui, por reciprocidade, uma *Declaração de Deveres*. Tudo que é direito a um homem é direito a outro homem e se converte em dever garanti-lo tanto como possuí-lo. Os primeiros tres artigos são a base da liberdade, tanto individual como nacional. Não pode chamar-se livre nenhum país no qual seu governo não derive dos princípios neles contidos e não os conserve puros, e a *Declaração de Direitos*, em seu conjunto, resulta mais valiosa para o mundo e lhe fará mais bem em definitivo, do que todas as leis e estatutos que haviam sido promulgados até agora. No exórdio que precede a *Declaração dos Direitos*, contemplamos

o solene e majestoso espetáculo de uma Nação que inicia seus trabalhos sob os auspícios do seu Criador, com o propósito de estabelecer um governo e isto constitui uma cena tão nova, tão transcendentalmente inigualada por tudo o que antes haja ocorrido no mundo europeu, porque o nome de revolução é inferior a ele; se eleva à categoria de Regeneração do Homem. Que são os governos atuais da Europa, senão cenários de iniquidades e opressões? Que é o governo na Inglaterra? Não dizem todos seus habitantes que é um mercado, no qual todo homem tem seu preço, e de onde a corrupção se converteu em pratica comum à custa de um povo enganado? Não nos maravilhemos, pois, de que tratem de apresentar sob outras luzes a Revolução Francesa. Se se tivesse limitado a destruição do despotismo flagrante, é possível que o senhor Burke e outros tivessem permanecido calados. Seu grito é agora: "Tem sido demasiado lento para eles. Como ataca a corrupção de frente, toda a tribu venal está alarmada. Seus temores se descobrem em sua indignação e não fazem sinão publicar a queixa de seus interesses feridos. Mas esta oposição não significa para a Revolução Francesa, uma ofensa, senão uma homenagem. Quanto mais se a golpeie mais faiscas produzirá. E o que temo é que não se a golpeie o suficiente. Não têm nada que temer dos ataques. A verdade tem-lhe dado seu fundamento e o tempo recordará a Revolução Francesa com um nome tão duradouro como o seu. Como já foi descrito o processo da Revolução Francesa através de suas principais etapas, desde seu início até a tomada da Bastilha e sua fundamentação nos *Direitos do Homem*, encerro este capítulo com a energica apostrofe do senhor

de La Fayette: "Oxalá que este grande monumento elevado à liberdade, sirva de lição aos opressores e de exemplo aos oprimidos!" (Thomas Paine — *Os direitos do Homem*, paginas 101-109 — 1791).

(1) Existe uma só ideia que, se é percebida com clareza e retidão pela consciencia, tanto em sentido religioso como em sentido puramente juridico, basta para evitar que qualquer homem ou grupo de homens ou qualquer governo atue equivocadamente em materia de religião; a de que antes de existir qualquer instituição humana de governo, já existia, se se me permite expressar assim, um pacto entre Deus e o homem, desde o principio dos tempos, e que, como a relação e condição em que o ultimo, em sua *pessoa individual*, se mantem em relação com seu Criador, não pode trocar-se nem alterar-se em nenhum sentido por leis humanas ou autoridade humana, a devoção religiosa, que é parte desse contrato, não pode ser objeto de leis humanas, e que todas as leis devem conformar-se a esse previo pacto e não tratar de conformar este (pacto) àquelas (leis) que, pelo facto mesmo de serem humanas, lhe são posteriores. O primeiro ato do homem, ao olhar a seu redor, é ver-se a si mesmo como uma criatura que não se havia feito a si mesma e um mundo já criado para recebe-lo, teve que ser a devoção, e esta deve continuar sendo sagrada para cada homem individual, *tal como a êle pareça justo*; e os governos que tratem de intervir no problema não farão a ele senão dano.

Lafayette e a Declaração de Direitos do Homem. — Impedido de votar, na Convenção, a *Declaração de Direitos do Homem*, La-Fayette enviou-lhe "as suas reflexões" sobre a ma-

téria. Começa por salientar que esse capitulo inicial da Constituição "encerra os principios basicos da legislação toda" e deve portanto ser "inseparavel da vossa grande obra". "Por mais simples, por mais comensinhos que sejam esses principios, convem que a Assembléa os discuta frequentemente". Uma Declaração de Direitos, para ter valor, precisa "ser verdadeira e concisa". "Precisa dizer o que todos sabem e o que todos sentem". Daí esboço que La-Fayette apresenta aos seus concidadãos: "A natureza criou os homens livres e iguais. As distinções, indispensaveis à manutenção da ordem social, baseiam-se unicamente no interesse geral. Todo homem nasce com direitos inalienaveis e imprescritiveis, tais como: liberdade de opinião, zelo pela propria honra e pela propria vida; direito de propriedade, de dispor plenamente da sua pessoa, do seu trabalho, de todas as suas facultades, de transmitir por todos os meios possiveis as proprias ideias, de lutar pelo proprio bem-estar e de resistir à opressão. O exercicio dos direitos naturais não tem limites, senão os que garantem igual privilegio aos demais membros da sociedade. O homem sujeitar-se-á apenas às leis sancionadas por êle proprio ou pelos seus representantes, já promulgadas e legalmente applicadas. Reside na Nação o principio de toda soberania. Grupo nenhum, individuo nenhum poderá ter autoridade que dele não emane. Todo governo terá unicamente em mira o bem comum. Para obter tal resultado, torna-se indispensavel separar e definir os poderes: legislativo, executivo e judiciário, cuja organização garantirá a liberdade legislativa dos cidadãos, a responsabilidade do executivo e a imparcialidade dos juizes. As leis devem ser claras, precisas, uniformes para todos os cidadãos. Os subsídios

devem ser livremente aceitos e partilhados proporcionalmente. E como o acúmulo de abusos e o direito das gerações sucessivas exigem a revisão de quaisquer instituições humanas, em certas e determinadas circunstâncias, será facultada a Nação convocar temporaneamente os deputados, com o fim único de examinar e corrigir, caso se torne necessário, os erros da Constituição”.

MARXISMO (Como se deve estudar o) — Ou, o que seria praticamente o mesmo: como se deve estudar o comunismo. O assunto é complexo e demasiado geral. Lênin, em seu discurso no III Congresso das Juventudes Comunistas, em 2-10-1920, disse:

“De que necessitamos para aprender o comunismo? Da soma de conhecimentos gerais, que devemos preferir, para adquirir o conhecimento do comunismo? Aqui somos ameaçados por toda uma série de perigos que se manifestam a cada instante, pois que o problema de estudar é mal apresentado, ou compreendido muito unilateralmente.

“À primeira vista, parece, naturalmente, que aprender o comunismo é assimilar a soma de conhecimentos expostos nos manuais, nos folhetos e nas obras comunistas. Mas essa definição do estudo do comunismo seria muito grosseira e insuficiente. Se o estudo do comunismo não fosse mais do que a assimilação do conteúdo das obras comunistas, livros e folhetos, seria muito fácil formar exegetas comunistas ou fanfarrões, o que nos daria dores de cabeça a todo instante, porque, lendo e relendo o conteúdo dos livros e dos folhetos comunistas, essa gente seria, entretanto, incapaz de assimilar todos esses conhecimentos e de se comportar como realmente o exige o comunismo.

“Um dos maiores males, uma das piores calamidades que nos deixou a velha sociedade capitalista é o completo divorcio entre o livro e a prática viva, porque possuímos livros em que tudo nos parecia bem e que, na maioria dos casos, nada mais eram do que mentira hipócrita e desanimadora e nos davam uma idéia falsa da sociedade comunista”.

“Sem trabalho, sem luta, o conhecimento livresco do comunismo, extraído dos folhetos e das obras comunistas, de nada serviria porque teria como único resultado o prolongamento do antigo divorcio entre a teoria e a prática, que era o traço mais desanimador da velha sociedade burguesa.

“Seria mais perigoso, ainda, começar assimilar unicamente as palavras de ordem comunistas. Se não compreendermos a tempo esse perigo e se não orientarmos todo o nosso trabalho no sentido de conjurá-lo, a existência de meio milhão ou de um milhão de homens, rapazes e moças, que, depois de um tal estudo do comunismo se chamarão de comunistas, não trará à causa do comunismo senão um grande prejuízo”.

“A velha escola era a do estudo passivo; obrigava os homens a assimilar uma quantidade de conhecimentos superfluos, inúteis, mortos, que confundiam as idéias e levavam a nova geração à categoria de burocratas. Mas seria um erro concluir que se pode ser comunista sem se ter assimilado o que os conhecimentos humanos acumularam. Seria um erro pensar que basta assimilar as palavras de ordem comunistas e as conclusões da ciência comunista, sem assimilar a so-

ma de conhecimentos, dos quais o próprio comunismo é uma consequência. O marxismo é um exemplo que nos mostra que o comunismo surgiu da soma dos conhecimentos humanos”.

“A cultura proletária não surge completamente feita, de um lugar qualquer; não é uma invenção de homens que se classificam como especialistas na matéria. Puro absurdo! A cultura proletária deve aparecer como o desenvolvimento natural da soma de conhecimentos elaborados pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, feudal e burocrática. Todos esses caminhos e essas sendas, conduzem e continuarão conduzindo à ditadura do proletariado, assim como a economia política, analisada várias vezes por Marx, nos mostrou onde deve chegar a sociedade humana e nos indicou a transição para a luta de classes e para o primeiro passo da revolução proletária”.

“Não se é comunista enquanto não se enriquece a memória com o conhecimento de todas as riquezas elaboradas pela humanidade.

“Não necessitamos de aprender de memória. Necessitamos de desenvolver e aperfeiçoar a memória do aluno pelo conhecimento de factos essenciais, porque o comunismo se transformará em uma palavra vazia, em um ensino superfluo, e o comunista não será mais do que um simples fanfarrão se seu espirito não refletir profundamente sobre todos os conhecimentos adquiridos. Não deveis unicamente assimila-los, mas sim assimilá-los com um sentido crítico para não cansar vosso cerebro com uma bagagem inútil e sim enriquece-lo com

os conhecimentos indispensáveis à instrução de um homem moderno. O comunista que se envaidecesse de praticar o comunismo com o auxílio de noções já feitas, sem executar um grande trabalho extremamente difícil e serio, sem enfrentar os factos e considera-los com senso critico, seria um triste comunista. Essa mentalidade superficial nos seria realmente nefasta”.

Conclue-se, pois, facilmente, que o estudo do marxismo ou do comunismo não poderá ser realizado utilmente dentro de um gabinete ou de um anfiteatro de aulas, se ao mesmo tempo o estudioso se afastar da realidade que o envolve, na prática diuturna dentro do seu partido, o Partido Comunista, a grande escola do marxismo, que ensina ao vivo a realidade das leis do desenvolvimento da sociedade, proclamadas por Marx, Engels e Lênin.

Na formação mental de um comunista, não ha possibilidade da dissociação da teoria da prática. Aquela, é a cristalização da experiência anterior, a alicerçar a prática diaria, permitindo o dominio, a compreensão justa dos acontecimentos e deles novamente tirando a soma de conhecimentos, que enriquecerão o patrimonio comum do marxismo.

A dissociação da teoria da prática leva os praticos a um praticismo estreito e acanhado, tornando-os presas facéis de um caudilismo reacionario; enquanto os que se limitam à teoria passam a idealizar os acontecimentos e a querer que se adaptem às suas concepções apriorísticas, contrariando, dessa forma, não compreendendo o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, o estudo do marxismo deverá ser feito através do conhecimento da realidade, perfeita e correta-

mente interpretada à luz da teoria. "Isto quer dizer que a união entre a ciência e a atuação prática, entre a teoria e a prática, sua unidade, deve ser a estrela polar que guia o Partido do proletariado" (*Hist. Part. Com.* (b) da URSS, pag. 133, 1938), e consequentemente o militante comunista.

Prestes, certa feita, disse: "No marxismo, a teoria é inseparável da prática, o pensamento da ação. Nós, comunistas, não podemos ser nem teóricos puros, e raciocinar abstratamente, fora da realidade em que vivemos, nem meros praticistas, militantes mediocres, incapazes de qualquer estudo teórico ou de aprofundar a análise dos problemas políticos. Teoria e prática, pensamento e ação são inseparáveis na ciência verdadeira que é o marxismo".

E é assim que se deve estudar o marxismo: nos livros, que encerram toda uma longa experiência, e na prática diária, dentro do movimento revolucionário proletário.

SALTOS NA NATUREZA E NA HISTORIA — "Entre nós, e, aliás, não somente entre nós, diz Tirromirof, enraizou-se profundamente a ideia de que vivemos num "período de destruição", que, pensa-se, acabará por um terrível abalo, com torrentes de sangue, detonações de dinamite e assim por diante. Depois do que — supõe-se — abrir-se-á um "período de construção". Essa concepção social, totalmente errônea, é, como já se disse, o simples reflexo político das velhas ideias de Cuvier e das da escola das bruscas catastrofes geológicas. Mas, na realidade, a destruição e a construção vão de par, são até inconcebíveis uma sem a outra. Se um fenómeno marcha para sua destruição é, na verdade, porque, nele mesmo, no seu lugar,

algo de novo se constitui e, inversamente, a formação de uma nova ordem de coisas é somente a destruição da antiga" (1). Essas palavras não formam uma concepção muito clara; em todo caso, podem destacar-se dela duas teses: 1.º — "Entre nós, e, aliás, não somente entre nós", os revolucionários não têm nenhuma ideia da evolução, da gradual "transformação do tipo dos fenómenos", segundo a expressão empregada por Tirromirof; 2.º — Se eles tivessem uma ideia da evolução, da gradual "transformação dos fenómenos", não imaginariam que "vivemos num período de destruição". Vejamos, primeiro, como estão as coisas, sob esse ponto de vista, não mais entre nós (Rússia), mas no Ocidente. Como se sabe, existe atualmente, no Ocidente, um movimento revolucionário da classe operária, a qual aspira à sua emancipação económica. Ora, a questão é esta: conseguiram os representantes teóricos desse movimento, isto é, os socialistas, fazer o acordo entre as suas tendências revolucionárias e uma teoria, mesmo pouco satisfatória, do desenvolvimento social? A essa questão, quem quer que tenha uma ideia, por mais fraca que seja, do socialismo contemporâneo, responderá sem hesitação pela afirmativa: todos os socialistas sérios da Europa e da América apoiam-se na doutrina de Marx; mas quem ignora ainda que essa doutrina é, antes de tudo, a doutrina da evolução das sociedades humanas? Marx era um defensor ardente da "atividade revolucionária". Ele simpatizava profundamente com todo movimento revolucionário dirigido contra a ordem social e política existente. Pode-se, naturalmente, deixar de partilhar simpatias tão "destrutivas". Mas, em todo caso, o facto de que elas tenham existido não autoriza a concluir-se que a imaginação de Marx

estivesse exclusivamente "fixada sobre as transformações violentas", que ele esquecesse a evolução social, o desenvolvimento lento e progressivo. Não somente Marx não esquecia a evolução, mas descobriu também grande numero das suas leis mais importantes. No seu espirito, a historia da humanidade desenrolou-se pela primeira vez num quadro harmonioso, nada fantastico. Foi o primeiro a mostrar que a evolução económica conduz às revoluções políticas. Graças a ele, o movimento revolucionário contemporâneo possui um fim claramente fixado e uma base teórica estritamente formulada. Mas, se é assim, porque então Tirromirof imagina poder demonstrar, por algumas frases sem nexo sobre a "construção" social, a inconsistência das tendências revolucionárias existentes "entre nós, e, aliás, não somente entre nós"? Não será porque ele não se deu ao trabalho de compreender a doutrina dos socialistas? Agora Tirromirof sente repugnância pelas "catastrofes subitas" e pelas "transformações violentas". Eis o seu trabalho: não é nem o primeiro, nem o ultimo. Mas ele erra, pensando que as "catastrofes subitas" não são possíveis nem na natureza, nem nas sociedades humanas. Primeiro, a "subitaneidade" de semelhantes catastrofes é uma ideia relativa. O que é subita para um, não o é para outro: os eclipses do sol produzem-se subitamente para o ignorante, mas não são absolutamente subitos para um astrónomo. Acontece o mesmo com as revoluções. Essas "catastrofes" políticas produzem-se "subitamente" para os ignorantes e para a multidão, mas não são absolutamente subitas para um homem que observa os fenómenos que se passam no meio social ambiente. Ademais, se Tirromirof pensasse em voltar os olhos para a natureza e

para a historia, pondo-se no ponto de vista da teoria que agora faz sua, ele se exporia a toda uma serie de surpresas perturbadoras. Ele fixou bem, na memoria, que a natureza não dá saltos e que, se se deixa o mundo das miragens revolucionárias para descer ao terreno da realidade, "só se pode falar, cientificamente, da lenta transformação de um tipo de fenómeno dado". A natureza, entretanto, dá saltos, sem se lembrar sequer de todos os discursos contra a "subitaneidade". Tirromirof sabe muito bem que as "velhas ideias de Cuvier" são erradas e que as "bruscas catastrofes geológicas" não são sinão o produto de uma imaginação de sabio. Ele leva uma existência sem cuidados, digamos, no sul da França, sem entrever nem alarmes, nem perigos. Mas eis, de repente, um tremor de terra, igual ao que se produziu ha dois anos. O solo oscila, as casas desabam, os habitantes fogem terrificados, numa palavra: é uma verdadeira "catastrofe", denotando incrível negligencia na mãe Natureza. Instruído por essa amarga experiência, Tirromirof verifica atentamente suas ideias geológicas e chega à conclusão de que "a lenta transformação de um tipo de fenómeno" (na ocasião, o estado da superfície terrestre) não exclui a possibilidade de "transformações" que podem parecer, de certo ponto de vista, "subitas" e produzidas "pela violencia" (2). Tirromirof faz esquentar agua e, enquanto ela continua agua na temperatura de 0º a 80º (3), ele não se inquieta com nenhuma "subitaneidade". Mas eis que a temperatura se eleva até o limite fatal, e, de repente, — oh terror! — aparece a "catastrofe subita": a agua transforma-se em vapor, como se sua imaginação tivesse sido "fixada sobre as transformações violentas". Tirromirof deixa esfriar a agua e eis que a mesma his-

toria estranha se repete. Pouco a pouco, a temperatura da água modifica-se, sem que a água deixe de ser água. Mas o resfriamento atinge 0° e a água transforma-se em gelo, sem suspeitar sequer que as "transformações subitas" fazem parte de uma concepção errônea. Tirromirof observa a evolução de um dos insetos que sofrem metamorfoses. O *processus* de evolução da crisalida efetua-se lentamente e, até nova ordem, a crisalida continua crisalida. Nosso pensador baba-se de prazer. "Aqui, tudo vai bem, diz ele. Nem o organismo social, nem o organismo animal sofrem essas transformações subitas que fui obrigado a notar no mundo inorgânico. Criando seres vivos, a natureza torna-se estática". Cedo, porém, o aborrecimento toma lugar à alegria. Um belo dia, a crisalida efetua uma "transformação violenta" e faz sua entrada no mundo sob a forma de borboleta. Assim, pois, é forçoso a Tirromirof convencer-se de que até mesmo a natureza orgânica não está defendida contra a subitaneidade. Acontecerá exatamente o mesmo, por menos que Tirromirof "volte sua atenção" para a sua própria "evolução". Encontrará certamente nela igualmente um ponto semelhante de mudança ou de "transformação". Ele se lembrará de que foi precisamente essa gota que fez transbordar a taça das suas impressões e o transformou de defensor mais ou menos hesitante da "revolução" em adversário mais ou menos sincero desta última. Tirromirof e eu ocupamo-nos em fazer adições aritméticas. Tomamos o número cinco e, seriamente, juntamos-lhe "gradualmente", cada vez, uma unidade: seis, sete, oito. Até nove, tudo vai bem, mas, quando queremos aumentar de uma unidade o nosso número, uma infelicidade cai sobre nossa cabeça: bruscamente, e sem ra-

zão plausível, nossas unidades transformam-se em dezena. Sofremos a mesma aflição, quando passamos das dezenas às centenas. Tirromirof e eu não nos ocuparemos mais da música: ha nela muitas passagens "subitas" de toda espécie, o que poderia arruinar todas as nossas "concepções". A todos os raciocínios confusos de Tirromirof sobre as "transformações violentas", os revolucionários contemporâneos podem responder por esta simples pergunta: que se deve fazer, na vossa opinião, das transformações que já se produziram na "realidade da vida" e que, em todos os casos, representam "períodos de destruição"? Devemos declara-las nenhuma e não apreciadas ou considera-las como a obra dessa gente frívola e nula cujos atos não merecem a atenção de um "sociólogo" sério? Mas, seja qual for a importância que se dê a esses fenômenos, deve-se, do mesmo modo, reconhecer que houve na história transformações violentas e "catastrofes" políticas. Porque Tirromirof pensa que admitir a possibilidade de semelhantes fenômenos no futuro é ter "concepções sociais errôneas"? A história não dá "saltos"! Perfeitamente! Mas, por outro lado, é também verdade que a história cometeu numerosos "saltos", efetuiu uma multidão de "transformações" pela violência. Os exemplos de tais transformações são inumeráveis. Que significa, então, essa contradição? Significa unicamente que a primeira destas teses não está completamente formulada com exatidão, o que faz com que muitos a compreendam mal. Deveria dizer-se que a história só dá "saltos" quando eles estão preparados. Nenhum "salto" pode ter lugar sem uma causa suficiente, que reside na marcha anterior da evolução social. Mas, desde que essa evolução jamais se fixa nas sociedades em via de desenvolvi-

mento, pode-se dizer que a história está constantemente ocupada em preparar saltos e transformações. Ela faz essa obra assídua e imperturbavelmente, ela trabalha lentamente, mas os resultados dos seus esforços (os saltos e as catastrofes políticas) são inelutáveis e inevitáveis. Lentamente, efetua-se a "transformação do tipo" da burguesia francesa. O cidadão da época da Regência não se parece com o cidadão da época de Luís XI, mas, apesar disso, não desmente em nada o tipo do burguês do antigo regime. Ele se tornou rico, mais instruído, mais exigente, mas não deixou de ser o plebeu que deve ceder o passo, sempre, em toda parte, à aristocracia. Mas chega o ano de 1789 e o burguês suspende orgulhosamente a cabeça. Alguns anos ainda se passam e ele se torna o dono da situação, mas de que maneira! — "com torrentes de sangue". Ao som dos tambores, acompanhado das "detonações de pólvora", senão de dinamite, que ainda não tinha sido inventada, ele obriga a França a atravessar um verdadeiro "período de destruição", sem a mais leve suspeita de que, com o tempo, ele será um pedante a proclamar que as transformações violentas são uma "concepção errônea". Lentamente, transforma-se o "tipo" das relações sociais da Rússia: os ducados — apanágios, cujos possuidores tinham desmembrado o país pelas suas lutas intestinas, desaparecem, os senhores feudais descontentes submetem-se definitivamente ao poder do tsar e tornam-se simples nobres, sujeitos, como toda sua classe, ao serviço da Coroa. Moscou submete os reinos tartaros, adquire a Sibéria, anexa metade da Rússia Meridional, mas, apesar disso, continua Moscou, a Asiática. Pedro o Grande aparece e efetua uma "transformação violenta" na vida da Rússia. Um período novo, europeu, da his-

toria russa, começa. Os eslavófilos chamam Pedro o Grande de Anti-Cristo precisamente por causa da "subitaneidade" da transformação efetuada por ele. E afirmam que, no seu zelo reformador, ele esqueceu a necessidade da evolução. Trata "transformação do tipo" do regime social. Mas todo homem capaz de pensar compreenderá facilmente que a transformação efetuada por Pedro o Grande era imposta pela "evolução" histórica da Rússia, que a havia preparado. *As mudanças quantitativas, acumulando-se pouco a pouco, tornam-se finalmente mudanças qualitativas. Essas transições efetuam-se por saltos e não podem efetuar-se de outro modo. Os "gradualistas" de todos os feitios, os Moltchalin (4), que fazem um dogma da moderação e da minúcia na ordem, não podem compreender esse facto ha muito esclarecido pela filosofia alemã. Neste caso, como em muitos outros, deve-se relembrar a concepção de Hegel, pois seria difícil, certamente, acusa-la de apaixonar-se pela "atividade revolucionária". — "Quando se quer conceber o aparecimento ou o desaparecimento de alguma coisa, diz ele, se pensa ordinariamente compreender a questão imaginando esse aparecimento e esse desaparecimento produzindo-se gradualmente. E', todavia, evidente que as transformações do ser se efetuam, não somente pela passagem de uma quantidade a outra, mas também pela transformação das diferenças quantitativas em diferenças qualitativas e inversamente, transformação que é uma interrupção do "que vem a ser gradual" e uma maneira de ser qualitativamente diferente da precedente. E, toda a vez que ha interrupção do "que vem a ser gradual", produz-se, no curso da evolução, um salto, em seguida ao qual o lugar de um fenômeno é ocupado por outro. Na base*

da doutrina da gradualidade, ha a ideia de que o que se está formando já existe de facto, mas continua ainda imperceptível por causa das suas pequenas dimensões. Igualmente, quando do desaparecimento gradual de um fenomeno, por falta de que a inexistencia deste ou a existencia do que toma o seu lugar são factos ainda não perceptíveis. Mas, dessa maneira, supprime-se todo aparecimento e todo desaparecimento. Explicar o aparecimento ou desaparecimento de alguma coisa pela gradualidade da mudança é levar a uma tautologia fastidiosa, porque é considerar como já preparada (isto é, como já aparecido ou como já desaparecido) o que está em via de aparecer ou de desaparecer (5). O que significa que, se precisarmos explicar o nascimento de um Estado, teremos de imaginar uma microscopica organização de Estado, a qual, modificando pouco a pouco suas dimensões, faria sentir às "pessoas" sua existencia. Igualmente, se devermos explicar o desaparecimento das relações primordiais do *clan*, dar-nos-emos ao trabalho de imaginar uma minuscula existencia dessas relações — e o trabalho estará feito. Com tais processos de pensamento não se irá longe nas ciencias. Um dos maiores meritos de Hegel é ter purificado a doutrina da evolução de semelhantes absurdos. Mas que importam, a Tirromirof, Hegel e os seus meritos! Ele já disse, uma vez por todas, que as teorias ocidentais não nos são applicaveis. Apesar da opinião do nosso homem sobre as transformações violentas e as catastrophes politicas, diremos com segurança que, na epoca actual, a historia prepara, nos países avançados, uma transformação de importancia excepcional, que se pode presumir se produza pela violencia. Consistirá na transformação do modo de distribuição dos productos. A evo-

lução economica criou forças de produção colossais que, para serem postas em acção, exigem uma organização determinada da produção. Essas forças só podem encontrar applicação nos grandes estabelecimentos industriais baseados no trabalho coletivo, na produção social. Mas a apropriação individual dos productos, originaria das condições economicas totalmente diferentes de uma epoca em que dominavam a pequena industria e a pequena exploração agricola, está em contradição flagrante com esse modo social de produção. Em virtude desse modo de apropriação, os productos criados pelo trabalho social dos operarios tornam-se a propriedade privada dos empresarios. Essa contradição economica inicial condiciona todas as outras contradições sociais e politicas existentes no seio da sociedade actual. Ela torna-se cada vez mais grave. Os proprietarios não podem renunciar à organização social da produção, porque ela é a fonte da sua riqueza. Pelo contrario, a concorrência obriga-os a estender essa organização a outros ramos da industria em que não existe ainda. As grandes empresas industriais eliminam os pequenos produtores e determinam, assim, o crescimento em numero e, por consequencia, em força, da classe operaria. O desfecho fatal se aproxima. Para suprimir a contradição entre o modo de produção e o de distribuição dos productos, contradição prejudicial aos operarios, estes devem apoderar-se do poder politico, que se encontra actualmente nas mãos da burguesia. Se quiserdes, podereis dizer que os operarios deverão fazer uma "catastrofe politica". A evolução economica conduz necessariamente à revolução politica e esta ultima será, por sua vez, a fonte de mudanças importantes no regime economico da sociedade. O modo de produção toma,

lenta e gradualmente, um carater social. A transformação do modo de produção será o resultado de uma transformação efetuada pela violencia. E' assim que se desenrola o movimento historico, não entre nós, mas no Ocidente. Tirromirof não tem nenhuma "concepção" da vida social desse Ocidente, embora se tenha occupado com "a observação da poderosa civilização francesa". Transformações pela violencia, "torrentes de sangue", machado e cadafalsos, polvora e dinamite, são tristes fenomenos. Mas, que fazer, se são inevitaveis? A força representou sempre o papel de parteira, toda vez que uma sociedade nova surgia no mundo. Assim falava Marx e não era o unico a pensar desse modo. O historiador Schlosser estava convencido de que é unicamente "pelo ferro e pelo fogo" que se efetuam as grandes transformações no destino da humanidade (6). De onde vem essa triste necessidade? De quem, o erro? — *Alors, donc, le pouvoir de la verité — Ne peut tout atteindre sur cette terre? — Não, por enquanto, nem tudo! E a razão disto está na diferença existente entre os interesses das diferentes classes da sociedade. Para uma das classes é util, e até indispensavel, refazer de certo modo a estrutura das relações sociais. Para a outra é proveitoso, e até indispensavel, opor-se a tal. A uns, a promessa da liberdade e da felicidade. A outros, o presagio da abolição da sua situação privilegiada, e até sua supressão como classe privilegiada. E qual é a classe que não luta pela sua existencia, que não tem instinto de conservação? O regime social proveitoso a uma dada classe parece-lhe ser, não somente equitativo, mas tambem o unico possivel. Essa classe considera que tentar mudança de regime é destruir os fundamentos de toda comunidade humana. Ela acha que está*

chamada a defender esses fundamentos, seja até pela força das armas. De onde as "torrentes de sangue", de onde a luta e a violencia. Os socialistas, aliás, meditando sobre a transformação social futura, podem consolar-se com a ideia de que, quanto mais suas doutrinas "subversivas" se propaguem, quanto mais a classe operaria for desenvolvida, organizada e disciplinada, tanto menos a inevitavel "catastrofe" necessitará de victimas. Ao mesmo tempo, a vitoria do proletariado, pondo termo à exploração do homem pelo homem e, por consequencia, à divisão da sociedade em classes de exploradores e classe de explorados, fará as guerras civis não somente inuteis, mas até mesmo directamente impossiveis. A humanidade, então, progredirá pelo "poder da verdade" e não terá mais necessidade das armas". (Pleurrânov — *Questões Fundamentais do Marxismo* — 1932 Calvino Filho, editor).

(1) *Pourquoi j'ai cessé d'être révolutionnaire*, p. 19.

(2) Por ter a ciencia refutado as doutrinas geologicas de Cuvier, não se segue que ela tenha demonstrado a impossibilidade em geral das "catastrofes" ou "transformações" geologicas. Ela não podia demonstrar isto, sob pena de estar em contradição com esses fenomenos geralmente conhecidos, que são as erupções vulcanicas, os tremores de terra, etc. A tarefa da ciencia consistia em explicar esses fenomenos como o produto da acção acumulada dessas forças da natureza das quais demosmos, a cada instante, observar a influencia lentamente progressiva. Por outras palavras, a geologia deveria explicar as revoluções que a superficie da terra atravessa pela evolução dessa mesma superficie. Uma tarefa semelhante teve de ser efetuada pela sociologia

que, nas pessoas de Hegel e Marx, chegou ao fim visado com o mesmo sucesso que a geologia.

(3) Na Rússia, usa-se geralmente o termómetro Reaumur.

(4) Personagem de um drama de Griboiedof.

(5) *Wissenschaft der Logik*, t. I, p. 313-314. Chamamos segundo a edição de 1812, aparecida em Nuremberg.

(6) Pela sua ciência aprofundada da história, Schlosser estava disposto a aceitar as velhas concepções geológicas de Cuvier. Eis o que ele disse a propósito dos projetos de reforma concebidos por Turgot e que, ainda hoje, suscitam o enternecimento dos filisteus: "Esses projetos comportavam todas as vantagens essenciais adquiridas mais tarde pela França na Revolução. Essas vantagens poderiam ser obtidas unicamente por uma revolução, porque o ministério Turgot se tinha revelado, pelos resultados que contava, de um espírito onde a filosofia e a ilusão tomavam muito lugar; apesar da experiência e da história, ele esperava mudar, unicamente pelos seus decretos, a organização social que se tinha formado no curso dos tempos e se mantinham por solidos laços. As reformas radicais, tanto na natureza como na história, não são possíveis antes de que tudo o que existe tenha sido aniquilado pelo fogo, pelo ferro e pela destruição" (*História do século XVIII*, segunda edição, São Petersburgo, 1868, t. III, p. 361). Que fantasma espantoso, esse sabio alemão! dirá Tirromirof. Plehránov poderia referir-se, agora, à teoria dos *quanta*, de Planck, que introduz igualmente os "saltos" no mundo dos *processus* electro-mecânicos. Esses *quanta* — elemento de energia, — são uma diferença qualitativa, que é o resultado de mudanças quantitativas. Assim co-

mo é preciso certa acumulação de dinheiro — transformação desse dinheiro em capital, — assim, segundo a teoria de Planck, a energia elétrica se deve acumular — transformação quantitativa, — até que sejam obtidos os *quanta*, porção de energia que produz determinado efeito. É fácil integrar essa teoria na da evolução por saltos, e Planck mesmo o atesta. Ele critica a tese da "imutabilidade dos processos dinâmicos", outrora premisa incontestável de todas as teorias físicas e que, de acordo com Aristoteles, se exprimia na formula *Natura non fecit saltus*. "A investigação científica contemporânea fez uma brecha considerável no bastião antigo e venerado da ciência física. A tese em questão é destruída pelos princípios da termo-dinâmica e, se as aparencias não enganam, seus dias estão contados. A natureza, visivelmente, dá saltos, e até de um genero muito estranho... Em todo caso, a teoria dos *quanta* leva a concluir que, na natureza, se produzem mudanças que não se efetuam gradualmente, mas sob a forma de explosões" (M. Planck. *Physikalische Rundblicke*, 1922, pagina 72-75). A dialética de Marx sintetizava desde o principio a evolução gradual com a teoria das catástrofes, dos saltos. Para ele, essas catástrofes são um momento indispensável no processo dialético. Eis aí a diferença principal entre a dialética e a evolução. Cada progresso no conhecimento da natureza traz novas provas de tudo que está em movimento, tudo evolui. Os ultimos progressos da física e da química mostraram que o movimento, a vida, se efetua igualmente no mundo dos elementos químicos "inertes", mundo que evolui, se transforma, como os dois organismos. Tudo vive e se move, tudo está num processo de transformação eterna, dialética.

Responda, si Puder...

Afim de exercitar a memória dos nossos leitores e permitir-lhes a verificação, por eles próprios, do seu grau de adiantamento em relação às teorias marxistas, em cada número desta revista publicaremos 10 perguntas relacionadas com o assunto, as quais, além de respondidas individualmente, deverão ser feitas, também, aos amigos mais próximos, no intuito de se ampliar, tanto quanto possível, o interesse pelos estudos sociais. As perguntas feitas num número serão sempre respondidas no número que se indicar de DIVULGAÇÃO MARXISTA, de modo a que os interessados possam controlar realmente seus conhecimentos. Incluiremos nessas relações, com o maior prazer, quaisquer perguntas que nos queiram fazer os leitores, dando-lhes as respostas na forma do costume, sem citar nomes. Redija, portanto, suas perguntas e aguarde, confiante, nossa resposta, no número indicado.

1. Que é história do ponto de vista marxista?
2. Há idéias dominantes no mundo?
3. A soja tem valor para o Brasil?
4. Marx estudou as greves e coalisões de operários?
5. A URSS venceu a Alemanha somente porque recebeu auxílio material anglo-americano?
6. Qual o papel do indivíduo na História?
7. Quais são os princípios do comunismo?
8. Quem foi Kautski?
9. Que são classes?
10. O pensamento humano é soberano?

Estas perguntas serão respondidas no n. 5 desta revista, de 1-9-1946

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DO N. 1, DE 1-9-1946

1. A economia política é uma ciência — Vide página 77.
2. Marx foi poeta? — Vide página 111.

Divulgação Marxista, n.º 3 — Rio, 1-8-46

3. Quando e como foi fundado o Banco do Brasil? — Vide página 41.
4. Conhece a Declaração dos Direitos do Homem? — Vide página 146.
5. Como surgem e desaparecem as religiões? — Vide página 59.
6. Que são "classes em si" e "classes para si"? — Vide página 143.
7. Que são ~~as~~ ^{as} na natureza? — Vide página 152.
8. Que foram as rebeliões dos sipaios? — Vide página 61.
9. Qual a contradição fundamental no capitalismo? — Vide página 145.
10. Como se deve estudar o marxismo? — Vide página 150.

RESPONDA E GANHE UM LIVRO COMO PRÊMIO

Aos leitores que responderem às perguntas formuladas nesta seção, dentro de 15 dias para Rio, S. Paulo e Niterói e 30 dias para o interior após a data da sua primeira publicação, e cujo trabalho aproveitemos, no todo ou em parte, remeteremos, como prêmio, um livro à nossa escolha. As respostas publicadas consignarão o nome ou pseudônimo do interessado. O livro, como prêmio, vale mais como estímulo de ordem moral aos que precisam e devem estudar a teoria marxista-leninista do que pelo seu valor intrínseco. Esta é a nossa intenção.

NÚMEROS ATRASADOS DE "DIVULGAÇÃO MARXISTA"

Encontram-se nas livrarias ou na

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio — Tel. 28-6752

Atende-se pelo Serviço de Reembolso Postal

Número em circulação — Cr\$ 5,00 Assinatura anual — Cr\$ 8,00
 Assinatura semestral — Cr\$ 50,00 Assinatura anual — Cr\$ 100,00

160 —

Divulgação Marxista, n.º 3 — Rio, 1-8-46

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL

por Abguar Bastos

A obra não é somente o histórico dos movimentos armados de 1922, 1924, 1930, 1932 e 1935 e suas correlações com motivações de menor vulto, ocorridos em vários Estados do Brasil. É, principalmente, o estudo das causas desses fenômenos, sejam elas imediatas ou históricas. Possui, pois, o seu eixo, em torno do qual giram os acontecimentos e se explicam as formas que tomam. O autor desenvolve sua tese, em que procura interpretar os acontecimentos principais depois da Primeira Grande Guerra, procurando provar que se devem ao desenvolvimento industrial no Brasil os tipos das insurreições liberais anti-oligárquicas de 1922 a 1930 e o da insurreição social anti-imperialista de 1935. A Primeira Grande Guerra acelerou o crescimento das forças do industrialismo nacional e, em conseqüência, promoveu o aumento da massa operária.

Da galeria de homens apresentados como personagens dos fatos narrados, destaca-se a figura de Prestes, por ser a que, entre as demais, assumiu o papel mais especial e decisivo nos acontecimentos que sucederam às lutas tipicamente anti-oligárquicas. As fases de transição dos sentimentos revolucionários de Prestes entrosam-se com os mesmos fenômenos de transição social que sacode o Brasil depois de 1930, ao impulso do iastro histórico que se criara desde a Primeira Grande Guerra. Prestes é, na obra, "parte material dos acontecimentos", criação das circunstâncias históricas, fruto das necessidades sociais da época. Nesse aspecto é que é estudada sua posição nos acontecimentos e o seu papel na continuidade da ação revolucionária. Seus manifestos, proclamações, cartas, frases são transcritos e analisados com serenidade.

Para alicerçar suas conclusões, o autor faz o estudo do militarismo e suas causas desde a Colônia até a República; analisa o fenômeno oligárquico e suas causas; faz o histórico dos vários movimentos políticos partidários após a República; estuda o movimento operário através de sua imprensa, de suas organizações, de seus congressos, de suas greves e de suas tendências ideológicas, como o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Faz igualmente a súpula da evolução das leis reacionárias anti-populares e das leis de amparo ao trabalhador, até à revolução de 1930. Mostra como se desenvolveu o industrialismo e as formas que tomou no país.

Traça a figura lendária de Prestes e o seu conteúdo pequeno-burguês criado pelas condições revolucionárias do liberalismo republicano. Explica a maneira, o mecanismo psicológico que levou as massas a transformarem o herói em mito, depois da Grande Marcha. Em seguida, demonstra o processo de desintegração do mito até a sua humanização, que é o momento em que o herói se coloca a serviço do proletariado, como parte da ação revolucionária comunista.

Os principais aspectos da revolução de 27 de novembro de 1935 e a fase do terror estabelecido pela reação fascista depois dessa data são pontos altos e dramáticos da obra, explicando suficientemente a dureza das lutas sociais.

Em papel buffon, Cr\$ 35,00

Em papel vergé, Cr\$ 40,00

Editorial Calvino Ltda. — Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLITICA, por Lapidus e Petrovitchanov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mirski Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) . . Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRES PRINCIPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMILIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético a Família") Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume . . Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno . . Cr\$25,00

O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETARIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLITICA, seleção de P. Y. Nizan . . . Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Grew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Mauricio Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Mauricio Hindus . . Cr\$25,00

A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Mauricio Hindus Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

RIO SELVACEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong . . . Cr\$30,00

ASIA SOVIÉTICA, por Davies & Stelger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig . . Cr\$25,00

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus . . Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRARIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Tälheimer, H. Harari e L. Segal . . . Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLITICA, de Luis Segal, 2 vols. Cada volume . . . Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA..., de Marcel Willard Cr\$25,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro